

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

FERNANDO FROTA DILLENBURG

GRAMSCI E O NOVO PROGRAMA

**TESE DE DOUTORADO APRESENTADA
AO INSTITUTO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS DA UNICAMP PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM
FILOSOFIA.**

**ORIENTADOR-: PROF. ALCIDES HECTOR RODRIGUEZ
BENOIT**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE/DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO, E ORIENTADA PELO PROF.DR. ALCIDES HECTOR RODRIGUEZ BENOIT
CPG, 04/07/2011.**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

**D582g Dillenburg, Fernando Frota
Gramsci e o novo programa / Fernando Frota Dillenburg.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2011.**

**Orientador: Alcides Hector Rodriguez Benoit.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Gramsci, Antonio, 1891-1937. 2. Marx, Karl, 1818-1883.
3. Dialética. 4. Socialismo. I. Benoit, Alcides Hector Rodriguez,
1951- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

Título em inglês: Gramsci and the new program

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Dialectic
Socialism**

Titulação: Doutor em Filosofia

**Banca examinadora: Alcides Hector Rodriguez Benoit, Manoel Fernandes de
Sousa Neto, Lincoln Ferreira Secco, Fabio Maia Sobral,
Jadir Antunes**

Data da defesa: 04-07-2011

Programa de Pós-Graduação: Filosofia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 04 de julho de 2011, considerou o candidato FERNANDO FROTA DILLENBURG aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Alcides Hector Rodriguez Benoit

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral

Prof. Dr. Jadir Antunes

Dedico este trabalho ao mestre e amigo Hector, sem o qual o mesmo teria sido irrealizável, e à amada Carol, pelo apoio e carinho.

AGRADECIMENTOS

Aos professores doutores, Lincoln Ferreira Secco, Fabio Maia Sobral, Jadir Antunes, Manoel Fernandes de Sousa Neto, Edmundo Fernandes Dias, Rodnei Antonio do Nascimento e Carlos Alves do Nascimento por participarem do processo de avaliação desta tese, meu profundo agradecimento e, em especial, ao prof. Dr. Hector Benoit, pela orientação e companheirismo durante todos estes anos.

Agradeço à Sonia, à Cecília e aos demais funcionários do IFCH pela atenção dedicada e à Ana Beatriz pela tradução do resumo.

Agradeço, com carinho, à Carol, à Taiana, ao Tiago e aos meus pais, pelo apoio de sempre.

Agradeço aos amigos William e Maria Rita, João Felipe e Natália, Paulo, Rafael, aos meus irmãos Rejane, Renato, Lucia e Carlos, à família da Carol, Bruno, Verônica, Paula, Maurício e Mauro, pela agradável companhia que pude desfrutar.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir os problemas relacionados com um programa socialista transitório para o proletariado na nossa época histórica. Existiria a necessidade, do ponto de vista marxista, de um novo programa? Seria necessário um novo programa em relação àquele proposto por Marx e Engels no século XIX e aplicado pelos bolcheviques na Revolução Russa de 1917? Este programa do século XIX e de 1917 estaria superado? Como sabemos, este programa originário se embasa na teoria da revolução permanente e na construção de uma dualidade de poder, expostas por Marx e Engels já na *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* (1850), experiência amplamente vivenciada durante as revoluções russas de 1905 e 1917. Mas, afinal, essas concepções seriam válidas ainda no decorrer do século XX e, sobretudo, nos países capitalistas ocidentais? Para aprofundar tal questionamento, escolhemos o dirigente marxista Antonio Gramsci como interlocutor por considerá-lo um expoente nessa tarefa de reformulação do programa clássico. É inegável o impacto mundial causado por sua obra, sobretudo aquela da maturidade, conhecida como os *Cadernos do Cárcere*, a ponto de ser considerado por muitos intérpretes como o fundador de uma nova teoria da política. Os *Cadernos do Cárcere* sofreram forte influência da derrota do proletariado italiano em sua tentativa de instalar uma dualidade de poder nas principais fábricas de seu país, por meio do movimento dos conselhos de fábrica. Esta derrota, associada às derrotas do proletariado de outros países, como na Alemanha e na Hungria, fez com que Gramsci passasse a repensar a estratégia revolucionária a ser aplicada nos países desenvolvidos do Ocidente. Neste trabalho, procuramos interrogar a proposta do novo programa gramsciano, à luz dos fundamentos do programa originário apresentado por Marx e Engels, além de comparar as posições do autor dos *Cadernos* a respeito das formas de organização partidária antes e depois de sua prisão.

Palavras-chave: Gramsci, Marx, dialética, socialismo.

ABSTRACT

The aim of this work is to discuss issues related to a transitional program of the proletariat of our time. From a Marxist standpoint, would a new program be necessary? Would a program that is new in relation to that proposed by Marx and Engels in the 19th century and put into practice by the Bolsheviks in the 1917 Russian Revolution be necessary? Would this 19th century and 1917 program have been overcome? As we know it, this original program is based on the Permanent Revolution theory and on the building of a duality of power, both previously exposed by Marx and Engels in the *Address of the Central Committee to the Communist League* (1850) and greatly experienced during the 1905 and 1917 Russian revolutions. However, would these conceptions still be valid after all throughout the 19th century and, mainly, in the western capitalist countries? In order to examine these questions carefully, we have chosen as our interlocutor the Marxist leader Antonio Gramsci for considering him a leading exponent in reformulating the classical program. One cannot deny the global impact that his works have produced, above all his maturity writings, known as the *Prison Notebooks*, to the point of Gramsci being considered by many critics the founder of a new theory of politics. The *Prison Notebooks* were deeply influenced by the Italian proletariat's defeat in its attempt to establish a duality of power in the country's main factories through factory councils. This defeat, along with the defeat of the proletariat in other countries, such as in Germany and Hungary, led Gramsci to start rethinking the revolutionary strategy to be applied in the developed countries of the West. In this research, we intend to interrogate the proposals of Gramsci's new program, in view of the grounds of the original program developed by Marx and Engels, as well as compare the positions of the *Notebooks'* author in regards to forms of party organization before and after his imprisonment.

Keywords: Gramsci, Marx, Dialectic, Socialism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
SEÇÃO I – O GRAMSCI DOS CONSELHOS DE FÁBRICA	19
Cap. I - A situação social na Itália e a trajetória de Gramsci.....	21
1. Os antecedentes do período revolucionário (de 1914 a 1918)	21
2. 1919: a criação de <i>L'Ordine Nuovo</i> e os conselhos de fábrica.....	24
3. Os comitês de bairro e de camponeses	28
4. O acirramento da luta de classes e a construção da dualidade de poder.....	30
5. Os motivos da derrota do proletariado italiano	39
6. A ruptura com o PSI e a fundação do PCI	46
7. A crise da direção do PCI: problemas com a definição da tática	51
8. A ascensão do fascismo	53
Cap. II – A concepção de Gramsci sobre o partido antes da prisão	59
SEÇÃO II - OS FUNDAMENTOS DA CONCEPÇÃO DE PARTIDO E DO	
PROGRAMA DO GRAMSCI DOS <i>CADERNOS DO CÁRCERE</i>.....	69
Cap. III – A concepção de Gramsci sobre o partido nos <i>Cadernos do Cárcere</i>.....	71
1. A relação entre a teoria e a prática.....	71
2. A passagem da teoria para a prática	79
3. A crítica ao espontaneísmo e ao esquerdismo. A necessidade de construir	
um partido revolucionário centralizado nos moldes leninistas.....	82
4. A relação dos intelectuais com os outros níveis internos do partido	90
Cap. IV - O Estado ampliado	95
1. As noções de Estado restrito e de Estado ampliado	95
2. A ampliação do Estado como fundamento de um novo programa	
revolucionário para o Ocidente.....	99

Cap. V – A relação entre a guerra de posição e a guerra de movimento	103
1. A guerra de posição como única estratégia possível no Ocidente.....	103
2. A guerra de posição combinada com a guerra de movimento	107
3. A noção de frente única proletária	113
4. Uma guerra de posição de longa duração no Ocidente	120
Cap. VI – A relação entre os <i>Cadernos do cárcere</i> e a obra madura de Marx	127
1. Marx e a noção restrita de Estado	127
2. A relação entre o econômico e o político nos <i>Cadernos do Cárcere</i> e n’ <i>O</i> <i>Capital</i>	137
a. O momento econômico	138
b. A superação do momento econômico.....	150
Cap. VII - A ruptura entre o jovem Gramsci e o Gramsci da maturidade.....	165
1.As diferenças programáticas entre o jovem Gramsci e o Gramsci da maturidade.....	167
2.As posições de Gramsci em relação à Trotsky	171
SEÇÃO III – CONSEQÜÊNCIAS POLÍTICAS DO NOVO PROGRAMA.....	173
Cap. VIII - A relação do Gramsci dos <i>Cadernos</i> com as posições de Stalin.....	175
Cap. IX - A interpretação de Gramsci a respeito da América	185
Cap. X – O papel do proletariado na revolução socialista mundial	201
Cap. XI - A mudança do significado da noção de hegemonia	207
Cap. XII – A difusão das idéias de Gramsci no Brasil e a nova via para o socialismo.....	213
CONCLUSÃO.....	223
BIBLIOGRAFIA	233

INTRODUÇÃO

O legado teórico e prático deixado por Antonio Gramsci é indiscutivelmente extenso. Antes de ser preso pelo governo de Mussolini, em 08 de novembro de 1926, Gramsci escreveu cerca de 1.700 artigos, produzidos no calor da luta de classes, das greves e da criação de conselhos de fábricas em Turim. Gramsci considerava que estes artigos deveriam “morrer no fim do dia”¹ em função de seu caráter extremamente conjuntural. Pensamos, em sentido contrário, que esses artigos contêm uma contribuição valiosíssima a respeito dos desafios enfrentados pelo proletariado e sua direção na construção de uma dualidade de poder capaz de enfrentar o Estado burguês. Veremos que apesar do caráter jornalístico e conjuntural dos artigos, eles expressam a luta viva dos operários de Turim na busca de sua constituição enquanto classe e enquanto dirigentes das demais classes sociais. Veremos também que esses artigos representam a aplicação tática da estratégia geral da luta da classe operária pelo poder defendida por Marx e Engels e aplicada pelos bolcheviques na Rússia.

Gramsci considera que nessa fase ele estava ainda profundamente influenciado pelo idealismo de Benedetto Croce. No entanto, a leitura dos textos baseada num viés programático e organizativo sugere que as posições de Gramsci nesse período apresentam uma enorme proximidade com àquelas de Lênin e de Trotsky. Para demonstrar tal proximidade, somos levados a fazer uma exaustiva exposição dos artigos publicados nos periódicos dirigidos por Gramsci no período pré-carcerário. Apesar da grande maioria dos artigos não ser assinada, tudo indica que Gramsci, como editor-chefe do periódico, compartilhava com as posições políticas defendidas nos artigos publicados.

¹ Cfe. COUTINHO, “Introdução” In: GRAMSCI, *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, vol. 1, p. 11.

Nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci continuou abordando as questões relacionadas ao programa revolucionário e às formas de organização partidária e sindical, assim como temas de literatura, arte e cultura em geral. Um grande número de autores considera que as notas contidas nos *Cadernos* são de outra estatura, quando comparadas com os artigos pré-carcerários. Para Althusser, por exemplo, encontram-se nessas notas pontos de vista absolutamente originais e às vezes geniais sobre o problema da essência própria dos elementos específicos da superestrutura, hoje fundamental.² Nelas encontra-se também, segundo Althusser, “notável exemplo de um esboço de solução teórica aos problemas de interpretação do econômico e do político”.³

O estudo da obra gramsciana é importante não apenas devido à enorme influência que seus escritos exerceram e continuam exercendo no interior do marxismo em todo o mundo, mas também pelo fato de Gramsci ser considerado, junto com Lukács, uma segunda geração daquilo que o próprio Lukács denominou de “renascimento do marxismo”, renascimento que teria iniciado com Lênin e Rosa Luxemburg.⁴ Por essa razão, estudar a real relação dos escritos carcerários de Gramsci com as posições programáticas e organizativas de Lênin, isto é, compreender os pontos de aproximação e de distanciamento entre os autores das duas gerações deste chamado “renascimento do marxismo”, corresponde ao objetivo do presente trabalho.

O tom polêmico é uma das características marcantes da obra de Gramsci, assim como de todos aqueles que participaram das lutas operárias dos anos que se seguiram à Revolução Russa e, em especial, daqueles que participaram de partidos filiados à III Internacional na época de Lênin. Nesse sentido, vários autores comentam que Gramsci era um vibrante polemista.⁵ De fato, no interior do marxismo a polêmica pode ser considerada como algo indispensável, como a expressão, no campo das idéias, da luta material que é travada entre as classes em torno da apropriação das forças produtivas. Portanto, se a

² ALTHUSSER, *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 2. ed., 1979, p. 100.

³ Idem, *ibidem*.

⁴ DEL ROIO, “Gramsci contra o Ocidente”. In: AGGIO (Org.) *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 106.

⁵ NOGUEIRA, “Gramsci e os desafios de uma política democrática de esquerda”. In: AGGIO (Org.), *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 66; GERRATANA, “I Quaderni, un cantiere che continua a produrre”. (entrevista) In: CHIAROMONTE (Org.) *GRAMSCI: Lesue idee nel nostro tempo*. Roma: L’Unita, 1987, p. 151.

polêmica não é estranha ao autor aqui estudado, assim como não é estranha ao conjunto do marxismo revolucionário, não deve ser considerada estranha no que diz respeito ao modo de exposição do presente trabalho.

Nessas páginas, voltaremos a atenção especialmente para as questões programáticas e organizativas, expondo as posições de Gramsci numa seqüência cronológica, desde a sua juventude (de 1919 a 1926), quando participava ativamente da organização dos operários nos conselhos de fábricas e nos dois partidos nos quais atuou, até os escritos elaborados no cárcere (de 1929 a 1935).⁶ Começemos, então, com o Gramsci dos conselhos de fábrica.

⁶ De acordo com a datação de Francioni, apesar de ter sido preso no dia 8 de novembro de 1926, Gramsci somente conseguiu iniciar a elaboração do projeto dos *Cadernos do cárcere* em fevereiro de 1929. GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, vol. 1, p. 64 (Cronologia) e vol. 6, pp. 457-465.

SEÇÃO I

O GRAMSCI DOS CONSELHOS DE FÁBRICA

Capítulo I

A situação social na Itália e a trajetória de Gramsci

1. Os antecedentes do período revolucionário (de 1914 a 1918)

Após a unificação da Itália ocorrida em 1861 com a anexação da Lombardia ao Reino da Itália, milhares de trabalhadores migraram para Milão à procura de emprego. Depois de 37 anos de migração, cerca de 519 mil lombardos haviam chegado a Milão. Com o aumento desenfreado da demanda por alimentos, os preços da farinha e do pão subiram vertiginosamente. O rei Humberto I, membro da dinastia dos Savóia, indiferente à carestia sofrida pela população, impôs pesadas taxas a estes produtos, levando muitos à fome e ao desespero. Como reação a esta situação insustentável, multidões se insurgiram, pilhando moinhos, fornos e padarias. Em 1898, uma multidão desarmada de manifestantes marchou até o palácio, onde foram massacradas pelas tropas do rei. Noventa pessoas morreram e centenas ficaram feridas.

Seis anos depois, de 16 a 20 de setembro de 1904, Milão enfrentou novos combates da luta de classes, desta vez por meio de uma greve insurrecional, que se alastrou para as principais cidades industriais da Itália. A greve tinha um caráter abertamente político, tendo sido deflagrada em solidariedade ao movimento camponês de Casteluzzo, na Itália meridional, reprimido violentamente pelo governo do rei Vitor Emanuel III, sucessor

de Humberto I, que havia sido assassinado em 1900 pelo anarquista Gaetano Bresci. A greve paralisou a cidade de Milão durante cinco dias.

Uma década mais tarde a Itália vivia novamente uma efervescência política e social. Parte da população era contrária ao alistamento de jovens para participar do conflito que ficou conhecido como a I Guerra Mundial. No dia 7 de junho de 1914 uma manifestação anti-militarista dirigida pelo anarquista Enrico Malatesta foi esmagada pela polícia de Ancona. No dia seguinte, greves e manifestações se alastraram pela Romanha e pelas Marcas, estendendo-se até as cidades do norte da Itália, num movimento que ficou conhecido como “semana vermelha”.⁷

Meses depois, em outubro de 1914, Gramsci redigiu seu primeiro artigo para o semanário socialista *Il Grido del Popolo*, polemizando com seu amigo Angelo Tasca sobre a posição que o Partido Socialista Italiano (PSI) deveria assumir a respeito da participação da Itália na guerra. Enquanto Tasca defendia uma neutralidade absoluta, Gramsci defendia uma “neutralidade ativa e operante”, ou seja, Gramsci assumia uma posição belicista, próxima àquela assumida por Mussolini, segundo a qual seria errado o proletariado permanecer como espectador passivo diante de tamanha crise,⁸ postura que Gramsci rapidamente renegou.⁹ Nessa época, Gramsci, aos 23 anos, passou a participar da Federação Juvenil Socialista, dedicando-se, sobretudo, à educação de jovens operários.

A primeira revolução armada ocorrida na Itália durante a I Guerra estourou em 1915. Ela tinha como objetivo impedir a intervenção do país na guerra contra a Alemanha. Em 15 de maio, uma manifestação de estudantes nacionalistas que defendiam a intervenção da Itália na guerra provocou a ira do proletariado turinense. Por pressão dos jovens socialistas e dos anarquistas, o PSI e a CGT (Confederação Geral do Trabalho, no original *Confederazione Generale del Lavoro* – CGL – Central Sindical ligada ao PSI) convocaram uma greve geral. No dia 17, no centro de Turim, ocorreu um choque entre cerca de 100 mil

⁷ Idem, *ibidem*, p. 440 (Nota dos editores). Mais tarde, em novembro de 1924, o periódico *L'Ordine Nuovo* dirigido por Gramsci referiu-se a esses acontecimentos: “sob o regime democrático italiano, antes da guerra [I Guerra Mundial], tombavam anualmente em praça pública dezenas de operários; em alguns lugares, os camponeses tinham de ir para a colheita de flocos de milho, para impedir que comessem os frutos”. Idem, *ibidem*, pp. 278-279. Em 1926, Gramsci comentou que a semana vermelha foi o acontecimento mais notável no campo revolucionário neste período. Idem, *ibidem*, p. 419. *Scritti politici*. Roma: Riuniti, 1969, p. 731.

⁸ JOLL, *As idéias de Gramsci*, São Paulo: Cultrix, 1977, p. 24.

⁹ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 1, p. 51 (Cronologia). Também em <http://www.mst.org.br/node/4061>

grevistas e as forças policiais e militares, do que resultou um morto e quinze feridos. Em consequência, os operários saquearam um depósito de armas, construíram barricadas em toda a cidade e se entrincheiraram na Câmara do Trabalho. Esta foi tomada de assalto por tropas militares, que prenderam os principais dirigentes da seção turinense do PSI e da Câmara do Trabalho. Embora a minoria socialista na Câmara de Vereadores de Turim houvesse convocado os trabalhadores a voltar ao trabalho, os combates continuaram ainda durante a noite do dia 17 e por todo o dia 18. Somente no dia 19 os operários voltaram ao trabalho.¹⁰

Nessa época, Gramsci abandonou o curso de literatura na universidade e voltou a colaborar com *Il Grido del Popolo*, escrevendo artigos de temas sociais e literários. Em dezembro do mesmo ano (1915) Gramsci passou a fazer parte da redação turinense do *Avanti!*, o jornal do PSI. A partir daí, Gramsci dedicou-se a intensa atividade jornalística, como cronista teatral, redator de notas sobre costumes e polemista da coluna “*Sotto la Mole*” do *Avanti!*.¹¹

A situação social na Itália continuava radicalizada. A segunda revolução armada ocorrida durante a I Guerra estourou em agosto de 1917 e assumiu o caráter de uma luta revolucionária em grande escala.¹² A situação alimentar em Turim vinha se agravando cada vez mais.¹³

No dia 13 de agosto os operários de Turim realizaram um grande ato público de apoio à revolução russa e aos bolcheviques. Uma semana depois eclodiu uma greve geral pelo pão, que rapidamente se transformou numa insurreição. Ergueram-se barricadas e levantou-se a palavra-de-ordem “façamos como na Rússia!”. Turim foi declarada zona de guerra. Esses episódios ficaram conhecidos como “os fatos de Turim”.¹⁴ Anos mais tarde, Gramsci comentou o que aconteceu:

¹⁰ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, p. 501 (Nota dos editores).

¹¹ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, vol. 1, Op. cit., p. 52. (Cronologia).

¹² GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, p. 388.

¹³ Entre 1929 e 1930, Gramsci, já no cárcere, lembra que em 1917, na casa onde ele morava, no centro de Turim, faltaram três refeições seguidas, depois de um mês no qual o número de refeições que faltavam aumentava a cada dia. GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*. Op. cit., vol. 2, p. 222.

¹⁴ *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, p. 470 (Nota dos editores).

durante cinco dias, os operários combateram nas ruas da cidade. Os insurretos, que dispunham de fuzis, granadas e metralhadoras, conseguiram mesmo ocupar alguns bairros da cidade e tentaram três ou quatro vezes apoderar-se do centro, onde estavam as instituições governamentais e os comandos militares. Mas os dois anos de guerra e de reação haviam enfraquecido a outrora forte organização do proletariado: e os operários, pior armados, foram derrotados. Tentaram inutilmente o apoio dos soldados, mas estes se deixaram enganar pela insinuação de que a revolta fora provocada pelos alemães. Morreram mais de 500 operários, mais de 2 mil ficaram gravemente feridos. Depois da derrota, os melhores elementos foram presos e demitidos, e o movimento proletário perdeu intensidade revolucionária.¹⁵

Em conseqüência da rebelião, quase todos os dirigentes socialistas de Turim foram presos. Gramsci assumiu, então, pela primeira vez, em setembro do mesmo ano (1917), um cargo de direção partidária, o de secretário da Comissão Executiva Provisória da seção turinense do PSI e a direção de *Il Grido del Popolo*.

Em novembro, Gramsci participou em Florença de uma reunião clandestina da “fração intransigente revolucionária” do PSI, criada no mês de agosto. Estavam presentes Giacinto Menotti Serrati (principal líder da corrente maximalista, majoritária no PSI) e Amadeo Bordiga (líder da fração maximalista abstencionista, que defendia o boicote às eleições burguesas). Gramsci concordou com Bordiga sobre a necessidade de uma intervenção ativa do proletariado na crise provocada pela guerra.¹⁶

Em 19 de outubro de 1918 *Il Grido del Popolo* deixou de ser publicado e foi substituído pela edição turinense do *Avanti!* que, em poucos meses, elevou sua tiragem de 16.000 para 50.000 exemplares. Gramsci, Togliatti e Alfonso Leonetti estavam entre os redatores do novo periódico.¹⁷

2. 1919 – A criação de *L’Ordine Nuovo* e os conselhos de fábrica

Meses depois da fusão de *Il Grido Del Popolo* com o *Avanti!*, em abril de 1919, Gramsci, Tasca, Togliatti e Umberto Terracini criaram o semanário *L’Ordine Nuovo* (A Nova Ordem), tendo Gramsci como editor-chefe. Desde sua fundação, o semanário assumiu

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 389. Esse comentário de Gramsci foi feito em julho de 1920, em um informe enviado ao Comitê Executivo da Internacional Comunista.

¹⁶ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*. Op. cit., vol. 1, p. 52-53 (Cronologia).

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 53 (Cronologia).

uma posição de combate direto na luta de classes. Em junho, o artigo intitulado “Democracia Operária” defendeu o papel que as comissões internas de fábrica assumiriam na construção de uma dualidade de poder como única forma do proletariado conquistar o poder. Afirma-se que as comissões internas seriam organismos embrionários do futuro Estado operário:

as comissões internas são órgãos de democracia operária que é necessário libertar das limitações impostas pelos empresários e nos quais é preciso infundir vida e energia novas [...] Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substituirá o capitalista em todas as suas funções úteis de direção e de administração.¹⁸

Os editores de *L'Ordine Nuovo* consideravam que, para cumprir esse papel, as comissões internas deveriam se transformar em conselhos de fábricas. Enquanto as comissões eram eleitas exclusivamente pelos trabalhadores sindicalizados e a formação das listas dos candidatos era feita pelas cúpulas da burocracia sindical, os membros dos conselhos seriam escolhidos livremente por todos os trabalhadores. A importância dada por *L'Ordine Nuovo* aos conselhos de fábrica era tamanha que chegava-se a abordar nele alguns detalhes organizativos, procurando, assim, dar ao semanário o caráter de instrumento prático a ser utilizado pelos operários no processo de sua auto-organização. Por exemplo, orientava-se que as eleições internas poderiam variar em função do tamanho das fábricas; dever-se-ia, porém, tentar eleger um delegado para cada quinze operários divididos por categoria (como ocorre nas fábricas inglesas), chegando-se assim, através de eleições graduais, a um comitê de delegados de fábrica que abranja representantes de todo o conjunto de trabalhadores (operários, empregados, técnicos).¹⁹

Se os conselhos de fábrica eram considerados órgãos superiores às comissões internas, estas já representavam uma enorme superioridade organizativa quando comparadas aos sindicatos de categoria: “o Partido Socialista e os sindicatos de categoria

¹⁸ GRAMSCI, *Escritos políticos*, vol. 1, p. 247. *Scritti Politici*, Op. cit., pp. 207-208. Em outro artigo publicado dois meses depois, afirma-se, nesse mesmo sentido, que “esse novo tipo de organização, desenvolvendo-se, articulando-se, enriquecendo-se de novas funções hierarquicamente ordenadas, constitui o fundamento do Estado socialista, o instrumento da ditadura proletária no campo da produção industrial”. Idem, *ibidem*, p. 272.

¹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 247-248. *Scritti Politici*, p. 208.

não podem absorver toda a classe trabalhadora a não ser através de um trabalho de anos e dezenas de anos. Eles não se identificam imediatamente com o Estado proletário”.²⁰

A defesa feita por *L'Ordine Nuovo* da construção de uma dualidade de poder é uma constante durante todo esse período. Em um artigo publicado em agosto de 1919, os membros do periódico demonstram sua preocupação com o fato de que as comissões de fábricas, apesar de já existirem a algum tempo na Itália, apresentarem-se ainda “de forma tosca e primitiva”,²¹ tendo que avançar muito, segundo o periódico, para cumprir seu verdadeiro papel, como aquele que as comissões desempenharam na Rússia.²² Nesse sentido, afirma-se que é necessário passar da atual forma improvisada para uma forma com mais organicidade, determinando a transformação das comissões internas em comitês de comissários de seção (as próprias seções, por sua vez, deverão ser especificadas por tipo de operação, de modo a fixar núcleos operários mínimos, que possam eleger delegados escolhidos, mediante conhecimento direto e próximo, por companheiros que trabalham lado a lado).²³

Assim, cada operário participaria de uma pequena comissão, que elegeria um comissário cuja função seria a de representá-los numa instância superior no interior de cada fábrica, levando e trazendo as propostas, estabelecendo uma comunicação direta entre a base do movimento e a sua direção. O semanário defendia que era “necessário ter como meta um comitê único, no qual se realizasse a unidade da classe proletária, dividida hoje em três grandes categorias, freqüentemente hostis por causa do hábito psicológico e da ação corruptora do capitalista e dos seus sicários jornalistas”.²⁴ De acordo com *L'Ordine Nuovo*, as comissões de fábrica significavam a afirmação do princípio “de que a luta de classe, no período atual da história da indústria capitalista, realiza-se em um novo tipo de organização proletária, que se baseia na fábrica e não na categoria profissional, na unidade de produção e não nos sindicatos de categoria nascidos da divisão do trabalho”.²⁵

²⁰ Idem, ibidem, p. 246. *Scritti Politici*, p. 207.

²¹ Idem, ibidem, p. 272.

²² Idem, ibidem.

²³ Idem, ibidem, p. 273.

²⁴ Idem, ibidem.

²⁵ Idem, ibidem, p. 272. Em maio de 1920, *L'Ordine Nuovo* reafirmava esta posição, dizendo que “os operários continuarão a sentir que não podem ser defendidos pelos sindicatos profissionais em sua luta contra

Os debates sobre os conselhos projetaram nacionalmente *L'Ordine Nuovo*, diferenciando-o dos materiais de outras correntes políticas internas ao PSI, como a esquerda bordiguista e o centro serratiano, além dos dirigentes sindicais socialistas. Essas correntes consideravam a proposta dos conselhos como o renascimento do anarco-sindicalismo e uma ameaça à autoridade dos sindicatos.²⁶ No entanto, ao contrário dessas posições, alguns fatos parecem indicar que a política proposta por *L'Ordine Nuovo* era a expressão mais aproximada da consciência da vanguarda operária. Isso pode ser comprovado no fato de que poucos dias depois de publicados esses dois artigos, em setembro de 1919, 2.000 operários da Fiat elegeram o primeiro conselho de fábrica sob a nova forma proposta pelo periódico. Em 1920, mais de 150 mil operários haviam nomeado representantes, o que confirmava as orientações de *L'Ordine Nuovo*, apesar da resistência das diferentes alas do PSI e da direção da CGT.

O acirramento da luta de classes fez com que todas as organizações operárias se fortalecessem. Em apenas um ano de existência (de 1919 a 1920) o número de leitores de *L'Ordine Nuovo* aumentou de 3.000 para 5.000 e o número de assinantes passou de 300 para 1.100. Os sindicatos se fortaleceram numa escala ainda maior. O número de sindicalizados na CGT aumentou de 250 mil, em 1918, para 2 milhões, em 1920,²⁷ tendo mais 800.000 na Federterra e 100.000 na FIOM (Federação Italiana dos Operários Metalúrgicos).²⁸ Os anarquistas também aumentaram significativamente seus adeptos. Entre 300 e 500 mil trabalhadores se filiaram nas organizações locais ligadas à União Sindical Italiana, dirigida pelos anarquistas. Cerca de 20.000 pessoas ingressaram ou

a multiplicidade e imprevisibilidade das armadilhas incessantemente criadas para eles pelos capitalistas, favorecidos pelos novos modos de produção”. Idem, ibidem, pp. 350-351. *Scritti politici*, p. 326. E conclui o periódico, defendendo a organização dos conselhos de fábrica: “foram essas novas condições de trabalho, amadurecidas durante a guerra, que determinaram em Turim a formação dos conselhos de fábrica: estas condições permanecem, permanece na consciência dos operários a necessidade, aguçada e iluminada pela educação política, necessidade que só pode ser satisfeita pelo conselho de fábrica e pelo sistema dos conselhos”. Idem, ibidem. *Scritti politici*, p. 326.

²⁶ Cfe. “Gramsci e a Educação”. In: *Seminários de Estudos Os intelectuais e a educação* Campinas: FE/Unicamp, 2009 <http://www.fe.unicamp.br/gramsci/apresentacao.htm>

²⁷ JOLL, Op. cit., p. 29.

²⁸ LEVY, *Gramsci and the anarchists*. Oxford: Berg, 1999, p. 119.

passaram a apoiar a União Anárquica Italiana (UAI) e os grupos locais afins. O PSI, por sua vez, teve um crescimento espantoso de 250.000 membros.²⁹

O sistema dos conselhos de fábrica significava a preparação das condições subjetivas para a tomada do poder pelo proletariado. Segundo *L'Ordine Nuovo*, a construção dos conselhos de fábrica se assemelhava à formação de um exército, mas um exército com características próprias: “cada fábrica construiria um ou mais regimentos deste exército, com seus cabos, seus serviços de ligação, seu corpo de oficiais, seu estado-maior, formando poderes delegados através de eleições livres, e não impostos autoritariamente”.³⁰ A idéia de que a preparação dos operários para o futuro governo deve ocorrer na luta imediata do interior das fábricas fica clara na passagem a seguir: “graças a uma ação incessante de propaganda e de persuasão desenvolvida pelos elementos mais conscientes [...] far-se-ia com que a massa se tornasse mais preparada e capacitada para o exercício do poder”.³¹ A solidariedade de classe da classe operária é, segundo o periódico, forjada na própria luta interna às fábricas: nos conselhos “difundir-se-ia uma consciência dos deveres e dos direitos do companheiro e do trabalhador, que seria concreta e eficaz porque gerada espontaneamente a partir da experiência viva e histórica”.³²

No entanto, segundo periódico dirigido por Gramsci, a organização no interior das fábricas não seria suficiente para o proletariado conquistar do poder. Era necessário expandir o movimento para fora das fábricas, organizando as demandas dos trabalhadores nos bairros das cidades e nos campos, por meio da criação de comitês de bairro e comitês de camponeses.

3. Os comitês de bairro e de camponeses

Nessa época (1919-1920), a situação social na Itália voltava a ficar extremamente tensa, período que ficou conhecido mais tarde como o biênio vermelho. Os membros de *L'Ordine Nuovo* consideravam imprescindível envolver o campesinato e setores proletários não operários na luta contra a dominação burguesa. Nesse sentido, o

²⁹ Idem, *ibidem*.

³⁰ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, p. 248. *Scritti politici*, p. 208.

³¹ Idem, *ibidem*, pp. 248-249. *Scritti politici*, pp. 208-209.

³² Idem, *ibidem*, p. 249. *Scritti politici*, p. 209.

semanário defendia que fossem formados nas aldeias organismos similares aos conselhos. Além das fábricas, com suas comissões internas, as comunidades camponesas também eram consideradas importantes centros de vida proletária nos quais era preciso trabalhar diretamente.³³ Os círculos de bairro, por sua vez, eram considerados “o gânglio que articula e centraliza todas as energias proletárias do bairro”.³⁴ No comitê de bairro “seria preciso ter como objetivo a incorporação de delegados também de outras categorias de trabalhadores que habitam o bairro: garçons, cocheiros, motorneiros e cobradores, ferroviários, lixeiros, empregados domésticos, comerciários, etc”.³⁵ Nesse sentido, observa o periódico, de maneira precisa:

O comitê de bairro deveria ser a emanção de *toda a classe trabalhadora* que habita o bairro, emanção legítima e dotada de autoridade, capaz de fazer respeitar uma disciplina, investida do poder espontaneamente delegado, bem como capaz de ordenar a suspensão imediata e integral de todo trabalho no âmbito de todo o bairro.³⁶ (grifo do autor)

Para *L'Ordine Nuovo*, “os comitês de bairro se ampliariam em comissariados urbanos, controlados e disciplinados pelo Partido Socialista e pelas federações de categoria”.³⁷ Como se vê, a integração dos camponeses e de todos os extratos do proletariado era considerada fundamental para a conquista do poder. Esses comitês externos às fábricas cumpririam também o papel de uma escola:

um tal sistema de democracia operária (complementado por organizações equivalentes de camponeses) daria uma forma e uma disciplina permanente às massas, seria uma magnífica escola de experimentação política e administrativa, englobaria as massas até o último homem, habituando-se à tenacidade e à perseverança, habituando-as a considerar-se como um exército em operação, que necessita de uma firme coesão se não quer ser destruído e escravizado.³⁸

³³ Idem, ibidem, p. 247. *Scritti politici*, p. 207.

³⁴ Idem, ibidem. *Scritti politici*, p. 208.

³⁵ Idem, ibidem, p. 248. *Scritti politici*, p. 208.

³⁶ Idem, ibidem.

³⁷ Idem, ibidem.

³⁸ Idem, ibidem.

Esta tarefa estava por ser feita. Era urgente unificar as diversas comissões de fábrica, de bairro, de camponeses para superar a dispersão existente entre todas as classes e setores de classe que se opunham à burguesia.

A luta de classes acirrava-se na Itália e o periódico dirigido por Gramsci, apesar da pequena influência que exercia no movimento se comparado com as outras organizações, acabava cumprindo o seu papel, ao estimular os trabalhadores a organizarem-se de forma totalmente independente da burguesia.

4. O acirramento da luta de classes e a construção da dualidade de poder

Diante do rápido desenvolvimento da auto-organização da classe operária de Turim, *L'Ordine Nuovo* utilizava cada edição para estimular o avanço do proletariado no sentido de sua preparação para a conquista do poder. Num artigo publicado no dia 28 de fevereiro de 1920 o periódico afirmava: “os conselhos de fábrica foram uma primeira forma das experiências históricas da classe operária italiana, que tem como meta o auto-governo no Estado operário”.³⁹

Para organizar as atividades comuns em todas as fábricas, os dirigentes de *L'Ordine Nuovo* defendiam, nesse mesmo artigo, a realização do primeiro congresso dos conselhos de fábrica. Todas as fábricas italianas deveriam ser convidadas para o congresso. Segundo o semanário, os problemas a serem discutidos no congresso seriam tanto problemas gerais, como o da unidade proletária e a adesão à III Internacional, como aqueles ligados à vida cotidiana dentro das fábricas, por exemplo, a relação entre conselhos e sindicatos, o controle operário sobre a indústria, as oito horas, os salários, o sistema Taylor, a disciplina do trabalho, etc..⁴⁰

³⁹ Idem, ibidem, p. 333. *Scritti politici*, p. 310. Gruppi expõe muito bem a atuação de *L'Ordine Nuovo* em relação aos conselhos de fábrica. Segundo o autor, o jornal procurou “extrair, de um movimento que já se realizava e de uma realidade efetiva, um novo instrumento de unidade da classe operária, capaz de guiar o movimento de massa, de levar o movimento operário a um novo nível de consciência. Partindo da fábrica, da experiência concreta, configurava-se o modelo de Estado pelo qual se devia lutar”. GRUPPI, *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 53

⁴⁰ Idem, ibidem.

L'Ordine Nuovo intervinha nos detalhes da organização do congresso, defendendo que estes problemas deveriam ser discutidos em assembléias de fábrica, para que os delegados levassem ao congresso o resultado de uma discussão coletiva, isto é, representassem verdadeiramente a vontade dos demais operários.⁴¹

O congresso, no entanto, não chegou a ser realizado. A situação se radicalizou e a repressão aos trabalhadores recrudesciu. Em março de 1920 estourou uma nova greve em Turim, a chamada greve dos ponteiros, assim denominada por ter sido deflagrada em repúdio à tentativa realizada no dia 28 de março por parte da direção da Fiat de modificar os relógios, substituindo a hora solar pela hora legal, sem consultar as comissões internas.⁴²

A declaração de Olivetti, secretário-geral da Confederação das Indústrias, demonstra a radicalidade do caráter dual de poder dos comitês de fábricas: “não é possível que nas fábricas se constitua um organismo que se proponha a decidir à margem e sobre os órgãos diretivos da fábrica”.⁴³

Turim já era na época uma cidade tipicamente industrial. Possuía 150.000 a 200.000 operários, dos quais 35.000 trabalhavam na Fiat. Os industriais turinenses decidiram realizar o *lockout* dos estabelecimentos metalúrgicos, fechando todas as fábricas, exigindo que as comissões internas renunciassem ao método das eleições através dos comissários de seção. Os operários não se intimidaram. Em poucos dias, a greve se transformou numa greve geral, estendendo-se a todo o Piemonte, envolvendo cerca de 500.000 operários e camponeses.

A disposição de luta dos trabalhadores era enorme, mas eles tiveram que enfrentar o pior dos inimigos: as suas próprias direções traidoras, tanto a da CGT quanto a do PSI, que desautorizaram a continuidade da greve. O movimento terminou isolado e derrotado em 24 de abril do mesmo ano, menos de um mês depois de ter iniciado.⁴⁴

Logo após a derrota da greve geral desencadeada pela greve dos ponteiros, o periódico *L'Ordine Nuovo* continuava, em junho de 1920, expressando a pulsão que

⁴¹ Idem, *ibidem*,

⁴² Idem, *ibidem*, p. 496 (Nota dos editores).

⁴³ Cfe. <http://www.mst.org.br/node/4061>

⁴⁴ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, p. 496 (Nota dos editores).

brotava do interior das fábricas e defendendo os conselhos de fábrica como a verdadeira expressão da futura estrutura do novo Estado operário:

A classe operária afirma que o poder industrial, que a fonte do poder industrial deve retornar à fábrica; coloca novamente a fábrica, do ponto de vista do operário, como forma na qual a classe operária se constitui como corpo orgânico determinado, como forma de um novo Estado, o Estado operário, como base de um novo sistema representativo, o sistema dos conselhos.⁴⁵

Em um informe escrito por Gramsci e enviado em julho de 1920 ao Comitê Executivo da Internacional Comunista, ele lembrava que os seguidores de *L'Ordine Nuovo* atribuíram aos conselhos de fábrica as tarefas do controle da produção, do armamento e da preparação militar das massas, sua preparação política e técnica.⁴⁶ No mesmo informe, Gramsci detalha quais seriam as funções do controle operário: “o controle sobre o pessoal técnico, a demissão de empregados que se demonstrem inimigos da classe operária, a luta com a direção pela conquista de direitos e liberdades, o controle da produção da empresa e de suas operações financeiras”.⁴⁷ A prática do controle operário da produção como função

⁴⁵ Idem, ibidem, p. 366. *Scritti politici*, p. 336.

⁴⁶ Idem, ibidem, p. 392. Nesse mesmo sentido, Lênin defendia no *Sotsial-Demokrat*, nº 64, de 25 de maio de 1917, ou seja, meses antes da conquista do poder pelo proletariado russo, que “a única maneira de conjurar a catástrofe [da vida econômica na Rússia] é implantar um controle operário efetivo sobre a produção e distribuição das mercadorias. Para isso é necessário: [...] que os comitês de fábrica e oficinas, os sovietes centrais e locais de deputados operários, soldados e camponeses, assim como os sindicatos, tenham direito de participar no controle, e que sejam abertos todos os livros comerciais e bancários para a inspeção”. LÊNIN, “Resolución sobre las medidas económicas”. In: *Obras completas*. Op. cit., tomo XXVI, p. 17-18. Dias mais tarde, em 4 de junho, Lênin reafirmava essa posição na edição nº 73 do *Pravda*. Ele dizia que era necessário “garantir que a organização (do controle e a direção), como organização ‘em escala nacional’, seja dirigida pelos sovietes de deputados operários, soldados e camponeses, e não pelos capitalistas. LÊNIN, “El desastre económico y la lucha del proletariado contra él”. In: *Obras completas*, Op. cit., tomo XXVI, p. 110 (grifo do autor). Assim como Lênin, Trotsky, mais tarde, em 1938, portanto, após a morte de Gramsci, também relacionava a abertura dos livros de contabilidade de todas as empresas ao controle operário da produção. Afirmava Trotsky que “aos capitalistas, principalmente os de pequena e média envergadura que às vezes propõem abrir seus livros de contas diante dos operários – sobretudo para lhes mostrar a necessidade de diminuir os salários – os operários devem responder que o que lhes interessa não é a contabilidade de falidos ou semi-falidos isolados, mas a contabilidade de todos os exploradores [...] A abolição do ‘sigilo comercial’ é o primeiro passo em direção a um verdadeiro controle sobre a indústria”. TROTSKY, *O programa de transição: a agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*. São Paulo: Tókhe, 2009, pp. 41-42.

⁴⁷ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, p. 393. Além do controle operário sobre a produção, Lênin defendia também o controle operário sobre as instituições financeiras: “o controle operário deve estender-se também, e com os mesmos direitos, a todas as operações financeiras e bancárias, a fim de descobrir o verdadeiro estado financeiro. Em tal controle devem participar conselhos e convenções de trabalhadores bancários, sindicais, etc., que serão imediatamente organizados”. LÊNIN, “Resolución sobre las medidas

específica dos conselhos de fábrica também servia como um meio de educar os operários. É o que Gramsci observa na passagem a seguir:

em toda fábrica, em toda oficina, é formado um organismo com base na representação (e não no antigo sistema burocrático), que põe em prática a força do proletariado, luta contra a ordem capitalista ou exerce o controle sobre a produção, *educando toda a massa operária para a luta revolucionária e para a criação do Estado operário*.⁴⁸

Os operários se educam por meio da própria luta de classes, da luta pelo controle da produção. Por meio do controle operário sobre a produção, eles passam a ter acesso às informações gerais da produção não só de sua fábrica, mas também do setor produtivo em que atuam e da região onde trabalham. Eles passam a ter noção da quantidade e do valor da matéria prima, assim como do tempo total despendido na produção de cada mercadoria. Passam também a contabilizar a depreciação dos instrumentos de trabalho. Desta maneira, os operários, em conjunto, se tornam capazes de calcular o valor das mercadorias por eles produzidas e, conseqüentemente, desvendar o segredo da mais-valia, a qual, sem o acesso a estas informações reveladas por meio do controle operário, fica totalmente encoberta.⁴⁹ A experiência do controle operário sobre a produção serviria,

económicas”. Op. cit., p. 18. Em 1938, Trotsky também afirmou, no mesmo sentido, que “na sua estrutura, os bancos refletem, sob forma concentrada, toda a estrutura do capitalismo contemporâneo [...]. Impossível dar um só passo sério na luta contra o despotismo dos monopólios e a anarquia capitalista, que se completam um ao outro em sua obra de destruição, se deixamos os altos comandos dos bancos nas mãos dos abutres capitalistas”. TROTSKY, Op. cit., p. 44.

⁴⁸ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, p. 392 (grifo nosso). Aqui também surpreende a proximidade entre Gramsci e o *Programa de transição*, no qual Trotsky afirma que “o controle operário tornar-se-á a escola da economia planificada. Pela prática do controle, o proletariado preparar-se-á para dirigir diretamente a indústria nacionalizada quando tiver chegado a hora”. TROTSKY, Op. cit., p. 42. O cotejamento feito aqui entre os artigos de Gramsci e o *Programa de transição*, ao qual, como sabemos, Gramsci não teve acesso, pois foi publicado após sua morte, tem como objetivo demonstrar que o *Programa de transição* não é fruto da elaboração individual de Trotsky, mas a expressão teórico-programática de um processo já existente, realizado durante a Revolução Russa e, em parte, na experiência dos Conselhos de Fábrica na Itália no início da década de 1920. Assim, todas as referências feitas aqui entre o *Programa de transição* e os artigos de Gramsci desta época procuram mostrar a identidade entre os dois autores como representantes legítimos dos levantes da classe trabalhadora mundial.

⁴⁹ Marx afirma, no capítulo IV do Livro I d’*O capital*, que para desvelar o segredo da mais-valia é preciso sair da esfera da circulação de mercadorias e entrar para a esfera da produção, ou seja, entrar no interior da fábrica. MARX, *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, vol. I, p. 144-145. Nesse sentido, Benoit observa que “no interior da fábrica as contradições se aprofundam. Desvela-se o segredo da mais-valia e começa abertamente a luta de classes [...]”. BENOIT, “Sobre o desenvolvimento (dialético) do programa”. In: *Crítica Marxista*, nº 4, São Paulo: Xamã, 1997, pp. 13-14. Também em BENOIT, “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”, In: *Crítica Marxista*, nº 8, São Paulo: Xamã, 1996.

assim, como uma escola para os operários. Isso indica como a consciência não é algo exterior à classe, algo trazido de fora para dentro da classe, mas é forjada por meio da própria experiência prática dos conselhos de fábrica e do controle operário sobre a produção, experiência impulsionada pela teoria revolucionária, que age como uma espécie de fermento da prática.

Apesar da derrota de abril, os operários não estavam dispostos a se entregar. Em agosto do mesmo ano, os operários voltaram a se manifestar, reivindicando melhores salários e melhores condições de trabalho. A FIOM apresentou aos industriais as reivindicações dos operários, mas os patrões recusaram-se a atender a maior parte delas. Em algumas fábricas os trabalhadores começaram um lento processo de obstrução da produção. Os industriais, organizados na Federação das Indústrias, suspenderam as negociações. Os operários decidiram, então, pelo desencadeamento de um processo de obstrução da produção por toda a Itália.

A Fedindústria, por sua vez, repetiu a ação de abril, ordenando novamente o *lockout*, que já vinha sendo realizado por alguns industriais isoladamente. Os operários responderam mais energicamente, ocupando as fábricas. Em Turim mais de 140 empresas foram ocupadas, incluindo metalúrgicas e empresas de transportes ferroviários e rodoviários. Os operários passaram a organizar a produção, estabelecendo a auto-gestão. Os trabalhadores ferroviários se negaram a transportar as tropas do exército. Os camponeses começaram a ocupar as terras. O movimento pouco a pouco foi adquirindo um caráter insurrecional, ganhando as mesmas dimensões da greve geral de abril.

A situação da luta de classes não estava decidida. Os capitalistas não aceitavam o avanço do controle operário sobre a produção e tomavam medidas contrárias a esse avanço. O momento decisivo se aproximava.

Num artigo publicado nesta época (em agosto de 1920), Gramsci continuava defendendo os conselhos de fábrica, observando o seu caráter mais amplo em relação ao sindicato e ao partido. Afirmava Gramsci que enquanto “o conselho de fábrica é uma instituição de caráter

‘público’, o partido e o sindicato são associações de caráter ‘privado’”.⁵⁰ Isso significa que “o operário faz parte do conselho de fábrica enquanto produtor, ou seja, em consequência de sua característica universal, de sua posição e de sua função na sociedade, do mesmo modo como o cidadão faz parte do Estado democrático parlamentar”.⁵¹ Já no partido e no sindicato “o operário ingressa ‘voluntariamente’, assinando um compromisso escrito, firmando um ‘contrato’, que ele pode romper a qualquer momento”.⁵² Por isso,

O partido e o sindicato, por serem de caráter “voluntário”, “contratualista”, não podem de modo algum ser confundidos com o conselho, instituição representativa, que se desenvolve de modo não aritmético, mas morfológico, e tende, em suas formas superiores, a emprestar a marca *proletária* ao aparelho de produção e de troca criado pelo *capitalismo* com o objetivo do lucro.⁵³ (grifos do autor)

No mesmo artigo, Gramsci defendia, mais uma vez, a não submissão dos conselhos de fábrica aos sindicatos: “os conselhos de fábrica têm sua lei em si mesmos, não podem e não devem aceitar a legislação dos organismos sindicais, já que têm a finalidade imediata de renovar fundamentalmente tais organismos”.⁵⁴

Ao invés de submeter os conselhos de fábrica aos sindicatos, era necessário criar organismos que unificassem todas as lutas das diversas categorias do país. Afinal, os conselhos de fábrica, os comitês de bairro e de camponeses e o controle operário da produção não eram, segundo os membros do *L’Ordine Nuovo*, suficientes para construir as condições subjetivas da revolução socialista. Estes organismos centralizadores da luta eram os soviets.

A defesa do caráter universal dos soviets era feita por Gramsci mesmo antes da greve dos ponteiros. Nas primeiras reuniões de *L’Ordine Nuovo* realizadas em abril de

⁵⁰ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, p. 406. *Scritti politici*, p. 354. Em outro artigo publicado um mês depois, em setembro de 1920, comentava-se em *L’Ordine Nuovo* os limites dos sindicatos que, segundo o periódico, “não contêm elementos que possibilitem o desenvolvimento da liberdade; estão destinados a sofrer mudanças radicais em consequência do desenvolvimento geral. Eles são determinados, não determinantes”. Idem, *ibidem*, p. 417. *Scritti politici*, p. 363.

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 406. *Scritti politici*, p. 354.

⁵² Idem, *ibidem*.

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 410. *Scritti politici*, p. 357.

1919, Gramsci abordava a questão da construção dos sovietes, perguntando se era possível dar aos sovietes uma validade universal ou se seria mais correto considerá-los como uma particularidade russa. Perguntava Gramsci se existia na Itália,

enquanto instituição da classe operária, algo que possa ser comparado ao soviete, que a ele se assemelhe por sua natureza? Algo que nos autorize a afirmar que o soviete é uma forma universal, que não é uma instituição russa, apenas russa, mas que é a forma na qual, qualquer que seja o lugar onde existam proletários em luta para conquistar a autonomia, a classe operária manifesta esta vontade de emancipação? [...] Existe na Itália, em Turim, um germe, uma veleidade, um vislumbre de governo dos sovietes?⁵⁵

E respondeu ele, de maneira precisa: “sim, existe na Itália, em Turim, um germe de governo operário, de soviete: é a comissão interna”.⁵⁶ Assim como as comissões de fábrica possuem um caráter universal, os sovietes, que são um produto do seu desenvolvimento, não poderiam deixar de expressar esta mesma universalidade. A construção da dualidade de poder como caminho para o socialismo era, para o Gramsci de *L'Ordine Nuovo*, um fenômeno universal. Para Gramsci, “os comunistas italianos [deveriam] assimilar a experiência russa e economizar tempo e trabalho”,⁵⁷ construindo os sovietes como máxima expressão do poder operário e camponês.

Para o semanário dirigido por Gramsci, os sovietes têm a função de unificar e dirigir as diversas organizações dos trabalhadores. Os sovietes devem “articular estas instituições entre si, coordená-las e subordiná-las segundo uma hierarquia de competências e de poderes, centralizá-las fortemente [...]”.⁵⁸ Os dirigentes do periódico defendem a construção de uma dualidade de poder entre o Estado operário em gestação e o Estado burguês, uma situação de confronto aberto entre os dois Estados.

⁵⁵ Idem, ibidem, p. 401-402. *Scritti politici*, p. 351.

⁵⁶ Idem, ibidem, p. 402. *Scritti politici*, p. 351.

⁵⁷ Idem, ibidem, p. 249. *Scritti politici*, p. 209. Segundo Broué, o primeiro soviete russo surgiu espontaneamente durante a revolução de 1905 na cidade de Ivanovo-Voznessensk, sem ter sido organizado por nenhuma das tendências do movimento operário. Baseado na obra de Anweiler, Broué comenta que este soviete se originou de um comitê de greve e de assembléias dos operários. BROUÉ, *El partido bolchevique*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, S/D, p. 102.

⁵⁸ Idem, ibidem, p. 245. *Scritti politici*, p. 206.

Os sovietes, que representam “a verdadeira democracia operária, em eficiente e ativa contraposição ao Estado burguês, [estão] preparados desde já para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional”.⁵⁹ Nesse sentido, afirmava-se em *L’Ordine Nuovo* que “o Estado socialista já existe potencialmente nas instituições de vida social características da classe trabalhadora explorada”.⁶⁰

Como se vê, no decorrer do ano de 1920 a luta de classes se manifestava abertamente na Itália. Todos os personagens estavam em ação. Os industriais, por meio de suas organizações de classe,⁶¹ pressionavam o governo para que assumisse posições mais duras contra os operários e não permitisse que as mercadorias que vinham sendo produzidas nas fábricas ocupadas pudessem ser comercializadas. Os empresários lançaram um ultimato ao governo, afirmando que a retração das autoridades tolhia toda a confiança que os empresários poderiam depositar nos governantes. Eles levantaram dúvidas sobre a capacidade do governo de garantir as liberdades constitucionais e, por fim, ameaçaram suprir com suas próprias iniciativas aquela defesa que lhes era recusada.

O governo, por sua vez, percebia que não era possível se opor abertamente a um movimento operário daquela dimensão. A situação do governo Giolitti era extremamente delicada. Como o governo poderia reprimir a ocupação das fábricas? Para impedir as

⁵⁹ Idem, ibidem, pp. 245-246. *Scritti politici*, pp. 206-207. É espantosa a semelhança entre este texto de Gramsci e o *Programa de transição*, de Trotsky. Enquanto Gramsci afirma que os sovietes se contrapõem ao Estado burguês, Trotsky observa que “os sovietes, desde o momento de sua aparição, tornam-se os rivais e os adversários das autoridades locais e, em seguida, do próprio governo central”. TROTSKY, *O programa de transição: a agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional*. São Paulo: Tókye, 2009, p. 62. Ambos seguem as indicações contidas no célebre texto de Marx e Engels, a *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, no qual os autores afirmam que “ao lado dos novos governos oficiais, os operários deverão constituir imediatamente governos operários revolucionários, seja na forma de comitês ou de conselhos municipais, seja na forma de clubes operários ou de comitês operários, de tal modo que os governos democrático-burgueses [...] percam imediatamente o apoio dos operários”. MARX, & ENGELS, “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, vol. 1, p. 88.

⁶⁰ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, p. 245. *Scritti politici*, p. 206. A proximidade de Gramsci com Lênin aqui é evidente. Lênin afirmava que os sovietes eram formas embrionárias de um novo poder revolucionário. LÊNIN, “Plataforma táctica para el congreso de unificación”. In: *Obras completas*. Madrid: Akal, 1978, tomo X, p. 156-157.

⁶¹ Os capitalistas haviam fundado, em março de 1919, uma organização em âmbito nacional, a Confederação Geral da Indústria Italiana (CGII), cujo secretário-geral era Gino Olivetti, que dirigia a entidade junto com o fundador da Fiat, Giovanni Agnelli. Antes dessa Confederação, a burguesia italiana já contava com a Liga Industrial, fundada em 1906, composta por 75 empresários de várias indústrias, além da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, fundada em 1868. CLARK, *Antonio Gramsci and the revolution that failed*. Great Britain: Yale University Press, 2. Ed., 1978, p. 96.

ocupações, o governo teria que colocar uma guarnição em cada uma das fábricas, nas pequenas uma centena de homens, nas grandes alguns milhares. Para ocupar as fábricas o governo seria forçado a empregar toda a força que poderia dispor. E quem vigiaria os 500 mil operários que ficariam para fora das fábricas? Diante dessa situação aparentemente sem saída, ao invés de entrar em confronto direto com as massas trabalhadoras, o governo preferiu usar outra tática: confiar nas direções do PSI e da CGT, uma posição que, do ponto de vista do governo, se mostrou acertada.

De fato, não tardou para que a direção reformista traísse os trabalhadores. A FIOM ofereceu a direção do movimento à CGT, que por maioria decidiu que a luta deveria se reduzir ao campo das reivindicações meramente econômicas e sindicais. A direção da CGT rejeitou, assim, a proposta de dar continuidade à greve.

O governo aproveitou a oportunidade e convidou as partes para negociar o fim do movimento. Os patrões cederam em alguns pontos, concordaram com a concessão de um pequeno reajuste salarial a título de indenização pela carestia, além da ampliação do direito de férias. A CGT e a FIOM decidiram aceitar a contra-proposta patronal e defenderam o fim das ocupações. Em Turim, a resistência durou ainda mais alguns dias.

Mas apesar da derrota e da brutal repressão realizada pelos patrões, os operários conseguiram manter a sua organização dentro das fábricas. A “Torino Rossa” continuava sendo uma ameaça constante à burguesia, que ainda não se mostrava satisfeita com a situação. Os patrões consideravam que haviam concedido em demasia. Fortalecia dentro da classe burguesa a convicção de que era preciso por um fim à experiência dos conselhos de fábrica. A classe operária, traída por sua direção, possuindo ainda débeis, isolados e insuficientes organismos independentes, foi alvo de uma duríssima repressão por parte dos patrões. Entre os anos de 1921 e 1922, as principais lideranças foram demitidas e incluídas nas “listas negras”. Mais de 31 mil operários também perderam seus empregos em Turim.

Numa moção publicada em 8 de maio de 1920 em *L'Ordine Nuovo* e apresentada no Conselho Nacional do PSI pelos representantes da seção socialista de Turim, Gramsci caracterizou a realidade italiana durante o movimento que sucedeu a greve dos ponteiros como equivalente a uma situação pré-revolucionária:

a fase atual da luta de classe na Itália é a fase que precede ou a conquista do poder político pelo proletariado revolucionário, com a passagem para novos modos de produção e distribuição que permitam uma retomada da produtividade, ou uma tremenda reação por parte da classe proprietária e da casta governamental.⁶²

Neste confronto aberto entre as classes, a classe operária italiana foi vencida, mas havia mostrado, na prática, para as outras classes e para si própria, que a burguesia era uma classe socialmente desnecessária para o desenvolvimento do processo produtivo e que os próprios trabalhadores poderiam organizar a produção sem patrões ou capatazes.

Quais seriam, afinal, as principais causas da derrota apontadas pelo *L'Ordine Nuovo*? Analisemos a seguir esta questão.

5. Os motivos da derrota do proletariado italiano

Vimos que nos levantes operários de 1920 as direções do PSI e da CGT cumpriram um nefasto papel. Analisemos com mais detalhe a atuação dessas direções. Na época da greve dos ponteiros, em março de 1920, a CGT desautorizou a greve. *L'Ordine Nuovo* atacou duramente os dirigentes da CGT:

estes homens não vivem mais para a luta de classes, não sentem mais as mesmas paixões, os mesmos desejos, as mesmas esperanças vividas pelas massas: entre eles e as massas se criou um abismo insuperável. O único contato entre eles e as massas é o registro das contribuições e o fichamento dos filiados. Estes homens já não vêem o inimigo na burguesia, mas nos

⁶² GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, p. 354. *Scritti politici*, p. 316. No II Congresso da Internacional Comunista, realizado entre 17 de julho de 7 de agosto de 1920, Lênin define essa moção de Gramsci como “plenamente correspondente aos princípios da Internacional Comunista”. GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*. Op. cit., vol. 1, p. 56 (Cronologia). De acordo com Trotsky, uma das características de uma situação pré-revolucionária são as ocupações de fábrica, a criação de comitês de fábrica, assim como o controle operário da produção, pelo fato desses organismos e formas de luta já representarem uma dualidade de poder local. Essa situação poderá se desenvolver e se transformar numa situação propriamente revolucionária, representada por uma dualidade de poder em escala nacional. Diz Trotsky: “se o comitê de fábrica cria elementos de dualidade de poder na fábrica, os conselhos (soviets) abrem um período de dualidade de poder no país. A dualidade de poder é, por sua vez, o ponto culminante do período de transição”. TROTSKY, Op. cit., p. 62. Nesse ponto Coutinho demonstra os limites de seu conhecimento a respeito da obra de Trotsky, ao acusar o dirigente bolchevique de não ter identificado suficientemente o que seria um “período pré-revolucionário”. COUTINHO, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 3ª ed., 2008, p. 39.

comunistas: têm medo da concorrência, são líderes que se tornaram banqueiros de homens em regime de monopólio.⁶³

Para bloquear a greve, a CGT obteve total apoio da direção do Partido Socialista.⁶⁴ Essas direções reformistas recusaram-se a publicar os manifestos dos grevistas e buscaram de todas as maneiras fazer com que a greve não se estendesse para outras regiões do país. A própria convenção do PSI, marcada inicialmente para Turim, foi transferida para Milão, com o objetivo de evitar a pressão dos operários em luta. Como consequência, o movimento terminou isolado e derrotado em 24 de abril, apenas alguns dias depois de ter iniciado.

Além de denunciar a direção da CGT, *L'Ordine Nuovo* atacou duramente a direção do PSI. Mesmo antes da greve, em janeiro de 1920, o periódico já alertava para a crise da direção do partido:

o Partido perdeu cada vez mais o contato com as grandes massas em movimento; os eventos se processam e o Partido está ausente deles (...) O Partido, que se tornara a maior energia histórica da nação italiana, caiu numa crise de infantilismo político: é hoje a maior das debilidades sociais da nação italiana.⁶⁵

Na verdade, desde a sua fundação, em 1892, o PSI foi palco de profundos debates entre uma ala extremista (maximalista, anarquista e anarco-sindicalista) e uma ala reformista (da qual as maiores expressões eram Bissolati e Turati). Vale lembrar que até mesmo Benito Mussolini pertenceu aos quadros do PSI.⁶⁶

Em 1919, o Partido Socialista havia conquistado uma enorme influência entre o proletariado. Prova disso foi a maioria relativa dos votos por ele conquistada para a Câmara

⁶³ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 2, p. 41. *Scritti politici*, p. 417. Essa afirmação foi feita após o Congresso da CGT, realizado entre 26 de fevereiro e 3 de março de 1921, na cidade de Livorno. Idem ibidem, p. 442 (Nota dos editores).

⁶⁴ O PSI tinha um “pacto de aliança” com a CGT, que obrigava as duas organizações a se consultarem mutuamente antes de qualquer decisão de maior peso. Idem, ibidem, p. 442 (Nota dos editores).

⁶⁵ Idem, ibidem, vol. 1, p. 319. *Scritti politici*, pp. 298-299.

⁶⁶ LISBOA, *Qual Gramsci (nas pegadas de Gramsci)*, p. 7. <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/viewFile/6702/6268>.

dos Deputados nas eleições realizadas naquele ano, elegendo 155 deputados.⁶⁷ No entanto, de acordo com *L'Ordine Nuovo*, apesar do Partido ter conseguido

construir um aparelho de governo de três milhões de cidadãos, o qual – se consolidado e materializado em instituições revolucionárias permanentes – seria suficiente para assenhorear-se do poder de Estado, o Partido não teve êxito, porém, na parte essencial de sua tarefa histórica: não conseguiu dar uma forma permanente e sólida ao aparelho que conseguiu criar através da agitação das massas. Não conseguiu progredir e, por isso, caiu numa crise de marasmo e letargia.⁶⁸

A classe operária – em função do desenvolvimento da civilização industrial, do desenvolvimento dos meios de opressão e exploração – foi levada a empreender ações, a propor-se metas e a buscar efetivá-las, a aplicar métodos que não são compreendidos pelos homens frios e sem entusiasmo que o mecanismo burocrático colocou nos cargos de direção de suas organizações de luta.⁶⁹

No mesmo artigo, acusava-se diretamente a direção da CGT como uma das principais responsáveis pela derrota do proletariado:

A classe operária de Turim foi derrotada. Entre as condições que determinaram a derrota também se inclui a “superstição”, a mentalidade estreita dos responsáveis do movimento operário italiano (...) [que estão] na direção e na administração da CGT, que engloba dois milhões de proletários italianos e tem a presunção de pôr em prática o marxismo na Itália.⁷⁰

E conclui o artigo:

a evolução do movimento demonstrou que não existem na Itália as energias revolucionárias organizadas capazes de centralizar um movimento amplo e profundo, de dar substância política a uma irresistível e poderosa sublevação da classe operária, de criar um Estado e de lhe imprimir um dinamismo revolucionário.⁷¹

⁶⁷ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, p. 493 (Nota dos editores).

⁶⁸ Idem, ibidem, pp. 318-319. *Scritti politici*, p. 298.

⁶⁹ Idem, ibidem, p. 351. *Scritti politici*, pp. 326-327.

⁷⁰ Idem, ibidem, p. 345. *Scritti politici*, p. 323.

⁷¹ Idem, ibidem, p. 349. *Scritti politici*, p. 325. Dois meses depois, em julho, Gramsci reafirmava o abandono do operariado pela direção reformista em um informe enviado ao Comitê Executivo da Internacional Comunista. Idem, ibidem, pp. 384, 395, 396 e 397.

Os editores do periódico consideravam que “a intervenção enérgica das centrais do movimento operário organizado poderia ter equilibrado as forças”⁷² contra a classe capitalista e o Estado. No entanto “a ampla ofensiva capitalista foi preparada sem que o ‘estado-maior’ da classe operária organizada percebesse o que ocorria ou se preocupasse com isso”.⁷³ E continua o artigo: “essa ausência das centrais da organização tornou-se uma condição da luta, uma tremenda arma nas mãos dos industriais e do poder de Estado, uma fonte de debilidade para os dirigentes locais da seção metalúrgica”.⁷⁴

Nesse sentido, o obstáculo à revolução na Itália era, segundo *L’Ordine Nuovo*, a crise da direção revolucionária. Para Gramsci e seus camaradas,

os organismos dirigentes do Partido Socialista revelaram não compreender absolutamente nada da fase de desenvolvimento que a história nacional e internacional atravessa no período atual, nem tampouco da missão que cabe aos organismos de luta do proletariado revolucionário.⁷⁵

Isso impunha às forças operárias e camponesas uma carência total de coordenação e de centralização revolucionárias. Segundo o periódico, o Partido Socialista assistia como espectador ao desenrolar dos eventos, jamais emitindo sobre eles uma opinião própria, que resultasse das teses revolucionárias do marxismo e da Internacional Comunista; não formulava palavras de ordem que pudessem ser recolhidas pelas massas, não fornecia uma orientação geral que unificasse e concentrasse a ação revolucionária.⁷⁶

Um fato surpreendente é a relação de *L’Ordine Nuovo* com o partido. Apesar de ser membro do PSI, Gramsci atacava publicamente a direção do partido por meio do periódico, tornando públicas questões internas. Por meio dessa relação, fica evidente o caráter menchevique do PSI, um partido não leninista, um partido não regido pelo

⁷² Idem, ibidem, p. 351. *Scritti politici*, p. 327.

⁷³ Idem, ibidem, p. 348. *Scritti politici*, p. 324.

⁷⁴ Idem, ibidem.

⁷⁵ Idem, ibidem, p. 354. *Scritti politici*, p. 316. Mais uma vez a análise feita por *L’Ordine Nuovo* se assemelha àquela feita por Trotsky, que considera que, diante do amadurecimento das condições objetivas da revolução socialista o único bloqueio enfrentado pelo proletariado é a crise da sua direção revolucionária. TROTSKY, *O programa de transição*, Op. cit., p. 30.

⁷⁶ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, pp. 354-355. *Scritti politici*, pp. 316-317. Mais adiante, volta-se a fazer nova acusação nesse mesmo sentido. Idem, ibidem, pp. 355-356. *Scritti politici*, p. 317.

centralismo democrático. Segundo *L'Ordine Nuovo*, essa relação frouxa, sem princípios claros, manifestava-se também na relação entre o PSI e a Internacional Comunista:

a direção permitiu que eles [os oportunistas] se agrupassem e votassem resoluções contraditórias com os princípios e as táticas da III Internacional e hostis à orientação do Partido: a direção permitiu que organismos subordinados tivessem absoluta autonomia para desenvolver ações e para difundir concepções contrárias aos princípios e à tática da III Internacional.⁷⁷

Outra crítica feita por *L'Ordine Nuovo* a respeito da relação entre o PSI e a Internacional Comunista estava ligada ao fato do Partido não ter enviado um representante sequer nas reuniões da III Internacional realizadas numa cidade alemã em dezembro de 1919 e em Amsterdã em fevereiro de 1920. O periódico denuncia que “os militantes do Partido sequer foram informados pelos organismos centrais das discussões ocorridas e das deliberações tomadas nessas duas conferências”.⁷⁸ O periódico critica também o fato da editora do Partido continuar divulgando “concepções e opiniões próprias da II Internacional, deixando de lado as publicações da III Internacional”.⁷⁹ Uma destas concepções ligadas à II Internacional era a desvalorização da guerra e da revolução russa e a consideração do socialismo como uma meta longínqua.⁸⁰

No entanto, as direções do PSI e da CGT não foram as únicas que o semanário responsabilizou pela derrota. *L'Ordine Nuovo* acusou também o proletariado pela falta de coesão revolucionária, o que teria, segundo o periódico, impedido a própria classe de construir, a partir de si mesma, uma direção sindical que fosse um reflexo de seus interesses e de seu espírito revolucionário.⁸¹

É importante ressaltar que essa é a única passagem na qual *L'Ordine Nuovo* acusa o proletariado pela derrota. A posição geral do periódico é a de que a principal responsável pela

⁷⁷ Idem, ibidem, p. 356. *Scritti politici*, p. 318. Sobre a fragilidade da relação do PSI com a Internacional Comunista, ver também: idem, ibidem, vol. 2, p. 29.

⁷⁸ Idem, ibidem, pp. 357-358. *Scritti politici*, p. 319.

⁷⁹ Idem, ibidem, p. 358. *Scritti politici*, p. 319.

⁸⁰ Idem, ibidem, vol. 2, p. 49. Veremos na Seção II como a questão internacional e a perspectiva de uma longa preparação para a revolução criticadas por Gramsci no *L'Ordine Nuovo* terão um profundo significado nas suas posições carcerárias.

⁸¹ Idem, ibidem, vol. 1, pp. 345-346. *Scritti politici*, p. 323.

derrota do proletariado é a direção.⁸² Uma indicação de que o principal bloqueio para a revolução socialista na Itália estava na direção revolucionária pode ser encontrada na própria proposta do *L'Ordine Nuovo* em relação à direção do PSI? Nessa época, o semanário dirigido por Gramsci não propunha nada além de uma renovação do Partido Socialista,⁸³ ou seja, ainda não propunha uma ruptura com os traidores, mas uma reforma no partido, a ser realizada juntamente com eles. Veremos que a ruptura ocorreu, mas, infelizmente, tarde demais.

Como se vê, o próprio *L'Ordine Nuovo* fazia parte da crise da direção revolucionária. A fragilidade da fração comunista à qual Gramsci participava era notória. Havia um número extremamente reduzido de operários comunistas nas fábricas. Nesse sentido, Lênin observou, num discurso proferido em 28 de junho de 1921, durante o III Congresso da Internacional Comunista: “os comunistas italianos nem sempre são comunistas em grau suficiente. Quando os operários ocuparam as fábricas na Itália, ao menos um comunista conseguiu se destacar?”⁸⁴ E ele próprio respondeu: “Não, então o comunismo não existia ainda na Itália; pode-se falar de certo anarquismo, mas não de comunismo marxista”.⁸⁵

Essa situação indica que o maior obstáculo à vitória do proletariado na Itália durante o biênio vermelho não foi a crise *de* direção do proletariado, mas muito mais a crise *da* direção revolucionária.⁸⁶ Se, por um lado, os operários eram dominados por uma direção com características oportunistas, por outro, não tinham ainda um partido comunista

⁸² Nessa mesma direção afirma Trotsky: “se admitirmos que é verdade que a causa das derrotas residem nas qualidades sociais do próprio proletariado, então a situação da sociedade moderna deverá ser considerada como desesperadora”. TROTSKY, “A URSS na guerra”. In: *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Proposta, S/D, p. 27. Para Trotsky, assim como para *L'Ordine Nuovo*, o problema central estava no profundo antagonismo existente entre “a exigência orgânica, profunda e insuperável das massas trabalhadoras para se liberarem do sangrento caos capitalista, e o caráter conservador, patriótico e completamente burguês da direção do movimento operário, que sobrevive por si mesma”. Idem, *ibidem*.

⁸³ Conforme o próprio título do artigo publicado no *L'Ordine Nuovo* em 8 de maio de 1920. GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, p. 353. *Scritti politici*, p. 315.

⁸⁴ LÊNIN, “Discurso sobre el problema italiano”. In: *Obras completas*. Op. cit., tomo XXXV, p. 368.

⁸⁵ Idem, *ibidem*.

⁸⁶ A diferença entre as expressões “crise *de* direção” e “crise *da* direção” foi exposta pelo prof. Hector Benoit em curso sobre *Os três livros de O capital* realizado inicialmente na Unicamp e depois no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, nesta capital, entre 2003 e 2009. Segundo Benoit, a primeira expressão representaria uma crise do proletariado enquanto classe, que não saberia qual direção tomar, enquanto a segunda significa que quem está em crise não é a classe proletária como um todo, mas, sobretudo, a sua direção.

que os dirigisse. A extraordinária disposição de luta do operariado turinense ainda não encontrava uma forma de expressão política revolucionária suficientemente organizada.

Nos conselhos de fábrica, o PSI também não correspondeu às expectativas dos operários. *L'Ordine Nuovo* observava que, enquanto os comunistas que faziam parte da seção socialista e das organizações sindicais estavam à frente da luta pela formação dos conselhos, os funcionários sindicais, a direção do Partido Socialista e do *Avanti!* resistiam à construção dos conselhos, levantando polêmicas de caráter puramente teórico, abstrato, burocrático, baseadas na diferença entre o conceito de conselho de fábrica e o de soviete:

Por trás de suas frases altissonantes ocultava-se o desejo de evitar a participação direta das massas na luta revolucionária, o desejo de conservar a tutela dos organismos sindicais sobre as massas. Os componentes da direção do Partido sempre se recusaram a tomar a iniciativa de uma ação revolucionária antes que fosse posto em prática um plano de ação coordenado, mas nunca fizeram nada para preparar e elaborar este plano.⁸⁷

Nesse mesmo sentido, num texto publicado na revista da Internacional Comunista e em *Lo stato Operário* Gramsci afirmava o seguinte:

em Turim, o plano de uma plataforma do movimento foi elaborado e preparado pelos próprios operários, em assembléias de fábrica, com a ajuda dos comunistas que estavam à frente do movimento, de modo que o comitê central dos conselhos não fez mais do que dar a este material uma forma definitiva. Portanto, o movimento pode ser chamado de estritamente operário e serve como prova do alto grau de desenvolvimento que o proletariado de Turim alcançou no terreno industrial.⁸⁸

Nessas circunstâncias, era inevitável que o Partido Socialista caísse em descrédito perante as massas trabalhadoras. Num artigo publicado em setembro de 1920, *L'Ordine Nuovo* comentava que o PSI, partido tradicional da classe operária italiana, não escapou do processo de decomposição. Segundo o periódico, “o Partido Socialista Italiano em nada difere do *Labour Party* inglês, sendo revolucionário apenas nas afirmações gerais contidas em seu programa. É um conglomerado de partidos; move-se, e não pode deixar de se mover, preguiçosa e tardiamente”.⁸⁹ O semanário comparava o PSI a “um pobre tabelião

⁸⁷ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, p. 395.

⁸⁸ Idem, ibidem, p. 502 (Nota dos editores).

⁸⁹ Idem, ibidem, p. 424. *Scritti politici*, p. 368.

que registra as operações já realizadas espontaneamente pelas massas; este pobre Partido Socialista, que se proclama líder da classe operária, não é mais do que um estorvo para o avanço do exército proletário”.⁹⁰ E conclui: “isso explica o paradoxo histórico de que, na Itália, são as massas que impulsionam e ‘educam’ o Partido da classe operária, em vez de ser o Partido que guia e educa as massas”.⁹¹

Alguns meses depois, em junho de 1921, o III Congresso da Internacional Comunista confirmava totalmente essa análise de *L’Ordine Nuovo*:

Na Itália, o impetuoso movimento revolucionário do proletariado cresceu cada vez mais durante os últimos dezoito meses e só a falta de caráter de um Partido Socialista pequeno-burguês, a política traidora da fração parlamentar e o oportunismo covarde das organizações sindicais permitiram que a burguesia restabelecesse seu aparelho, mobilizasse a sua guarda branca, passasse a atacar o proletariado, momentaneamente desencorajado diante do fracasso de seus velhos órgãos dirigentes.⁹²

Numa situação como essa, não havia mais como Gramsci e seus camaradas permanecerem no PSI. Era urgente a criação de um novo partido que expressasse o nível de consciência política e de organização da vanguarda operária. Esse partido seria, segundo *L’Ordine Nuovo*, o Partido Comunista Italiano.

6. A ruptura com o PSI e a fundação do PCI

Desde 1919, Amadeo Bordiga vinha organizando, por meio do jornal *Il Soviet*, editado em Nápoles, uma fração comunista no interior do Partido Socialista Italiano. A fração tinha ramificações por todo país. Em 8 e 9 de maio de 1920 Gramsci participou, como observador, da Conferência da fração de Bordiga, realizada em Florença. Gramsci discordou da linha geral da fração, por considerar que o Partido Comunista não poderia ser constituído apenas com base no abstencionismo eleitoral.⁹³ Esta discordância com a fração de Bordiga pode ter influenciado a posição de *L’Ordine Nuovo*, já mencionada no item

⁹⁰ Idem, ibidem, p. 425. *Scritti politici*, p. 369.

⁹¹ Idem, ibidem. *Scritti politici*, p. 368.

⁹² *Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista*. Mexico: Pasado y presente, 2ª ed., 2ª parte, 1977, p. 27.

⁹³ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*. Op. cit., vol. 1, p. 55 (Cronologia).

anterior, de defender a permanência no PSI. De qualquer maneira, Gramsci mantinha-se próximo de Lênin ao defender a importância de participar das eleições por considerá-las como mais um espaço a ser utilizado para divulgar o programa do partido. Mas, se por um lado, Gramsci não aceitava o abstencionismo eleitoral defendido por Bordiga, por outro, não concordava com uma postura meramente eleitoral, que exagerava a importância da participação nas eleições, posição defendida pela fração comunista eleitoralista da seção socialista de Turim, dirigida por Togliatti e Terracini, o que levou Gramsci se afastar momentaneamente de ambos e aglutinar em torno de si um pequeno grupo de “educação comunista”, que acabou, como veremos, se aproximando dos abstencionistas bordiguianos.⁹⁴

Essas discussões políticas eram o pressuposto indispensável da construção de uma nova direção revolucionária. Numa época de ascenso da classe operária, as mudanças ocorrem rapidamente, num curto espaço de tempo. Se, como vimos, em maio de 1920 *L'Ordine Nuovo* defendia a permanência no PSI, em setembro o periódico já defendia publicamente a ruptura com os reformistas. No artigo publicado em 4 de setembro de 1920 convoca-se de maneira determinada

os comunistas sinceros e desinteressados [...] a desenvolver o trabalho necessário para que, no mais breve tempo possível, seja constituída a fração comunista do Partido Socialista Italiano, a qual, para conservar a honra do proletariado italiano, deve tornar-se no Congresso de Florença, de nome e de fato, Partido Comunista Italiano, seção da III Internacional Comunista.⁹⁵

Vale lembrar que nesse período de poucos meses ocorreram duas greves gerais traídas pela direção do PSI. O artigo termina com um chamado explícito à criação do Partido Comunista Italiano:

os comunistas – que na luta dos metalúrgicos, com sua energia e seu espírito de iniciativa, salvaram a classe operária de um desastre – devem chegar até as últimas conseqüências de sua atitude e de sua ação: devem salvar, reconstruindo-a, a coesão básica do partido da classe operária, dando ao proletariado italiano o Partido Comunista capaz de organizar o Estado operário e as condições para o advento da sociedade comunista”.⁹⁶

⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 56 (Cronologia).

⁹⁵ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, pp. 426-427. *Scritti politici*, p. 369-370.

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 427. *Scritti politici*, p. 370.

Três meses depois, em 1º de janeiro de 1921, a edição turinense do *Avanti!* muda o nome para *L'Ordine Nuovo*, que passa a ter uma periodicidade diária. O próprio Gramsci é o dirigente do jornal.⁹⁷ A primeira edição do jornal mantém o caráter nitidamente fracionista:

a história que vai 2-3 de dezembro de 1919 até hoje é uma contínua demonstração da incapacidade do PSI de organizar a vida política do povo italiano, de dar-lhe uma direção, de orientar a vanguarda da revolução popular de modo a infundir-lhe uma precisa consciência de suas tarefas particulares, de suas específicas responsabilidades.⁹⁸

L'Ordine Nuovo mantinha sua linha de ataque ao PSI, denunciando-o por ter permitido que a greve dos ponteiros, aquele magnífico movimento turinense em favor dos conselhos de fábrica e do controle operário, fosse esmagada em abril de 1920, além de ter deixado que em setembro do mesmo ano o gigantesco movimento dos operários metalúrgicos se concluísse miseravelmente num compromisso giolittiano e no evidente engodo do controle sindical, do mesmo modo que deixou no completo abandono as massas rurais em luta pela conquista da terra.⁹⁹ Para o periódico, o PSI podia, no máximo, “se propor a ‘corrigir’ ou sabotar o Estado burguês, mas nunca poderia se propor a fundar um novo Estado”.¹⁰⁰

Ao mesmo tempo em que denunciava o PSI, *L'Ordine Nuovo* defendia o papel dirigente do proletariado urbano em relação à pequena burguesia: “o PSI demonstrou na prática não ter sido capaz de compreender a posição hierárquica que, no âmbito nacional, deve ser ocupada pela vanguarda revolucionária (o proletariado urbano) em relação aos mais amplos estratos do povo trabalhador”.¹⁰¹

Alguns dias depois da publicação deste artigo ocorreu, finalmente, a ruptura entre os comunistas e a maioria do PSI, no XVII Congresso do PSI, realizado entre 15 e 21 de janeiro de 1921, cuja sede foi transferida de Florença para Livorno. O número total de votantes (171.506) dá uma idéia da dimensão do PSI. Neste Congresso, a chamada fração

⁹⁷ Idem, ibidem, p. 40 e vol. 2, p. 11 (Cronologia).

⁹⁸ Idem, ibidem, vol. 2, p. 27.

⁹⁹ Idem, ibidem, p. 28.

¹⁰⁰ Idem, ibidem.

¹⁰¹ Idem, ibidem, pp. 28-29.

de Ímola ou ‘comunista pura’,¹⁰² que reunia, sobretudo, os grupos de Bordiga e de *L’Ordine Nuovo*, obteve 58.783 votos (34,28%); a corrente maximalista, liderada por Serrati e rebatizada para a ocasião de ‘comunista unitária’, obteve a maioria dos votos, 98.028 (57,16%); a ala reformista obteve apenas 14.695 votos (8,56%).

Apesar do Congresso do PSI realizado em Bolonha em julho de 1919 ter aprovado o ingresso do partido na Internacional Comunista, os maximalistas se recusaram, no Congresso de Livorno, a cumprir duas das 21 condições aprovadas no II Congresso da Internacional para a filiação de uma seção nacional, a saber, a expulsão dos reformistas e a mudança de nome para Partido Comunista. Diante dessa recusa, a fração de Ímola, hegemônica por Bordiga, retirou-se do Congresso e, em 21 de janeiro, num outro local também em Livorno, fundou o Partido Comunista da Itália.¹⁰³

Em junho do mesmo ano, Lênin considerou essa votação um grande sucesso dos comunistas italianos. Afirmou Lênin que “para o começo de um movimento puramente comunista, num país como a Itália, com suas conhecidas tradições, sem que tenha havido uma preparação suficiente para a cisão, esse número de votos representa um grande sucesso dos comunistas”.¹⁰⁴ Lênin considerou que a situação dos comunistas italianos era muito mais favorável do que a situação dos bolcheviques na Rússia em 1917: “depois de quinze anos de luta contra os mencheviques e depois da queda do czarismo, nós começamos a trabalhar com um número muito menor de partidários”.¹⁰⁵ Lênin salientou também a maior qualidade dos militantes comunistas se comparados aos socialistas: “você têm 58.000 operários com mentalidade comunista, contra 98.000 centristas unificados, que ocupam uma posição indefinida”.¹⁰⁶

Tudo indica que a ruptura dos comunistas com o PSI e a criação do PCI foi uma decisão correta do ponto de vista político e organizativo. Afinal, como afirmou *L’Ordine Nuovo*, “para que o proletariado pudesse se tornar uma classe independente foi necessário

¹⁰² O grupo era chamado “fração de Ímola” por ter sido constituído oficialmente no Congresso de Ímola, realizado em 28-29 de novembro de 1920. GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*. Op. cit., vol. 1, p. 56 (Cronologia).

¹⁰³ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, p. 508 (Nota do editores).

¹⁰⁴ LÊNIN, “Discurso sobre el problema italiano”. Op. cit., p. 369.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*.

que se desagregasse o edifício de falsa prepotência econômica construído em vinte anos de compromissos”.¹⁰⁷ No entanto, o próprio periódico advertia para as conseqüências dessa cisão. Como era de se esperar, “um colapso deste tipo não poderia deixar de ter gravíssimas conseqüências de enfraquecimento para o próprio proletariado”.¹⁰⁸ Nenhuma das duas forças políticas que resultaram da desagregação do PSI era capaz de dominar a situação, nem os reformistas nem o próprio Partido Comunista. Apesar disso, o PCI conclamava os comunistas a não se desencorajar: “os comunistas tiveram a coragem de enfrentar a situação e de apressar o seu curso. Se não tivessem tido esta coragem, o colapso ocorreria do mesmo modo e nem mesmo o que se pôde conservar da atual força do proletariado teria sido salvo da desagregação”.¹⁰⁹

O comitê central do novo Partido Comunista da Itália era composto por quinze membros. Destes, apenas dois eram ligados ao *L'Ordine Nuovo*: Gramsci e Terracini. O jornal passou a ser o órgão central do novo Partido e Gramsci continuou sendo seu diretor-responsável. O PCI continuava a criticar o PSI e a CGT.¹¹⁰ Para o periódico dirigido por Gramsci, as posições traidoras assumidas pelo PSI eram o produto da composição de classe daquele partido, isto é, do fato dele ser constituído em sua maioria por pequenos burgueses e camponeses.¹¹¹ Por essa razão, “a ocupação das fábricas, um fenômeno essencialmente proletário, pegou de surpresa o Partido Socialista, que era apenas parcialmente

¹⁰⁷ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 2, p. 110.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 42 (*Scritti politici*, p. 417); pp. 50, 63; pp. 72-73 (*Scritti politici*, p. 446); p. 79 (*Scritti politici*, p. 465); p. 86 (*Scritti politici*, p. 480); p. 110; e p. 114 (*Scritti politici*, p. 523). Anos depois, em setembro de 1926, portanto, dois meses antes de sua prisão, Gramsci reafirmou sua crítica a Confederação Geral do Trabalho, considerando-a responsável pelas duas derrotas dos operários de Turim, na greve de abril de 1920 e na ocupação das fábricas. Idem, *ibidem*, p. 420. No período da prisão, Gramsci manteve a posição crítica ao PSI. No *Caderno 3*, escrito em 1930, ele afirmou que os fatos espontâneos que aconteciam em 1919-1920 “era a prova mais esmagadora da inépcia do Partido [Socialista], porque demonstrava a cisão entre os programas altissonantes e os fatos miseráveis”. GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 186. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1977, p. 320. Segundo Gramsci, estes fatos espontâneos “contrariavam interesses, abalavam posições adquiridas, suscitavam ódios terríveis até em gente pacífica, faziam sair da passividade estratos sociais estagnados na podridão”. Idem, *ibidem*. Gramsci observava que a direção reformista tinha “medo das responsabilidades concretas; por traz desse medo, [havia] a completa ausência de união com a classe representada, a completa ausência de compreensão de suas exigências fundamentais, de suas aspirações, de suas energias latentes”. Idem, *ibidem*, p. 186. Gramsci considerava o PSI como um “partido paternalista, de pequeno-burgueses que se comportam de modo ridiculamente presunçoso.” Idem, *ibidem*, p. 186. Segundo ele, não havia “nenhuma política interna de partido, nenhuma política organizativa, nenhum controle sobre os homens”. Idem, *ibidem*, p. 188. *Quaderni*, p. 322.

¹¹¹ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 2, p. 88. *Scritti politici*, p. 493.

proletário”.¹¹² Com os primeiros golpes do fascismo e o fim da ocupação das fábricas, as crenças revolucionárias infantis e sentimentais dos líderes reformistas ruíram completamente. Afirmaram eles que pensar na revolução comunista na Itália naquele momento era loucura.¹¹³

No entanto, a crise da direção não se restringia ao PSI. Era possível perceber na maioria da direção do PCI sinais de uma profunda imaturidade política, expressa na dificuldade de definir a tática mais acertada para cada momento. Vejamos alguns exemplos.

7. A crise da direção do PCI: problemas com a definição da tática

Desde a fundação do partido, a linha esquerdista foi amplamente hegemônica na direção do PCI. A primeira grande polêmica foi quanto à participação nas eleições parlamentares que aconteceram em 15 de maio 1921, meses depois da fundação do partido. Bordiga era contra e Gramsci a favor. Como Bordiga tinha maioria na direção, por muito pouco o PCI não deixou de participar as eleições. Foi necessária a intervenção da Internacional Comunista para derrotar as posições abstencionistas no partido. Estas posições ultra-esquerdistas na maioria da direção do PCI é uma demonstração de suas fragilidades políticas. Nas eleições de 1921 Gramsci foi pela primeira vez candidato a deputado pelo PCI na província de Turim, mas não conseguiu se eleger.

A conjuntura política italiana se agravava. Em 1922, enquanto Gramsci estava em Moscou junto com Bordiga e Antonio Graziadei para participar como representantes do PCI na II Conferência do Executivo Ampliado da Internacional Comunista, ocorreram dois fatos significativos na Itália: 1) no dia 28 de outubro, a “Marcha Sobre Roma” levou os fascistas ao governo italiano e Mussolini à chefia do gabinete, o que impôs ao PCI um período de ilegalidade;¹¹⁴ 2) a decisão tomada pelo XIX Congresso do PSI em expulsar a corrente reformista e a confirmação de sua adesão à Internacional Comunista.

¹¹² Idem, *ibidem*.

¹¹³ Idem, *ibidem*.

¹¹⁴ A “Marcha Sobre Roma” reuniu cerca de 30.000 simpatizantes fascistas, que avançaram até a capital para exigir a renúncia do governo do primeiro-ministro Luigi Facta, que, sem apoio do rei Victor Emanuel III, caiu

Esses dois fatos levaram a Internacional, no seu IV Congresso, realizado um mês depois, em novembro de 1922, a propor a fusão do PCI com o PSI. Gramsci fazia parte da comissão encarregada de encaminhar a fusão. A intenção da direção da Internacional Comunista era tirar do isolamento os partidos comunistas de diversos países, estabelecendo fusões ou mesmo frentes com possíveis aliados, a fim de se fortalecer por meio da construção de um amplo campo de oposição à contra-ofensiva da burguesia, que estava em estado de alerta diante da vitória do proletariado russo na guerra civil e a conseqüente consolidação do Estado operário naquele país. Por isso, segundo a direção da Internacional Comunista, a questão fundamental não residia na qualidade, ou melhor, na falta de qualidade dos aliados dos Partidos Comunistas, mas em estabelecer condições mais favoráveis de defesa das organizações operárias. Nesse sentido, era indispensável a fusão ou pelo menos uma frente única entre os partidos. A união daqueles que se opunham aos fascistas representava a forma de acumular forças num momento difícil e perigoso. Unir-se a outros partidos, naquele momento, mesmo que estes se mostrassem incertos e vacilantes, era fundamental para garantir a existência dos partidos comunistas em diversos países. Numa situação de extremo fortalecimento e união do inimigo, manter dispersas as forças potencialmente hostis a esse adversário comum corresponderia a um erro irreparável. As profundas diferenças entre o PSI e o PCI, as duríssimas críticas feitas pelo PCI ao PSI, não deveriam excluir a possibilidade de unir as massas representadas pelos dois partidos numa luta contra um inimigo comum.

Mas se a direção da Internacional Comunista conseguiu evitar que o PCI cometesse o equívoco de se abster no processo eleitoral, não teve o mesmo sucesso em relação à fusão com o PSI. A fusão entre o PCI e o PSI acabou não se efetivando devido à rejeição por parte das direções de ambos os partidos.¹¹⁵ Perdeu-se assim uma importante oportunidade de fortalecer a resistência contra o fascismo. Mesmo que não fosse feita a fusão dos dois partidos, pelo menos uma frente única antifascista poderia ter proporcionado melhores condições para resistir ao desenvolvimento do fascismo.

imediatamente. Mussolini governou o país por 21 anos, saindo apenas em 1943, após várias derrotas na II Guerra Mundial.

¹¹⁵ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 1, p. 58 (Cronologia).

Assim, a direção do PCI manteve as posições das *Teses sobre Roma* que já haviam sido aprovadas por grande maioria (31.089 votos contra 4.151) no II Congresso do PCI, realizado em Roma entre 20 e 24 de março de 1922, posições contrárias à tática de frente única aprovada no III Congresso da Internacional Comunista. Essa decisão representou um enorme bloqueio na luta do proletariado italiano contra o fascismo em ascensão.

A rejeição da fusão ou da frente única por parte da direção do PCI é um sinal de que a principal causa da derrota do proletariado italiano não estava na incapacidade das massas, mas na imaturidade política da direção revolucionária. Ao contrário do que expressaram os dirigentes do PCI por meio do jornal *L'Ordine Nuovo*, o que estaria bloqueando o desenvolvimento da luta de classes não era a demora das massas em perceber a traição do PSI, em romper com o partido e se dirigir para o PCI,¹¹⁶ mas a dificuldade do PCI em construir uma direção revolucionária, uma direção capaz de definir táticas que beneficiassem o proletariado na correlação de forças entre as classes por meio da união das massas trabalhadoras representadas pelos diversos partidos e organizações sindicais. Tudo indica que faltou para a jovem direção do PCI a maturidade política necessária que a capacitasse a escolher táticas de forma mais flexível. Assim, mesmo que inconscientemente, o próprio PCI contribuiu para abrir o caminho para a ascensão do fascismo.

8. A ascensão do fascismo

Desde 1920, baseado em algumas características da situação italiana nessa época, Gramsci alertava para a possibilidade da ascensão do fascismo ao poder.¹¹⁷ Por um lado, os

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 51.

¹¹⁷ Trotsky observou que Gramsci foi o único comunista italiano que previu o risco do fascismo tomar o poder na Itália: “o Partido Comunista não discernia os traços *particulares* do fascismo, que a mobilização da pequena burguesia contra o proletariado lhe apresentava. Segundo as informações dos amigos italianos, exceto Gramsci, o Partido Comunista nem mesmo admitia a possibilidade da tomada do poder pelos fascistas”. TROTSKY, *Revolução e contra-revolução*, Rio de Janeiro: Laemert, 1968, p. 195. Citado em GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 1, p. 58 (Cronologia). Massari comenta que “nas semanas anteriores ao IV Congresso da Internacional Comunista, em novembro de 1922, Trotsky teve longas conversações com Gramsci sobre o tema do fascismo, dos perigos que o fascismo representava, da probabilidade de um golpe de Estado fascista na Itália”. MASSARI, “Trotsky e Gramsci”. In: *O outro*

operários criavam organismos de duplo poder, se libertando das direções reformistas traidoras; os camponeses pobres se radicalizavam, estabelecendo fronteiras bem definidas entre os seus interesses e os interesses dos latifundiários e dos camponeses abastados; por outro lado, a burguesia se isolava cada vez mais, perdia representatividade entre as grandes massas, não lhe restando outra saída senão a de garantir o poder através de uma “férrea ditadura nacionalista, que forçasse as embrutecidas massas italianas a restaurar a economia através do saque a mão armada dos países vizinhos”, como afirma o periódico dirigido por Gramsci num artigo publicado no dia 4 de setembro de 1920.¹¹⁸

Em 24 de novembro de 1920, publica-se no *Avanti!*, do qual Gramsci era um dos redatores, que “o fenômeno do ‘fascismo’ não era apenas italiano, assim como não era apenas italiana a formação do Partido Comunista”.¹¹⁹ O jornal afirma que “o fascismo é a fase preparatória da restauração do Estado”.¹²⁰ O fascismo e o Estado democrático são duas faces da mesma moeda, a moeda da dominação burguesa. Assim,

[Enquanto] o fascismo queima os jornais de esquerda, o Estado restaurado os suprimirá “legalmente”. [Enquanto] o fascismo assalta as Câmaras do Trabalho e as prefeituras socialistas, o Estado restaurado as dissolverá “legalmente”. [Enquanto] o fascismo assassina os militantes da classe operária, o Estado restaurado os mandará “legalmente” para a prisão e, restaurada também a pena de morte, os fará assassinar por um novo funcionário governamental: o carrasco.¹²¹

O *Avanti!* previu que o Estado burguês se tornaria cada vez mais reacionário, interviria de modo direto e violento na luta de classes, a fim de reprimir as tentativas que o proletariado empreendia no caminho da sua emancipação.¹²² Afinal, para o jornal, o capitalismo decadente exige que se arranque o pão da boca dos trabalhadores que se lançam à luta. Nesse mesmo sentido, em março de 1921, um artigo de *L’Ordine Nuovo* questionava: “o que é o fascismo, visto em escala internacional? É a tentativa de resolver os

Gramsci, São Paulo: Xamã, 1996, p. 160 (nota 4). Massari utiliza uma citação de RAVERA, *Diário di tren’anni*, 1913-1943, Roma, 1973, p. 129.

¹¹⁸ GRAMSCI, *Escritos políticos*, vol. 1, p. 423. *Scritti politici*, p. 367.

¹¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 429.

¹²⁰ Idem, *ibidem*.

¹²¹ Idem, *ibidem*.

¹²² Idem, *ibidem*, p. 429.

problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadora e de tiros de pistola”.

¹²³ Em abril do mesmo ano, *L'Ordine Nuovo* comentava a hábil tática dos fascistas ao apresentarem-se como anti-partido, abrindo com isso as portas para todos os candidatos. ¹²⁴

O jornal do PCI identifica o fascismo “com a psicologia bárbara e anti-social de alguns estratos do povo italiano”, ¹²⁵ como o fato das mães educarem seus filhos com golpes de tamanco na cabeça, de proprietários dos vinhedos colocarem uma focinheira nos colhedores de uvas para que não as comam, dos proprietários de algumas regiões trancarem a chave os seus trabalhadores nos estábulos quando estes voltavam do trabalho, a fim de impedi-los de reunir-se e de freqüentar as escolas noturnas. ¹²⁶

Os artigos de *L'Ordine Nuovo* representavam um desabafo de uma classe que sofria uma repressão brutal, mesmo antes de o fascismo assumir o governo. Num desses artigos, publicado em 13 de maio de 1921, é feita a denúncia de que

toda tentativa de conquistar um pouco de liberdade suscita os ódios bestiais e as ferozes retaliações dos patrões. O aumento do número de deputados, a ampliação do poder das organizações e a conquista de duas mil prefeituras induziram os burgueses a armar-se, a perseguir com as armas os operários e os camponeses, a incendiar suas sedes, a destruir suas instituições, a submeter inteiras regiões a um regime ainda pior do que o da escravidão, já que não há mais lei, não há direito além da lei do murro e do porrete e do direito da pistola apontada para a cara do trabalhador e para o peito de suas mulheres e de seus filhos. ¹²⁷

Em 11 de junho do mesmo ano (1921), ou seja, 16 meses antes do fascismo chegar ao poder, o jornal dirigido por Gramsci já alertava para o perigo iminente: “O golpe de Estado dos fascistas – ou seja, do Estado-Maior, dos latifundiários, dos banqueiros – é o espectro ameaçador que, desde o início, pesa sobre a atual legislatura”. ¹²⁸ No mesmo artigo

¹²³ Idem, ibidem, vol. 2, p. 46.

¹²⁴ Idem, ibidem, p. 57. *Scritti politici*, p. 428.

¹²⁵ Idem, ibidem.

¹²⁶ Idem, ibidem.

¹²⁷ Idem, ibidem, p. 61. *Scritti politici*, p. 434.

¹²⁸ Idem, ibidem, p. 67. *Scritti politici*, p. 437.

critica-se os socialistas por “jamais terem enfrentado seriamente a questão da possibilidade de um golpe de Estado e dos meios a implementar para defender-se e passar à ofensiva”.¹²⁹

Nesse mesmo mês, o jornal alertava para o enorme poder bélico dos fascistas: “os fascistas dispõem, disseminados por todo o território nacional, de depósitos de armas e munições em quantidade suficiente para formar um exército de pelo menos meio milhão de homens.”¹³⁰ O periódico observa que a pequena burguesia é o estrato social que alimenta o fascismo. É ela quem alimenta seus quadros.¹³¹ A pequena burguesia “acredita poder solucionar o desemprego com tiros de pistola e aplacar a fome e enxugar as lágrimas das mulheres do povo com rajadas de metralhadora”.¹³² Em 25 de setembro do mesmo ano, o jornal explica da seguinte maneira o papel da pequena-burguesia no acúmulo de forças do fascismo:

A guerra italiana foi dirigida, na ausência de um Estado-Maior eficiente, pela oficialidade subalterna, isto é, pela pequena burguesia. As decepções sofridas na guerra haviam despertado fortíssimos sentimentos de rebelião antigovernamental nesta classe, a qual – uma vez perdida, depois do armistício, a unidade militar de seus quadros – dispersou-se pelos vários partidos de massa, levando para todos eles fermentos de rebelião, mas também incerteza, oscilações, demagogia [...] A pequena burguesia urbana, marionete nas mãos do Estado-Maior e das forças mais retrógradas do governo, aliou-se aos latifundiários e, a serviço destes, destroçou a organização dos camponeses.¹³³

De acordo com *L'ordine Nuovo*, estavam dadas as condições para a ascensão do fascismo ao poder. O proletariado, refém da incapacidade de sua própria direção revolucionária, nada podia fazer para impedir o fortalecimento de seu algoz. Infelizmente as previsões do periódico dirigido por Gramsci se confirmaram. Em 28 de outubro de 1922

¹²⁹ Idem, *ibidem*.

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p. 66. *Scritti politici*, p. 436.

¹³¹ Idem, *ibidem*, p. 47.

¹³² Idem, *ibidem*, p. 48.

¹³³ Idem, *ibidem*, pp. 90-91. *Scritti politici*, p. 494.

o fascismo assumiu do poder na Itália e instaurou por um longo período o terror entre os trabalhadores italianos.

Era o fim de um ciclo histórico da luta de classes na Itália, um ciclo histórico de grandes lutas sociais, que se caracterizou, do início ao fim, pela imaturidade da direção revolucionária do proletariado italiano, incapaz de transformar a teoria revolucionária de Marx e Lênin em uma ação prática das massas trabalhadoras. Sem dúvida, o proletariado italiano paga até hoje um alto preço pelas derrotas da década de 1920 impostas por sua direção. A ausência de um partido revolucionário com experiência e inserção na classe operária foi decisiva na derrota do proletariado italiano. O partido revolucionário é um instrumento fundamental para a vitória do proletariado em qualquer país. Vejamos, então, as concepções de Gramsci sobre partido antes da sua prisão.

Capítulo II

A concepção de Gramsci sobre o partido antes da prisão

Segundo Buey, a primeira lição que Gramsci parece ter aprendido durante sua estadia em Moscou entre 1922 e 1923 foi a enorme importância do aparelho organizativo na capacidade de intervenção sobre o desenvolvimento dos acontecimentos.¹³⁴ Nessa época, Gramsci passou a defender a construção de um grupo de companheiros no partido que tivessem uma concepção política minimamente unitária e, portanto, “conseguissem imprimir à ação prática uma unidade de orientação”.¹³⁵ Esse é o teor de uma carta escrita por Gramsci de Moscou à Palmiro Togliatti em 18 de maio de 1923. Quase um ano depois, em 27 janeiro de 1924, já em Viena, em outra carta escrita à Togliatti, Gramsci chamou a atenção sobre a necessidade de não repetir o erro cometido em 1919-1920, o erro de ter resistido tempo demasiadamente longo para criar uma fração que fosse além de Turim e ultrapassasse a propaganda que podia ser feita por *L'Ordine Nuovo*.¹³⁶ Em uma terceira carta escrita dias depois, em 9 de fevereiro, à Togliatti, Scoccimarro e outros, Gramsci advertia que, embora a construção do partido tinha uma importância fundamental, a existência de tal aparelho não podia determinar por si só a revolução. Para ele, o erro do partido era o de acreditar “que a revolução depende somente da existência de um tal aparelho”.¹³⁷ Gramsci sabia que o partido era um meio e não um fim em si mesmo e nem o único elemento determinante no processo revolucionário.

¹³⁴ BUEY, *Leyendo a Gramsci*, Espanha: El Viejo Topo, 2001, p. 112.

¹³⁵ GRAMSCI, “Carta à Palmiro Togliatti”. In: GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 2, pp. 129-130.

¹³⁶ GRAMSCI, “Carta à Togliatti”, In: Idem, *ibidem*, p. 168.

¹³⁷ GRAMSCI, “Carta à Togliatti, Scoccimarro e outros”. In: Idem, *ibidem*, p. 181.

Nessa mesma época, em 21 de março, Gramsci tratou dessa questão em outra carta endereçada à Togliatti, Scoccimarro, Leonetti e outros, na qual ele defendia a clandestinidade do partido: “na atual situação, o partido deve sistematicamente evitar aparecer como o inspirador e dirigente do movimento. A organização deve se conservar clandestina no centro nacional e local”.¹³⁸ No entanto, uma coisa era o que aparecia para os patrões e para o governo, outra era o que ocorria efetivamente na prática. Assim, era o partido quem deveria, de fato, estar na direção dos comitês de fábrica.

Gramsci defendia a combinação da legalidade com a ilegalidade. Segundo Gramsci, se as insurreições populares “necessitam de uma preparação clandestina, necessitam também de uma propaganda legal, aberta, que dê uma direção, que oriente os espíritos, que prepare as consciências”.¹³⁹

Gramsci combatia as posições de Serrati, que considerava o PSI revolucionário, além de defender que o partido deveria reconhecer como membro todo o indivíduo que se declarasse socialista. Gramsci comparava essa posição àquela assumida pelos mencheviques por ocasião da cisão do Partido Operário Social-Democrata Russo ocorrida no seu II Congresso, realizado em 1903, cisão que deu origem às frações bolchevique e menchevique.¹⁴⁰ Seguindo as posições de Lênin, Gramsci defendia que o ingresso no Partido deveria ser baseado em critérios precisos. Seria inconcebível abrir o partido para qualquer um que em nome dele desejasse se pronunciar. Gramsci afirma que, para que o Partido continue sendo o órgão da educação comunista, o cadinho da fé, o depositário da doutrina, o poder supremo que harmoniza e conduz ao objetivo as forças organizadas e disciplinadas da classe operária e camponesa, precisamente para poder desempenhar de modo rigoroso este seu papel, o Partido não pode abrir suas portas à invasão de novos aderentes, não habituados ao exercício da responsabilidade e da disciplina.¹⁴¹

¹³⁸ GRAMSCI, “Carta a Togliatti, Scoccimarro, Leonetti e outros”. In: idem, *ibidem*, p. 201.

¹³⁹ Idem, *ibidem*, pp. 66-67. *Scritti politici*, p. 437. Gramsci segue aqui as indicações de Marx e Engels feitas em 1850. MARX & ENGELS, “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”. Op. cit., p. 87. Lênin também defendia essa forma de organização partidária. A esse respeito, ver BENOIT, “Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista”. In: *Revista Outubro*, n. 2, São Paulo: IES, 1998.

¹⁴⁰ GRAMSCI, “Carta a Togliatti, Scoccimarro e outros”. In: *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 2, p. 180. A respeito da cisão no interior do Partido Operário Social-Democrata Russo, ver LÊNIN, “Un paso adelante, dos pasos atrás”. In: *Obras completas*. Op. cit., tomo VII, pp. 229-452; e o comentário de BENOIT, “Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista”. Op. cit., p. 54.

¹⁴¹ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, p. 246. *Scritti politici*, p. 207.

Mas, para que o Partido tenha influência sobre as massas trabalhadoras, é necessário agir sobre ela por meio de outras instituições que não sejam o Partido. Estas instituições são, como vimos, as comissões de fábrica, os sindicatos, etc.

Para Gramsci, a direção do partido comunista deveria ser o centro motor da ação proletária. Para ser capaz disso, o partido deveria manter-se sempre em contato com as seções do partido. As seções, por sua vez, deveriam agir para construir os organismos duais de poder, criar os conselhos de fábrica para o exercício do controle sobre a produção industrial e agrícola, articulando esses conselhos com os diversos organismos que representavam a massa trabalhadora, como os sindicatos, as Câmaras do Trabalho e a Confederação Geral do Trabalho. Os conselhos de fábrica e as demais organizações seriam, de acordo com Gramsci, a base do controle operário e dos sovietes. O objetivo único de todo esse processo era preparar as condições para exercer a ditadura proletária.¹⁴²

Os comunistas, constituindo-se em grupos permanentemente organizados nos sindicatos e nas fábricas, devem levar para os sindicatos e as fábricas as concepções, a tática da III Internacional, influenciando a disciplina sindical e determinando seus objetivos, influenciando as deliberações dos conselhos de fábrica, fazendo com que se tornem consciência e criação revolucionárias os impulsos à rebelião que decorrem da situação que o capitalismo cria para a classe operária.¹⁴³

O partido revolucionário tinha, portanto, para o Gramsci de *L'Ordine Nuovo*, papel chave na construção dos sovietes:

a existência de um Partido Comunista coeso e fortemente disciplinado – o qual, através de seus núcleos de fábrica, de sindicato, de cooperativa, coordene e concentre em seu comitê executivo central toda a ação revolucionária do proletariado – é a condição fundamental e indispensável para tentar qualquer experimento soviético.¹⁴⁴

Todas estas posições de Gramsci relativas à questão organizativa têm uma clara proximidade com as posições de Lênin e de Trotsky. Em relação à participação dos comunistas nos sindicatos, por exemplo, Lênin observa que sem a participação nos

¹⁴² Idem, ibidem, pp. 359-360. *Scritti politici*, p. 320. Idem, ibidem, p. 372.

¹⁴³ Idem, ibidem, p. 372. *Scritti politici*, p. 341.

¹⁴⁴ Idem, ibidem, p. 360. *Scritti politici*, p. 320.

sindicatos reacionários, os bolcheviques nunca teriam conseguido estabelecer ligações com as massas operárias e arrancá-las da influência dos mencheviques. E adverte Lênin quanto às enormes dificuldades de realizar essa tarefa, sobretudo nos países do Ocidente:

Os “dirigentes” do oportunismo servir-se-ão sem dúvida de todos os artifícios da diplomacia burguesa, da ajuda dos governos burgueses, do clero, da polícia, dos tribunais, para manter os comunistas fora dos sindicatos, para expulsá-los por todos os meios, e tornar o seu trabalho nos sindicatos o mais desagradável possível, ofendê-los, aborrecê-los e persegui-los.¹⁴⁵

Apesar de todas essas dificuldades, Lênin recomenda:

É preciso saber resistir a tudo isso, estar dispostos a todos os sacrifícios, recorrer a diversos estratagemas, a astúcias e procedimentos ilegais, calar, esconder a verdade a fim de ingressar nos sindicatos, permanecer neles e realizar ali, custe o que custar, um trabalho comunista.¹⁴⁶

Nesse mesmo sentido, buscando uma atuação inicialmente clandestina do partido no interior dos sindicatos, Trotsky defende que “[...] devemos aprender a trabalhar *discretamente* nos sindicatos, encontrando uma linguagem comum com as massas, mas sem nos descobriremos prematuramente perante a burocracia”.¹⁴⁷

Lênin considera tão importante participar nos sindicatos, lutar no seu interior contra a influência dos oportunistas sobre os trabalhadores, que ele chega a afirmar que esta é uma condição indispensável à conquista do poder: “enquanto essa luta não tiver sido levada até certo grau de amadurecimento [grau que varia de um país para outro] é impossível conquistar o poder político (e não se deve tentar fazê-lo)”.¹⁴⁸

Lênin observa que a importância da participação dos comunistas nos sindicatos deve-se ao fato dessas organizações representarem um dos espaços mais propícios para o partido ouvir as massas trabalhadoras, um espaço por excelência para estabelecer canais de

¹⁴⁵ LÊNIN, “El ‘izquierdismo’, enfermedad infantil del comunismo”. In: *Obras completas*. Op. cit., tomo XXXIII, pp. 159-160.

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 160.

¹⁴⁷ TROTSKY, “Os sindicatos na Grã-Bretanha”. In: *Escritos sobre sindicato*. São Paulo: Kairós, 1978, p. 81. Trotsky observa também em outro texto: “nos sindicatos totalitários e semi-totalitários é impossível ou quase impossível realizar um trabalho que não seja conspirativo”. TROTSKY, “Os sindicatos na época da decadência imperialista”. In: *Escritos sobre sindicato*. Op. cit., 103.

¹⁴⁸ LÊNIN, “El ‘izquierdismo’... Op. cit., pp. 156-157.

comunicação, para estreitar a relação entre o partido e a classe, tornando-o, assim, cada vez mais capaz de identificar, com a máxima precisão possível, o nível de disposição de luta dos mais amplos setores do proletariado. Lênin tinha uma enorme preocupação em ouvir as massas trabalhadoras, pois essa era, segundo ele, a melhor forma de diminuir ao máximo as possibilidades de erro ao escolher as palavras-de-ordem, assim como decidir as táticas imediatas a serem aplicadas pelo partido.

Ouvir as massas trabalhadoras, estar em contato permanente com elas, sintonizar cada passo à frente e cada recuo com a disposição de luta dos trabalhadores: essa é, segundo Lênin, uma condição indispensável para a ação de toda e qualquer direção revolucionária. Isso se justifica pelo fato de não ser a vanguarda quem faz a revolução,¹⁴⁹ mesmo que essa vanguarda seja composta por dezenas de milhares de pessoas, como era o caso do Partido Bolchevique. Para Lênin, a revolução é a manifestação da paixão e da vontade de milhões de pessoas.¹⁵⁰

Os sindicatos são justamente aquelas organizações que reúnem milhões de trabalhadores. Precisamente por isso, o partido revolucionário não pode, sob pena de sucumbir, virar as costas para os sindicatos. É nos sindicatos que os trabalhadores têm as primeiras oportunidades de iniciarem sua experiência política. Os sindicatos cumprem um importante papel de escola política para a classe trabalhadora. Nesse sentido, Lênin afirmava que o partido não deve esquecer que os sindicatos são e continuarão a ser, mesmo após a tomada do poder pelo proletariado,

a indispensável “escola do comunismo” e a escola preparatória dos proletários para a aplicação da sua ditadura, o agrupamento necessário dos operários, para que a gestão de toda a economia do país passe gradualmente, primeiro, para as mãos da classe operária (e não para estas ou aquelas profissões) e depois para o conjunto dos trabalhadores.¹⁵¹

Lênin se preocupava sempre em calibrar a ação do partido com o nível de consciência das massas trabalhadoras. Logo após seu retorno à Rússia, em abril de 1917,

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 200.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 203.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 155.

ele reafirmou que o partido deveria se basear, unicamente, na consciência das massas.¹⁵² Em relação a isso, Trotsky advertia que “prestar atenção às massas não tem nada a ver com a capitulação ante seus líderes ou semi-líderes temporários. As massas necessitam uma orientação e bandeiras corretas. Isso exclui toda conciliação teórica e toda proteção a confusionistas que explorem o atraso das massas”.¹⁵³

Para Trotsky, os sindicatos são organizações indispensáveis e representam, por sua própria natureza, “uma frente única de fato dos partidos revolucionários com os reformistas e as massas sem partido”.¹⁵⁴ Segundo Trotsky, “só os sectários, isto é, aqueles que são revolucionários só na sua própria imaginação, se deixam guiar por puras normas ideais, dizendo: ‘não gostamos destes sindicatos, não os defendemos’”.¹⁵⁵ De acordo com Trotsky, “o auto-isolamento capitulacionista fora dos sindicatos de massa equivale à traição da revolução”.¹⁵⁶ Para Trotsky, “apesar da degeneração progressiva dos sindicatos e de seus vínculos cada vez mais estreitos com o Estado imperialista, o trabalho neles não só não perdeu sua importância, como é ainda maior para todo partido revolucionário”.¹⁵⁷ Segundo Trotsky, “trata-se essencialmente de lutar para ganhar influência sobre a classe operária”.¹⁵⁸ E conclui Trotsky, de maneira precisa: “toda organização, todo partido, toda fração que se permita ter uma posição ultimata com respeito aos sindicatos, o que implica voltar as costas à classe operária, somente por não estar de acordo com sua organização, está destinada a acabar. E é bom frisar que merece acabar”.¹⁵⁹

Com posições muito próximas destas de Lênin e de Trotsky expostas acima, Gramsci sempre defendeu a participação do partido nos sindicatos, apesar de todas as críticas feitas por *L'Ordine Nuovo* à direção da CGT e dos sindicatos a ela filiados. Assim como os dois dirigentes bolcheviques, Gramsci defendia combinar a participação nos

¹⁵² Citado em TROTSKY, *A história da revolução russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, 2º volume, p. 665.

¹⁵³ TROTSKY, “Os erros dos setores de direita da liga comunista sobre a questão sindical”. In: *Escritos sobre sindicato*. Op. cit., p. 58.

¹⁵⁴ TROTSKY, “Os sindicatos na Grã-Bretanha”. Op. cit., p. 82.

¹⁵⁵ TROTSKY, “¿Ni un Estado obrero ni un Estado burgues?” In: TROTSKY, *Escritos*, Bogotá: Pluma, 1979, tomo IX, vol. 1, p. 100.

¹⁵⁶ TROTSKY, *O programa de transição*. Op. cit., p. 37.

¹⁵⁷ TROTSKY, “Os sindicatos na época da decadência imperialista”. Op. cit., p. 104.

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*.

sindicatos com a ação dos conselhos de fábrica. Gramsci considerava que o Partido deveria buscar definir a atuação de seus militantes com o objetivo de conduzir as organizações na direção da conquista do poder pelo proletariado. Como se vê, para Gramsci, o Partido Comunista é um pressuposto indispensável à vitória do proletariado. Nesse sentido, Gramsci afirma que

os traços característicos da revolução proletária só podem ser buscados no partido da classe operária, no Partido Comunista, que existe e se desenvolve na medida em que é a organização disciplinada da vontade de fundar um Estado, da vontade de dar uma organização proletária ao ordenamento das forças físicas existentes e de lançar as bases da liberdade popular.¹⁶⁰

Gramsci observa que, ao contrário de um partido operário revolucionário, um partido camponês é incapaz de cumprir a tarefa revolucionária, pois sofrerá inevitavelmente as contradições oriundas de sua própria constituição interna. Gramsci cita o exemplo do Partido Popular da Itália, que desde a sua fundação tinha a pretensão de representar os interesses e as aspirações políticas de todos os estratos sociais do campo, do barão latifundiário ao médio proprietário rural, do pequeno proprietário ao arrendatário, do meeiro ao camponês pobre.¹⁶¹ Não tardou muito para o partido rachar em três alas: direita, centro e esquerda.

Além de criticar os partidos pequeno-burgueses, Gramsci ataca os anarquistas, que desconsideravam a necessidade da construção de um partido revolucionário como um pressuposto da ação revolucionária das massas. Nesse sentido, afirma Gramsci:

Esperar que uma massa submetida a tais condições de escravidão corporal e espiritual expresse um desenvolvimento histórico autônomo, que dê início espontaneamente a uma criação revolucionária e lhe dê prosseguimento é pura ilusão de ideólogos: é confiar apenas na capacidade criadora de uma tal massa.¹⁶²

¹⁶⁰ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, pp. 417-418. *Scritti politici*, p. 363.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 421. *Scritti politici*, p. 366.

¹⁶² Idem, *ibidem*, p. 343.

Para Gramsci, “uma tal espera não passa de pura e simples traição à classe operária: trata-se de uma contra-revolução antecipada”.¹⁶³ O anarquismo não passaria, assim, de uma expressão do liberalismo: “na dialética das idéias, a anarquia continua o liberalismo [...] Na dialética da história, a anarquia é expulsa do campo da realidade juntamente com o liberalismo”,¹⁶⁴ observa Gramsci de maneira precisa. A tendência do enfraquecimento do anarquismo é, para Gramsci, uma consequência do aumento da industrialização da produção dos bens materiais, o que, combinado com a maior concentração do capital, induz a uma maior concentração das massas trabalhadoras. Segundo Gramsci, quanto maior é essa concentração, menor tende a ser o número de aderentes à idéia libertária.¹⁶⁵ De acordo com Gramsci,

o movimento libertário ainda tem difusão onde continua a predominar o artesanato e o feudalismo agrário [uma vez que] a virulenta fraseologia dos agitadores anarquistas conquista com facilidade estas consciências instintivas e antelucanas; mas a fraseologia pseudo-revolucionária nada cria de profundo e permanente.¹⁶⁶

A revolução, diz Gramsci, “é uma coisa grande e tremenda, não é um jogo para diletantes ou uma aventura romântica”,¹⁶⁷ não é para ser dirigida por pequeno-burgueses e camponeses vacilantes, nem por libertários incoseqüentes. A única saída, para Gramsci, é construir um partido operário revolucionário. Essa é, para o marxista sardo, uma tarefa fundamental.

Se, por um lado, o partido proposto por Gramsci se diferenciava dos partidos pequeno-burgueses, como aqueles criticados acima, por outro, se diferenciava das seitas ultra-esquerdistas, que assumiam uma postura doutrinária e não possuíam qualquer contato com as massas. É o que ele diz na passagem a seguir: “é necessário promover a constituição orgânica de um partido comunista, que não seja um bando de doutrinários e de pequenos Maquiaveis, mas um partido de ação comunista revolucionária”.¹⁶⁸

¹⁶³ Idem, *ibidem*, p. 343.

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 252. *Scritti politici*, p. 212.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*, pp. 252-253. *Scritti politici*, pp. 212-213.

¹⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 256. *Scritti politici*, p. 214.

¹⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 382.

Segundo Gramsci, era urgente

trabalhar sistematicamente para organizar um grande exército de militantes disciplinados e conscientes, dispostos a qualquer sacrifício, educados para pôr conjuntamente em prática uma palavra de ordem, prontos para assumir a responsabilidade efetiva da revolução, para se tornarem os agentes da revolução.¹⁶⁹

Gramsci considera que uma das grandes lições para a classe operária é que “ela não deve seguir os homens, mas os partidos organizados que saibam impor aos indivíduos disciplina, seriedade, respeito pelos compromissos assumidos voluntariamente”.¹⁷⁰

Segundo Gramsci, “o Partido Comunista é essencialmente o partido do proletariado revolucionário, isto é, dos operários ligados à indústria urbana; mas ele não pode atingir seu objetivo político supremo sem o apoio e o consenso de outras camadas, ou seja, dos camponeses e do proletariado intelectual”.¹⁷¹

Assim, após ter exposto brevemente a situação da luta de classes na Itália nas duas primeiras décadas do século XX e, particularmente, a luta da direção do PCI contra o PSI e a CGT, contra os governos reacionários e os grupos fascistas, além dos equívocos táticos do próprio PCI, assim como as concepções programáticas e organizativas de Gramsci, onde foi possível comprovar a identidade do autor, nessa fase de sua vida, com o programa e a concepção organizativa de Marx, Engels, Lênin e Trotsky, passemos, a partir de agora, a analisar as concepções de Gramsci após a sua prisão, ocorrida no dia 8 de novembro de 1926.

¹⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 343.

¹⁷⁰ Idem, *ibidem*, vol. 2, p. 96. *Scritti politici*, p. 504.

¹⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 55. *Scritti politici*, p. 423.

SEÇÃO II

OS FUNDAMENTOS DA CONCEPÇÃO DE PARTIDO E DO PROGRAMA DO GRAMSCI DOS *CADERNOS DO CÁRCERE*

Capítulo III

A concepção de Gramsci sobre o partido nos *Cadernos do cárcere*

1.A relação entre a teoria e a prática

Cammett observa que, nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci insistia em defender uma interpretação não-mecânica da doutrina partidária. Segundo o autor, na concepção de Gramsci, a “ideologia” ou a doutrina de um partido deveria ser considerada não como algo imposto artificialmente, mas algo organicamente produzido, algo histórico, desenvolvido através de uma luta incessante.¹⁷² De fato, Gramsci observa que a atividade prática ou política, para ser racional, não arbitrária, deve corresponder às necessidades objetivas históricas, ser a própria história universal no momento de sua realização progressiva.¹⁷³ Se a prática de um partido cumprir esses requisitos, isto é, se sua atividade estiver baseada numa teoria que o capacite a planejar as atividades que estejam de acordo com as necessidades históricas, o partido terá mais condições de prever os futuros acontecimentos, pois, segundo Gramsci, somente é possível “prever” na medida em que se atua, em que se aplica um esforço voluntário e, desta forma, contribui-se concretamente para criar o

¹⁷² CAMMETT, *Antonio Gramsci and origins of italian communism*. Stanford (California): Stanford University Press, 1967, p. 196.

¹⁷³ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 1, p. 202. *Quaderni*, p. 1485.

resultado ‘previsto’”.¹⁷⁴ A previsão, para Gramsci, não é um ato de conhecimento, mas “a expressão abstrata do esforço que se faz, o modo prático de criar uma vontade coletiva”.¹⁷⁵ Segundo Gramsci, “quem prevê tem, na realidade, um ‘programa’ que quer ver triunfar, e a previsão é exatamente um elemento desse triunfo”.¹⁷⁶ Gramsci pensava que “só quem deseja fortemente identifica os elementos necessários à realização da sua vontade”.¹⁷⁷

Mas, afinal, como encontrar a melhor forma de traduzir para as massas trabalhadoras estas previsões baseadas numa teoria programática? Estas questões fizeram parte das preocupações de Gramsci durante o período anterior à prisão e permaneceram por todo o período carcerário. Nos *Cadernos*, Gramsci observa que o valor histórico da filosofia da práxis, assim como o de qualquer outra filosofia, somente pode ser mensurado a partir da eficácia prática que ela conquistou. Para que ela não se torne uma mera “elucubração” individual, mas um “fato histórico”, ela precisa reagir sobre a sociedade, determinar certos efeitos, positivos e negativos.¹⁷⁸

Segundo Gramsci, a verdade teórica que fundamenta a atividade prática somente pode possuir uma concreta universalidade caso, por um lado, estimule a compreensão da realidade efetiva e, por outro, incorpore-se nessa realidade como se fosse a sua expressão originária.¹⁷⁹

Gramsci coloca dois caminhos possíveis para que a teoria cumpra sua universalidade, isto é, para que a teoria se incorpore na realidade. O primeiro caminho é a construção, “com base numa determinada prática, de uma teoria que, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos dessa prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a à máxima potência”.¹⁸⁰

Uma segunda maneira de incorporar a teoria na realidade seria, de acordo com Gramsci, o inverso da primeira, isto é, seria assumir a posição teórica como ponto de

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*. *Quaderni*, p. 1403.

¹⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 122. *Quaderni*, pp. 1403-1404.

¹⁷⁶ *Quaderni*, p. 1810-1811.

¹⁷⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 249. *Quaderni*, pp. 893-894.

¹⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 256. *Quaderni*, p. 1134.

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 260. *Quaderni*, p. 1780.

partida a fim de “organizar o elemento prático indispensável para que esta teoria seja colocada em ação”.¹⁸¹

Apesar de considerar os dois caminhos como possíveis, tanto o caminho que vai da prática para a teoria como aquele que vai da teoria para a prática, Gramsci observa que a prática não deve submeter a teoria, mas, ao contrário, devem ser criadas as condições para conduzir os estratos mais atrasados da sociedade a uma compreensão mais elevada da realidade. A teoria deve sempre reger a prática. Nesse sentido, Gramsci defende

eleva intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tornarem seus “espartilhos”.¹⁸²

Segundo Gramsci, a elevação intelectual de camadas populares é o que “realmente modifica o ‘panorama ideológico’ de uma época”.¹⁸³ Prestipino observa que, para Gramsci, somente pode ser considerada como uma “ciência superior aquela que ultrapassa o senso comum, mas que mantém o contato com o pensamento dos ‘simples’”.¹⁸⁴ O autor observa que se esse “contato falha, a ciência perde o seu caráter de *organicidade*, sistematicidade ou universalidade, caindo na particularidade de uma especialidade”.¹⁸⁵ Por meio do contato orgânico com a intelectualidade superior, o senso comum da massa deixa de ser, segundo Prestipino, “uma função desagregada e fragmentária e se eleva ao ‘bom senso’ [...] e passa a fazer parte do conceito *amplo* da função intelectual”.¹⁸⁶

Nessa mesma direção, Sassoon considera que, para Gramsci, a vida interna do partido está relacionada à necessidade de superação da cisão entre a teoria e a prática, a cisão entre os dirigentes e os dirigidos. Para o partido ter vida, é necessário estabelecer uma

¹⁸¹ Idem, *ibidem*.

¹⁸² Idem, *ibidem*, p. 110.

¹⁸³ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁴ PRESTIPINO, “Il ‘sistema’ statuale e i suoi ‘elementi’ plurali”. In: *Politica e storia in Gramsci*, Op. cit., p. 593.

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁶ Idem, *ibidem*, pp. 593-594.

relação democrática entre ambos os níveis, criar uma unidade orgânica entre eles.¹⁸⁷

Antes de Gramsci, Lênin já defendia essa elevação dos setores mais atrasados da classe trabalhadora. Para ele, o papel da social-democracia era justamente o de se aproximar do movimento espontâneo para elevá-lo ao nível de seu programa.¹⁸⁸ Toda a prática política de Lênin expressa bem essa unidade entre a teoria e a prática. Tomemos as propostas a respeito das formas de mobilizar os trabalhadores contidas em *O que fazer?*. Lênin propõe a construção de instrumentos, como panfletos e jornais, para que as experiências práticas dos trabalhadores possam se manifestar livremente. Esses materiais serviriam como uma “‘literatura’ das denúncias econômicas”,¹⁸⁹ “literatura” composta por denúncias feitas pelos próprios operários sobre a situação existente nas fábricas. Lênin comenta que essa “literatura”, feita com base na prática cotidiana dos operários, tem uma enorme repercussão não apenas na fábrica de onde a denúncia provém, mas em todas as fábricas nas quais ela chega, uma vez que as necessidades e as carências dos operários de diferentes empresas têm muito em comum e, por essa razão, conclui Lênin, a “‘verdade sobre a vida operária’ entusiasma a todos”.¹⁹⁰ Lênin considera que as denúncias internas às fábricas feitas pelos operários têm um enorme poder. Para ele, essas denúncias de escândalos internos às fábricas, “que ocorrem em alguma ‘indústria’ em um lugar distante ou em algum ramo de trabalho a domicílio, escândalos esquecidos por todos, se convertem em ponto de partida para despertar a consciência de classe, para iniciar a luta sindical e a difusão do socialismo”.¹⁹¹

Poderia se pensar que essa proposta feita por Lênin de dar a voz à classe trabalhadora, de criar um espaço para os trabalhadores denunciarem suas condições de trabalho no interior das fábricas, equivaleria à primeira hipótese levantada por Gramsci, aquela baseada na construção de uma teoria a partir da prática. De acordo com essa hipótese, a experiência prática dos trabalhadores, sua vivência cotidiana no interior da fábrica, seria considerada o ponto de partida para a elaboração de um programa (teoria)

¹⁸⁷ SASSOON, “Gramsci, il partito e la democrazia”. In: *Politica e storia in Gramsci*. Op. cit., p. 618.

¹⁸⁸ LÊNIN, “¿Que hacer?”, In: *Obras completas*, Op. cit., vol. V, p. 403.

¹⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 405.

¹⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 406.

¹⁹¹ Idem, *ibidem*.

capaz de conduzir o proletariado ao poder. Seria um processo de lutas no qual a prática proletária conduziria a teoria.

Mas não se trata disso. A atitude assumida pela vanguarda de dar a voz aos trabalhadores tem como objetivo desenvolver a unidade dos operários, impulsionar sua luta em torno de algo comum, conferir uma expressão política àquilo que o próprio capital já proporcionou do ponto de vista econômico: a transformação de trabalhadores individuais em um trabalhador coletivo, a formação da classe em si. Nesse sentido, Marx observa o surgimento do trabalhador coletivo ao descrever um exemplo de uma manufatura de agulhas: “com a parte de suas muitas mãos armadas de instrumentos, o trabalhador coletivo, formado pela combinação de trabalhadores detalhistas, estira o arame, enquanto simultaneamente com outras mãos e outras ferramentas o estica, com outras o corta, o aponta etc.”.¹⁹² Não por acaso Marx utiliza a expressão “suas muitas mãos armadas de instrumentos” (*seiner vielen instrumentbewaffneten Hände*). Marx parece estar indicando aqui uma organização coletiva político-militar dos operários no interior dos locais de trabalho. Seguindo essas indicações de Marx, a proposta de dar a voz à classe trabalhadora não significaria uma tentativa de ir buscar a verdade na consciência individual do operário. O objetivo que se busca alcançar ao dar a voz à classe trabalhadora por meio de denúncias de fábrica é o de elevar o trabalhador coletivo, econômica e objetivamente produzido e unido pelo capital, a uma unidade política superior, isto é, criar as condições para que o trabalhador coletivo, já existente, se torne consciente de si por meio da própria luta no interior das fábricas, partindo das questões mais imediatas, como, por exemplo, a denúncia de uma arbitrariedade cometida por um chefe.

O trabalhador individual, assim como todo e qualquer indivíduo é, para Marx, uma abstração. Segundo Marx, as pessoas encarnam personagens econômicos que “nada mais são que as personificações das relações econômicas, como portadores das quais elas se defrontam”.¹⁹³ Ou seja, o operário individual somente é operário *na relação* antagônica com o capitalista, uma relação que só existe enquanto relação de luta entre duas classes. Os sujeitos não são, portanto, o indivíduo operário e o indivíduo burguês, mas as classes

¹⁹² MARX, *O capital*, Op. cit., vol. I, pp. 272-273.

¹⁹³ Idem, *ibidem*, p. 80.

sociais das quais eles não passam de personagens. É isso o que Marx quer dizer quando afirma que as pessoas, que no capitalismo só existem como representantes de mercadorias, como possuidores de mercadorias, não são mais do que personificações de relações econômicas. No capitalismo, as pessoas deixam de ser o José ou o João, e passam a ser o proletário José, que entra enquanto proprietário da mercadoria força de trabalho na relação com o capitalista, e o capitalista João, que, na relação com o proletário José, entra na condição de proprietário dos meios de produção. O que determina os traços essenciais da individualidade de cada um é a sua posição de classe. Assim, a própria consciência do operário individual é em grande parte determinada pela luta de sua própria classe, da qual ele é apenas uma parte, na grande maioria das vezes não determinante.

Não há, assim, o menor sentido em essencializar a ação ou a consciência do operário individual, assim como não faz sentido dar uma importância demasiada às denúncias de fábricas. O papel das denúncias internas é o de atuar como um cimento e como um fermento, unindo e estimulando o crescimento da mobilização da classe.

Mas se a experiência prática individual dos operários não é suficiente para servir de fundamento de um programa revolucionário, seria este programa, então, resultado da elaboração individual ou coletiva de grandes teóricos revolucionários? Seria a prática revolucionária da classe operária regida por uma teoria programática elaborada sem qualquer relação direta com a prática da própria classe? Nesse sentido poderíamos perguntar ainda, considerando *O capital* como uma teoria programática da revolução socialista mundial, se a obra madura de Marx teria sido o resultado unicamente de sua criação individual?

Benoit afirma que a teoria contida em *O capital*, considerada como um programa estratégico da revolução socialista mundial,¹⁹⁴ não passa “da sistematização teórica da consciência de classe *da classe operária*, ou seja, da consciência desenvolvida pela e na própria luta de classes”.¹⁹⁵ Não por acaso grifamos a expressão “da classe operária”. O programa revolucionário não é, segundo Benoit, o produto da reunião das experiências

¹⁹⁴ BENOIT, “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”. In: *Revista Crítica Marxista*, nº 3, São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 16. Também em BENOIT, “Sobre o desenvolvimento (dialético) do programa”. In: *Revista Crítica Marxista*, nº 4, 1997, p. 10.

¹⁹⁵ BENOIT, “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”. Op. cit., p. 42. (grifo nosso)

particulares dos operários individuais, tampouco é fruto da elaboração teórica de um revolucionário, mesmo o mais brilhante de todos, mas é fruto da experiência da luta histórica *da classe operária*. Para Marx, o sujeito nunca é o indivíduo, mas sempre a classe, e a classe em luta contra outra(s) classe(s). O *capital* de Marx seria, assim, de acordo com Benoit, o resultado teórico da própria luta da classe operária, da luta entre as classes oprimidas dirigidas pela classe operária contra as classes proprietárias dos meios de produção. Essa luta histórica, ou ainda, a história dessa luta entre as classes pela apropriação das forças produtivas é o que fundamenta toda a teoria programática contida em *O capital*.¹⁹⁶ A teoria de *O capital* seria, assim, o resultado e ao mesmo tempo o impulsionador da luta do proletariado mundial. Essa interpretação é coerente com a afirmação de Marx de que “a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir”.¹⁹⁷ O programa revolucionário contido em *O capital* seria, assim, a “captação” a um nível teórico das condições materiais da luta de classes no processo de seu devir.

Portanto, quando Gramsci afirma, em trecho citado no início deste item, que a base da teoria programática das classes trabalhadoras é “uma determinada prática”,¹⁹⁸ deixa transparecer que essa prática seria uma determinada prática *particular*, ocorrida em um momento específico. Para Marx e Lênin, como vimos, a base da teoria programática das classes trabalhadoras é a história da luta de classes como totalidade. Basear a teoria “em uma determinada prática” seria cair no empirismo, segundo o qual se deve partir de uma prática particular para chegar ao geral, ao invés de realizar o caminho propriamente

¹⁹⁶ A importância da prática revolucionária do proletariado para a obra madura de Marx é ressaltada por Löwy, para quem Marx somente se tornou “marxista” depois de ter tido contato direto com a classe operária em luta. Para o autor, “a insurreição dos tecelões de junho de 1844 na Silésia foi um acontecimento que para Marx desempenhou um papel de ‘catalisador’, de reviravolta teórico-prática, de demonstração concreta e violenta do que já se depreendia de suas leituras e contatos parisienses, a tendência potencialmente revolucionária do proletariado”. LÖWY, *A teoria de revolução no jovem Marx*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 134. Engels já havia feito uma observação, em 1888, que confirma essa hipótese levantada por Löwy. Engels afirmou que ele e Marx tinham, na primavera de 1845, fortes contatos com o proletariado organizado. ENGELS, “Contribuição à história da Liga dos Comunistas”. In: MARX & ENGELS, *Obras escolhidas*. Op. cit., vol. 3, p. 158.

¹⁹⁷ MARX, “Para a crítica da economia política (prefácio)”. In: MARX, São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 26.

¹⁹⁸ Cfe. nota nº 180.

dialético, que é o de partir do concreto enquanto totalidade indeterminada (a história da luta de classes, a histórica luta do proletariado), passar pelas particularidades por meio de uma sucessão de abstrações (a situação atual), para, finalmente, alcançar a totalidade concreta determinada (as táticas de luta mais adequadas do programa revolucionário a serem aplicadas no momento presente).

A emancipação das classes trabalhadoras, que somente pode ser realizada pelas próprias classes trabalhadoras,¹⁹⁹ somente será possível se a ação prática dessas classes estiver sendo regida por uma teoria programática revolucionária que seja a expressão da história e a continuidade da luta revolucionária das próprias classes trabalhadoras. Para que o proletariado se liberte do jugo capitalista é necessário transformar em prática a teoria programática revolucionária, que se origina da luta histórica das classes trabalhadoras.

O desafio está em tirar do esquecimento a história da luta de classes, fazer com que a classe trabalhadora lembre sua própria história, a história da luta de sua própria classe. Benoit afirma, nessa direção, que “toda investigação, toda aprendizagem, todo saber, nada mais seriam do que um ato de rememorar, um tirar do esquecimento, um trazer de volta para o presente o que foi esquecido”.²⁰⁰

Nesse sentido, se, por um lado, a prática depende da teoria revolucionária para se tornar revolucionária, por outro, a teoria revolucionária que não é aplicada na prática da luta das classes trabalhadoras, de nada serve para a conquista da emancipação do proletariado. Por isso, não adianta ter a capacidade de fazer uma brilhante interpretação da realidade, se essa interpretação não servir de base para uma prática revolucionária, se ela não estiver sustentada numa organização profundamente ligada às massas trabalhadoras, o único sujeito capaz de colocar a teoria revolucionária em prática.

No entanto, a pergunta ainda persiste: como fazer com que aquelas palavras-de-ordem do programa revolucionário que se mostrarem mais adequadas ao momento atual possam ser assumidas pelas massas trabalhadoras? Como fazer com que a classe trabalhadora assuma a defesa daquelas reivindicações que poderão dar continuidade à história de luta de sua própria classe?

¹⁹⁹ MARX, “Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores”. In: MARX & ENGELS, *Obras escolhidas*. Op. cit., vol. 1, p. 322.

²⁰⁰ BENOIT, *A odisséia dialógica de Platão*. Campinas: Unicamp, Tese de Livre-Docência, Livro II, p. 87.

2. A passagem da teoria para a prática

Lênin dedicou muita atenção ao problema da relação entre o programa revolucionário e a própria classe, o proletariado, isto é, o problema de encontrar os meios através dos quais a classe trabalhadora será capaz de assumir o programa revolucionário. Numa obra escrita em 1920 e intitulada *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, Lênin observa que para que as massas tomem

uma atitude de apoio direto à vanguarda, ou pelo menos uma atitude de neutralidade simpatizante, para que elas se tornem completamente incapazes de apoiar o adversário [...] não basta só a propaganda e a agitação. Para isso as massas precisam fazer sua própria experiência política.²⁰¹

Segundo Lênin, para que o programa revolucionário seja assumido pelos trabalhadores, o programa deverá se tornar parte da experiência vivida pelas próprias massas trabalhadoras. Para Lênin, a experiência das massas é tão importante que ele chega a afirmar que nisso reside “a lei fundamental de todas as grandes revoluções”.²⁰² As massas trabalhadoras somente passarão a se rebelar contra as condições de vida impostas pelo capitalismo, as massas somente estarão preparadas para se opor a tudo aquilo que impõe a degradação permanente de suas vidas, quando já tiverem confirmado, por meio de sua própria experiência, nos enfrentamentos da luta de classes, os limites da atual sociedade, a incapacidade dessa sociedade garantir as mínimas condições de vida para a maioria da população.

Essa lei que impõe, como necessidade indispensável de toda a revolução, a experiência das massas trabalhadoras, exige da vanguarda uma extrema habilidade, uma extrema paciência e perseverança, uma extrema determinação diante dos enormes obstáculos que inevitavelmente são encontrados pela frente. Não basta ter o programa correto. Evidentemente, esse é um pressuposto fundamental. Mas o programa é, em si e por

²⁰¹ LÊNIN, “El ‘izquierdismo’, enfermedad infantil del comunismo”. Op. cit., p. 200.

²⁰² Idem, *ibidem*.

si, um instrumento insuficiente para conduzir o proletariado ao poder. É necessário que a vanguarda faça parte das massas trabalhadoras, que parte das massas faça parte da vanguarda, para que essa conduza aquela a viver sua própria experiência, comprovar por si mesma a necessidade inevitável de conquistar o poder. Esse processo longo e penoso, esse processo de identificação, de espelhamento, entre a vanguarda e as massas, é o caminho para construir as condições subjetivas da revolução socialista.

Nesse sentido, Trotsky afirma que a disposição de luta dos trabalhadores não é determinada exclusivamente pelas suas necessidades imediatas, pelos seus desejos, mas pela combinação dessas necessidades com sua própria experiência de vida.²⁰³ Isso explica, em parte, porque milhões de trabalhadores aceitam que suas condições de vida sejam permanentemente degradadas sem, apesar disso, se dispor a lutar. Uma das razões de sua apatia é que sua experiência de vida anterior, incluindo nessa experiência a traição das direções, condiciona-os a não lutar. Afinal, como esperar que os trabalhadores assumam uma posição revolucionária se eles têm diante de si uma direção traidora? Por esse motivo, a experiência das massas populares, ou a sua falta de experiência, não pode ser negligenciada pela vanguarda. Somente a experiência das próprias massas na luta de classes poderá provar-lhes a incapacidade do capitalismo em atender suas necessidades imediatas mais elementares.

As observações de Trotsky a respeito da Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia são muito esclarecedoras a esse respeito. Sabe-se que, nessa época, vários dirigentes bolcheviques estavam no exílio. O próprio Lênin foi surpreendido pela revolução, tomando conhecimento somente durante o levante. Trotsky comenta que quem dirigiu a Revolução de Fevereiro de 1917 foram os operários conscientes e bem temperados pelos longos anos de luta e, sobretudo, os que se formaram na escola do partido de Lênin. Mas apesar dos operários terem sido capazes de derrubar o czar em fevereiro, não conseguiram, por sua própria conta, assumir o poder. Trotsky afirma que esta “liderança, suficiente para assegurar a vitória da insurreição, não estava em condições, logo no início, de colocar a direção do movimento revolucionário entre as mãos da vanguarda proletária”.²⁰⁴ O poder

²⁰³ TROTSKY, *A história da revolução russa*. Op. cit., vol. 2, p. 664.

²⁰⁴ Idem, *ibidem*, vol. 1, p. 143.

passou às mãos da burguesia liberal.²⁰⁵

Esse fato serve, em certa medida, como uma indicação de que, para o proletariado conquistar o poder não é suficiente sua experiência empírica, por melhor que tenha sido a sua escola. Para conquistar o poder é preciso utilizar, além da experiência das massas, toda a experiência histórica acumulada pelo proletariado mundial, refletida, traduzida e reproduzida teoricamente pelos dirigentes internacionais do proletariado, ou seja, uma síntese teórico-programática da experiência histórica de luta do proletariado mundial.

Nesse sentido, Lênin afirma em *Que fazer?* que a consciência da classe operária, o conhecimento de si mesma, não está tão ligada à conceitos teóricos, mas sim às “idéias elaboradas sobre a base da experiência da vida política, sobre as relações entre *todas* as classes da sociedade atual”,²⁰⁶ ou seja, a consciência de classe da classe operária não se originaria somente de um aprimoramento teórico do operário, mas a partir da própria experiência de vida das massas na luta entre as classes.

Nessa mesma obra, Lênin afirma, de maneira aparentemente paradoxal, que a consciência de classe da classe operária viria de fora dela mesma. Como prova disso Lênin cita o fato de que os próprios “fundadores do socialismo científico contemporâneo, Marx e Engels, pertenciam à intelectualidade burguesa”.²⁰⁷ As afirmações destas duas últimas passagens citadas parecem contraditórias. No entanto, a contradição é apenas aparente. A experiência prática nos embates da luta de classes somente é capaz de desenvolver uma consciência de classe na classe operária se essa experiência tiver sendo conduzida com base numa síntese da experiência histórica da luta do proletariado mundial. O papel da vanguarda é justamente fazer essa síntese, traduzi-la em ações, em palavras-de-ordem, em reivindicações, em formas de luta e em formas de organização capazes de aprofundar as contradições entre as classes, contribuindo assim para que o proletariado se prepare política e organizativamente, por meio da própria luta, para a conquista do poder. O papel da

²⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 144.

²⁰⁶ LÊNIN, “¿Que hacer?”, *Op. cit.*, p. 420.

²⁰⁷ Idem, *ibidem*, pp. 382-383. A respeito da influência de Kautsky nesta questão, ver idem, *ibidem*, p. 390. Gruppi comenta que o próprio Lênin adverte, no prefácio de 1907 ao *¿Que fazer?* que esta obra tinha como objetivo corrigir polemicamente o economicismo e que seria um erro considerar o seu conteúdo fora desta tarefa. GRUPPI, *Op. cit.*, p. 37.

vanguarda é utilizar seu conhecimento conceitual e histórico, além de sua experiência prática, para impulsionar a luta do proletariado, contribuir para que ele faça sua experiência revolucionária. É nesse sentido que a luta prática atual do proletariado somente pode se tornar revolucionária se estiver baseada nas experiências revolucionárias que a própria classe realizou no decorrer da história.

Deste ponto de vista, o papel da vanguarda não é introduzir, de fora para dentro, uma consciência de classe no proletariado, o papel da vanguarda não é, como afirma Del Roio, inculcar um novo *sensu crítico* nas massas, arrancando-as do *sensu comum*, substrato cultural da hegemonia das classes dirigentes.²⁰⁸ O papel da vanguarda é o de explorar, por meio de seu conhecimento da história da luta de classes, as contradições postas pela própria realidade e impulsionar os trabalhadores a ir ganhando experiência na árdua, dura e implacável luta. Nesse sentido, poderíamos dizer que a consciência de classe da classe operária não se origina de fora da classe, nem de fora da luta econômica, isto é, de uma luta política que estaria acima da luta econômica.

Portanto, se por um lado, a experiência prática das massas trabalhadoras representa um dos pressupostos de toda a revolução, por outro, essa experiência não é, por si só, suficiente para levá-las a conquistar o poder. Para isso, é necessário mais do que a experiência empírica das massas. Desse ponto de vista, esperar que as massas assumam espontaneamente uma atitude revolucionária seria um grave erro. Vejamos a seguir a posição de Gramsci a respeito do espontaneísmo.

3. A crítica ao espontaneísmo e ao esquerdismo. A necessidade de construir um partido revolucionário centralizado nos moldes leninistas

Para Gramsci, o espontaneísmo é característico dos elementos mais marginais e periféricos das classes subalternas, “que não alcançaram a consciência de classe ‘para si’”. Segundo Gramsci,

²⁰⁸ DEL ROIO, Op. cit., p. 115.

existe uma multiplicidade de elementos de “direção consciente” nestes movimentos [espontâneos], mas nenhum deles é predominante ou ultrapassa o nível da “ciência popular” de um determinado estrato social, do “senso comum”, ou seja, da concepção de mundo tradicional deste determinado estrato.²⁰⁹

Para Gramsci, manter-se no nível do espontaneísmo significaria abdicar de se preparar para a luta. Nessa questão, Gramsci segue as posições de Lênin, que observava que

a classe operária, exclusivamente com suas próprias forças, só está em condições de elaborar uma consciência trade-unionista, quer dizer, a convicção de que é necessário unir-se em sindicatos, lutar contra os patrões, reclamar do governo a promulgação de uma ou de outra lei necessárias para os operários, etc.²¹⁰

Em outras palavras, não basta buscar a solução para a luta de classes por meio da ação espontânea da classe ou de setores dela, ou seja, por meio do voluntarismo ou espontaneísmo. Nesse sentido, Lênin atacava o culto à espontaneidade existente naquilo que ele chamou de “nova tendência” existente no interior da social-democracia.²¹¹

Coerente com a crítica ao espontaneísmo, Gramsci defende como uma tarefa essencial a construção do partido. No caderno 13, escrito entre 1932 e 1934, Gramsci afirma que “a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar [uma força organizada], desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta, consciente de si”,²¹² uma força “que se pode fazer avançar quando se julga que a situação seja favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e seja dotada de ardor combativo)”.²¹³

Nessa passagem fica claro que nos *Cadernos* Gramsci continua defendendo um partido nos moldes leninistas, um partido disciplinado, “homogêneo, compacto, consciente de si”. Parece claro também, quando Gramsci afirma que “o elemento decisivo de cada

²⁰⁹ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 194. *Quaderni*, p. 328.

²¹⁰ LÊNIN, “¿Qué hacer?”, Op. cit., p. 382.

²¹¹ Idem, *ibidem*, p. 403.

²¹² GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 46. *Quaderni*, p. 1588.

²¹³ Idem, *ibidem*.

situação é a força permanentemente organizada e há muito tempo preparada”,²¹⁴ que esse partido é para ele um pressuposto indispensável, que deve ser construído antes do ascenso revolucionário.

Mas, se por um lado, Gramsci defende o centralismo e a disciplina no interior do partido, essa disciplina não pode ser, segundo ele, “o acolhimento servil e passivo de ordens, como execução mecânica de uma tarefa [...] mas como uma assimilação consciente e lúcida da diretriz a realizar”.²¹⁵ Portanto, para Gramsci “a disciplina não anula a personalidade em sentido orgânico, mas apenas limita o arbítrio e a impulsividade irresponsável, para não falar da fátua vaidade de sobressair”.²¹⁶ Gramsci afirma que “a questão da ‘personalidade e da liberdade’ se apresenta não em razão da disciplina, mas da ‘origem do poder que ordena a disciplina’”.²¹⁷ E pondera Gramsci: “se essa origem for ‘democrática’, ou seja, se a autoridade for uma função técnica especializada e não um ‘arbítrio’ ou uma imposição extrínseca e exterior, a disciplina é um elemento necessário de ordem democrática, de liberdade”.²¹⁸

Ainda nessa direção, Gramsci contrapõe o centralismo democrático ao centralismo burocrático. O primeiro é um ‘centralismo’ em movimento, uma contínua adequação da organização ao movimento real, “um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências”.²¹⁹ O centralismo burocrático, por sua vez, representa “uma pura posição unilateral de sectários e fanáticos”.²²⁰

Segundo Gramsci,

²¹⁴ Idem, ibidem. Aqui cabe a crítica ao Trotsky de 1905, que não compreendia a importância da homogeneidade político-programática do partido. Somente em 1914, após a traição da social-democracia alemã ao aprovar no parlamento os créditos para a guerra imperialista, Trotsky entendeu a importância da proposta leninista de organização. A este respeito, ver BENOIT, “Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista”. Op. cit., pp. 57-59.

²¹⁵ Idem, ibidem, p. 308. *Quaderni*, p. 1706.

²¹⁶ Idem, ibidem, pp. 308-309.

²¹⁷ Idem, ibidem, p. 309. *Quaderni*, pp. 1706-1707.

²¹⁸ Idem, ibidem. *Quaderni*, p. 1707.

²¹⁹ Idem, ibidem, p. 91. *Quaderni*, p. 1634.

²²⁰ Idem, ibidem. *Quaderni*, p. 1633.

o predomínio do centralismo burocrático no Estado indica que o grupo dirigente está saturado, transformando-se num grupelho estreito que tende a criar seus mesquinhos privilégios, regulamentando ou mesmo sufocando o surgimento de forças contrastantes, mesmo que estas forças sejam homogêneas aos interesses dominantes fundamentais.²²¹

Gramsci compara o centralismo exercido pela cúpula da Igreja Católica com aquele existente em outras organizações. Segundo ele, a Igreja Católica não poderia prescindir de uma forma burocrática de centralização, pois “qualquer forma de intervenção a partir de baixo a desagregaria de fato”.²²² Em outras organizações, como um partido revolucionário, por exemplo, ocorreria o contrário, isto é, “o consenso ativo e direto, ou seja, a participação dos indivíduos é uma questão vital, ainda que isto provoque uma aparência de desagregação e de tumulto”.²²³ E continua Gramsci: “uma consciência coletiva, ou seja, um organismo vivo só se forma depois que a multiplicidade se unifica através do atrito dos indivíduos”.²²⁴ Como em outras passagens dos *Cadernos*, Gramsci compara aqui o partido com uma orquestra, dizendo: “uma orquestra que ensaia cada instrumento por sua conta dá a impressão da mais horrível cacofonia; porém, estes ensaios são a condição para que a orquestra viva como um só ‘instrumento’”.²²⁵

O centralismo burocrático teria uma vertente denominada por Gramsci de “centralismo orgânico”, ao qual ele também não poupa críticas. Para ele,

o chamado “centralismo orgânico” baseia-se no princípio de que um grupo político selecionado por “cooptação” em torno de um “portador infalível da verdade”, de um “iluminado pela razão”, que encontrou as leis naturais infalíveis da evolução histórica, infalíveis mesmo que a longo prazo e mesmo que os acontecimentos imediatos “pareçam” não lhes dar razão.²²⁶

Em outra passagem dos *Cadernos*, Gramsci volta a atacar essa forma de

²²¹ Idem, ibidem. *Quaderni*, p. 1634.

²²² Idem, ibidem, p. 333. *Quaderni*, p. 1771.

²²³ Idem, ibidem.

²²⁴ Idem, ibidem.

²²⁵ Idem, ibidem.

²²⁶ Idem, ibidem, p. 108. *Quaderni*, p. 1650.

organização partidária, ao afirmar que “o centralismo orgânico imagina que pode fabricar um organismo definitivo, objetivamente perfeito”.²²⁷ Para Gramsci, essa idéia é uma “ilusão que pode ser desastrosa, porque faz com que um movimento se afogue num pântano de disputas *pessoais* acadêmicas”.²²⁸

Assim como Lênin, Gramsci critica as posições esquerdistas, que demonstram uma aversão de princípio a estabelecer compromissos com outras organizações, característica comum de pequenos grupos sectários, que não possuem ou possuem um mínimo contato com as massas e, portanto, não tem qualquer responsabilidade na condução da luta de classes. Gramsci caracteriza essa recusa em estabelecer compromissos como sendo uma manifestação das chamadas teorias da intransigência, que são, por sua vez, expressão daquilo que pode ser denominado de “medo dos perigos”.²²⁹ O fundamento desta aversão aos compromissos é, segundo Gramsci, “a convicção férrea de que existem leis objetivas para o desenvolvimento histórico, do mesmo caráter das leis naturais, acrescida da persuasão de um finalismo fatalista similar ao fatalismo religioso”.²³⁰ Para o autor dos *Cadernos*, aqueles que defendem essa posição se perguntam por que, afinal, deveriam estabelecer compromissos se “as condições favoráveis terão fatalmente de surgir?”²³¹

É exatamente essa a polêmica levantada por Lênin em 1920, na obra *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Segundo Lênin, somente é possível triunfamos diante de um adversário mais poderoso se, por um lado, soubermos aproveitar os menores desentendimentos entre os inimigos e, por outro, conseguirmos “tirar partido das menores possibilidades de se assegurar um aliado numericamente forte, [ainda que] pouco sólido e pouco seguro”.²³² Para Lênin, aquele que não assimilou esta verdade, não assimilou o marxismo.²³³ Segundo o dirigente bolchevique, negar a possibilidade e a necessidade de estabelecer compromissos seria o mesmo que, “ao subir numa montanha

²²⁷ Idem, ibidem, p. 199. *Quaderni*, p. 337.

²²⁸ Idem, ibidem.

²²⁹ Idem, ibidem, p. 69. *Quaderni*, p. 1611.

²³⁰ Idem, ibidem. *Quaderni*, p. 1612.

²³¹ Idem, ibidem.

²³² LÊNIN, “El izquierdismo”... Op. cit., p. 176.

²³³ Idem, ibidem.

inexplorada e inacessível até então, nós renunciássemos antecipadamente a marchar por vezes em ziguezague, a voltarmos atrás em outras ocasiões e a abandonar a direção escolhida para tentar direções diferentes.”²³⁴ Com certeza, quem não aceita marchar em ziguezague (o que significa, em política, admitir a necessidade de ser flexível na instância tática) terá enormes dificuldades para chegar ao cume da montanha inexplorada, isto é, talvez atrapalhe, ao invés de contribuir com o percurso necessário a ser feito pelo proletariado rumo ao poder.

Para Lênin, a necessidade de estabelecer compromissos se impõe justamente porque “o proletariado ‘puro’ está rodeado por um grande número, extremamente matizado, de tipos sociais que marcam a transição do proletário ao semi-proletário” e por tipos sociais característicos das divisões internas existentes no interior do próprio proletariado, baseadas em diferenças territoriais, profissionais e, às vezes até religiosas.²³⁵ Lênin observa que basta estudar a história do bolchevismo para ver que, “antes e depois da Revolução de Outubro, [esta história] *está cheia* de exemplos de acordos, de conciliações e de compromissos com outros partidos, sem excetuar os partidos burgueses”.²³⁶

Lênin utiliza uma metáfora já usada por Nicolai Tchernychevski, considerado por ele como o grande socialista russo do período anterior a Marx.²³⁷ Diz Lênin: “a ação política não é como a calçada da Avenida Nevski. Algumas vezes ela atravessa estradas cheias de poeira ou de barro, passa por pântanos ou por densas florestas”.²³⁸ E conclui Lênin: “aquele que receia cobrir-se de poeira ou sujar os sapatos, que se abstenha de toda a atividade política”.²³⁹

Como se vê, Gramsci segue Lênin ao atacar o esquerdismo, tanto no que diz respeito à liberdade de manifestação interna no partido, na defesa do centralismo democrático, quanto na defesa de uma política frentista, não sectária, ao admitir estabelecer

²³⁴ Idem, ibidem, p. 175.

²³⁵ Idem, ibidem, p. 180.

²³⁶ Idem, ibidem, p. 175.

²³⁷ Segundo Figes, a ascética forma de vida de Lênin tem uma espantosa semelhança com a de Rachmetjev, herói do romance de Tchernychevski. Não por acaso, Lênin deu a sua obra *Que fazer?* o mesmo nome do romance de Tchernychevski. Ver FIGES, *A tragédia de um povo. A revolução russa 1891-1924*. São Paulo: Record.

²³⁸ LÊNIN, “El ‘izquierdismo’ ... Op. cit., p. 176.

²³⁹ Idem, ibidem.

compromissos com outros partidos.²⁴⁰

Gramsci afirma que na época moderna os partidos cumprem o papel que os chefes individuais (ou carismáticos) exerciam no passado. Estes foram substituídos, na função dirigente, por aqueles organismos coletivos.²⁴¹ Para Gramsci, o “moderno príncipe” ou o “novo príncipe” de Maquiavel não poderia ser mais um herói pessoal, mas somente o partido político, que só pode ser “um elemento complexo da sociedade, no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação [...] a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais”,²⁴² um organismo que deve pretender “fundar um novo tipo de Estado”.²⁴³

No entanto, essa vontade coletiva que se manifesta como partido político não é um ser autônomo, independente das condições objetivas. O partido está, segundo Gramsci, submetido à necessidade histórica.²⁴⁴ Apesar de admitir que o partido esteja submetido à história, Gramsci não despreza a necessidade de sua construção. A importância dada por Gramsci à construção do partido é tamanha que, para ele, supera em muito até mesmo uma descoberta científica. Diz ele:

o fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais.²⁴⁵

É mais difícil, continua Gramsci nesse mesmo sentido, “instaurar uma ordem intelectual coletiva do que inventar arbitrariamente princípios novos e originais”.²⁴⁶ Em

²⁴⁰ Trotsky também fez seguidamente duras críticas ao esquerdismo. Numa delas ele afirma que “o ultra-esquerdismo é sempre o oportunismo que tem medo de si mesmo e, pede, em consequência, garantias absolutas – quer dizer, garantias inexistentes – de que permanecerá fiel à sua bandeira”. TROTSKY, “Uma vez mais, a União Soviética e sua defesa”. In: *Em defesa do marxismo*, São Paulo: Proposta, S/D, p. 223. Trotsky observa que “esse tipo de intransigência recorda-nos os homens débeis e tímidos que, quando ficam furiosos, gritam para os seus amigos: ‘Agarrem-me ou eu faço uma desgraça’”. Idem, *ibidem*.

²⁴¹ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 1, p. 148. *Quaderni*, p. 1430.

²⁴² Idem, *ibidem*, vol. 3, p. 16. *Quaderni*, p. 1558.

²⁴³ Idem, *ibidem*, p. 59. *Quaderni*, p. 1601.

²⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 17. *Quaderni*, p. 1559.

²⁴⁵ Idem, *ibidem*, vol. 1, p. 96. *Quaderni*, p. 1378.

²⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 200. *Quaderni*, p. 1483.

outro trecho dos *Cadernos Gramsci* ressalta

a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções de mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como “experimentadores” históricos de tais concepções.²⁴⁷

A construção do partido consiste, diz Gramsci, numa tarefa que aparece como sendo duas, isto é, consiste em trabalhar para a elaboração de uma elite, embora não possa deixar de ser um processo que vise educar as grandes massas. “Essas duas atividades – continua Gramsci – são na verdade uma só atividade, e é precisamente isso o que torna o problema difícil”.²⁴⁸ Para Gramsci,

Os partidos têm a tarefa de elaborar dirigentes qualificados. [Os partidos] são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido [...] se articule e se transforme, de um confuso caos, em exército político organicamente preparado.²⁴⁹

Para Gramsci, há diferentes níveis de consciência no interior do próprio partido. Todo o esforço do partido está voltado para conduzir aos níveis mais altos aqueles que se encontram nos níveis mais baixos. Ele diz: “a filosofia da práxis não busca manter os ‘simples’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior”.²⁵⁰ E continua ele:

se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais.²⁵¹

²⁴⁷ Idem, ibidem, p. 105. *Quaderni*, p. 1387.

²⁴⁸ Idem, ibidem, pp. 247-248. *Quaderni*, p. 892.

²⁴⁹ Idem, ibidem, vol. 3, p. 85. *Quaderni*, pp. 1627-1628.

²⁵⁰ Idem, ibidem, vol. 1, p. 103. *Quaderni*, p. 1384.

²⁵¹ Idem, ibidem. *Quaderni*, pp. 1384-1385.

Para Gramsci, o primeiro nível de consciência é aquela própria de quem passa a se perceber fazendo parte de uma determinada força hegemônica, cuja característica é um sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva.²⁵² Esse processo inicial de tomada de consciência representa, para o marxista sardo, tanto um “progresso político-prático, [quanto] um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos”.²⁵³ Desse primeiro nível, procura-se progredir “até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária”.²⁵⁴ A unidade de teoria e prática não é, portanto, para Gramsci, um dado mecânico, mas um devir histórico.²⁵⁵

Tanto para Lênin quanto para Gramsci, a unidade da teoria e da prática no partido operário não significa rebaixar o militante revolucionário ao nível do artesão, mas elevar o artesão ao nível do revolucionário.²⁵⁶ Nesse processo, os intelectuais têm, segundo Gramsci, um papel fundamental. Vejamos, então, mais de perto, como Gramsci entende a função dos intelectuais no partido.

4. A relação dos intelectuais com os outros níveis internos do partido

De acordo com Gramsci, o processo de distinção de uma massa humana com o objetivo de se tornar independente “para si” somente é possível por meio da construção de uma organização (em sentido lato), e uma organização não existe sem intelectuais.²⁵⁷ Mas qual sentido teria a noção de intelectuais para Gramsci?

Segundo o autor dos *Cadernos*, o intelectual pertencente ao partido deve assumir a tarefa de dirigente (especialista + político), organizador e construtor, tendo uma

²⁵² Idem, ibidem, pp. 103-104. *Quaderni*, p. 1385.

²⁵³ Idem, ibidem, p. 104. *Quaderni*, pp. 1385-1386.

²⁵⁴ Idem, ibidem. *Quaderni*, p. 1385.

²⁵⁵ Idem, ibidem.

²⁵⁶ LÊNIN, ¿Que hacer? Op. cit., citado por BENOIT, “Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista”. Op. cit., p. 51.

²⁵⁷ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 1, p. 104. *Quaderni*, p. 1386.

inserção ativa na vida prática.²⁵⁸ É necessário, diz Gramsci em outro trecho dos *Cadernos*, “criar homens sóbrios, pacientes, que não se desesperem diante dos piores horrores e não se exaltem em face de qualquer tolice. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”.²⁵⁹ Para Gramsci, “o líder suscita e dirige as paixões, mas ele próprio é ‘imune’ a elas ou as domina para melhor desencadeá-las, refreá-las no momento dado, discipliná-las, etc.”.²⁶⁰ Segundo Gramsci, o líder deve, acima de tudo, “conhecer as paixões como elemento objetivo de fato, como força, mais do que ‘senti-las’ imediatamente, deve conhecê-las e compreendê-las, ainda que com ‘grande simpatia’”.²⁶¹

Para Gramsci, a especialização dos dirigentes do partido é fundamental. Nesse sentido, ele diz que o aspecto teórico da ligação teoria-prática deve se distinguir “concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica”.²⁶²

A construção do partido, como um pressuposto indispensável para a conquista do poder é, portanto, inseparável da teoria revolucionária, assim como é inseparável da experiência de vida das massas. O partido deve necessariamente ser composto por trabalhadores, sobretudo operários, aqueles que têm experiência empírica sobre os processos de produção e as contradições de classe próprias desse processo, além dos revolucionários profissionais, aqueles que têm a capacidade teórica de conduzir as mais diferentes situações à luz das experiências históricas da luta proletária.

Mas Gramsci adverte que “este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos”.

²⁶³ Gramsci observa que a ampliação do estrato dos intelectuais deve estar ligada “a um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, com a passagem de indivíduos, ou mesmo de grupos mais ou menos importantes, para o estrato dos intelectuais especializados”.²⁶⁴

²⁵⁸ Idem, ibidem, vol. 2, p. 53. *Quaderni*, p. 1551.

²⁵⁹ Idem, ibidem, p. 267. *Quaderni*, p. 2331-2332.

²⁶⁰ Idem, ibidem, vol. 4, p. 83. *Quaderni*, p. 2299.

²⁶¹ Idem, ibidem.

²⁶² Idem, ibidem, vol. 1, p. 104. *Quaderni*, p. 1386.

²⁶³ Idem, ibidem.

²⁶⁴ Idem, ibidem, pp. 104-105. *Quaderni*, p. 1386.

Nesse processo de passagem dos mais simples aos níveis mais altos de compreensão da realidade e, conseqüentemente, de responsabilidade no interior do partido, os estratos médios têm uma importância decisiva. Gramsci observa que “a solução do problema [...] pode ser encontrada na formação de um estrato médio o mais numeroso possível entre os chefes e as massas, que sirva de equilíbrio para impedir os chefes de se desviarem nos momentos de crise radical e para elevar sempre mais a massa”.²⁶⁵

Sassoon comenta, nessa mesma direção, a importância da criação de um estrato intermediário entre os dirigentes e a massa de dirigidos no interior do partido, indispensável para realizar a mediação entre os dois setores e estabelecer a base da sua divisão do trabalho, que deve ser superada por meio da educação e preparação da capacidade intelectual.²⁶⁶

Apesar de indicar a existência de diferentes níveis no interior do partido, Gramsci observa que na relação entre o partido e a classe, “todos os membros do partido devem ser considerados como intelectuais”.²⁶⁷ Um partido poderá ter, segundo Gramsci, “uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isso que importa”²⁶⁸ no que diz respeito à função geral dos membros do partido enquanto dirigentes da classe trabalhadora. Todos devem ter uma função diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual. Nesse sentido, não há nada mais exato, segundo Gramsci, do que afirmar que todos os membros de um partido devam ser considerados como intelectuais, apesar dessa afirmação poder ser motivo de ironia ou de caricatura.²⁶⁹

Gramsci sublinhou a importância do papel dos intelectuais, diferenciando os intelectuais tradicionais dos intelectuais orgânicos. Enquanto o intelectual orgânico deve ter, como vimos, “uma inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’ [...] o tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é dado pelo literato, pelo filósofo, pelo artista”.²⁷⁰

Para Gramsci, “não existe uma classe independente de intelectuais, mas todo

²⁶⁵ Idem, *ibidem*, vol. 3, p. 167. *Quaderni*, p. 236-237.

²⁶⁶ SASSOON, *Op. cit.*, p. 620.

²⁶⁷ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, *Op. cit.*, vol. 2, p. 25. *Quaderni*, p. 1523.

²⁶⁸ Idem, *ibidem*.

²⁶⁹ Idem, *ibidem*.

²⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 53. *Quaderni*, p. 1551.

grupo social tem uma própria camada de intelectuais ou tende a formar uma para si”.²⁷¹ Essa especificidade dada por Gramsci à categoria de intelectuais é apontada por Althusser, quando afirma que “o conceito gramsciano de *intelectual* é infinitamente mais vasto que o nosso, que não é definido pela idéia que os intelectuais se fazem de si mesmos, mas pelo seu *papel* social de *organizadores* e de *dirigentes* (mais ou menos subalterno).²⁷²

Coutinho, por sua vez, critica o erro grosseiro e muito comum de “identificar ‘intelectual orgânico’ com ‘revolucionário’ e ‘intelectual tradicional’ com ‘conservador’ ou ‘reacionário’ [...] O ‘intelectual orgânico’ surge – segundo Coutinho – em estreita ligação com a emergência de uma classe social determinante no modo de produção econômico”.²⁷³ Segundo Coutinho, “os intelectuais tradicionais [foram] no passado uma categoria de intelectuais orgânicos de dada classe (por exemplo, os padres em relação à nobreza feudal), e formam hoje, depois do desaparecimento daquela classe, uma camada relativamente autônoma e independente”.²⁷⁴ E conclui Coutinho: a burguesia tem seus intelectuais ‘orgânicos’, assim como há intelectuais ‘tradicionais’ (por exemplo, padres ou professores) ligados às lutas revolucionárias do proletariado.²⁷⁵

No que diz respeito à relação entre a teoria e a prática, Gramsci considera que a teoria não pode ser submetida à prática. A atividade teórica é fundamental. Ele afirma que “não pode haver elaboração de dirigentes onde falta a atividade teórica, doutrinária dos partidos, onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada”.²⁷⁶ É nesse sentido que Gramsci coloca a atuação do partido como algo superior à dos sindicatos, ao questionar se “essa vontade coletiva [expressa na atividade do sindicato] assim formada de modo elementar, não deixará imediatamente de existir, pulverizando-se numa infinidade de vontades singulares”.²⁷⁷ Segundo Gramsci, uma greve geral, considerada por ele como a máxima realização da atividade sindical, teria apenas um caráter negativo e preliminar, não prevendo uma fase

²⁷¹ Idem, *ibidem*, vol. 5, p. 64. *Quaderni*, p. 2012.

²⁷² ALTHUSSER, *Op. cit.*, pp. 91-92.

²⁷³ COUTINHO, *Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed., 2007, p. 175.

²⁷⁴ Idem, *ibidem*.

²⁷⁵ Idem, *ibidem*.

²⁷⁶ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, *Op. cit.*, vol. 3, pp. 201-202. *Quaderni*, p. 387.

²⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 15. *Quaderni*, p. 1557.

propriamente “ativa e construtiva”.²⁷⁸ De acordo com o comunista sardo, somente o partido teria essa dupla função, a de destruição, negação, associada à de construção, afirmação, não em sentido ‘metafísico’, mas prático, político, como programa de partido.

279

Observa-se, assim, uma grande identidade entre a concepção de partido de Gramsci e de Lênin, uma concepção baseada em um partido centralizado democraticamente, no qual se garante um amplo espaço de discussão interna e, ao mesmo tempo, uma extrema unidade de ação, um partido atento para formação de quadros superiores e, ao mesmo tempo, ocupado em elevar os mais simples a níveis cada vez mais altos, contando para isso com os quadros médios. Enfim, um partido vivo, em movimento, que se prepara cotidianamente tanto por meio da formação teórica quanto por meio dos embates imediatos da luta de classes.

Depois de ter exposto, em linhas gerais, a concepção de partido de Gramsci nos *Cadernos*, passemos agora, então, a discutir as propostas programáticas contidas nessa obra, propostas que, como veremos, têm como base a noção de “Estado ampliado”.

²⁷⁸ Idem, ibidem, pp. 14-15. *Quaderni*, pp. 1556-1557.

²⁷⁹ Idem, ibidem, p. 15. *Quaderni*, p. 1557.

Capítulo IV

O Estado ampliado

1.As noções de Estado restrito e de Estado ampliado

Um dos principais fundamentos da teoria programática exposta nos *Cadernos do cárcere* é a tese segundo a qual os Estados dos países de capitalismo avançado do Ocidente teriam se ampliado, se diferenciado daqueles Estados existentes em meados do século XIX. Nesse sentido, Gramsci afirmou no *Caderno 13*, escrito entre 1932 e 1934, que Marx e Engels teriam vivido num período no qual os Estados tinham um caráter restrito, tendendo a dominar exclusivamente pela força. Segundo o autor dos *Cadernos*, naquela época “não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez”.²⁸⁰ Entre outras características daquelas sociedades, Gramsci indicava o baixo desenvolvimento do aparelho estatal e a maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal.²⁸¹

²⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 24. *Quaderni*, p. 1566.

²⁸¹ Idem, *ibidem*.

Para Gramsci, o Estado das sociedades desenvolvidas do Ocidente teria se tornado mais complexo, mais amplo. Ele afirma que “no período posterior a 1870, com a expansão colonial européia [...] as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas”.²⁸²

Segundo Del Roio, essa datação feita por Gramsci baseia-se na idéia de que a Revolução Francesa teria se prolongado numa época histórica que se estendeu de 1789 a 1871. Após 1871, a consolidação da hegemonia liberal burguesa teria imposto, de acordo com Del Roio, uma nova forma de luta política, que passaria a se dar “por meio da difusão de um conjunto de aparelhos civis privados, ou seja, de instituições sociais não diretamente políticas”.²⁸³ O autor não explica, no entanto, o que teria ocorrido no início da década de 70 do século XIX que justificasse a “consolidação da hegemonia liberal burguesa”. Apesar de Gramsci também não esclarecer totalmente essa questão, tudo indica que o corte se deve à culminação do processo conhecido como *Risorgimento*, cujo objetivo era unificar os diversos Estados criados por Napoleão na península Itálica, que não haviam sido unificados nem mesmo no Congresso de Viena, realizado entre maio de 1814 e junho de 1815, em decorrência da derrota do imperador francês. Somente com o *Risorgimento*, um movimento de unificação nacional que se estendeu de 1815 a 1870, a península Itálica viria a ser submetida a um único Estado.

A forma de Estado característica dessa nova época histórica, caracterizada por alguns comentadores como a de um Estado integral, teria passado, segundo Gramsci, a assumir o controle daquilo que ele denominou de “aparelhos de hegemonia”, ou “instituições privadas de hegemonia”, ou ainda “organizações da sociedade civil”, instituições como as escolas, as associações de classe, as igrejas, os sindicatos, etc. Através do Estado ampliado, a classe dominante exerceria seu poder por meio do consenso associado à força, da direção associada à dominação. Com a incorporação dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil ao Estado, tradicionalmente formado apenas pelos aparelhos repressivos da sociedade política (como o exército, a polícia, etc.), a burguesia teria melhores condições de dirigir e, ao mesmo tempo, dominar as demais classes, utilizando-se

²⁸² Idem, *ibidem*.

²⁸³ DEL ROIO, Op. cit., p. 110.

do consenso, deixando para utilizar a força somente quando fosse estritamente necessário. Nesse sentido, Gramsci comentou, em outra passagem dos *Cadernos*, que “no Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma justa relação e, quando se dava um abalo do Estado, percebia-se imediatamente uma robusta estrutura da sociedade civil”.²⁸⁴ O Estado seria, assim, “apenas uma trincheira avançada, por trás da qual havia uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; a proporção variava de Estado para Estado, decerto, mas precisamente isso exigia um rigoroso reconhecimento de caráter nacional”.²⁸⁵

Staccone observa que esse duplo caráter do Estado ampliado caracterizado por Gramsci tem sua origem em Maquiavel. Para Staccone, nos *Cadernos* “Gramsci transfere a ‘natureza centáurica’ do ‘príncipe’ de Maquiavel para o Estado, este tendo que ser, ao mesmo tempo, força e consenso, dominação e direção”.²⁸⁶ Como afirma Maquiavel:

Deveis saber que há dois modos de combater: um pelas leis; outro, pela força. O primeiro é natural do homem; o segundo, dos animais. Todavia, como em muitas ocasiões o primeiro não é suficiente, mister se faz recorrer ao segundo. O príncipe, contudo, deve saber empregar adequadamente o animal e o homem. Ensina-mos isso aos príncipes, em segredo, os antigos historiadores, que relatam o que se passou com Aquiles e com outros príncipes da Antigüidade, entregues aos cuidados do centauro Quíron, que os educou. É que isso (ter um preceptor metade animal, metade homem) significa que o príncipe sabe utilizar-se de uma e de outra natureza.²⁸⁷

Os Estados dos países avançados do Ocidente, no decorrer do século XX, teriam, assim como o centauro, uma dupla natureza, diferente daqueles Estados aos quais Marx e Engels teriam enfrentado. De acordo com Gramsci, os Estados da época de Marx e Engels eram mais simples do que estes Estados com duplo caráter, próprios dos países avançados do Ocidente. Em meados do século XIX, os Estados encontravam-se, de acordo com Gramsci, ainda numa fase “econômico-corporativa”, caracterizada por um período no qual as lutas econômicas desempenhavam um papel central na dominação das classes

²⁸⁴ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 262. *Quaderni*, p. 866.

²⁸⁵ Idem, *ibidem*.

²⁸⁶ STACCONE, *Gramsci - 100 anos: revolução e política*. Petrópolis: Vozes, 2. ed., 1993, p. 74.

²⁸⁷ MAQUIAVEL, “O príncipe”. In: *Escritos políticos*. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 109. Citado por STACCONE, Op. cit., p. 74.

subalternas. A partir de 1870, os Estados do Ocidente teriam passado para uma fase caracterizada por Gramsci como uma fase “hegemônica” (de consenso ativo),²⁸⁸ na qual a disputa da hegemonia no interior dos organismos da sociedade civil teria ganhado importância frente às lutas econômicas.

Segundo Gramsci, ao invés de um instrumento exclusivo de uma classe utilizado para dominar a outra, como Marx e Engels caracterizavam corretamente os Estados com os quais se defrontavam, os Estados dos países do Ocidente teriam passado a representar um campo em disputa. Teria havido, assim, uma mudança na estrutura dos Estados do Ocidente a partir de 1870 em relação à estrutura dos Estados do Oriente. Em consequência das características da realidade na qual viveram, Marx e Engels teriam uma visão restrita do Estado.

Seguindo a interpretação de Gramsci, Coutinho cita a célebre passagem do *Manifesto comunista*, onde Marx e Engels afirmam que “o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia [e que] o poder político é poder organizado de uma classe para a opressão de outra”,²⁸⁹ e argumenta que se essa visão é anacrônica em relação aos Estados atuais, embora ela fosse válida na época da publicação do *Manifesto*, por serem estas as características dos Estados em meados do século XIX.

Cerroni, por sua vez, discorda totalmente da afirmação de Marx e Engels. Para ele o Estado nunca é pura força.²⁹⁰ No mesmo sentido, afirma Buci-Glucksmann: “o Estado não é um simples instrumento nas mãos de uma classe que o ‘manobrar’ [...]”.²⁹¹ Ao invés de uma única classe, haveria, no Estado ampliado, segundo a autora, um “bloco no poder”, composto por camadas não estatais, que intervém na condução e na sustentação do Estado. A resultante desta luta interna ao Estado ampliado dependeria, segundo Buci-

²⁸⁸ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 1, p. 198. *Quaderni*, p. 1481. Em outra passagem dos *Cadernos*, Gramsci considera também uma terceira fase, denominada por ele como uma fase estatal, que corresponderia ao Estado socialista, na qual todas as superestruturas deveriam desenvolver-se, sob pena de dissolução do Estado. Idem, ibidem, p. 210. *Quaderni*, p. 1493.

²⁸⁹ MARX & ENGELS. *Manifesto comunista*, São Paulo: Boitempo, 1998, p. 42. Citado por COUTINHO, *Marxismo e política...* Op. cit., p. 20.

²⁹⁰ CERRONI, “Consenso”. In: CHIAROMONTE (Org.), *Gramsci: Lesue idee nel nostro tempo*. Roma: L’Unità, 1987, p. 81.

²⁹¹ BUCI-GLUCKSMANN, *Gramsci e o Estado*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 135.

Glucksmann, da correlação entre as forças existentes. A autora comenta que o Estado ampliado “se estende *mais além dos limites* de uma classe ou fração de classe, [e põe] em ação mecanismos infinitamente mais complexos que o simples aparelho de Estado”.²⁹² De acordo com a autora, nessa luta interna no âmbito do Estado ampliado não impera a força, a coerção, mas a hegemonia e o consenso.

Vejam agora as implicações político-programáticas dessa nova forma de interpretar o Estado nos países avançados do Ocidente.

2. A ampliação do Estado como fundamento de um programa revolucionário para o Ocidente

Inúmeros comentadores consideram que a ampliação do conceito de Estado está na base da teoria da revolução socialista elaborada por Gramsci para os países avançados do Ocidente, advertindo que “Ocidente” não tem em Gramsci um sentido geográfico, mas histórico-político, para caracterizar aqueles países nos quais o Estado já teria se ampliado.²⁹³ Segundo Del Roio, ao ampliar-se, o Estado não apenas sofisticou seus instrumentos de coerção, mas também alargou seu raio de ação, por via legislativa, para dimensões até então adstritas à esfera privada (como educação, saúde e organização do trabalho).²⁹⁴ Seguindo Gramsci, Del Roio observa que “o desdobramento da esfera dos interesses privados numa sociedade civil diferenciada dos imediatos interesses econômicos criou um novo espaço para a luta de classes”,²⁹⁵ dimensões estas denominadas “aparelhos privados de hegemonia”, às quais o movimento operário teria que enfrentar.²⁹⁶ De acordo com a concepção exposta nos *Cadernos*, devido à ampliação do Estado, a luta de classes se ampliaria para além da fábrica.

A noção de Estado ampliado seria, assim, o fundamento de uma nova estratégia para o Ocidente, diferente daquela defendida por Marx e Engels e aplicada pelos bolcheviques em outubro de 1917 na Rússia. Nesse sentido afirma Coutinho:

²⁹² Idem, *ibidem*, p. 136.

²⁹³ COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Op. cit., p. 265.

²⁹⁴ DEL ROIO, Op. cit., p. 110.

²⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 111.

²⁹⁶ Idem, *ibidem*.

essa distinção [entre Estado restrito e Estado integral] foi elaborada por Gramsci diante da necessidade de dar uma resposta teórica a uma precisa questão prática: explicar as razões por que o modelo estratégico dos bolcheviques fracassara nos países capitalistas mais desenvolvidos da Europa.²⁹⁷

Diversos autores consideram que a derrota do proletariado nos países da Europa Ocidental e Central, a partir de 1921, assim como a ascensão do fascismo na Itália, foram elementos determinantes para fazer com que Gramsci formulasse uma nova estratégia revolucionária para os países do Ocidente. Afinal, perguntam vários comentadores, se a crise do pós-guerra era profunda e radical, por que não trouxe consigo imediatamente a revolução?²⁹⁸ Nessa mesma direção, afirma Coutinho:

o problema era assim o de explicar por que, apesar da crise econômica e da situação aparentemente revolucionária existente na Itália e em boa parte da Europa Ocidental e Central no início dos anos 20, não fora possível repetir ali, como o previra a Internacional Comunista, a vitoriosa experiência dos bolcheviques na Rússia.²⁹⁹

Buci-Glucksmann comenta, nesse sentido, que em 1920, “Gramsci pensava que a situação revolucionária era capaz de abalar toda a superestrutura do capitalismo. Mas, após a vitória e a consolidação do fascismo [...] as superestruturas resistiram, reestruturando-se”.³⁰⁰ O problema passava a ser o de saber como garantir, no Ocidente, a vitória do proletariado, de uma classe operária várias vezes vencida,³⁰¹ ou seja, o desafio era buscar hipóteses para a reversão da situação que levou à estas derrotas.³⁰²

De fato, em agosto de 1926, portanto apenas três meses antes de sua prisão, Gramsci observou que

²⁹⁷ COUTINHO, “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”, In: BALADONI et. al. *Gramsci e a América Latina*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 117. Também em COUTINHO, *Marxismo e política...* Op. cit., p. 57.

²⁹⁸ NOGUEIRA, Op. cit., p. 72. DEL ROIO, Op. cit., p. 112.

²⁹⁹ COUTINHO, *Marxismo e política...* Op. cit., p. 50.

³⁰⁰ BUCI-GLUCKSMANN, Op. cit., p. 67.

³⁰¹ MACCIOCCHI, *Gramsci y la revolución de Occidente*. Mexico: Siglo XXI, 4ª ed., 1980, p. 92.

³⁰² DEL ROIO, Op. cit., p. 109.

nos países de capitalismo avançado, a classe dominante possui reservas políticas e organizativas que não possuía, por exemplo, na Rússia. Isso significa que nem mesmo as crises econômicas gravíssimas têm repercussões imediatas no campo político. A política está sempre em atraso, e em grande atraso, com relação à economia. O aparelho estatal é muito mais resistente do que freqüentemente se crê e, nos momentos de crise, consegue organizar forças fiéis ao regime, em número maior do que se poderia supor em face da profundidade da crise.³⁰³

Pellicani comenta que Gramsci seria, assim, o primeiro dirigente comunista que teria se dado conta de que a estratégia bolchevique tinha pouca possibilidade de sucesso na sociedade ocidental. Segundo o autor, os dirigentes da Internacional Comunista haviam subestimado a vitalidade do capitalismo e sua capacidade de resistência, que, apesar da crise pós-bélica, se revelou suficientemente forte para bloquear as tentativas revolucionárias.³⁰⁴

Nesse mesmo sentido, Nogueira observa que “Gramsci percebeu que o capitalismo tinha conseguido se recompor e se reorganizar em nível superior, redefinindo o papel do Estado, que passou a penetrar o mercado, assumir o governo da economia e estabelecer novas relações com a sociedade”.³⁰⁵

Segundo vários estudiosos, essas preocupações de Gramsci a respeito da resistência do capitalismo no Ocidente representam o fundamento do novo programa que ele passou a defender para os países de capitalismo avançado. Buci-Glucksmann observa que

a surpreendente ‘resistência do aparelho de Estado’, própria às sociedades ocidentais nos países capitalistas desenvolvidos [é tão resistente] que obriga Gramsci a pensar *uma nova via para o socialismo* nesse tipo de sociedade, na qual as ‘reservas organizacionais’ das classes dominantes são (em período de crise) sempre maiores do que se poderia suspeitar.³⁰⁶

³⁰³ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 2, p. 378. Essa passagem faz parte do relatório apresentado por Gramsci ao Comitê Central do Partido Comunista Italiano.

³⁰⁴ PELLICANI, *Gramsci, Togliatti e il PCI: dal modern principe al post-comunismo*. Roma: Armando, 1990, p. 98.

³⁰⁵ NOGUEIRA, Op. cit., p. 75.

³⁰⁶ BUCI-GLUCKSMANN, Op. cit., p. 27. (grifo nosso)

Com base nisso a autora conclui que a nova estratégia proposta por Gramsci para o Ocidente se apóia “em um novo conceito de revolução e de Estado”.³⁰⁷

De acordo com Gramsci, diante de Estados restritos, o único caminho ao socialismo nas sociedades da época de Marx e Engels, assim como aquela de Lênin, seria a construção de um duplo poder a partir do interior das forças produtivas, um poder dual que abrisse o caminho para o proletariado assumir o controle da produção e se preparar para expropriar a burguesia, usando as mesmas armas do adversário, ou seja, a coerção.

No entanto, Gramsci considera que nos países de capitalismo avançado do Ocidente a realidade teria mudado. Nesses países, a fórmula da revolução permanente, vinculada à construção de organismos duais de poder e à conquista abrupta do poder de Estado é “elaborada e superada na ciência política com a fórmula da ‘hegemonia civil’”.³⁰⁸

O que, afinal, significaria, para Gramsci, do ponto de vista programático, essa superação (ou nova tradução) da noção de revolução permanente? De acordo com Gramsci, significa que “a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição”,³⁰⁹ ou seja, a tomada abrupta do poder de Estado, o ataque frontal, ou ainda, a estratégia utilizada pelos bolcheviques na Rússia em 1917, é substituída pela guerra de posição, única possível no Ocidente.³¹⁰ Portanto, segundo Gramsci, o novo programa para os países avançados do Ocidente seria um programa baseado na supremacia da guerra de posição.

No entanto, há controvérsias entre os estudiosos da obra de Gramsci a respeito da relação entre a guerra de posição e a guerra de movimento proposta nos *Cadernos*.

Vejamos mais de perto esta problemática.

³⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 179.

³⁰⁸ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 24. *Quaderni*, p. 1566.

³⁰⁹ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 24. *Quaderni*, p. 1566.

³¹⁰ Vários autores observam que a guerra de posição não era, para Gramsci, uma tática exclusivamente proletária, mas uma tática que poderia também ser utilizada pelas classes dominantes como, por exemplo, o fascismo. Para Bianchi, Gramsci defende que diante do fascismo a ação política das classes subalternas deveria ser “a desarticulação da guerra de posição das classes dominantes”. BIANCHI, *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 205. Nessa mesma direção, Mele considera que o fascismo, por corresponder à guerra de posição da classe dominante, é também uma forma de revolução passiva. MELE, “Orizzonte teórico della transizione al socialismo nei ‘Quaderni’”. In: *Politica e storia in Gramsci...* Op. cit., p. 481. A esse respeito, ver também DEL ROIO, Op. cit., p. 113. MORERA, *Gramsci's historicism: a realist interpretation*. London: Routledge, 1990, p. 190. SANGUINETI, *Gramsci e Machiavelli*. Roma: Laterza, 1982, p. 35. PRESTIPINO, Op. cit., p. 590.

Capítulo V

A relação entre a guerra de posição e a guerra de movimento

1.A guerra de posição como única estratégia possível no Ocidente

Coutinho observa que ao considerar que nos países capitalistas mais desenvolvidos, o Estado assumira uma forma ampliada, “Gramsci pôde formular uma nova estratégia que substituísse a ‘guerra de movimento’, válida no ‘Oriente’, e por isso aplicada com sucesso na Rússia, pela ‘guerra de posição’, que seria adequada à luta pelo socialismo no ‘Ocidente’”.³¹¹

Isso quer dizer, de acordo com Coutinho, que no Ocidente a emancipação do proletariado não estaria mais centrada “no choque frontal com os aparelhos coercitivos do Estado, em rupturas revolucionárias entendidas como explosões violentas concentradas num breve lapso de tempo”,³¹² mas na “conquista progressiva (ou processual) de espaços *no seio e através* da sociedade civil”.³¹³ Para o autor, a nova estratégia gramsciana seria diferente daquela definida como explosiva, baseada na construção de um “duplo poder como algo transitório, de breve duração”,³¹⁴ com o objetivo de preparar as condições para um ataque frontal contra o Estado burguês, aquele programa de Marx e Engels e dos bolcheviques.³¹⁵ Segundo Coutinho, quando Gramsci elabora “uma diferente definição da

³¹¹ COUTINHO, “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. Op. cit., p. 117.

³¹² Idem, *ibidem*, p. 126.

³¹³ COUTINHO, *Marxismo e política...* Op. cit., p. 58.

³¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 25.

³¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 29.

natureza do Estado [ele é levado a elaborar uma igualmente] diferente avaliação do papel da dualidade de poder na transição ao socialismo”.³¹⁶ Coutinho afirma que

Gramsci estava consciente do fato de que seu novo conceito de Estado implicava também uma nova teoria da revolução: teoria essa que ele contrapõe explicitamente à velha teoria da “revolução permanente”, tal como essa foi elaborada por Marx e Engels em 1850 e posteriormente defendida por Trotsky.³¹⁷

Para Coutinho, Gramsci estaria assim atualizando o programa marxista para a nova realidade dos países avançados do Ocidente, desenvolvendo de maneira original alguns conceitos de Marx, Engels e Lênin.³¹⁸

Nessa mesma direção pensa Vacca quando afirma que “o conceito de ‘guerra de posição’ é parte da teoria da hegemonia e responde à exigência de definir *o caráter histórico novo* da luta política no mundo depois da grande guerra e da Revolução de Outubro”.³¹⁹ A Revolução de Outubro é considerada, por diversos seguidores de Gramsci, a última revolução típica do século XIX.³²⁰

Nogueira defende, nessa mesma direção, que a guerra de posição seria uma decorrência inevitável, imposta pelas condições objetivas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo. Para Nogueira, os estímulos gerados pela nova forma de Estado fizeram com que as massas ingressassem “em uma fase de agregação sem precedentes, passando a pelejar como atores políticos legítimos, isto é, no próprio campo do Estado”.³²¹ Esse maior envolvimento das massas nas instâncias estatais promovido pela ampliação do Estado teria

³¹⁶ Idem, ibidem, p. 13.

³¹⁷ Idem, ibidem, pp. 59-60.

³¹⁸ Idem, ibidem, p. 51. Coutinho define essa atualização feita por Gramsci como um revisionismo, um revisionismo que, aliás, é defendido pelo autor: “como toda manifestação da criatividade humana, também o marxismo é uma obra em aberto, algo em permanente construção. O revisionismo, desse modo, longe de ser um ‘desvio’ (como pensam os ‘marxistas-leninistas’), é momento constitutivo essencial do método marxista, que tem como princípio básico o empenho em reproduzir conceitualmente o próprio movimento do real, em toda a sua complexidade dinâmica e contraditória”. Idem, ibidem, p. 12.

³¹⁹ VACCA, “Guerra di posizione e guerra di movimento”. In: CHIAROMONTE (Org.), Op. cit., p. 101. (grifo nosso)

³²⁰ Idem, ibidem.

³²¹ NOGUEIRA, Op. cit., p. 76

imposto, segundo o autor, a aplicação da guerra de posição nos países de capitalismo avançado.

Como se vê, a interpretação que estes autores fazem dos *Cadernos* leva a crer que a transição ao socialismo nas sociedades ocidentais possui um caráter processual ou molecular. Nesse sentido afirma Lahuerta: “Não são poucos os que saúdam Gramsci como o marxista que foi mais longe na reflexão sobre a especificidade da política e sobre o caráter processual da revolução no mundo contemporâneo”.³²²

De acordo com Coutinho, essa passagem processual do capitalismo ao socialismo se dará, inicialmente, através da alteração da correlação de forças na sociedade civil, terminando por impor a ascensão de uma nova classe (ou bloco de classes) ao poder do Estado.³²³

Mas, afinal, como se daria, segundo esses autores, a imposição da nova classe ou bloco de classes? Segundo Coutinho, “a superação do capitalismo se dará mediante profundas reformas de estrutura”,³²⁴ ou ainda, de maneira ainda mais clara, nas palavras de Nogueira, de forma não-insurrecional.³²⁵

Fontana concorda com os autores supra-citados em relação ao papel exclusivo que a guerra de posição passou a ter na revolução socialista no Ocidente. Ele observa que “no Ocidente, nas modernas democracias de massas, nas quais a mobilização e a política de massas acontecem em planos estabelecidos e sedimentados de múltiplos complexos de

³²² LAHUERTA, “Gramsci e os intelectuais: entre clérigos, populistas e revolucionários (modernização e anticapitalismo)”. In: AGGIO (Org.), Op. cit., p. 133.

³²³ COUTINHO, *Marxismo e política...* Op. cit., p. 60.

³²⁴ Idem, ibidem, p. 88. No entanto, o próprio Coutinho admite que para chegar a essa conclusão ele se baseou em fontes alheias à obra de Gramsci, como, por exemplo, a de Palmiro Togliatti e de Pietro Ingrao.

³²⁵ NOGUEIRA, Op. cit., p. 65. Os autores que defendem a via não-insurrecional procuram justificar seu argumento utilizando como base algumas afirmações de Marx e Engels, como aquela feita por Engels na *Introdução de As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, ou aquela feita por Marx num discurso proferido em 8 de setembro de 1872 em Amsterdã. Ver respectivamente: ENGELS, “As lutas de classes na França de 1848 a 1850 (Introdução)”. In: MARX & ENGELS, *Obras escolhidas*, Op. cit., vol. 1, pp. 93 – 110; e “O Congresso de Haia”. In: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1872/09/08.htm>. Veremos no decorrer desse trabalho as contradições entre a noção de via pacífica para o socialismo e a essência da obra madura de Marx, *O capital*.

instituições sociopolíticas, a guerra de posições é a única alternativa”.³²⁶ Portanto, segundo esses autores, a tática da guerra de posição proposta por Gramsci como programa para o proletariado dos países avançados do Ocidente representaria uma passagem ao socialismo de maneira processual, não abrupta e não violenta. Nesse mesmo sentido pensa Semeraro. Segundo o autor,

Gramsci subverte a concepção usual de política-potência fundada sobre a violência e mostra que os subalternos podem chegar à hegemônica lançando mão de outro tipo de armas: o distanciamento crítico da realidade, a formação da sua autonomia pela ação política, a representação de si pela criação de uma cultura própria, a participação ativa na construção de um projeto popular de democracia articulado com forças nacionais e internacionais.³²⁷

Semeraro considera que o terreno fértil para a aplicação desse projeto popular é a sociedade civil, que se ampliou e representa “uma esfera cada vez mais complexa e contraditória de lutas ideológicas, de guerra de posição e de intensa disputa pela hegemonia entre diferentes grupos sociopolíticos”.³²⁸

Vários autores consideram que reside nessa nova concepção de revolução de Gramsci o grande diferencial entre ele e Trotsky, uma vez que este se manteve preso à velha fórmula da revolução permanente que, segundo estes autores, é própria do século XIX e da Revolução Russa. Para Coutinho, por exemplo, o equívoco de Trotsky teria sido “generalizar a problemática do duplo poder, convertendo-o numa ‘lei geral’ de todos os processos revolucionários e, em particular, das revoluções proletárias e socialistas”,³²⁹ uma posição, que segundo de Prat, resulta de “uma visão unilateral da própria revolução russa aplicada mecanicamente ao mundo colonial”.³³⁰

³²⁶ FONTANTA, “Hegemonia e nova ordem mundial”. In: COUTINHO & TEIXEIRA (Orgs.) *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 123.

³²⁷ SEMERARO, “Tornar-se ‘dirigente’. O projeto de Gramsci”, In: COUTINHO & TEIXEIRA, Op. cit., p. 262.

³²⁸ Idem, *ibidem*.

³²⁹ COUTINHO, *Marxismo e política...* Op. cit., p. 37.

³³⁰ DE PRAT, *Gramsci y la vía nacional al socialismo*. Madrid: Akal, 1984, p. 101. Como observa o próprio De Prat, Anderson também considera a posição de Trotsky bastante problemática. Vide ANDERSON, *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 141.

No entanto, a interpretação da proposta programática contida nos *Cadernos* feita por estes autores citados acima não é a única existente. Há outros comentadores que discordam dessa interpretação. A discordância está no papel que a guerra de posição e a guerra de movimento assumiriam no interior da estratégia revolucionária do Ocidente. Analisemos então essa polêmica.

2.A guerra de posição combinada com a guerra de movimento

Diversos autores consideram que não haveria nas concepções de Gramsci uma recusa total da aplicação da guerra de movimento. Para eles, a guerra de posição não é a única forma de luta para os países avançados do Ocidente. Buci-Glucksmann, por exemplo, defende que Gramsci concebia uma combinação entre as duas, onde a guerra de posição subordinaria a guerra de movimento. Buci-Glucksmann defende isso com base em um trecho dos *Cadernos* onde Gramsci afirma que

na política subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não-decisivas e, portanto, não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia e do Estado. Mas quando, por uma razão ou por outra, estas posições perderam seu valor e só aquelas decisivas têm importância, então se passa à guerra de assédio, tensa e difícil, em que se exigem qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo”.³³¹

Há outro trecho dos *Cadernos* que reafirma essa posição. Trata-se daquela passagem na qual Gramsci afirma que no Ocidente “o elemento do movimento que antes constituía ‘toda’ a guerra, passou a ser apenas ‘parcial’”.³³²

As interpretações baseadas nessas passagens dos *Cadernos* levam à conclusão de que a novidade do programa proposto por Gramsci seria a diferença de hierarquia entre a guerra de posição e a guerra de movimento, a supremacia da primeira sobre a segunda, e não a substituição total de uma pela outra, conforme pensam os autores citados no item anterior.

³³¹ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 255. *Quaderni*, p. 802.

³³² Idem, *ibidem*, p. 24. *Quaderni*, p. 1566.

Segundo Buci-Glucksmann, a necessidade de uma longa preparação para a revolução “não suprime a necessidade de uma tomada do poder político e, portanto, de Estado. Dentro de condições diferentes, de acordo com modalidades diferentes, a longa preparação da revolução não elimina a necessidade da ‘destruição do Estado’”,³³³ ou seja, a guerra de movimento ainda se faz necessária. Para Buci-Glucksmann, no momento da destruição do Estado, parte do poder (o governo) já estará sob domínio do proletariado. Trata-se, pois, de conquistar o poder de Estado em sua totalidade, no sentido de um Estado integral.³³⁴ Para Buci-Glucksmann, o fato da guerra de posição ter primazia estratégica não elimina – a título de tática – todo o momento de ruptura, de movimento. Nesse sentido, afirma a autora, a guerra de posição nunca é pura.³³⁵

Buci-Glucksmann observa que a análise gramsciana “sobre a problemática do Estado ‘relativiza’ o momento [da construção dos conselhos] sem suprimi-lo, em uma estratégia de combinação de lutas”.³³⁶ No entanto, Buci-Glucksmann considera que a dualidade de poder é algo muito improvável, senão impossível, no Ocidente. De acordo com a autora, a experiência de *L’Ordine Nuovo* serviria muito mais como uma espécie de anti-revolução passiva, ou seja, uma estratégia de ataque a certas posições conquistadas pelas classes dominantes, do que como uma base de um Estado dos conselhos de tipo piramidal e centralizado, como ocorreu em 1919-1920. Isso porque o americanismo e o fascismo teriam desenvolvido novas formas de controle das massas a partir das fábricas.³³⁷ Ela afirma que “o conjunto dessas estruturas de poder próprias do Ocidente e relativamente inexistentes na Rússia seriam obstáculos a qualquer ataque frontal, a qualquer repetição do ‘modelo’ de Outubro”.³³⁸

Del Roio também considera que Gramsci não abandonou, nos *Cadernos*, a aplicação da guerra de movimento. Segundo o autor, a principal causa da derrota da revolução socialista no Ocidente não era, para Gramsci, um eventual erro tático de

³³³ BUCI-GLUCKSMANN, Op. cit., p. 357.

³³⁴ Idem, ibidem.

³³⁵ BUCI-GLUCKSMANN, “Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva”, In: *Política e História em Gramsci*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 134.

³³⁶ BUCI-GLUCKSMANN, *Gramsci e o Estado*, Op. cit., p. 401.

³³⁷ BUCI-GLUCKSMANN, “Sobre os problemas políticos da transição”..., Op. cit., p. 140.

³³⁸ Idem, ibidem, p. 143.

princípio na utilização da guerra manobrada, mas a impossibilidade do movimento operário articular um largo leque de alianças sociais, particularmente com o proletariado agrícola.³³⁹ Para Del Roio, a guerra de movimento ainda fazia parte da estratégia do Gramsci dos *Cadernos*, estando, no entanto, submetida à guerra de posição. Ele afirma que “desde que houvesse um partido operário socialista que viesse travando uma ‘guerra de posição’ por todo o período anterior, a utilização da ‘guerra manobrada’ num momento de crise e de irrupção revolucionária vinda do Oriente russo poderia ser justificável”.³⁴⁰ Contrapondo-se totalmente aos autores citados do item anterior, que consideram a guerra de posição em oposição à dualidade de poder, Del Roio afirma que o aspecto principal da guerra de posição “é a conformação de uma outra sociedade civil, antagônica àquela burguesa e privada [...] que deve estar em permanente escaramuça com o Estado político e a ‘legalidade’ respaldada pela sociedade civil que materializa a hegemonia burguesa”.³⁴¹ Essa sociedade civil organizada pelas classes subalternas é formada, segundo Del Roio, por comitês operários e camponeses, cujo enfrentamento com a sociedade civil burguesa deve se dar, de acordo com o autor, sob a forma de um confronto armado.³⁴² Del Roio considera que a conquista de espaços do conjunto de aparelhos privados de hegemonia é apenas um aspecto menor da guerra de posição, sendo o confronto entre as duas sociedades civis o principal aspecto.

Ora, esse confronto entre duas sociedades civis, a sociedade civil subalterna baseada em comitês operários e camponeses, por um lado, e a sociedade civil burguesa, por outro, não é outra coisa senão um processo de dualidade de poder. A identificação da guerra de posição com a dualidade de poder feita por Del Roio contradiz totalmente várias afirmações feitas por Gramsci nos *Cadernos*, como aquela de que “o ataque frontal é a

³³⁹ DEL ROIO, Op. cit., p. 112.

³⁴⁰ Idem, ibidem.

³⁴¹ Idem, ibidem, p. 116.

³⁴² Idem, ibidem, p. 118. Del Roio identifica essa estratégia baseada em comitês de operários e camponeses com aquela proposta por Bukhárin e Lukács, denominada ditadura democrática. Frederico observou, em sentido contrário, que a ditadura democrática proposta por Lukács significava uma antecipação da proposta de frentes populares defendidas por Stalin na década de 1930. FREDERICO, *Lukács: um clássico do século XX*. São Paulo: Moderna, 1997, p. 21. Sabe-se que as frentes populares consistiram na submissão do proletariado à democracia pequeno-burguesa, sendo responsáveis pela derrota do proletariado em vários países, como na França, na Espanha, no Chile, entre outros. A esse respeito, ver a bibliografia utilizada em DILLENBURG, *Método dialético e política em Lukács*. Campinas: Unicamp, Dissertação de mestrado, 2006.

causa de derrotas no Ocidente”, assim como aquela de que “a fórmula da Revolução Permanente tinha passado a ser anacrônica depois de 1870”. Essa identificação feita por Del Roio não se apóia nos textos dos *Cadernos*. Trata-se de uma interpretação estranha ao conteúdo da obra carcerária de Gramsci, e corresponderia a identificar o programa contido nos *Cadernos* com o *Programa de Transição*, de Trotsky, e desconsiderar, assim, todos os ataques desferidos por Gramsci nos *Cadernos* ao dirigente bolchevique.

Hobsbawm, por sua vez, mais prudente em sua interpretação, considera que “Gramsci não se aventurou em prever um esboço particular da guerra de posição. Esta pode se transformar, cedo ou tarde [...] na guerra de movimento ou em qualquer outra fase estratégica”.³⁴³

Nessa mesma direção pensa Bianchi, para quem Gramsci não exclui completamente a possibilidade da guerra de movimento. Para ele, Gramsci propõe a combinação das duas táticas, que deverão ser utilizadas de acordo com a correlação de forças existente entre as classes num determinado momento e num determinado país. Para o autor, “a guerra de movimento predomina na luta *contra* a sociedade política e a guerra de posição afirma sua supremacia na luta *na* sociedade civil”.³⁴⁴ E conclui Bianchi: “guerra de movimento e guerra de posição encontrar-se-iam assim em um nexó indissociável e diriam respeito a diferentes momentos da luta pela afirmação de uma nova ordem política e social”.³⁴⁵ De fato, vimos que quando Gramsci afirma que “o elemento do movimento, que antes constituía ‘toda’ a guerra torna-se ‘apenas ‘parcial’”,³⁴⁶ ele não está descartando totalmente a aplicação da guerra de movimento.

Dias, por sua vez, critica as posições que defendem a aplicação exclusiva da guerra de posição, e pergunta se elas não levariam a privilegiar a luta institucional.³⁴⁷ Dias questiona também se a defesa do uso exclusivo da guerra de posição não serviria para “afirmar a prevalência da tática da permanente ampliação do arco de alianças”.³⁴⁸ E

³⁴³ HOBBSAWM, “Gramsci e la teoria politica marxista”. In: *Politica e storia in Gramsci*. Op. cit., p. 45.

³⁴⁴ BIANCHI, Op. cit., p. 209. (grifos do autor).

³⁴⁵ Idem, *ibidem*.

³⁴⁶ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 24. *Quaderni*, p. 1566.

³⁴⁷ DIAS, “Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos”. In: DIAS et. al. *O outro Gramsci*. Op. cit., p. 119.

³⁴⁸ Idem, *ibidem*.

previne Dias, de maneira precisa: “lembramos que uma certa tática aliancista *a priori* levou a uma real e efetiva subordinação das classes trabalhadoras no Brasil”.³⁴⁹

De fato, fiel à uma tática aliancista *a priori*, ou à frente única de longo prazo, Nogueira defende que as alianças amplas fazem parte da prolongada guerra de posição proposta por Gramsci.³⁵⁰ Veremos adiante, quando tratarmos da tática da frente única, para onde o prolongamento das alianças tende a conduzir.

Secco também considera que Gramsci não exclui a necessidade de destruir violentamente o Estado capitalista. Para ele, isso fica claro no último comunicado estratégico feito por Gramsci ao operariado italiano colhido por Athos Lisa.³⁵¹

Germino assume uma posição intermediária em relação a essa questão, ao dizer que “Gramsci nunca afirmou ter resolvido para sempre o problema da violência e sua relação com a revolução”.³⁵² A interpretação de Germino não contribui para solucionar o problema, mas, ao contrário, complica-o ainda mais, pois, segundo ele, Gramsci teria deixado em aberto a questão da violência, que, como veremos, representa um dos fundamentos de toda a obra madura de Marx, desde o *Manifesto comunista* até *O capital*.

Massari, por sua vez, discorda completamente da contraposição feita por Gramsci entre guerra de movimento e guerra de posição. Para ele, Gramsci faz aí uma simplificação arbitrária do debate que explodiu, na época, no movimento operário internacional. Massari observa que Gramsci apenas confirma sua confusão quando acusa Trotsky de ser o defensor do “ataque frontal” em 1930-1932, época na qual Trotsky estava justamente lutando contra

³⁴⁹ Idem, *ibidem*. Tudo indica que Dias não nega a possibilidade de realizar qualquer aliança com outros partidos, o que representaria uma posição ultra-esquerdista. O autor parece criticar apenas a transformação das alianças em eixo central da estratégia do partido, posição que se identifica com a de Lênin. Sobre as posições de Lênin a este respeito, ver a obra *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, capítulo VIII, intitulado “nenhum compromisso?”. LÊNIN, “El izquierdismo, enfermedad infantil del comunismo”. Op. cit., pp. 171-183.

³⁵⁰ NOGUEIRA, Op. cit., p. 138.

³⁵¹ SECCO, “Crise e estratégia em Gramsci”. In: DIAS et al. *O outro Gramsci*, Op. cit., p. 90. Secco se baseia em ANDERSON, “Antinomias de Gramsci”. In: ANDERSON et. al. *Estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo: Joruês, 1986, p. 68. Athos Lisa afirma que Gramsci defendia, durante conversas com outros presos no final de 1930, a tomada violenta do Estado. Afirma Lisa que, para Gramsci, “a conquista violenta do poder exige do partido do proletariado a criação de uma organização de tipo militar que, apesar de sua forma molecular, se difunda em todas as ramificações da organização estatal burguesa e seja capaz de torná-la vulnerável e de acertá-la com golpes fortes no momento decisivo da luta”. LISA, “Texto integral do informe enviado em 1933 ao Centro do Partido”. In: <http://www.gramsci.org.ar/8/53.htm>

³⁵² GERMINO, “Interpretando Gramsci”, In: COUTINHO & TEIXEIRA (Orgs.), Op. cit., p.132.

a política ultra-esquerdista da Internacional Comunista dirigida por Stalin, política esta baseada na noção de um “terceiro período” da revolução socialista mundial.³⁵³

A origem de toda esta polêmica em torno das posições de Gramsci está nos próprios *Cadernos*, uma vez que a obra carcerária de Gramsci possui passagens contraditórias em relação a essa questão. O próprio Gramsci admite o caráter provisório e inacabado dos *Cadernos*. No início do *Caderno 11*, escrito entre 1932 e 1933, Gramsci faz uma importante advertência, mostrando, ao mesmo tempo, sua humildade e sua honestidade intelectual. Diz Gramsci que

as notas contidas neste caderno, como nos demais, foram escritas ao correr da pena, como rápidos apontamentos para ajudar a memória. Todas devem ser revistas e verificadas minuciosamente, já que certamente contêm inexatidões, falsas aproximações, anacronismos. Escritas sem ter presentes os livros a que se referem, é possível que, depois da verificação, tenham de ser radicalmente corrigidas, precisamente porque o contrário do que foi escrito é que é verdadeiro.³⁵⁴

Embora haja, por um lado, como vimos, trechos nos quais Gramsci defende a combinação da guerra de posição com a guerra de movimento, há também, por outro, uma passagem nos *Cadernos* que contradiz a idéia desta combinação, considerando a guerra de posição como a *única* tática possível no Ocidente e identificando a noção de guerra de posição à noção de frente única. Nessa passagem, Gramsci afirma: “parece-me que Ilitch havia compreendido a necessidade de uma mudança da guerra manobrada [de movimento], aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, única possível no Ocidente [...] Parece-me este o significado da fórmula da ‘frente única’”.³⁵⁵

Nessa passagem fica clara a origem da interpretação feita pelos primeiros autores citados, a interpretação segundo a qual a guerra de posição seria a única possível no Ocidente. Mas a idéia da exclusividade da aplicação da guerra de posição contraria aquela

³⁵³ MASSARI, Op. cit., pp. 150-151.

³⁵⁴ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 1, p. 85. *Quaderni*, p. 1365. Sabe-se que Gramsci não pôde realizar a desejada verificação de sua obra fora do cárcere.

³⁵⁵ Idem, *ibidem*, vol. 3, p. 262. *Quaderni*, p. 866.

outra, já exposta, segundo a qual as duas táticas seriam aplicáveis, a guerra de posição nos momentos decisivos e a guerra de movimento nos momentos não decisivos.³⁵⁶

Caso a interpretação dos primeiros autores estiver correta, o programa de Gramsci representa, como vimos, uma revisão do programa de Marx, Engels e dos bolcheviques. No entanto, mesmo que a interpretação dos últimos autores esteja correta, a diferença do programa proposto por Gramsci nos *Cadernos* e o programa de Marx, de e Engels e dos bolcheviques ainda persiste. Afinal, enquanto para Marx, Engels e os bolcheviques, a construção dos conselhos era a tática fundamental, para Gramsci, de acordo com a segunda interpretação, essa tática teria se tornado secundária no Ocidente.

Portanto, mesmo considerando que nos *Cadernos* Gramsci ainda estivesse realmente defendendo a construção de um poder dual, sua proposta representaria, da mesma forma, uma mudança significativa em relação à teoria da revolução permanente, pois a construção da dualidade de poder (guerra de movimento) ficaria submetida à conquista da hegemonia na sociedade civil (guerra de posição), o que deixa a estratégia central da revolução permanente em segundo plano. Estaríamos, ainda assim, diante de uma nova via para o socialismo, afirmação, aliás, que nenhum dos autores contesta.

Para tentar aprofundar a discussão em torno dessa questão, analisemos a tática da frente única, uma vez que Gramsci identifica esta tática à guerra de posição. Ao compreender a aplicação feita por Gramsci da noção de frente única proletária, poderemos compreender melhor a potencialidade e os limites da chamada guerra de posição. Antes disso, porém, vejamos brevemente as origens da noção de frente única.

3. A noção de frente única proletária

A noção de uma frente única proletária foi lançada pela primeira vez no III Congresso da Internacional Comunista, realizado em junho de 1921. Segundo Cafagna, a necessidade da frente única se fundamenta no reconhecimento do refluxo revolucionário na Europa, a conseqüente diluição da perspectiva revolucionária, que antes era uma perspectiva imediata e passou a ser uma perspectiva para um período histórico mais

³⁵⁶ Cfe. nota nº 329.

prolongado, além da necessidade, resultante disso, da unidade entre as diversas organizações para superar o isolamento.³⁵⁷ Nesse sentido, o objetivo dos dirigentes da Internacional era o de selar a unidade entre os diversos setores do proletariado e, em especial, de toda a classe com sua vanguarda operária.

O *Manifesto do comitê executivo* aprovado nesse Congresso já deixava clara a importância da tática da frente única e a sua ligação com as lutas cotidianas do proletariado. O *Manifesto* defendia que “somente na luta pelos interesses mais simples, mais elementares das massas operárias poderemos formar uma *frente única* do proletariado contra a burguesia”.³⁵⁸ A *Tese sobre a tática* expunha os detalhes da frente única. Os partidos comunistas filiados à Internacional deveriam conquistar “círculos bastante grandes de empregados do comércio e da indústria, de funcionários inferiores e médios, além dos intelectuais, [o que provocaria] a desordem nas fileiras do inimigo e [acabaria] com o isolamento do proletariado diante da opinião pública”.³⁵⁹ Na mesma tese ficava explícito que esta unidade somente poderia ser conquistada através da construção de uma dualidade de poder: “somente por meio da criação de organizações industriais deste tipo [sindicatos revolucionários, organismos de controle operário e sovietes industriais], por sua vinculação nos ramos da indústria e nos centros industriais, a luta das massas operárias poderá adquirir uma unidade orgânica”.³⁶⁰

No entanto, ao contrário da posição de Gramsci, que, com vimos, em virtude a derrota da revolução proletária nos países do Ocidente, acabou propondo um novo programa, o III Congresso é enfático em rechaçar qualquer proposta de modificação significativa do programa da revolução mundial. No item VII da “Tese sobre a situação mundial e a tarefa da Internacional Comunista”, intitulado “Perspectivas e Tarefas”, afirma-se que “só o limitado espírito pequeno-burguês pode considerar como uma derrota do programa da Internacional Comunista o fato de que o proletariado europeu não tenha derrotado a burguesia durante a guerra ou imediatamente depois”.³⁶¹

³⁵⁷ CAFAGNA, “La ‘debolezza storica della borghesia italiana’ e le Tesi di Lione”. In: *Le Tesi di Lione. Riflessioni su Gramsci e la storia d’Italia*. Milano: Franco Angeli, 1990, p. 80.

³⁵⁸ *Los cuatro primeros congresos de la internacional comunista*. Op. cit., p. 146.

³⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 56.

³⁶⁰ Idem, *ibidem*.

³⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 26.

O IV Congresso, realizado em novembro de 1922, último congresso ao qual Lênin participou,³⁶² reafirmou a tática da frente única, levantando novamente a sua vinculação com a construção de uma dualidade de poder por meio dos conselhos de fábrica. Assim, a *Resolução sobre a tática* do IV Congresso defendia que “nas circunstâncias atuais, um movimento não poderá ser considerado como sistematicamente organizado nas massas proletárias se não conseguir criar, para a classe operária e suas organizações, comitês de fábrica como base desse movimento”.³⁶³ E conclui a resolução, de maneira precisa:

A luta contra a ofensiva do capital e pelo controle da produção não terá possibilidade de triunfo se os comunistas não dispuserem de apoios sólidos em todas as empresas e se o proletariado não souber criar seus próprios organismos de combate nas empresas (comitês de fábrica, conselhos operários).³⁶⁴

Como se vê, não há nas resoluções do III e do IV Congressos da Internacional Comunista qualquer sinal de abandono, nem mesmo a mínima modificação na prioridade em relação à aplicação da tática da construção de organismos duais de poder, da estratégia que Gramsci chama de “ataque frontal”. Segundo os dirigentes da Internacional, a tática de frente única servia para unir o proletariado na luta pela construção da dualidade de poder como única forma de construir as condições subjetivas para a conquista do poder pelo proletariado em todo o mundo.

A posição das resoluções do III e do IV Congressos da Internacional Comunista está em completa sintonia com os textos do jovem Gramsci escritos para o *L'Ordine Nuovo*, mas contradiz os textos dos *Cadernos*, como aquele do parágrafo 138 do *Caderno 6*, escrito entre 1930 e 1932, que aponta a guerra de movimento e o ataque frontal (construção de uma dualidade de poder) como a causa das derrotas. O parágrafo tem como título “passagem da guerra manobrada (e do ataque frontal) à guerra de posição também no campo político”.³⁶⁵ O parágrafo inicia afirmando que

³⁶² Lênin morreu em janeiro de 1924. O V Congresso foi realizado em junho-julho deste ano.

³⁶³ *Los cuatro primeros congresos...* Op. cit., p. 189.

³⁶⁴ Idem, *ibidem*.

³⁶⁵ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 255. *Quaderni*, p. 801.

essa parece ser a questão de teoria política mais importante posta pelo período do pós-guerra e a mais difícil de resolver corretamente. Ela está ligada às questões levantadas por Bronstein, que, de um modo ou de outro, pode ser considerado o teórico político do ataque frontal num período em que este é apenas causa de derrotas.³⁶⁶

Gramsci, em sentido contrário às resoluções do III e do IV Congressos, propõe, anos depois, como vimos, um novo programa. No programa de Gramsci, a aplicação da tática da frente única - ou a guerra de posição, o que para ele é o mesmo - deixa de ser algo momentâneo. Essa forma de luta que cumpria um papel meramente tático para Lênin e para os dirigentes da Internacional Comunista ganhou, em Gramsci, um *status* de estratégia para um longo período, um período no qual a guerra de posição, aquela “guerra de assédio, tensa e difícil”,³⁶⁷ teria passado, segundo Gramsci, a ser decisiva na luta do proletariado dos países avançados do Ocidente.

Mas seria correto afirmar que a frente única ou a guerra de posição seria uma estratégia para todo um período no Ocidente? Trotsky tinha uma posição diferente daquela de Gramsci. Dando continuidade às resoluções aprovadas no III e no IV Congressos da Internacional Comunista, Trotsky defendia que a frente única era uma tática episódica. Para Trotsky, a frente única era útil durante o período de acúmulo de forças do partido operário revolucionário, quando sua influência era ainda minoritária entre o proletariado. A frente única servia para tirar o partido revolucionário do isolamento, servia como um meio do partido agitar seu programa entre o proletariado e se diferenciar dos agrupamentos centristas. Assim que o partido ampliasse sua influência entre os trabalhadores, a frente única deixaria de ter, para Trotsky, um papel revolucionário e, caso fosse mantida, poderia bloquear o desenvolvimento da luta do proletariado. Ao contrário de Gramsci, para Trotsky a frente única era uma tática para ser aplicada nos momentos preparatórios, não decisivos.

Nesse sentido, ao analisar a derrota do proletariado alemão na década de 20, Trotsky afirma:

³⁶⁶ Idem, *ibidem*. Bronstein é o pseudônimo utilizado por Gramsci para se referir a Trotsky.

³⁶⁷ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*. Op. cit., vol. 3, p. 255. *Quaderni*, p. 802.

é preciso não esquecer que a política de frente única é, em geral, muito mais eficaz na defensiva do que na ofensiva. [Isso porque] as camadas conservadoras ou atrasadas do proletariado são mais facilmente arrastadas à luta pela defesa daquilo que já possuem, do que pela conquista de novas aquisições.³⁶⁸

Ao contrário da proposta de Gramsci, Trotsky observava que “a partir do momento em que as massas se separam da direção reformista, os acordos com esta última perdem todo o sentido. Perpetuar a frente única significaria não compreender a dialética da luta revolucionária e transformar a frente única de trampolim em barreira”.³⁶⁹ Para o dirigente bolchevique, o problema estava em encontrar o momento em que se deveria superar “a frente única, em nome da defensiva, [pela] conquista do poder sob a bandeira do comunismo”.³⁷⁰

Um exemplo prático das diferenças entre as posições de Gramsci e de Trotsky em relação à frente única pode ser encontrado na polêmica sobre a permanência ou não da participação do Partido Comunista Inglês no Comitê Anglo-Russo. A participação dos comunistas nesse organismo, criado oficialmente em 14 de maio de 1925, tinha como objetivo estabelecer uma frente única com as demais organizações de esquerda na Inglaterra. No entanto, o Comitê acabou traíndo a greve geral que ocorreu um ano mais tarde, entre 3 e 12 de maio de 1926. Num texto intitulado *Um exame da situação italiana*, escrito em agosto de 1926, Gramsci deu seu apoio à Stalin e Bukharin, ficando contra Trotsky e Zinoviev em relação à questão da permanência dos comunistas no Comitê Anglo-Russo. Gramsci afirmou:

penso que – apesar da indecisão, da debilidade e, se quiser, da traição da esquerda inglesa durante a greve geral – o Comitê Anglo-Russo deva ser conservado, já que é o melhor terreno para revolucionar não só o mundo sindical inglês, mas também os sindicatos de Amsterdã.³⁷¹

Para Gramsci, somente em um caso deveria existir uma ruptura entre os comunistas e as demais organizações da esquerda inglesa: se a Inglaterra estivesse à beira

³⁶⁸ TROTSKY, *Revolução e contra-revolução*. Op. cit., p. 263.

³⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 264.

³⁷⁰ Idem, *ibidem*.

³⁷¹ GRAMSCI, *Escritos políticos*. Op. cit., vol. 2, p. 381-382.

da revolução proletária e nosso Partido for suficientemente forte para encaminhar sozinho a insurreição.³⁷² Essa justificativa utilizada por Gramsci para a continuidade do Comitê Anglo-Russo demonstra como a frente única era, para ele, uma estratégia de longo prazo, que deveria se estender desde o momento presente até as vésperas da conquista do poder.

Vários autores comentam sobre o caráter prolongado da guerra de posição gramsciana. Hobsbawm, por exemplo, afirma que Gramsci “opta por uma estratégia de luta prolongada – a ‘guerra de posição’ – no momento que a alternativa de um novo Outubro não era realista no curto prazo.”³⁷³ Spriano é um dos autores que superestima a importância da frente única, chegando a afirmar que a frente única era a força motriz da revolução.³⁷⁴ Del Roio, por sua vez, considera que a guerra de posição se impunha devido ao fato do momento da revolução socialista ter passado, assim como havia passado também a exigência da cisão com o reformismo. Por essa razão, travava-se, segundo o autor, de “estabelecer, em outro patamar [isto é, com uma perspectiva de longo prazo, uma vez que o momento da revolução havia passado], formas de unidade do movimento operário que implicassem uma aliança política com o reformismo”.³⁷⁵

Gramsci e vários de seus comentadores parecem não perceber que a longa periodicidade da guerra de posição ou da frente única no Ocidente representa o principal problema do programa gramsciano. Assim, no caso do Comitê Anglo-Russo, manter a aliança com os reformistas e oportunistas, mesmo depois de sua traição ao proletariado inglês, significou, como diz Trotsky, “tolerar criminalmente os traidores e velar a traição”.³⁷⁶ Seguindo a orientação de Stalin (apoiada por Gramsci), os comunistas ingleses não romperam a aliança, sendo então identificados aos traidores pelo proletariado, o que dificultou o crescimento do partido. Com essa política, Stalin, Bukharin, com o apoio de Gramsci, bloquearam o caminho para a conquista da confiança das massas trabalhadoras pelo Partido Comunista Inglês. A política da Internacional Comunista, nessa época dirigida por Stalin, de prolongar a existência da frente única, impediu que o partido se tornasse

³⁷² Idem, *ibidem*, p. 382.

³⁷³ HOBBSAWM, Op. cit., p.45.

³⁷⁴ SPRIANO, *Gramsci e Gobetti: introduzione alla vita e alle opere*. Torino: Einaudi, 1977, p. 140.

³⁷⁵ DEL ROIO, Op. cit., p. 114.

³⁷⁶ TROTSKY, citado por MARSDEN, “Stalin, Trotsky e a greve geral britânica de 1926”. In: *Revista Maisvalia*. São Paulo: Týkhe, nº 8, abril-julho/2010, p. 68.

“suficientemente forte para encaminhar sozinho a insurreição”, condição que Gramsci considerava indispensável para dissolver a frente única.³⁷⁷ Perdeu-se assim uma ótima oportunidade para aumentar a influência do Partido Comunista entre os trabalhadores ingleses. Massari considera que nessa questão do Comitê Anglo-Russo, os “operários de um país estrangeiro viram pela primeira vez os interesses diplomáticos da URSS passarem por cima das exigências de sua própria luta”.³⁷⁸ Massari caracteriza essa atitude da direção stalinista como “colaboração de classes”.³⁷⁹

Outro episódio que serve para esclarecer o caráter momentâneo da frente única defendida pelos dirigentes da Internacional Comunista é aquele da ação comum defendida por Lênin em agosto de 1917 entre os bolcheviques, os mencheviques e os socialistas-revolucionários a fim de combater o golpe organizado por Kornilov³⁸⁰ contra o governo provisório de Kerensky. Lênin chamou a atenção de um militante bolchevique por este defender a manutenção duradoura da aliança. Para Lênin não se tratava de uma aliança de longo prazo com aqueles que, dias antes, haviam traído os operários nas chamadas “jornada de julho”. Ao contrário, tratava-se de uma frente momentânea entre os partidos, com um objetivo bem específico. Piatakov, dirigente bolchevique de Kiev, defendeu, durante a sessão da Duma municipal de 29 de agosto de 1917, que os bolcheviques deveriam “esquecer, nesse momento de perigo, todas as velhas dissensões... unir-se a todos os partidos revolucionários que se esforçam por combater, resolutamente, a contra-revolução”.³⁸¹ Com base nisso, Piatakov lançava “um apelo à unidade”.³⁸² Piatakov não compreendia a indicação de Marx e Engels de

marchar com [os aliados, que no caso de Marx e Engels eram os democratas pequeno-burgueses] na luta pela derrubada daquela fração cuja derrota é desejada pelo partido operário; marchar contra [os aliados] em

³⁷⁷ De fato, depois de ter bloqueado o crescimento entre os trabalhadores do Partido Comunista Inglês, o Comitê Anglo-Russo havia cumprido o seu papel para os reformistas e para toda a classe burguesa, podendo assim ser dissolvido pelos sindicalistas ingleses, como realmente ocorreu em setembro de 1927.

³⁷⁸ MASSARI, Op. cit., p. 147.

³⁷⁹ Idem, ibidem.

³⁸⁰ Kornilov era um general russo que comandava o distrito de Petrogrado.

³⁸¹ TROTSKY, *Revolução e contra-revolução*. Op. cit., vol. 2, pp. 673-674.

³⁸² Idem, ibidem.

todos os casos em que [eles] queiram consolidar a sua posição em proveito próprio.³⁸³

Seguindo seus mestres, Lênin se opôs severamente à posição de Piatakov:

Guerrearemos, guerrearemos contra Kornilov, porém não apoiaremos Kerensky e denunciaremos a fraqueza dele. Há nisso uma diferença... As frases... formuladas a respeito do apoio a ser dado ao Governo Provisório, etc., etc., devem ser combatidas impiedosamente, precisamente como frases.³⁸⁴

O mesmo pode ser dito em relação à proposta de permanência do Partido Comunista Inglês no Comitê Anglo-Russo: marchar com os reformistas presentes no Comitê enquanto eles estimularem o avanço da luta das massas trabalhadoras; marchar contra eles após o primeiro sinal de traição. Como se vê, nessa questão da duração da guerra de posição, Gramsci se afasta de Marx, Engels, Lênin e de Trotsky, e se aproxima de Stalin.

A defesa de Gramsci da manutenção do Comitê Anglo-Russo estava em completa sintonia com sua defesa geral da necessidade de uma guerra de posição ou de uma frente única de longa duração no Ocidente. Analisemos os fundamentos dessa posição de Gramsci.

4. Uma guerra de posição de longa duração no Ocidente

Há uma passagem dos *Cadernos* em que Gramsci define o ano de 1921 como um marco para o início de um longo período para a aplicação da guerra de posição no Ocidente. Gramsci afirma que

Na Europa de 1789 a 1870, houve uma guerra de movimento (política) na Revolução Francesa e uma longa guerra de posição de 1815 a 1870; na época atual, a guerra de movimento ocorreu politicamente de março de 1917 a março de 1921, sendo seguida por uma guerra de posição cujo representante, além de prático (para a Itália), ideológico (para a Europa), é o fascismo.³⁸⁵

³⁸³ MARX & ENGELS, “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”. Op. cit., vol. 1. p. 85.

³⁸⁴ LÊNIN, Citado por TROTSKY, *Revolução e contra-revolução*. Op. cit., vol. 2, p. 674.

³⁸⁵ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 1, p. 300. *Quaderni*, p. 1229.

Bianchi comenta essa afirmação de Gramsci da seguinte maneira:

Nesse parágrafo, a guerra de movimento coincidia com um período de ofensiva do movimento operário, que teve início com a Revolução Russa e se encerrou com a Ação de Março de 1921 na Alemanha. A partir de então, teve início, segundo o autor da nota, um período defensivo caracterizado pela guerra de posição e representado na Itália pela ascensão do fascismo.
³⁸⁶

Assim como Bianchi, Paggi também considera que tanto a Ação de Março na Alemanha quanto a ofensiva militar fascista na Itália representaram, para Gramsci, uma passagem de fase. ³⁸⁷ Paggi observa que outro acontecimento marcante em 1921 para Gramsci foi a realização do III Congresso da Internacional Comunista. O autor cita uma passagem de um artigo publicado em *L'Unità*, no qual Gramsci elogia a resolução defendida por Trotsky: “O III Congresso mundial analisou a situação mundial e, numa intervenção memorável do camarada Trotsky, chegou-se às conclusões que não poderiam deixar de ter consequências sobre a tática da Internacional Comunista e de suas seções nacionais”. ³⁸⁸ Quais seriam essas conclusões? Segundo Gramsci, “era inegável que o proletariado europeu havia sido derrotado pela contra-ofensiva capitalista, e que sua capacidade de combate tinha reduzido muito”. ³⁸⁹

Natoli também comenta que tanto para a direção da Internacional Comunista quanto para Gramsci o ano de 1921 foi um momento histórico decisivo. O autor observa que a depressão econômica mundial de 1921 foi utilizada pelo poder burguês para formar um bloco capitalista anti-operário, que procurou controlar as relações de classe, anulando as conquistas mais avançadas do grande ciclo de luta operária e socialista do “biênio vermelho”. ³⁹⁰ Isso fez, segundo o autor, com que a discussão a respeito da frente única realizada no III Congresso da Internacional Comunista nesse mesmo ano de 1921 tivesse como elemento central “a constatação do caráter minoritário dos partidos comunistas e o

³⁸⁶ BIANCHI, Op. cit., p. 213.

³⁸⁷ PAGGI, *Le strategie del potere in Gramsci*. Roma: Riuniti, 1984, pp. 8-9.

³⁸⁸ GRAMSCI, “Elementi per la discussione sulla tattica del partito. In: *L'Unità*, 12 de agosto de 1925. *Quaderni*, p. 1790. Citado por PAGGI, Op. cit., p. 9.

³⁸⁹ Idem, *ibidem*.

³⁹⁰ NATOLI, “Gramsci e la bolscevizzazione del movimento comunista: Il confronto sulle differenze tra Oriente e Occidente”. In: *Le Tesi di Lione*. Op. cit., p. 53

reconhecimento do refluxo da onda revolucionária do primeiro pós-guerra e da restauração do poder burguês”.³⁹¹ Segundo Paggi, a discussão feita no III Congresso passou a ser uma referência para Gramsci, “constituindo-se na base de uma análise política de longo fôlego, válida para todo um período histórico”.³⁹²

Mas, afinal, seria correta essa longa periodização feita por Gramsci? Seria correto afirmar que a partir de março de 1921 a guerra de movimento seria a principal causa das derrotas do proletariado? Seria correto afirmar que após a ação de março de 1921 na Alemanha a guerra de posição suplantara a guerra de movimento?

Sabe-se, por exemplo, que em 1923, portanto, já durante o período considerado por Gramsci como defensivo, ocorreram importantes levantes revolucionários na Alemanha, que podem muito bem ser caracterizados como a expressão da guerra de movimento. Em agosto de 1923, 3,5 milhões de trabalhadores alemães entraram em greve, impulsionados pela elevadíssima inflação (um ovo, que custava 300 marcos no dia 3 de fevereiro, passou a custar 12.000 no dia 5 de agosto e 30.000 três dias depois, até chegar a alterações de preços realizadas a cada hora). A influência do Partido Comunista Alemão (KPD) nos sindicatos era cada dia maior. Um poderoso movimento de conselhos espalhava-se pelas mais importantes fábricas, onde o KPD era a força política mais ativa. No mesmo mês explodiu uma greve geral na bacia do Ruhr, uma rebelião em Bochum e uma greve geral em Berlim, obrigando, em apenas três dias, o governo Cuno a renunciar. A burguesia apoiou um governo da social-democracia para tentar estabilizar a situação. A greve geral se transformou numa insurreição por toda a Alemanha. O KPD entrou no governo da Saxônia e, como era de se esperar, os social-democratas negaram-se a apoiar a insurreição. Paralelamente, o nacionalismo de direita reforçava-se. Em setembro de 1923, o Partido Nacional-Socialista (NSDAP) chefiado por Hitler já contava já com 50.000 membros e Formações de Assalto (SA) fortemente armadas, ajudadas, protegidas e financiadas por grandes empresários e oficiais do Exército. Diante de uma situação revolucionária, o que fez o KPD? O Partido Comunista, que estava, já nessa época, sob a influência de Stalin,

³⁹¹ Idem, *ibidem*.

³⁹² PAGGI, Op. cit., p. 11.

devido ao afastamento de Lênin das funções de direção em decorrência de seu precário estado de saúde, cancelou a ordem à insurreição.³⁹³

A decisão do KPD de entrar no governo e desautorizar a insurreição não teria sido uma atitude semelhante àquela do PSI no biênio vermelho? Essa posição do KPD não teria sido decisiva para a derrota do proletariado alemão em 1923? Nesse sentido, não caberia aqui as mesmas críticas feitas ao PSI pelo *L'Ordine Nuovo*? Não teria o KPD traído o proletariado alemão, cumprindo o papel de principal bloqueio à revolução? Com base no exposto aqui a respeito da situação na Alemanha em 1923, consideramos muito duvidoso afirmar, como faz Gramsci, que o período que inicia em 1921 é um período defensivo, assim como atribuir a causa da derrota do proletariado alemão à continuidade da aplicação da guerra de movimento e, sobretudo, basear-se nas derrotas do proletariado europeu para justificar a alteração do programa da revolução mundial. Talvez a posição mais correta seria dar continuidade às críticas à direção, tão bem feitas pelo jornal *L'Ordine Nuovo* no início da década de 20.

Parece duvidoso também afirmar, como faz Buci-Glucksmann,³⁹⁴ que a guerra de posição proposta por Gramsci significaria um retorno à tática de frente única defendida por Lênin e Trotsky no III e IV Congressos da Internacional Comunista, pois, para Gramsci, a guerra de posição subordinaria a guerra de movimento, o que contraria, como vimos, as resoluções dos dois Congressos. Afinal, como vimos também, para os dirigentes da Internacional Comunista na época de Lênin, a tática da frente única (guerra de

³⁹³ SCHWARZ, “O outubro alemão: a revolução perdida de 1923. In: *Revista Maisvalia*, Op. cit. n° 5, abril-julho/2009, pp. 38-51. Clara Zetkin diria mais tarde: “o Partido não centralizou devidamente os conselhos das fábricas e, além disso, não os politizou... e se negou a dirigir a vontade das massas para a guerra civil”. Trotsky comentou que “... Zinoviev definia nestes termos a significação do que acontecera na Alemanha: ‘Esperávamos a revolução alemã, mas não veio (Pravda, 22 de junho de 1924)’. Trotsky se contrapôs, dizendo: “Na realidade, a revolução tinha o direito de contestar: ‘Eu vim sim, mas vocês, senhores, chegaram tarde ao encontro’”.

³⁹⁴ Buci-Glucksmann afirma que “será necessária a longa marcha através do fascismo, a convicção profunda, adquirida em 1931, de que a via para o socialismo na Europa adotará um caminho diferente de Outubro de 1917. Convicção que assumirá a forma de um ‘retorno’ à *estratégia da frente única* dos anos 1922-1923. Anos em que Gramsci se encontrava em Moscou, quando Lênin ainda era vivo. BUCI-GLUCKSMANN, *Gramsci e o Estado*, Op. cit., p. 241. Num outro texto, Buci-Glucksmann comenta que “o próprio Gramsci referia-se explicitamente à estratégia da frente única, ao Lênin de 1921-1922, como ponto de partida de toda a sua reflexão sobre a guerra de posição”. BUCI-GLUCKSMANN, “Sobre os problemas políticos da transição”..., Op. cit. p. 123.

posição) estaria subordinada à estratégia da dualidade de poder (guerra de movimento ou “ataque frontal”).

Gramsci estaria, portanto, se inclinando numa direção contrária àquela aprovada nas resoluções do III e do IV Congressos da Internacional Comunista. A proposta programática do Gramsci dos *Cadernos* não representa, assim, uma continuidade dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista. O programa de Gramsci representa, no mínimo, uma mudança na hierarquia entre as táticas do processo revolucionário (se considerarmos a interpretação de alguns autores) ou talvez até mesmo a eliminação da tática fundamental defendida nos quatro primeiros congressos (de acordo com a interpretação de outros comentadores).

Para Lênin e os demais dirigentes da Internacional Comunista até o IV Congresso, a tática da frente única é, em certa medida, impulsionada pela própria classe trabalhadora. Para terem a mínima chance de vitória, os trabalhadores percebem que precisam unir-se a fim de acumular forças na luta contra um inimigo comum. Assim, a *Tese sobre a frente única proletária* do IV Congresso afirmava que a unidade da classe era desejada “pelas grandes massas operárias iniciantes na luta política”,³⁹⁵ que acabavam pressionando suas direções no sentido da unificação das lutas. A frente única, ao unir na mesma luta trabalhadores representados por diversas correntes políticas, cria as condições para que os trabalhadores percebam as diferenças entre as propostas e o espírito de luta dos oportunistas, por um lado, e dos revolucionários, por outro, contribuindo assim para a aproximação e o aumento da influência da direção revolucionária sobre a base das organizações reformistas. Mas para isso é necessário que haja luta real. A frente única é uma frente de luta, uma frente de ação e não o resultado de um acordo burocrático entre diversas direções. A frente única somente produz os resultados esperados se for impulsionada pela própria base no decorrer de um processo de luta. Portanto, identificar, como faz Gramsci, a frente única a uma guerra de posição de longa duração significa essencializar um fenômeno que os dirigentes da Internacional Comunista tratavam como algo que era, em certa medida, impulsionado pelo próprio proletariado nos momentos de acirramento da luta de classes.

³⁹⁵ *Los cuatro primeros congresos...* Op. cit., p. 198.

Apesar da análise feita no III e no IV Congressos da Internacional Comunista a respeito das derrotas do proletariado e das dificuldades da realização da revolução no Ocidente coincidir com a análise de Gramsci, as conseqüências extraídas delas são bastante diferentes.

Estaria Gramsci se alinhando com as resoluções do V Congresso da Internacional Comunista, realizado em junho-julho de 1924, já sob a hegemonia de Stalin? Pensamos que não, pois enquanto Gramsci defendeu, mesmo que de maneira equivocada, a noção de frente única por toda sua vida, o V Congresso coloca as premissas da política ultra-esquerdista do “terceiro período” e da linha “classe contra classe”,³⁹⁶ uma política catastrófica que conduziu o Partido Comunista Alemão a considerar a social-democracia como a irmã gêmea do fascismo, denominada de social-fascismo, com a qual, portanto, o Partido Comunista jamais poderia se aliar. Como se sabe, essas posições impediram a formação de uma oposição ao Partido Nazista, abrindo caminho para seu crescimento e posterior ascensão ao poder. A palavra-de-ordem do Partido Comunista era “primeiro derrotar a social-democracia, para depois derrotar Hitler”. Os dirigentes do PC alemão pagaram com as próprias vidas a recusa em estabelecer uma frente única com o adversário mais fraco com o objetivo de enfrentar o inimigo mais forte e perigoso, assim como a subestimação das forças desse inimigo principal.³⁹⁷ Sabe-se que, ao contrário dessas posições da Internacional Comunista depois da morte de Lênin, Gramsci sempre continuou combatendo, como herdeiro de Lênin, as posições ultra-esquerdistas.

Como vimos,³⁹⁸ há uma identidade entre as posições de Gramsci, Marx, Engels, Lênin e Trotsky a respeito das questões organizativas. No entanto, não podemos dizer o mesmo em relação ao programa para os países do Ocidente, que para Gramsci está associado à idéia da supremacia da guerra de posição sobre a guerra de movimento. O novo programa decorrente dessa posição é um programa diferente daquele de Marx e Engels, dos bolcheviques em 1917, diferente também do programa defendido nos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista, assim como do *Programa de Transição* da IV Internacional, lançado em 1938. Ao contrário da guerra de movimento aplicada com

³⁹⁶ NATOLI, Op. cit., p. 53.

³⁹⁷ Sobre estes episódios, ver TROTSKY, *Revolução e contra-revolução*, Op. cit.

³⁹⁸ Vide capítulo III, “A concepção de Gramsci sobre o partido nos *Cadernos do cárcere*”.

sucesso na Rússia em 1917, a guerra de posição exigiria um longo processo para que o proletariado conquistasse o poder de Estado nos países de capitalismo avançado, quando comparados à Rússia.

A defesa do antigo programa baseado na dualidade de poder não exige obrigatoriamente a recusa completa da chamada guerra de posição proposta por Gramsci. Trata-se de submeter a tática da frente única proletária e da conquista de espaços na sociedade civil à estratégia geral da dualidade de poder, uma dualidade que parte das fábricas como um embrião de um novo Estado, o futuro Estado operário. A defesa da dualidade de poder como uma estratégia geral da revolução proletária mundial está baseada na concepção de que o poder político não passa de uma manifestação do poder na instância econômica, poder esse conferido pela propriedade dos meios de produção. Para Marx, Engels e os bolcheviques, o poder de Estado é a expressão, na esfera política, do poder da classe que possui a propriedade dos meios de produção. O poder de Estado é determinado e não determinante. Por isso, para conquistar o poder de Estado, o proletariado precisa, antes de tudo, conquistar o poder econômico, o poder gerado pela apropriação dos meios de produção. Para aprofundar essa questão, comparemos a seguir as diferenças entre os fundamentos do programa de Marx e do programa de Gramsci.

Capítulo VI

A relação entre os *Cadernos do cárcere* e a obra madura de Marx

1. Marx e a noção restrita de Estado

Vimos no capítulo IV que Gramsci considera que Marx teria vivido numa época na qual o Estado possuía ainda um caráter restrito, com uma função apenas coercitiva. Segundo Gramsci, isso teria conduzido Marx a desenvolver uma noção igualmente restrita do Estado. A noção de Marx a respeito do Estado corresponderia, portanto, à estrutura dos Estados existentes em sua época. Cabe perguntar se essa observação é fiel aos textos clássicos daquele que Gramsci chamava de um dos “fundadores da filosofia da práxis”. Afinal, os Estados da segunda metade do século XIX poderiam ser caracterizados como Estados restritos? A forma característica dos Estados da época de Marx teria realmente o impedido de teorizar a respeito de formas mais democráticas de Estado, limitando-o a analisar estritamente a sua função coercitiva?

A leitura de algumas obras de Marx pode ajudar a responder estas questões. A *Crítica ao Programa de Gotha*, escrita por Marx em maio de 1875, torna a afirmação de Gramsci bastante duvidosa. Nesse texto, Marx chama a atenção do Partido Operário Alemão para as diferenças entre as diversas formas de Estado existentes naquela época e a

tendência histórica à superação dos Estados absolutistas.³⁹⁹ Marx observava como na Suíça e nos Estados Unidos já se consolidavam formas democráticas de República. Segundo Marx, o Estado desses países não correspondia apenas a uma máquina de governo, mas em razão da divisão do trabalho, consistia num organismo próprio, separado da sociedade.⁴⁰⁰ Fazendo uma clara distinção entre uma mera máquina de governo (o que para Gramsci é o Estado restrito) e o Estado como um todo (o Estado ampliado, segundo Gramsci), Marx combate a afirmação contida no Programa de Gotha segundo a qual os impostos seriam “a base econômica do Estado”. Marx se contrapõe dizendo que “os impostos são a base econômica da máquina de governo, e nada mais”.⁴⁰¹ Mais uma vez, nessa passagem, Marx diferencia o Estado restrito (como governo) do Estado ampliado (como Estado).

Indicando uma clara democratização dos Estados de alguns países, Marx comenta que seria possível encontrar algumas das características de Estados democráticos na Suíça e nos Estados Unidos, que já haviam instituído a educação gratuita para todos e, na Suíça em particular, o imposto único progressivo sobre a renda. No entanto, para Marx, essas diferenças entre a Suíça e os Estados Unidos, por um lado, e os Estados absolutistas, por outro, não abalavam as bases da sociedade capitalista. Nesse sentido, ao contrário da democracia vulgar, Marx não caracterizava os Estados democráticos como um reino milenar, de longa duração, mas apenas como uma forma transitória, “a última forma de Estado da sociedade burguesa, onde se travará a batalha definitiva da luta de classes”.⁴⁰² Marx defendia, assim, que a República democrática não era o objetivo a ser alcançado pelo proletariado, mas já indicava aqui aquilo que Lênin desenvolveria mais tarde: que a “República democrática é o melhor invólucro político de que pode se revestir o capitalismo”.⁴⁰³

Fica claro que não é correto, como faz Gramsci, considerar a noção de Estado de Marx como uma noção restrita, segundo a qual a função do Estado seria meramente coercitiva. Ao contrário, Marx já percebia a existência de diferentes formas de Estado,

³⁹⁹ MARX, “Crítica ao programa de Gotha”. In: MARX & ENGELS. *Obras escolhidas*. Op. cit., vol. 2, p. 221.

⁴⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 222.

⁴⁰¹ Idem, *ibidem*. Agradeço ao prof. Mauro Iasi por ter chamado a minha atenção para isso.

⁴⁰² Idem, *ibidem*.

⁴⁰³ LÊNIN, “El Estado y la revolución”, In: *Obras completas*, Op. cit., tomo XXVII, p. 25.

umas mais democráticas e outras mais despóticas. Para Marx, estas diversas formas de Estado expressavam desigualdades existentes no desenvolvimento do capitalismo em cada país, mas todos tinham em comum o fato de serem formas de um Estado capitalista. Assim, diz Marx,

em que pese à confusa diversidade de suas formas [...] os diferentes Estados dos diferentes países civilizados têm de comum o fato de que todos eles repousam sobre as bases da moderna sociedade burguesa, ainda que em alguns lugares esta se ache mais desenvolvida do que em outros, no sentido capitalista. Têm também, portanto, certos caracteres essenciais comuns.⁴⁰⁴

A República democrática era, para Marx, uma tendência decorrente da supremacia do capitalismo sobre os modos de produção anteriores, da supremacia do capital na instância econômica, da supremacia da forma mais sofisticada de apropriação privada do trabalho excedente, da supremacia da relação capitalista-trabalhador assalariado quando comparada à relação senhor feudal-servo, etc.

Em outras palavras, o que Marx diz no conjunto dessas passagens da *Crítica ao Programa de Gotha* é que nos países de capitalismo mais avançado o Estado tendia, já no século XIX, a assumir funções mais amplas, tanto democráticas e quanto coercitivas, enquanto nos países de capitalismo mais atrasado o Estado tendia a manter funções mais restritas, conservando por mais tempo as formas despóticas de Estado.

Com base nesses textos e em cartas de Marx, alguns autores consideram que Marx teria revisado suas posições anteriores no final da vida. Coutinho, por exemplo, afirma que no final da vida Marx teria superado suas formulações ainda residualmente blanquistas assumidas em 1848.⁴⁰⁵ Para Coutinho, o último Marx teria passado a atentar para o fato de que o Estado capitalista poderia se ampliar ou mesmo já havia se ampliado.⁴⁰⁶ Analisando uma carta de Marx a Kugelmann escrita em 12 de abril de 1871, portanto, apenas quatro anos antes da *Crítica ao Programa de Gotha*, Coutinho observa que Marx já percebia que “em países como a Inglaterra, os Estados Unidos e a Holanda, por exemplo, o

⁴⁰⁴MARX, “Crítica ao programa de Gotha”, Op. cit., p. 221.

⁴⁰⁵COUTINHO, *Marxismo e política...* Op. cit., p. 9.

⁴⁰⁶Idem, *ibidem*, p. 35.

Estado não se reduzia a uma ‘máquina burocrático-militar’, mas teria estendido sua faixa de atuação mediante o desenvolvimento de aparelhos consensuais (parlamento, etc.) que implicam e/ou resultam de um ‘pacto’”.⁴⁰⁷

No entanto, essa percepção da tendência ao desenvolvimento da democracia burguesa é muito anterior à década de 1870. Desde o início da década de 1850, Marx já indicava a tendência à forma democrática da república. No *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx afirmava que “nas jornadas de junho de 1848 [...] a *república democrática* anuncia o seu advento [...] a *república parlamentar*, juntamente com a burguesia, apossa-se de todo o cenário”.⁴⁰⁸

Com base na análise desses trechos do *18 Brumário de Luís Bonaparte*, da *Crítica ao Programa de Gotha* e da carta à Kugelmann, fica evidente que não houve qualquer revisão, por parte de Marx, entre 1848 e o final da vida, no que se refere às formas e às funções do Estado. Fica evidente também equívoco de Gramsci ao afirmar que Marx possuía uma noção restrita de Estado, cujo papel seria meramente coercitivo. Marx já identificava, desde o início da década de 1850, a existência de uma forma estatal que não agia mais apenas de maneira coercitiva, o que contraria a base de toda a argumentação de Gramsci.

Diante do exposto aqui, é possível afirmar que, apesar de Gramsci desconhecer tal semelhança, existe uma profunda concordância na observação dele e de Marx sobre a tendência à democratização dos Estados capitalistas mais avançados. No entanto, isso não significa que a importância dada a esse fenômeno da democratização do Estado seja da mesma ordem na obra madura de um e de outro autor. Se Gramsci passou a defender um novo programa e definiu toda a estrutura desse novo programa com base na tese da ampliação do Estado, Marx, ao contrário, não dedicou maior atenção ao estudo do Estado em sua obra da maturidade. E por que teria Marx optado por esse caminho? Por que, afinal, apesar de compreender as modificações que vinham ocorrendo nos Estados de diversos

⁴⁰⁷ Idem, *ibidem*, pp. 34-35. Esta carta de Marx referida por Coutinho encontra-se em: MARX, *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, p. 291, ou em: MARX & ENGELS, *Obras escolhidas*, Op. cit., vol. 3, pp. 262-263.

⁴⁰⁸ MARX, “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. In: MARX, *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 2ª ed., 1978, p. 393.

países, Marx decidiu abandonar o plano original de *O capital*, no qual havia um livro exclusivamente destinado a expor uma teoria sobre o Estado? ⁴⁰⁹ Apesar de Marx compreender as tendências à democratização do Estado, já visível nos Estados mais avançados de sua época, por que ele não previu um possível processo de ampliação do Estado? Teria Marx deixado, por alguma razão, essa lacuna em sua obra madura?

Pensamos que Marx desistiu de expor, em separado, uma teoria do Estado, justamente porque o Estado, para ele, não possui consistência, não possui qualquer autonomia ou independência frente às relações de produção. Para chegar a essa conclusão, basta atentar para o fato de que, no interior de *O capital*, as ações do Estado aparecem sempre de maneira subordinada.

Assim, por exemplo, no capítulo VIII do Livro I, ao descrever a luta de 30 anos da classe operária inglesa no século XIX pela redução da jornada de trabalho, Marx destina ao parlamento um papel totalmente subordinado em relação às relações de classe diretamente vinculadas à produção. Marx afirma que as determinações legais que regulavam “o período, os limites e as pausas no trabalho [...] não eram, de modo algum, produto de alguma fantasia parlamentar”. ⁴¹⁰ Para Marx, as leis inglesas daquela época não passavam da confirmação de uma situação já existente, desenvolvendo-se, como diz ele, “progressivamente das próprias circunstâncias, como leis naturais do modo de produção moderno”. ⁴¹¹ Nesse mesmo sentido, Marx conclui que “a formulação, reconhecimento oficial e proclamação [das leis] pelo Estado foram o resultado de prolongadas lutas de classes”. ⁴¹² Para Marx, a legalização de uma jornada normal de trabalho não é o produto de

⁴⁰⁹ Cfe. afirma Rosdolsky, o plano feito por Marx para *O capital* em 1857 era composto por seis livros: Livro I: sobre o capital; Livro II: sobre a propriedade da terra; Livro III: sobre o trabalho assalariado; Livro IV: *sobre o Estado*; Livro V: sobre o comércio exterior; Livro VI: sobre o mercado mundial e as crises. O segundo e definitivo plano, elaborado em 1866, sintetizou a estrutura definitiva da obra, como a conhecemos atualmente, dividida nas seguintes partes: Livro I: o processo de produção do capital; Livro II: o processo de circulação do capital; Livro III: o processo global da produção capitalista; Livro IV: história da teoria. ROSDOLSKY, *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001. pp. 28-29. (grifo nosso).

⁴¹⁰ MARX, *O capital*, Op. cit., vol. I, p. 224.

⁴¹¹ Idem, *ibidem*.

⁴¹² Idem, *ibidem*.

uma fantasia parlamentar, mas de “uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora”.⁴¹³

Em outro momento de *O capital*, no capítulo XXIV do Livro I, Marx mostra novamente o papel subordinado do Estado. O Estado foi um instrumento importante, mas não mais do que um instrumento, na acumulação originária do capital. Marx comenta que as leis para o cercamento da terra comunal representaram uma forma parlamentar de roubo das terras do povo. Marx prova por meio de exemplos históricos que os senhores fundiários presenteavam-se a si mesmos com a terra do povo, terra que passava a ser propriedade privada daqueles, e faziam isso através de decretos, que nada mais eram do que meios legais de expropriação do povo.⁴¹⁴ No entanto, para Marx, o verdadeiro poder não estava no voto que aprovava os decretos ou na pena que os redigia, mas na violência direta, que Marx chamava ironicamente de “método inglês de ‘clarear’ propriedades”,⁴¹⁵ isto é, “limpá-las de seres humanos”.⁴¹⁶

Marx cita alguns exemplos dos inúmeros episódios sangrentos desse método inglês de “limpeza de terras”, que representavam a base material das leis das clareações. De 1914 a 1920, soldados britânicos foram encarregados de destruir e arrasar pelo fogo todas as aldeias sob a ordem da duquesa de Sutherland. “Uma velha senhora [diz Marx] foi queimada nas chamas da cabana que ela se recusava a abandonar. Quinze mil habitantes, cerca de três mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados”.⁴¹⁷

Como observa Marx, as leis das clareações de propriedades (*Clearing of Estates*) serviam apenas para dar uma roupagem legal a essas atrocidades realizadas contra os trabalhadores, que tinham na terra o principal meio do sustento de sua família. Se as leis das clareações serviam para legalizar a expulsão em massa dos trabalhadores do campo, as leis contra a vagabundagem expulsavam aqueles que, já tendo sido expulsos das terras, chegavam às cidades e não encontravam trabalho. Reproduzimos aqui uma das leis citadas por Marx, a lei de 1572 da Rainha Elisabeth, da Inglaterra:

⁴¹³ Idem, ibidem, p. 236.

⁴¹⁴ Idem, ibidem, p. 269.

⁴¹⁵ Idem, ibidem, p. 271.

⁴¹⁶ Idem, ibidem.

⁴¹⁷ Idem, ibidem, p. 272.

esmoleiros sem licença e com mais de 14 anos de idade devem ser duramente açoitados e terão a orelha esquerda marcada a ferro, caso ninguém os queira tomar a serviço por 2 anos; em caso de reincidência, se com mais de 18 anos, devem ser executados, caso ninguém os queira tomar a serviço por 2 anos.⁴¹⁸

Como se vê, para Marx, a luta entre as classes pela apropriação das forças produtivas, como a terra, os instrumentos de trabalho e a força de trabalho, é o fundamento das leis. É a luta de classes que exige o estabelecimento de leis que regulamentem até as mais bárbaras ações. Para Marx, numa sociedade de classes, as leis e o próprio Estado como um todo não passam de instrumentos para a legitimação da exploração de uma classe sobre a outra, leis que ora assumem características mais bárbaras, ora menos, mas que sempre têm como objetivo conservar as relações sociais como estão.

Por isso, para Marx, a superestrutura estatal não possui autonomia frente às relações de produção. Nesse sentido, tudo indica que, ao contrário das afirmações de Gramsci e da imensa maioria de seus comentadores, o que teria levado Marx a não desenvolver uma teoria do Estado em sua obra madura, assim como uma teoria a respeito de uma suposta ampliação do Estado, não teria sido a ausência da democratização dos Estados nos países avançados em sua época, mas o fato de Marx considerar a tentativa de supervalorizar ou mesmo essencializar o fenômeno estatal como algo inconsistente teoricamente.

Para Marx, nos países de capitalismo mais avançado o Estado não tenderia a se ampliar, como pensou Gramsci, mas, ao contrário, nesses países o Estado tenderia a se tornar cada vez mais subordinado às relações de produção. Nesse sentido, Marx cita como exemplo os Estados Unidos, um país no qual as relações capitalistas se desenvolveram livremente, sem quaisquer amarras ou heranças pré-capitalistas (greco-romanas, feudais ou asiáticas). Segundo Marx, nesse país foi possível fazer com que “o Estado, ao contrário de todas as formações nacionais anteriores, fosse, desde o início, subordinado à sociedade

⁴¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 276. O teor dessa lei é comum às leis da maioria dos países na época que remete à origem do capitalismo. Assim, Marx cita também as leis de Henrique VIII, 1530, Eduardo VI, de 1547, e Jaime I, da Inglaterra; Luís XVI, de 1777, da França; e Carlos V, de 1537, dos países baixos.

burguesa e a sua produção”.⁴¹⁹ Assim, a tendência à democratização dos Estados nos países de capitalismo avançado está, para Marx, longe de caracterizar uma ampliação do Estado, mas justamente o contrário. A profundidade com que foi possível realizar a violência originária, a radicalidade da separação violenta entre os trabalhadores e os meios de produção livre da interferência de formações econômicas anteriores foi o que deu aos Estados Unidos a primazia em estabelecer um Estado democrático.

A violência originária é, para Marx, o fundamento, o princípio de todos os fenômenos que ocorrem na sociedade capitalista.⁴²⁰ A violência originária foi a responsável por generalizar a forma mercadoria dos produtos do trabalho. Foi somente com a separação violenta dos trabalhadores de sua base fundiária e o conseqüente surgimento do proletariado que o mercado pôde se desenvolver. Assim afirma Marx: “a expropriação e a expulsão de parte do povo do campo liberam, com os trabalhadores, não apenas seus meios de subsistência e seu material de trabalho para o capital industrial, mas criam também o mercado interno”.⁴²¹ Como explica ainda Marx: “antes, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e as matérias-primas que depois, em sua maior parte, ela mesma consumia”.⁴²² Ao ser expropriada, a classe trabalhadora foi obrigada a comprar tudo o que consumia no mercado, pois já não possuía mais os meios de produção necessários para produzir sua subsistência.

Com o desenvolvimento do mercado generalizou-se a forma mercadoria e, com ela, a forma valor. Ora, o valor, ou melhor, o trabalho produtor de valor, o trabalho humano abstrato, a energia despendida por todo e qualquer trabalhador no processo de trabalho, a gelatina de trabalho humano indiferenciado, é a substância do capital, é o elemento fundamental do capital, é o elemento que alimenta e dá vida ao capital, capital que nada mais é do que o processo de valorização do valor.

⁴¹⁹ MARX, “Principes d’une Critique de l’Économie Politique”. In: *Ouvres, Économie*, tomo 2, Paris, Plêiade, 1972, p. 176. Citado por BENOIT, “O Programa de Transição de Trotsky e a América”. In: *Crítica Marxista*, n. 18, Rio de Janeiro: Revan, maio/2004, p. 61.

⁴²⁰ Cfe. BENOIT, Sobre a crítica (dialética) de *O capital*. Op. cit.

⁴²¹ MARX, *O capital*, Op. cit., vol. 2, p. 283.

⁴²² Idem, *ibidem*.

Marx afirma que o valor é o terceiro elemento da mercadoria,⁴²³ é o elemento negativo, contraditório, antitético, o elemento cuja determinação social significou a consolidação da forma mercadoria, responsável pela dissolução das comunidades primitivas.⁴²⁴ Com a dissolução das comunidades primitivas, a produção das coisas deixa de ter como objetivo o atendimento às necessidades humanas, as coisas deixam de ser produzidas em função de seus valores-de-uso, para serem produzidas em função de seu valor. A utilidade das coisas deixa de ser o motivo que estimula a sua produção. O trabalho humano deixa de ser apenas um meio natural de suprir diretamente as necessidades humanas para ser, fundamentalmente, um meio de produzir valor, de valorizar valor, de produzir o enriquecimento privado de uma determinada classe social, por meio da valorização do valor, a valorização daquele terceiro elemento, um elemento oculto na forma mercadoria, um elemento não natural, mas social, isto é, um elemento que é produto da luta de classes, produto da separação violenta dos trabalhadores dos meios de produção.

Portanto, o valor, assim como a própria mercadoria, está indissociavelmente ligado à dissolução das comunidades primitivas, à separação violenta dos trabalhadores dos meios de produção. Se o valor, para impor-se sobre o valor-de-uso e consolidar a forma mercadoria dos produtos do trabalho, precisou destruir as comunidades primitivas, mais tarde, como o advento do capitalismo, para impor-se a nível mundial, o valor precisou expropriar violentamente toda a imensa massa do povo trabalhador. Marx considera o capital, isto é, esse processo de auto-valorização do valor, como um sujeito automático, um sujeito que domina tudo e a todos. “o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo enquanto valor original, se auto-valoriza”.⁴²⁵ E conclui Marx: “ele [o valor] passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático”.

426

⁴²³ Idem, ibidem, vol. 1, p.

⁴²⁴ Marx afirma: “a troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam”. Idem, ibidem, p. 81.

⁴²⁵ Idem, ibidem, p. 130.

⁴²⁶ Idem, ibidem.

Portanto, durante o processo de violenta expropriação do povo trabalhador, o valor foi, inicialmente, ganhando autonomia em relação ao valor-de-uso, para mais tarde, com o capitalismo, ganhar autonomia absoluta ao passar a se auto-valorizar como elemento do capital. É esse processo de auto-valorização do valor, cuja origem está ligada à origem da mercadoria, à dissolução das comunidades primitivas, ao processo de separação violenta dos trabalhadores das condições objetivas de trabalho, é esse processo de auto-valorização do valor que, para Marx, domina tudo e a todos.

É assim que, nos países de capitalismo avançado, a pureza desse processo de auto-valorização do valor determina, em última instância, a possibilidade de maior democratização das relações entre o Estado e a sociedade. Como desenvolveremos no próximo item, para Marx é a dominação e o controle absolutos de todas as esferas da sociedade por parte do processo de auto-valorização do valor o que permite democratizar as instituições políticas nos países mais avançados do ponto de vista capitalista. A democratização das instituições, ou a socialização da política ⁴²⁷ não são, para Marx, resultados de uma ampliação do Estado, mas sim o resultado da *ampliação da dominação do capital*, isto é, a *ampliação do controle* exercido pelo processo de valorização do valor sobre todas as esferas da vida.

Diante disso, poderíamos dizer que os fundamentos da análise de Gramsci, ou seja, a tese da ampliação do Estado nos países avançados do Ocidente contraria as análises de Marx baseadas na *ampliação da supremacia do capital*. É nesse sentido que para Marx e Engels, as relações econômicas são, em última instância, determinantes. Vejamos a partir de agora as conseqüências da tese gramsciana no que diz respeito à relação entre o econômico e o político, sempre tomando como referência as análises contidas em *O capital*.

⁴²⁷ Vários autores caracterizam a ampliação do Estado como um processo no qual a atividade política é socializada. Para Staccone, por exemplo, o desenvolvimento da socialização da política ocorre através do associacionismo e dos partidos, que constituem os “fatos novos” na sociedade capitalista. STACCONE, Op. cit., p. 73. Ver também em SIMIONATTO, “O social e o político no pensamento de Gramsci”. In: AGGIO (Org.), Op. cit., p. 41

2. A relação entre o econômico e o político nos *Cadernos do Cárcere* e n’*O capital*

Gramsci faz, nos *Cadernos*, uma certa separação entre o momento das lutas econômicas e o momento das lutas políticas. Para Gramsci, a transição do momento atual ao momento da tomada do poder pelo proletariado representa “a passagem do momento meramente econômico (egoístico passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em super-estrutura na consciência dos homens. Isso significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’”.⁴²⁸ Gramsci denomina essa passagem do momento econômico ao momento ético-político de “catarse”.

De acordo com Simionatto, “passar do momento econômico-corporativo ao ético-político significa, também, levar em conta o processo de correlação de forças sociais, que implica na passagem”,⁴²⁹ como diz Gramsci:

da estrutura para as superestruturas mais complexas; é a fase na qual as ideologias germinadas anteriormente se tornam “partido”, colocando-se em confronto e entrando em luta, até que somente uma delas ou uma combinação de ideologias tende a prevalecer e a difundir-se sobre toda a área social, determinando, além da unidade econômica e política, a unidade intelectual e moral, mediante um plano não corporativo, mas “universal”, criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre os grupos subordinados.⁴³⁰

Segundo Coutinho, a catarse seria o momento no qual se supera os

resíduos corporativistas e contribui para a formação de uma *vontade coletiva nacional-popular*, ou seja, de um grau de consciência capaz de permitir uma iniciativa política que englobe a totalidade dos estratos sociais de uma nação, capaz de incidir sobre a universalidade diferenciada do conjunto das relações sociais.⁴³¹

⁴²⁸ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 1, p. 314. *Quaderni*, p. 1244. Citado por BOBBIO, “Gramsci y la concepción de la sociedade civil”. In: *Gramsci y las ciencias sociales*. Córdoba: Pasado y Presente, n. 19, 1972, p. 81.

⁴²⁹ SIMIONATTO, Op. cit., p. 44.

⁴³⁰ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 41. *Quaderni*, p. 1584.

⁴³¹ COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Op. cit., p. 169.

Para Coutinho, o momento catártico é o equivalente gramsciano da passagem da “classe em si” à “classe para-si” (Marx), ou da elevação da consciência trade-unionista à consciência político-universal de classe (Lênin).⁴³² Em suma, a catarse seria, como diz Simionatto, “nada mais do que a síntese do projeto gramsciano”.⁴³³ Segundo Prestipino, estaria contida aí uma dialética entre o espontâneo (econômico-corporativo) e a organização (momento ético-político), entre a massa e o partido, entre os intelectuais e os simples, entre a filosofia e o senso comum, entre a arte culta e o sentimento nacional-popular, entre o mestre e o discípulo.⁴³⁴

Se procurássemos uma analogia com a obra madura de Marx, poderíamos dizer que, para ele, o momento que Gramsci denomina como catarse seria o momento da expropriação dos expropriadores exposto no capítulo XXIV do Livro I de *O capital*. Esse momento é o objetivo final, a meta de todo o partido revolucionário que encontra diante de si um proletariado ainda desorganizado, alienado, enfeitiçado pela forma mercadoria, isto é, o proletariado exposto na seção I de *O capital*. Nesse sentido, *O capital* de Marx pode ser interpretado como um programa revolucionário,⁴³⁵ que indica um caminho desde o momento atual até o momento da “catarse” gramsciana, o momento da conquista do poder pelo proletariado. Vejamos então as semelhanças e diferenças entre o caminho proposto por Marx em *O capital* e o caminho proposto por Gramsci nos *Cadernos*.

a. O momento econômico

Vimos que Gramsci considera as lutas econômicas como um “momento meramente econômico (egoístico-passional)”,⁴³⁶ um momento que, como diz Giovanni, “cumpre um papel de obstáculo à constituição de uma vontade nacional-popular [...], é um sinal de uma agregação restrita de interesses imediatos [...] corresponde ao domínio imediato de uma situação estrutural elementar, restrita, incapaz de expandir-se”.⁴³⁷

⁴³² Idem, *ibidem*, p. 91.

⁴³³ SIMIONATTO, *Op. cit.*, p. 44.

⁴³⁴ PRESTIPINO, *Tre voci nel deserto: Vico, Leopardi, Gramsci, per una nuova logica storica*. Roma: Carocci, 2006, p. 128.

⁴³⁵ Cfe. BENOIT, “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”. *Op. cit.*, p. 43.

⁴³⁶ Cfe. Nota nº 435.

⁴³⁷ GIOVANNI, “Economico-corporativo”. In: CHIAROMONTE (Org.), *Op. cit.*, p. 90.

Granese, por sua vez, considera que “privilegiar o momento ético-político representa uma posição ‘idealista’, e vice-versa, dar importância exclusiva somente aos fatores econômico-materiais, significa assumir uma posição do ‘economicismo’”.⁴³⁸ Ao contrário de Giovanni, Granese confere igual valor a ambos os momentos.⁴³⁹

O problema não está em valorizar igualmente os dois momentos, ou desvalorizar um em relação ao outro. Trata-se de arrancar o momento superior, ou momento da tomada do poder, o momento da luta política, daqueles momentos mais iniciais da luta, ou momentos da luta econômica, pois, como afirma Benoit, para Marx, a luta política, isto é, a luta pela conquista do poder, já está contida de maneira imanente nas lutas econômicas.⁴⁴⁰

O momento das lutas econômicas não representa necessariamente um bloqueio à luta política, e sua defesa não constitui obrigatoriamente uma posição economicista. Para Marx, este momento é o momento da primeira negação do modo de produção capitalista pelo proletariado, é o momento no qual ocorre o choque de interesses econômicos antagônicos entre as duas classes fundamentais deste modo de produção.⁴⁴¹ Por um lado, os capitalistas são obrigados, para baixar os preços a fim de vencer a concorrência entre eles, a aumentar a jornada e reduzir o salário.⁴⁴² O proletariado, por sua vez, para

⁴³⁸ GRANESE, “I *Quaderni del carcere*: dalla ‘convertibilità’ come principio ermeneutico all’ ‘egemonia’ come educacione recíproca all’ autogoverno”. In: *Politica e storia in Gramsci*, Op. cit., p. 398.

⁴³⁹ Idem, ibidem.

⁴⁴⁰ BENOIT, “Para a crítica (dialética) de *O capital*”. Op. cit.

⁴⁴¹ Benoit observa que de toda a obra *O capital*, a seção II do Livro I, na qual se dá a luta considerada por Gramsci como econômica em torno da compra e venda da força de trabalho, é a única seção composta por um único capítulo, o capítulo IV. Benoit explica as razões que teriam levado Marx a organizar uma seção com um único capítulo: “esta seção II de um só capítulo é transitória, prepara a passagem para o âmbito da produção, mas, indubitavelmente, ainda permanece apenas na fronteira desta esfera [...] Não por acaso, assim a seção II é composta por um único capítulo. Ao contrário de um acidente, este fato ressalta a transição que aqui está para ocorrer da esfera da circulação para àquela da produção”. BENOIT, “Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de *O capital*”. In: *Crítica marxista*. São Paulo: Xamã, nº 8, junho/1999, p. 85.

⁴⁴² Uma das formas usuais de reduzir o salário sem ferir a legislação vigente é aquela da substituição de trabalhadores mais experientes e melhor remunerados por trabalhadores mais jovens que receberão salários mais baixos. Isso explica porque muitas vezes Programas de Demissão Voluntária (os chamados PDVs) são seguidos por novas contratações, como ocorreu, por exemplo, na Volkswagen. Em 2007 a empresa demitiu 1.100 trabalhadores da fábrica da rodovia Anchieta, em São Bernardo do Campo (SP). Vide “Entrevistas com Alemão, Rogerinho e Gazito”. In: *Maisvalia*, Op. cit., nº 1, nov/2007, p. 7. Em 2008 a empresa contratou mais de 1.000 trabalhadores com salário reduzido. A manobra ficou evidente para os operários, como é possível comprovar na entrevista feita com um deles, que disse: “vai levar 9 anos para o cara que entra hoje chegar ao salário de um cara mais antigo”. Cfe. “A ditadura dentro da Volkswagen e das metalúrgicas”. In: *Maisvalia*, Op. cit., nº 3, agosto-novembro/2008, p. 16. Como se não bastasse essa manobra, a empresa exigia que os trabalhadores fizessem hora extra: “tem cara que entra às 15 horas e sai às 6 horas da manhã do dia seguinte. Faz dois turnos!”, denunciou o operário. Idem, ibidem, p. 15.

conquistar uma vida digna, é forçado a se contrapor aos interesses da burguesia, reivindicando a redução da jornada e a manutenção do salário.

Não é por acaso que Marx, ao conduzir o leitor à instância da produção, aborda justamente a luta do proletariado inglês pela definição legal da duração da jornada de trabalho (capítulo VIII da seção III) e da definição do valor do salário (capítulos XVII a XX da seção VI). Por meio dessa luta, o proletariado está interferindo diretamente em um dos fundamentos do modo de produção capitalista, está interferindo na proporção em que se dará a apropriação privada da mais-valia, isto é, está estabelecendo barreiras ao processo de auto-valorização do valor. A luta econômica não é para Marx uma mera luta por salário e por redução de jornada, mas uma luta que age sobre os alicerces do capital. Esse tratamento dado por Marx às questões relacionadas às lutas em torno da jornada de trabalho e do salário em *O capital* remetem também ao *Manifesto comunista*, onde ele e Engels afirmam:

à medida que aumenta o caráter enfadonho do trabalho, decrescem os salários. Mais ainda, na mesma medida em que aumenta a maquinaria e a divisão do trabalho, sobe também a quantidade de trabalho, quer pelo aumento das horas de trabalho, quer pelo aumento do trabalho exigido num determinado tempo, quer pela aceleração do movimento das máquinas, etc.⁴⁴³

Marx trata desse tema em outra célebre obra escrita na mesma época. Na *Miséria da filosofia*, Marx afirma que a manutenção do salário é um interesse comum que os trabalhadores assalariados possuem contra o patrão, “reúne-os num mesmo pensamento de resistência – coligação”.⁴⁴⁴

Portanto, o momento da luta econômica é, para o Marx da maturidade, um momento importante da luta de classes, momento no qual se manifestam as contradições objetivas do modo de produção capitalista, é um momento em que ocorre a primeira negação deste modo de produção. Essa negação é ainda indeterminada, pois a relação entre

⁴⁴³ MARX & ENGELS, *Manifesto comunista*, Op. cit., p. 46.

⁴⁴⁴ MARX, *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847)*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 150.

o capitalista e o proletário ainda aparece, nesse momento da luta econômica, como uma troca justa.⁴⁴⁵

Como comenta Benoit,⁴⁴⁶ Marx procura demonstrar, por meio do desenvolvimento da exposição de *O capital*, que o processo de negação do modo de produção capitalista inicia por meio da construção de organismos duais de poder a escala local. Essa indicação é feita por Marx através da criação de um personagem, que utiliza a mesma ironia feita numa declaração do comitê dos trabalhadores da construção de Londres que realizavam uma grande greve em 1860-1861.⁴⁴⁷ Ao dar a voz a um comitê de trabalhadores, Marx estaria indicando a importância da organização dos operários no interior das fábricas. Benoit comenta ainda que este recurso utilizado por Marx de criar um personagem na figura do operário que fala em nome de um comitê de greve indica um processo dialógico, isto é, Marx estaria indicando a necessidade de a vanguarda dialogar com a classe para representá-la efetivamente.

O destaque dado por Marx em *O capital* aos comitês de greve dos operários ingleses expressa a unidade programática existente entre a sua obra máxima e aquele célebre texto escrito 17 anos antes da publicação do Livro I de *O capital*, a *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, no qual Marx e Engels defenderam pela primeira vez a dualidade de poder por meio da construção de comitês e de conselhos.⁴⁴⁸

⁴⁴⁵ Nesse sentido, Marx observa, no capítulo V do Livro I de *O capital*: “a circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor”. MARX, *O capital*, Op. cit., vol. I, p. 160. E conclui Marx: “todas as condições do problema foram resolvidas e, de modo algum, as leis do intercâmbio de mercadorias foram violadas. Trocou-se equivalente por equivalente. O capitalista pagou, como comprador, toda mercadoria por seu valor, algodão, massa de fusos, força de trabalho”. Idem, *ibidem*.

⁴⁴⁶ BENOIT, Sobre a crítica (dialética) de *O capital*. Op. cit.

⁴⁴⁷ Marx afirma: “durante a grande *strike* dos *builders*, em Londres, em 1860/61, pela redução da jornada de trabalho a 9 horas, publicou o comitê dos trabalhadores uma declaração que coincidia aproximadamente com a argumentação de nosso trabalhador”. MARX, *O capital*, Op. cit., vol. I, p. 190, nota nº 40. A ironia era a de que o capitalista estaria em “odor de santidade”. Citado por BENOIT, “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”. Op. cit., p. 30.

⁴⁴⁸ Afirmando Marx e Engels: “ao lado dos novos governos oficiais, os operários deverão constituir imediatamente governos operários revolucionários, seja na forma de clubes operários ou de comitês municipais, seja na forma de clubes operários ou de comitês operários [...]”. MARX & ENGELS, “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”. Op. cit., p. 88.

Cabe aqui abriremos um pequeno parêntese. Nesse mesmo texto de 1850, Marx e Engels defendiam a dualidade de poder, a frente única,⁴⁴⁹ e, além disso, defendiam também a noção de Revolução Permanente.⁴⁵⁰ Considerando o conjunto dessas afirmações, fica claro o equívoco da afirmação de Vacca, quando este diz que havia uma disputa entre a tática da frente única defendida por Lênin e a teoria da Revolução Permanente, de Trotsky.⁴⁵¹ O primeiro equívoco é conferir a autoria da teoria da Revolução Permanente a Trotsky.⁴⁵² Ora, a teoria da Revolução Permanente não é criação de Trotsky, nem mesmo de Marx e Engels. Sabe-se que em 1848, portanto, dois anos antes da expressão ser utilizada por Marx e Engels, o socialista seguidor de Fourier chamado Victor Considérant escreveu:

Eu vos digo que, verdadeiramente, a Revolução que proclamou a chegada da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade não está terminada [...] Isto é, a Revolução será PERMANENTE até que esteja em vias de organização uma sociedade capaz de substituir, da base para o alto, [...] o acordo pela luta, a paz pela guerra, a liberdade de todos pela escravidão da maioria, e por fim, a riqueza geral por todas as gradações da miséria [...].⁴⁵³

Nesse mesmo sentido, o liberal Aléxis de Tocqueville mostra a sua angústia em relação ao caráter permanente da Revolução Francesa na obra publicada apenas seis anos depois da redação da *Mensagem...* de Marx e Engels, e intitulada “O antigo regime e a revolução”. Diz o autor:

A monarquia constitucional tinha sucedido ao Antigo Regime; a República, à Monarquia; ao Império, sucedeu a Restauração; depois veio a Monarquia de Julho. Após cada uma destas mutações sucessivas, foi dito [...] que a Revolução Francesa estava terminada; isto foi dito e nisto se acreditou. Ai de mim! Até eu tinha esperado que assim fosse [...] e eis que a Revolução

⁴⁴⁹ Cfe. nota nº 382.

⁴⁵⁰ Marx e Engels afirmam: “Enquanto os pequeno-burgueses democratas querem concluir a revolução o mais rapidamente possível [...] os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que cesse a competição entre os proletários desses países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado”. MARX & ENGELS, “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”. Op. cit., p. 86.

⁴⁵¹ VACCA, Op. cit., p. 101.

⁴⁵² Cfe. BENOIT, “O Programa de Transição de Trotsky e a América”. Op. cit., p. 51.

⁴⁵³ Citado por OLIVEIRA BENOIT, *Sociologia comteana: gênese e devir*. São Paulo: Discurso, 1999, p. 181.

Francesa recomeça, pois sempre era a mesma. À medida que prosseguimos, seu fim se afasta e obscurece.⁴⁵⁴

Portanto, a noção de Revolução Permanente não é de autoria de Trotsky, nem mesmo de Marx e de Engels. A noção de Revolução Permanente não é uma noção abstrata fruto do brilhantismo criativo de algum revolucionário. Ela é produto da história, da história da luta de classes. Ela é produto da luta originada pela dominação da burguesia sobre o proletariado.

Mas conferir a Trotsky a autoria do termo Revolução Permanente não é o único erro cometido por Vacca. Seu segundo e mais grave equívoco é achar que pode haver contradição entre a frente única e a teoria da Revolução Permanente. Na verdade, ambas fazem parte de uma única teoria, a teoria clássica da revolução de Marx e Engels.

Voltemos a *O capital* de Marx. Vimos que até em sua obra da maturidade, Marx continuava defendendo os comitês de fábrica como organismos duais de poder, como um momento preparatório para a conquista do poder pelo proletariado. Apesar de perceber a tendência à democratização dos Estados dos países mais avançados do ponto de vista capitalista, como vimos na *Crítica ao programa de Gotha*, Marx nunca abandonou o programa revolucionário baseado na dualidade de poder.

Poderíamos perguntar ainda por que Marx retorna e retorna sempre, desde o *Manifesto comunista até O capital*, às questões relacionadas à compra e venda e à utilização da força de trabalho? Certamente porque é essa relação que determina, em última instância, a subsistência tanto do proletariado, como da burguesia e do capitalismo como um todo. O capitalismo não sobrevive sem a apropriação privada e a realização da mais-valia. O capital é obrigado a se alimentar constantemente de mais-valia, se valorizar a si mesmo, como um sujeito automático que usurpa trabalho não pago do interior do processo de trabalho, como um “monstro animado que começa a ‘trabalhar’ como se tivesse amor no corpo”,⁴⁵⁵ como um vampiro, que se reanima “chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa”.⁴⁵⁶ A importância dada por Marx a esse momento

⁴⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 182.

⁴⁵⁵ MARX, *O capital*, Op. cit., vol. I, p. 161.

⁴⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 189. Citado por BENOIT, “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”, Op. cit., p. 29.

da luta econômica se justifica porque é na relação de compra e venda da força de trabalho entre o capitalista e o proletário que ocorre o momento no qual se expressa em mais alto grau o domínio da consciência dos homens. A intermediação do dinheiro nessa relação faz com que o salário apareça como o pagamento de todo o trabalho, apesar de representar o pagamento de apenas uma parte da jornada de trabalho. Por meio desse feitiço exercido pelo salário, que nada mais é do que o feitiço da mercadoria força de trabalho e do dinheiro, o proletariado ignora qual a proporção da jornada de trabalho que foi paga e qual não foi paga. Nesse sentido, Marx diz, no capítulo XVII, seção VI do Livro I:

Compreende-se a importância decisiva da transformação do valor e do preço da força de trabalho em salário ou em valor e preço do próprio trabalho. Sobre esta forma de manifestação [o salário], que torna invisível a verdadeira relação e mostra justamente o contrário dela, repousam *todas* as concepções jurídicas tanto do trabalhador quanto do capitalista, *todas* as mistificações do modo de produção capitalista, *todas* as ilusões de liberdade, *todas* as pequenas mentiras apologéticas da Economia vulgar.⁴⁵⁷

Procurando encontrar uma destas mistificações apontadas por Marx, poderíamos indicar o processo de transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro exposta por Marx na seção I do Livro III de *O capital*.⁴⁵⁸ Marx explica que a taxa real de exploração da força de trabalho, a taxa de mais-valia (mais-valia/capital variável), é mistificada por sua forma de manifestação mais aparente, mais ilusória, a taxa de lucro (mais-valia/capital variável + capital constante). Uma vez que, no mesmo processo de trabalho o denominador da taxa de lucro é sempre maior do que o denominador da taxa de mais-valia (considerando um capital constante superior a zero), a taxa de lucro será sempre menor que a taxa de mais-valia. A primeira serve, assim, para encobrir a segunda. Enquanto para o capitalista individual o importante é a relação entre a mais-valia e o capital total (taxa de lucro), pois ela expressa o excedente de valor pelo qual ele vende suas mercadorias, para os trabalhadores o fundamental é a relação entre a mais-valia por eles criada e os seus salários (taxa de mais-valia), pois ela expressa o grau com que sua força de trabalho é explorada. Portanto, o fato de a mais-valia ser o produto direto da força de trabalho em ação, isto é, ser

⁴⁵⁷ Idem, *ibidem*, vol. I, tomo 2, p. 130. (grifos nossos)

⁴⁵⁸ MARX, *O capital*, Op. cit., vol. III, tomo 1, pp. 21-107.

o produto direto do capital despendido em salários (capital variável), faz com que todas as mistificações em torno da mais-valia tenham relação com as mistificações ligadas ao salário. Este é apenas um exemplo que confirma o que Marx quis dizer quando afirmou que o salário produz *todas* as mistificações do modo de produção capitalista.

A consideração da centralidade do salário no processo de dominação ideológica do proletariado, na alienação de sua consciência, parece ser a raiz das diferenças entre o programa de Marx e o programa de Gramsci exposto nos *Cadernos*. Ocorre que, para Marx, o capitalismo sofisticou a tal ponto as formas de dominação ideológica do proletariado, que a instância prioritária da dominação ideológica deixou de ser a super-estrutura. A estrutura econômica, as relações de produção e de troca, tornou-se tão determinante que a dominação ideológica do proletariado é produzida predominantemente pela própria forma salário. Nenhum outro modo de produção anterior havia produzido objetivamente tamanha sofisticação da dominação ideológica, em nenhuma outra formação econômica anterior foi possível desenvolver a dominação ideológica de maneira imanente ao processo de trabalho, em nenhum outro modo de produção foi possível mascarar totalmente o trabalho excedente produzido pelo produtor direto. Nesse sentido, Marx compara a mais-valia com as formas precedentes de trabalho excedente, como a corvéia e aquela do trabalhador escravo:

Na corvéia distinguem-se espacial e temporalmente, de modo perceptível para os sentidos, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra. No trabalho escravo, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe o valor de seus próprios meios de subsistência, em que, portanto, realmente só trabalha para si mesmo, aparece como trabalho para seu dono. Todo seu trabalho aparece como trabalho não pago.⁴⁵⁹

E continua Marx: “no trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago. Ali a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; aqui a relação de dinheiro oculta o trabalho gratuito do assalariado”.⁴⁶⁰ No Livro II, Marx volta a tratar do feitiço produzido pelo salário, ao afirmar que

⁴⁵⁹ Idem, *ibidem*.

⁴⁶⁰ Idem, *ibidem*.

o salário é só uma forma disfarçada, uma forma sob a qual, por exemplo, o preço diário da força de trabalho se apresenta como o preço do trabalho realizado por essa força durante um dia, de modo que o valor produzido por essa força de trabalho em 6 horas de trabalho é expresso como valor de sua função ou seu trabalho de 12 horas.⁴⁶¹

A realização do valor da força de trabalho do trabalhador assalariado, que ocorre no momento de sua relação de troca na instância da circulação, e a realização de seu valor-de-uso, que ocorre por meio do processo de trabalho no interior da instância da produção, são dois momentos antitéticos de cujo confronto resulta, de forma oculta e mistificada, a mais-valia. Nesse sentido, Marx afirma em *O capital*:

a transformação de dinheiro em capital se opera na esfera da circulação e não se opera nela. Por intermédio da circulação, por ser condicionado pela compra da força de trabalho no mercado. Fora da circulação, pois nela apenas introduz o processo de valorização, que ocorre na esfera da produção.⁴⁶²

Essa mistificação realizada pelo salário faz com que no capitalismo a alienação da consciência do proletariado, isto é, o distanciamento de sua consciência em relação a uma compreensão adequada da realidade em que vive, não é mais tão determinada pela superestrutura, pelo menos não na mesma proporção que ocorria nas formações econômicas pré-capitalistas. Ou então, poderíamos dizer, em sentido contrário, que a tomada de consciência de classe pelo proletariado não é mais, como afirma Golding, no rastro de Gramsci, um momento ideológico.⁴⁶³ A origem da alienação da consciência do proletariado está relacionada à sua origem enquanto classe, ou seja, está ligada a sua separação (ou alienação) absoluta da propriedade dos meios de produção, a sua expropriação absoluta das condições objetivas de trabalho. A alienação da consciência do

⁴⁶¹ Idem, ibidem, vol. II, p. 28.

⁴⁶² Idem, ibidem, vol. I, p. 160. Benoit comenta que aqui se vê “que o processo de valorização é pensado [por Marx] na sua unidade contraditória circulação-produção e não como dois processos separados”. BENOIT, “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”, Op. cit., p. 27.

⁴⁶³ Cfe. GOLDING, *Gramsci's democratic theory: contributions to a post-liberal democracy*. Toronto: University of Toronto Press, 1992, p. 107.

proletariado é o resultado de um processo objetivo que remonta a sua sangrenta história enquanto classe, a história enquanto história da luta de classes,⁴⁶⁴ cujos momentos essenciais foram descritos por Marx no capítulo XXIV do Livro I de *O capital*. Nesse capítulo, Marx indica o papel determinante que as relações de produção - do que ele chama de “leis naturais da produção” - passaram a ter na dominação ideológica do proletariado. Marx afirma que “a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador”.⁴⁶⁵ Para Marx, se a violência extra-econômica direta é ainda empregada, ela é empregada apenas excepcionalmente, pois, “para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às ‘leis naturais da produção’, isto é, a sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada”.⁴⁶⁶

Esse trecho do capítulo XXIV de *O capital* é claríssimo. Depois que os trabalhadores da Idade Média foram absolutamente expropriados de suas condições objetivas de trabalho, gerando assim o proletariado “livre como os pássaros”⁴⁶⁷, as “leis naturais da produção”, isto é, a “muda coação das relações de produção capitalistas”, coação representada no fetiche do salário, no risco de desemprego, etc., é suficiente, em períodos normais, para a burguesia ter o proletariado sob controle, para dominar sua consciência. Tendo o domínio do proletariado por meio das próprias relações de produção, há espaço para democratizar as relações políticas, mas isso não significa que o Estado esteja em disputa, pois a disputa fundamental está na apropriação dos meios de produção.

Em relação a essa questão, Prestipino faz uma observação interessante. Ele afirma que o consenso organizado “‘falsifica’ a coerção, constrange-a a buscar outros modos e outra norma coercitiva para alcançar o consenso necessário”.⁴⁶⁸ De fato, para Marx, a busca do consenso na instância super-estrutural serve apenas para encobrir a coerção originária, aquela coerção extra-econômica exercida até hoje de forma

⁴⁶⁴ Cfe. BENOIT, “A luta de classes como fundamento da história”, In: TOLEDO (Org.) *Ensaio sobre o Manifesto Comunista*, São Paulo: Xamã, 1998.

⁴⁶⁵ MARX, *O capital*, Op. cit., vol. I, tomo 2, p. 277.

⁴⁶⁶ Idem, *ibidem*.

⁴⁶⁷ Expressão utilizada por Marx em *idem, ibidem*, p. 275. O tom irônico é aqui usado para criticar a liberdade concedida ao proletariado na sociedade burguesa para “vender-se a si e a sua descendência ao capital”. *Idem, ibidem*, vol. I, p. 238.

⁴⁶⁸ PRESTIPINO, Op. cit., p. 590.

violentíssima. A busca do consenso na instância super-estrutural apenas encobre a coerção que ocorre nas relações de produção, serve apenas para velar as reais contradições de classe. A burguesia vale-se desse consenso organizado para tentar neutralizar a história da luta de classes, como se ela fosse uma história sem luta, não violenta. O problema é que alguns seguidores de Gramsci se iludem com este canto de sereia, como Coutinho e Nogueira, comentados anteriormente.

Cafagna, no entanto, parece perceber a cilada, ao advertir que a hegemonia não pode ser compreendida como algo positivo, como uma busca inteligente pelo consenso. Para o autor, “na história nunca se parte de uma *tabula rasa*, mas a pretensão de hegemonia exige antes uma áspera e feroz negação deslegitimadora de uma concorrência política historicamente sedimentada”.⁴⁶⁹

Mas o autor não esclarece qual seria esse “sedimento histórico” que proporcionaria a concorrência política a ser negada. Para Marx, o que deve ser negado é a separação violenta dos trabalhadores dos meios de produção. Para realizar essa negação, a negação da negação, o programa da maturidade de Marx, o programa de *O capital*, propõe superar a esfera do consenso, a instância da falsificação (sem aspas), a instância da ilusão, a instância da irracionalidade do mercado, e mergulhar no mundo das relações reais, o mundo racional da produção, onde as relações de classe aparecem como são. Nesse sentido Marx diz, no final do capítulo IV do Livro I, momento da transição entre a instância da circulação para a instância da produção: “abandonemos, então, junto com o possuidor de dinheiro e o possuidor da força de trabalho, essa esfera ruidosa, existente na superfície e acessível a todos os olhos, para seguir os dois ao local oculto da produção, em cujo limiar se pode ler: *No admittance except on business*”.⁴⁷⁰ Marx convida aqui o leitor a entrar na região oculta onde será realizado o valor-de-uso da força de trabalho, onde o produto fundamental de sua utilização, a produção de mais valor do que ela própria vale, será finalmente apropriado pelo capitalista.

A superestrutura estatal tornou-se, assim, sobretudo no capitalismo, uma manifestação fenomênica, determinada e não determinante, das contradições fundamentais

⁴⁶⁹ CAFAGNA, Op. cit., p. 81.

⁴⁷⁰ MARX, *O capital*, Op. cit., vol. I, p. 144.

das relações de produção. Ou seja, as contradições relacionadas à luta entre as classes pela apropriação das forças produtivas da humanidade são as contradições fundamentais, que determinam as formas jurídicas, políticas e ideológicas por meio das quais aquelas contradições se manifestam.

Por isso, temos que discordar de Tortorella quando este reduz a hierarquia entre a estrutura econômica e a super-estrutura a um mero recurso de propaganda, como “um discurso ‘metafórico’”, um recurso utilizado somente para facilitar a compreensão da massa a respeito da nova forma de analisar a sociedade.⁴⁷¹

Para Marx e Engels, a relação entre estrutura econômica e super-estrutura não resume-se a um recurso de propaganda. Para eles há uma hierarquia, e essa hierarquia coloca, em última instância, a supremacia das relações de classe vinculadas à estrutura econômica sobre as manifestações super-estruturais. Assim afirmou Engels:

Nós mesmos fazemos a história, mas isto se dá, em primeiro lugar, de acordo com premissas e condições muito concretas. Entre elas, as premissas e condições econômicas são as que decidem, em última instância. No entanto, as condições políticas e mesmo a tradição, que perambula como um duende no cérebro dos homens, também desempenham seu papel, embora não decisivo.⁴⁷²

Apesar de não desprezar o momento das lutas econômicas, Marx considera, em *O capital*, que para o proletariado se tornar capaz de negar o sistema capitalista, para que ele exproprie os expropriadores, para que ele realize a revolução socialista, para que ele realize a segunda negação - a negação da negação -⁴⁷³ não é suficiente que ele desvele a mais-valia, ou seja, é necessário que ele confira um caráter transitório às lutas que aparecem como lutas econômicas, para superar, por meio deste processo transitório, as

⁴⁷¹ TORTORELLA, “Egemonia”. In: CHIAROMONTE, Op. cit., p. 92.

⁴⁷² ENGELS, “Carta a Bloch”. In: MARX & ENGELS, *Obras escolhidas*. Op. cit., vol. 3, p. 285.

⁴⁷³ Marx relaciona a expropriação dos expropriadores à noção dialética da negação da negação, que, segundo ele, restabelecerá “a propriedade individual sobre o fundamento do conquistado na era capitalista: a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho”. MARX, *O capital*, Op. cit., vol. I, tomo 2, p. 294. A importância da noção da *negação da negação* foi apontada por Althusser, quando este critica Stalin por ter abolido essa noção do domínio da dialética marxista. Segundo Althusser, isso atesta o real discernimento teórico do dirigente russo. ALTHUSSER, Op. cit., p. 176.

ilusões relativas à propriedade privada capitalista,ilusões que fazem com que o proletariado considere a propriedade privada como o produto do trabalho de “uma elite laboriosa, inteligente e parcimoniosa”.⁴⁷⁴

O principal desafio de todos partidos revolucionários, desde a época de Marx até hoje, tem sido contribuir para que o proletariado encontre o caminho que vai desde momento de lutas econômicas ao momento que Gramsci denomina de “ético-político” ou, em outras palavras, como fazer com que o proletariado realize a “catarse”, isto é, como encontrar o caminho que conduza o proletariado ao poder, como definir as reivindicações que devem ser levantadas a cada momento, as formas de luta e as formas de organização que devem ser utilizadas pelo proletariado para que este consiga superar a escravidão capitalista: esse foi o centro das preocupações de Marx e Engels na direção da Liga dos Comunistas e da I Internacional, assim como foi a problemática central de *O capital*; esse foi também o pano de fundo das polêmicas entre os bolcheviques e os demais partidos na Rússia no início do século XX; essa problemática estava por traz da disputa ocorrida na II Internacional entre um programa mínimo e um programa máximo; foi esse também o teor das resoluções dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista; esses acabaram sendo os problemas enfrentados por Gramsci; e, mais tarde foram estas também as questões levantadas pelos fundadores da IV Internacional. É esse, sem dúvida, um dos principais principais problemas que divide a esquerda latino-americana e mundial. Mas quais quais seriam, afinal, os caminhos propostos por Gramsci e por Marx para superar esse problema?⁴⁷⁵

b. A superação do momento econômico

Observamos anteriormente as diferenças em relação à importância dada por Gramsci e por Marx ao momento das lutas econômicas. Analisemos agora as diferenças entre as propostas de cada um para a superação desse momento da luta de classes. Como

⁴⁷⁴ MARX, *O capital*, Op. cit., vol. I, tomo 2, p. 261.

⁴⁷⁵ Benoit comenta que o problema de realizar o caminho que supere as imagens e se dirija até a uma noção propriamente dialética é a principal questão da filosofia, desde Sócrates. BENOIT, *A odisséia dialógica de Platão*. Op. cit., Livro II, p. 125.

vimos, Gramsci propõe realizar essa superação por meio da conquista da hegemonia naquilo que ele denomina de organismos da sociedade civil, organismos que representam a ampliação das possibilidades de participação democrática dos chamados “grupos subalternos” no interior do Estado burguês.

Um destes organismos são as instituições de ensino. Para Gramsci, a escola, como função educativa positiva, está entre as atividades estatais mais importantes.⁴⁷⁶ Coerente com o seu programa baseado na conquista dos espaços nos aparelhos privados de hegemonia, Gramsci propunha mudanças no sistema educacional italiano, sistema que, segundo ele, estava em crise. Gramsci via com simpatia a velha escola média italiana organizada com base na antiga Lei Casati, que havia instituído, segundo o autor, um tipo de escola “desinteressada” e formativa.⁴⁷⁷ A crise do sistema educacional se originava justamente, segundo Gramsci, da tentativa de abolir aquela velha escola, na qual

as noções singulares não eram aprendidas com vistas a uma imediata finalidade prático-profissional: tratava-se de algo desinteressado [...]. Não se aprendia o latim e o grego para falá-los, para trabalhar como garçom, intérprete ou correspondente comercial. Aprendia-se para conhecer diretamente a civilização dos dois povos, pressuposto necessário da civilização moderna, isto é, para ser e conhecer conscientemente a si mesmo.⁴⁷⁸

Na escola italiana da época de Gramsci havia, segundo o autor dos *Cadernos*, uma fratura de classe, representada pela divisão entre uma escola profissional destinada àqueles que irão trabalhar em posições subalternas e o ginásio-colégio destinado aos quadros dirigentes da sociedade.⁴⁷⁹ Gramsci critica o fato da escola acessível à classe trabalhadora ter se tornado, na sociedade capitalista, uma mera formadora de mão-de-obra

⁴⁷⁶ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 284. *Quaderni*, p. 1049. Segundo Gramsci, no capitalismo, os educadores teriam maiores liberdades democráticas, tendo espaço para aperfeiçoar o sistema de ensino. Coutinho comenta, nesse sentido, que “com as revoluções democrático-burguesas [...] o sistema escolar, controlado agora em grande parte pelo Estado, passa a admitir cada vez mais uma disputa ideológica em seu próprio interior”. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Op. cit., p. 133.

⁴⁷⁷ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol 2, pp. 33 e 45. *Quaderni*, p. 1531 e 1543. A Lei Casati, aprovada no Piemonte em 1859, foi estendida a todo o país anos depois, por ocasião da consumação do processo de unificação nacional sob a liderança do Piemonte.

⁴⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 46. *Quaderni*, pp. 1543-1544.

⁴⁷⁹ Cfe. GRUPPI, Op. cit., p. 68.

para o mercado de trabalho.⁴⁸⁰ De fato, a escola se tornou um instrumento para valorizar a única mercadoria que restou ao proletariado, a sua força de trabalho. Para superar a crise do sistema educacional, Gramsci propunha o que ele denominava de “escola única” ou “escola unitária”:

a crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual.⁴⁸¹

Além disso, outro aspecto progressista da escola unitária estaria relacionado, segundo Gramsci, à obrigatoriedade do Estado de “assumir as despesas que hoje estão a cargo da família no que toca à manutenção dos escolares, isto é, exigiria que o orçamento do ministério da educação nacional fosse completamente transformado, ampliando-o enormemente e tornando-o mais complexo”.⁴⁸² A escola unitária seria em tempo integral, o que exigiria a ampliação dos prédios, do material científico e, em especial, do corpo docente, “pois a eficiência da escola é muito maior e intensa quando a relação [numérica] entre professor e aluno é menor”.⁴⁸³

Para Gramsci, a repercussão dos resultados positivos da escola integral teria uma amplitude muito além da própria escola:

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, irá se refletir em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo.⁴⁸⁴

No final do parágrafo, Gramsci faz uma afirmação, colocada entre parênteses, provavelmente como forma de destacar que essas observações representavam uma

⁴⁸⁰ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 2, p. 49. *Quaderni*, p. 1547.

⁴⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 33. *Quaderni*, p. 1531. Em outra passagem, Gramsci defende que “a escola unitária ou de formação humanista [...] ou de cultura geral, deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a certa autonomia na orientação e na iniciativa”. Idem, *ibidem*, p. 36. *Quaderni*, p. 1534.

⁴⁸² Idem, *ibidem*, p. 36. *Quaderni*, p. 1534.

⁴⁸³ Idem, *ibidem*, pp. 36-37. *Quaderni*, p. 1534.

⁴⁸⁴ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 2, p. 40. *Quaderni*, p. 1538.

orientação política, com o objetivo de chamar a atenção para a necessidade de colocar em prática imediatamente essas orientações e garantir, assim, um caráter programático a isso que ele chama de “esquema de organização do trabalho cultural”.

esse esquema de organização do trabalho cultural segundo os princípios da escola unitária deveria ser desenvolvido, cuidadosamente, em todas as suas partes e servir de guia na constituição mesmo do mais elementar e primitivo centro de cultura, que deveria ser concebido como um embrião e uma molécula de toda a estrutura mais maciça.⁴⁸⁵

Baseado nessas passagens dos *Cadernos*, Manacorda considera que a proposta de escola unitária era para Gramsci algo que deveria começar a ser implantado já no nosso tempo.⁴⁸⁶ Nesse mesmo sentido afirma Buci-Glucksmann, para quem “Gramsci reivindica uma outra escola, uma escola desinteressada, de liberdade, de livre iniciativa, e não ‘uma escola de escravidão e treinamento mecanicista’”.⁴⁸⁷

Portanto, o desenvolvimento de uma escola unitária seria, para Gramsci e seus seguidores, uma forma dos trabalhadores irem conquistando, ainda no capitalismo, a hegemonia no interior de um dos organismos da sociedade civil, as instituições escolares. A supervalorização dada por Gramsci aos aparelhos privados de hegemonia o leva a pensar cada centro de cultura como “um embrião de uma estrutura cultural mais maciça”, isto é, o leva a pensar uma dualidade de poder na instância cultural, o que se assemelha a uma espécie de revolução cultural, contrariando totalmente o programa revolucionário proposto por Marx em *O capital*.

Ao contrário do programa de Gramsci, no programa de Marx não há qualquer menção a uma reforma cultural ou no sistema escolar. Para Marx e Engels, a cultura burguesa, aquela cultura transmitida nas escolas e em todos os demais espaços culturais, representa um mero adestramento que visa transformar os trabalhadores em máquinas.⁴⁸⁸ De acordo com Marx e Engels, não é possível melhorar a escola, criar uma nova cultura, sem antes superar o modo de produção capitalista.

⁴⁸⁵ Idem, ibidem, p. 42. *Quaderni*, p. 1539.

⁴⁸⁶ MANACORDA, “Scuola e principio educativo”. In: CHIAROMONTE (Org.), Op. cit., p. 131.

⁴⁸⁷ BUCI-GLUKSMANN, *Gramsci e o Estado*. Op. cit., p. 89.

⁴⁸⁸ MARX & ENGELS, *Manifesto comunista*, Op. cit., p. 54.

Vejamos, a partir de agora, o tratamento dado por Gramsci a outro aparelho privado de hegemonia: os sindicatos de massa. Gramsci afirma que, com a ampliação do Estado, se tornou muito mais fácil para a burguesia controlar o movimento operário. Para isso, basta corromper os dirigentes sindicais, o que diminui “a necessidade de ações militares em grande estilo, do tipo César ou 18 Brumário”.⁴⁸⁹ Gramsci considera que “a formação de vastas burocracias estatais e ‘privadas’ (político-privadas, partidárias e sindicais)” teria feito com que a técnica política moderna mudasse completamente, se comparada àquela de 1848.⁴⁹⁰ Essas burocracias servem para bloquear a luta dos trabalhadores, agindo como uma espécie de amortecedor entre os trabalhadores e o Estado. Segundo Gramsci, a corrupção-fraude enfraquece e paralisa o antagonista ou os antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em caso de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias.⁴⁹¹ Com base nisso, Gramsci conclui que “inteiros partidos ‘políticos’ e outras organizações econômicas ou de outro gênero devem ser considerados organismos de polícia política, de caráter investigativo e preventivo”.⁴⁹² Portanto, de acordo com Gramsci, os sindicatos de trabalhadores deixaram de ser organizações com o propósito de defender os interesses dos trabalhadores. Os sindicatos passaram a ser uma extensão da empresa no interior do movimento operário. Poderíamos perguntar, então, quais seriam as causas desse fenômeno, indicado corretamente por Gramsci, da corrupção dos dirigentes da classe trabalhadora? Teria sido mesmo um fenômeno decorrente da ampliação do Estado, como afirma Gramsci? Tomando como base o que Marx expõe em *O capital*, a corrupção generalizada dos dirigentes sindicais pode ser explicada pelo fato dos sindicatos serem organizações externas às fábricas, o que impõe a seus dirigentes uma dificuldade objetiva, a proibição de entrar nas fábricas sem a anuência dos patrões. Para entrar nas fábricas e realizar seu trabalho sindical, os dirigentes precisam antes negociar com os patrões e, conseqüentemente, são obrigados a aceitar certas condições impostas por eles. Em outras palavras, para entrar nas fábricas, os dirigentes sindicais precisam vender sua “força de

⁴⁸⁹ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 77. *Quaderni*, p. 1620.

⁴⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 78. *Quaderni*, p. 1620.

⁴⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 95. *Quaderni*, p. 1638.

⁴⁹² Idem, *ibidem*, p. 78. *Quaderni*, pp. 1620-1621.

trabalho” de sindicalista aos patrões. Isso significa que a própria estrutura de produção, associada à estrutura sindical externa às fábricas, isto é, o regime ditatorial existente no interior das fábricas associado ao caráter externo dos sindicatos, já impõem, de maneira objetiva, a corrupção às direções sindicais. Até mesmo as comissões de fábrica existentes em algumas montadoras da região do ABC paulista, apesar de serem internas às fábricas, têm sua criação negociada e admitida pelas direções das empresas, o que novamente impõe limites de atuação dessas comissões, que servem, na maioria das vezes, assim como os sindicatos, como extensões da direção da empresa no movimento operário. Assim, para Marx, a subordinação dos sindicatos, a corrupção de seus dirigentes, não é consequência de uma ampliação do Estado, mas acima de tudo resultado da ampliação do poder do capital, que assume características cada vez mais ditatoriais no interior das fábricas. A corrupção das direções sindicais não é, portanto, para Marx, resultado de um processo superestrutural, mas é um fenômeno produzido objetivamente, não sendo, por isso, superável nesse modo de produção.

Como vimos, esse é um dos motivos que leva Marx a convidar o leitor, no final do capítulo IV do Livro I, a abandonar a esfera ruidosa da circulação e entrar para a esfera da produção.⁴⁹³ Quem, afinal, pode entrar na fábrica, além dos proletários que venderam a sua força de trabalho e do capitalista que a comprou? Ninguém, a não ser que faça negócio com o capitalista. O negócio feito entre os sindicalistas e os capitalistas consiste no abandono, por parte dos sindicalistas, da defesa dos interesses da classe operária. Somente assim os capitalistas permitirão a entrada dos sindicalistas na fábrica. É a venda de uma concessão por parte dos patrões em troca da garantia de submissão por parte das direções sindicais.

Marx estaria, assim, mostrando a inconsistência de qualquer organização que não estiver inserida no interior das fábricas, uma vez que a esfera da circulação, como ironiza Marx, é “o éden dos direitos naturais do homem”.⁴⁹⁴ Para organizar o proletariado no interior das fábricas, “no local oculto da produção”,⁴⁹⁵ seria necessário agir clandestinamente, pois no interior das fábricas, ao contrário das ilusões próprias à esfera da

⁴⁹³ MARX, *O capital*, Op. cit., vol. I, p. 144.

⁴⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 145.

⁴⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 144.

circulação, não há liberdade e nem igualdade.⁴⁹⁶ Dessa forma, Marx estaria indicando a necessidade do proletariado se organizar clandestinamente no interior das fábricas por meio de comitês de fábrica, ou seja, a construção de uma dualidade de poder.⁴⁹⁷

Um terceiro aparelho privado de hegemonia indicado por Gramsci é o parlamento. Segundo o autor dos *Cadernos*, a conquista da hegemonia pelas classes subalternas estaria ligada à disputa da maioria no interior do parlamento. “Naturalmente [diz Gramsci], os três poderes são também órgãos da hegemonia política [...]: o Parlamento, mais ligado à sociedade civil; o Poder Judiciário, entre o Governo e Parlamento [...] e o Governo”.⁴⁹⁸ Levando em consideração que o programa de Gramsci se fundamenta na conquista da hegemonia nos organismos da sociedade civil e o parlamento é considerado como “um organismos de hegemonia mais ligado à sociedade civil”, pode-se concluir que um dos eixos de seu programa é a conquista da hegemonia no parlamento pelas chamadas classes subalternas.

Isso contraria totalmente as posições de Engels, para quem o sufrágio universal não passa de um barômetro da maturidade da classe operária. “Mais não pode ser, nem será nunca, no Estado de hoje”, conclui Engels.⁴⁹⁹ Lênin comenta essa afirmação de Engels atacando as posições dos mencheviques, dos socialistas-revolucionários, “assim como dos seus irmãos gêmeos, todos os social-chauvinistas da Europa ocidental que, segundo ele, esperam justamente esse algo mais do sufrágio universal”.⁵⁰⁰ E conclui Lênin: “eles mesmo compartilham e colocam na consciência do povo a falsa idéia de que o sufrágio universal pode, ‘no Estado atual’, revelar realmente a vontade dos trabalhadores e garantir sua realização”.⁵⁰¹

Ora, defender a conquista da hegemonia das classes subalternas no parlamento não significaria se iludir com a possibilidade desta instituição burguesa revelar a vontade dos trabalhadores e garantir a sua realização? Poderia a conquista da hegemonia no

⁴⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 145.

⁴⁹⁷ Como vimos, não foi por acaso que Marx reproduziu a declaração de um comitê interno de trabalhadores da construção civil de Londres, que estavam em greve em 1860-1861. Idem, *ibidem*, p. 190.

⁴⁹⁸ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, pp. 235-236. *Quaderni*, p. 752.

⁴⁹⁹ ENGELS, *A origem da Família, da propriedade privada e do Estado*. Citado em LÊNIN, “El Estado y la revolución”. Op. cit., p. 25.

⁵⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 25.

⁵⁰¹ Idem, *ibidem*, pp. 25-26.

parlamento fazer parte da estratégia geral do proletariado em sua luta pela tomada do poder? Parece que Gramsci se aproxima aqui daqueles contra os quais Lênin desferia suas críticas. Para Lênin, assim como para Marx, a estratégia central da revolução não consiste em conquistar maior liberdade nos chamados organismos da sociedade civil, como escolas, sindicatos, parlamentos, etc..

Aliás, a caracterização feita por Gramsci de sociedade civil é estranha ao conteúdo atribuído por Marx e Engels a esta categoria. Para Marx e Engels, a sociedade civil compreende o conjunto da vida comercial e industrial dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas.⁵⁰² Poderíamos dizer, seguindo esta direção, que as instituições da sociedade civil são fundamentalmente as indústrias, além das empresas comerciais e de transporte, enfim todas aquelas onde se dá a produção e a distribuição do valor produzido pelos trabalhadores, isto é, são as instituições por meio das quais a sobrevivência da humanidade é garantida. É nesse sentido que Marx e Engels consideram a sociedade civil como “a verdadeira sede, o verdadeiro palco de toda a história”,⁵⁰³ a história compreendida como a história da luta entre as classes pela apropriação das forças produtivas. Tudo indica que para os fundadores da filosofia da práxis, instituições como os sindicatos, as escolas e o parlamento não fazem parte da sociedade civil, mas da superestrutura política, jurídica e ideológica da qual a sociedade civil serve de base.⁵⁰⁴ Não teria sentido, portanto, a afirmação de Gramsci de que o Estado teria se ampliado, passando a dirigir os organismos originalmente pertencentes à sociedade civil. Para Marx e Engels, estas instituições, desde a sua origem, sempre fizeram parte da superestrutura.

No entanto, é inegável que a participação do proletariado nestas instituições da democracia burguesa representa uma tática útil ao proletariado, que deve, portanto, ser utilizada, mas como tática e não como uma estratégia geral. A estratégia geral proposta por Marx e Lênin se baseia numa ação do proletariado que dê continuidade a um processo objetivo, processo este já está em curso, o processo de expropriação dos capitalistas. Nesse sentido, Marx diz:

⁵⁰² MARX & ENGELS, *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, pp. 33-34.

⁵⁰³ Idem, *ibidem*, p. 33

⁵⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 34.

O que está agora para ser expropriado já não é o trabalhador economicamente autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores. Essa expropriação se faz por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada capitalista mata muitos outros.⁵⁰⁵

A expropriação dos capitalistas é exposta por Marx como um processo inevitável.⁵⁰⁶ No entanto, mesmo que o processo de expropriação dos capitalistas seja inevitável, a revolução socialista não é. Em seu lugar, assistimos a um processo bárbaro, no qual capitalistas e massas de trabalhadores são permanentemente expulsos do processo produtivo, um processo que reduz de maneira avassaladora a parcela da população mundial que tem um lugar no processo de produção social da vida. Este processo se manifesta por meio das fusões de grandes empresas, que expulsa do processo produtivo, por um lado, as empresas menos eficientes, e por outro, milhões de trabalhadores em todo o mundo. Enquanto o proletariado não assumir a direção deste processo de expropriação dos expropriadores, a humanidade continuará sendo conduzida à barbárie, cujos sintomas já vislumbramos atualmente: a concentração cada vez maior da riqueza ao lado da expansão brutal da miséria, associadas a manifestações populares sem qualquer conteúdo revolucionário, sem qualquer direção, apropriadas muitas vezes pela própria burguesia. Assim, a barbárie avança num ritmo muito mais acelerado do que as condições subjetivas da revolução socialista mundial.

O desafio, do ponto de vista de Marx, é negar a sociedade atual de maneira determinada, por meio de um processo dirigido pelo proletariado mundial e que aprofunde este processo de expropriação dos expropriadores já está em curso, o processo da expropriação daqueles que expropriaram e continuam expropriando os trabalhadores desde a origem do capitalismo.

Mas, afinal, qual seria o caminho indicado por Marx para que o proletariado supere o momento das lutas econômicas e construa as condições para a luta pelo poder? Uma boa pista está no próprio desenvolvimento dialético de *O capital*.⁵⁰⁷ Na última seção

⁵⁰⁵ MARX, *O capital*, Op. cit., vol. I, tomo 2, p. 293.

⁵⁰⁶ “A produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural, a sua própria negação. É a negação da negação”. Idem, ibidem, p. 294.

⁵⁰⁷ Cfe. BENOIT, “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”. Op. cit.

do Livro I, a seção VII, particularmente no capítulo XXII, Marx trata do processo de transformação da mais-valia em capital, através da qual é possível captar o movimento cíclico e ininterrupto do capital. Marx mostra que, por meio desse processo é possível perceber que a troca de equivalentes entre a força de trabalho e o capital ocorre apenas na aparência, uma vez que quem produz o valor do salário é o próprio trabalhador, não exigindo do capitalista qualquer desembolso:

O intercâmbio de equivalentes, que apareceu como operação original, se torceu de tal modo que se troca apenas na aparência, pois, primeiro, a parte do capital que se troca por força de trabalho nada mais é que uma parte do produto de trabalho alheio, apropriado sem equivalente, e segundo, ela não somente é repostada por seu produtor, o trabalhador, como este tem de repô-la com novo excedente.⁵⁰⁸

Marx conduz o leitor a superar aqui a ilusão contida no capítulo V de *O capital* segundo a qual na relação entre capital e trabalho trocavam-se equivalentes e que, por isso, não representava uma injustiça contra o trabalhador.⁵⁰⁹ Aqui, no capítulo XXII, a relação entre capitalista e trabalhador é exposta como ela realmente é, sem véus, uma relação na qual o capitalista nada dá, recebendo em troca trabalho alheio não pago. Quem produz o valor do salário é o próprio trabalhador.⁵¹⁰

Além de desvelar a farsa da troca entre o capital e a força de trabalho, Marx expõe aqui mais uma descoberta fundamental, ao mostrar que a propriedade privada dos meios de produção é mera mais-valia capitalizada durante alguns ciclos produtivos. Supondo um capital original de 10.000 libras esterlinas que produz anualmente uma mais-valia de 2.000 libras esterlinas, Marx propõe, para facilitar a análise, a abstração do consumo do capitalista e, portanto, a reaplicação de toda a mais-valia de 2.000 libras novamente no processo produtivo. Mantendo a taxa de mais-valia de 20%, esse capital originado da mais-valia de 2.000 produzida no primeiro ano produzirá, no segundo ano,

⁵⁰⁸ MARX, *O capital*, Op. cit., vol. I, tomo 2, p. 166.

⁵⁰⁹ Idem, *ibidem*, vol. I, p. 160.

⁵¹⁰ No Livro II, Marx reafirma essa idéia: “o capitalista compra a força de trabalho antes de ela entrar no processo de produção, mas apenas paga, em prazos ajustados, depois de ela ter sido despendida na produção de valores de uso. Assim como a parte restante de valor do produto [a mais-valia], pertence-lhe também a parte do mesmo que é apenas um equivalente do dinheiro despendido no pagamento da força de trabalho, a parte de valor do produto que representa o valor-capital variável. Nessa parte de valor, o trabalhador já lhe forneceu o equivalente de seu salário”. Idem, *ibidem*, vol. II, p. 296.

uma nova mais-valia de 400, que será, segundo o pressuposto, novamente capitalizada. Marx pergunta, então, de onde provém esse capital de 400 libras esterlinas? Ele próprio responde: “conhecemos exatamente o seu processo de surgimento. É mais-valia capitalizada. Desde a origem, ele não contém nenhum átomo de valor que não derive de trabalho alheio não pago”.⁵¹¹ Marx indica, assim, que para desvelar a farsa que representa a propriedade privada dos meios de produção não basta passar pela *região negativa* entre a circulação e a produção (D-M), a compra e venda da força de trabalho. Além de passar por esse momento, é necessário passar pela *região negativa* entre a produção e a circulação (M'-D').

Nesse sentido, Benoit comenta que se “no primeiro entrelaçamento contraditório da esfera da circulação com aquela da produção, durante a operação de compra da força de trabalho (D-M) ocorreu o desvelamento fundamental, aquele do segredo da mais-valia”,⁵¹² ou seja, se nesse momento ocorreu o desvelamento ligado às lutas econômicas, continua Benoit, “no reentrelaçamento da produção com a circulação, na venda das mercadorias produzidas (operação M'-D'), mais uma vez, ocorrem novos desvelamentos fundamentais”,⁵¹³ aqueles que terminam por desvelar os segredos da propriedade privada dos meios de produção.

Poderíamos dizer que, do ponto de vista político e organizativo, Marx estaria indicando que é necessário entrar para as fábricas (capítulo IV, seção II) e sair novamente delas (capítulo XXII, seção VII), mas sair delas num nível superior: entrar para as fábricas por meio dos comitês de fábrica; sair delas por meio dos organismos de controle operário da produção e dos sovietes, organismos alicerçados nos comitês de fábrica.⁵¹⁴ Percorrendo todo esse caminho o proletariado terá construído as condições subjetivas da revolução socialista, terá construído a dualidade de poder generalizada nas principais forças produtivas. Assim o proletariado será capaz de compreender a farsa da propriedade privada dos meios de produção e se preparar para negá-la, para “expropriar os expropriadores”.

⁵¹¹ Idem, *ibidem*, vol. I, tomo 2, p. 165.

⁵¹² BENOIT, “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”. Op. cit., p. 36.

⁵¹³ Idem, *ibidem*.

⁵¹⁴ A esse respeito, ver comentário feito em BENOIT, “Sobre o desenvolvimento (dialético) do programa. Op. cit., pp. 16-17.

Como se vê, seguindo o caminho proposto por Marx em *O capital*, a luta política, isto é, a luta pela conquista do poder, está contida de maneira imanente na luta econômica. Marx afirmava isso também em outra obra, a *Miséria da filosofia*: na luta pela manutenção do salário “reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para uma batalha futura”.⁵¹⁵ Por meio dessa luta pela manutenção do salário, os trabalhadores constroem suas organizações que podem, dependendo da extensão que ganhem e, sobretudo, da sua direção revolucionária, assumir um caráter dual de poder, um caráter transitório. Nesse sentido, Marx comenta que, para os trabalhadores, suas organizações não servem apenas para a luta pela manutenção do salário. Para Marx, “a manutenção da associação torna-se mais necessária para os operários do que o salário”.⁵¹⁶ Nesse estágio, essas organizações já representam o início de uma dualidade de poder, adquirem, assim, como disse Marx, “um caráter político”.⁵¹⁷ O momento em que os trabalhadores não lutam apenas pelo seu salário imediato, mas lutam, sobretudo, para manter suas organizações, sinaliza que a classe trabalhadora já “se constituiu em classe para si mesma”,⁵¹⁸ uma classe que está se preparando para conquistar o poder.

Ao contrário de Marx, Gramsci separa a luta econômica da luta política. Para Gramsci, enquanto a luta econômica é meramente salarial, a luta política é aquela ligada à conquista da hegemonia nos aparelhos de hegemonia. Mas, apesar de basearem o programa nas lutas ligadas à estrutura econômica, Marx e Lênin, não desprezam a conquista da hegemonia na superestrutura, como nos sindicatos, nas escolas, no parlamento, etc. Como dizia Lênin: “para cumprir a sua missão, a classe revolucionária deve saber utilizar-se completamente de *todas* as formas e de *todos* os aspectos da atividade social, sem a menor exceção”.⁵¹⁹ Todas as formas de luta devem ser utilizadas como um espaço para agitar o programa revolucionário. A diferença entre Marx e Lênin, por um lado, e Gramsci, por outro, é a prioridade, a hierarquia que cada um dá às lutas baseadas na dualidade de poder e naquelas ligadas à participação nos organismos do Estado burguês. Para os primeiros

⁵¹⁵ MARX, *Miséria da filosofia*. Op. cit., p. 151. Agradeço ao prof. Mauro Iasi por ter chamado a minha atenção a respeito dessa passagem da *Miséria da filosofia*.

⁵¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 150.

⁵¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 151.

⁵¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 151.

⁵¹⁹ LÊNIN, “El ‘izquierdismo’ ... Op. cit., p. 203.

autores, o eixo do programa revolucionário deve estar intrinsecamente ligado à construção de uma dualidade de poder a partir da região negativa localizada entre o local oculto da produção e a compra e venda da mercadoria fundamental, a força de trabalho, a única mercadoria que produz um valor maior do que ela própria vale, produz a mais-valia. O processo de produção e de apropriação privada da mais-valia é ainda e continuará sendo, enquanto o capitalismo subsistir, a contradição central da relação entre as classes. Desconsiderar essa contradição central como eixo do programa revolucionário, desconsiderar, portanto, a prioridade da construção de uma dualidade de poder a partir das fábricas, significaria desconsiderar o fundamento de todo o modo de produção capitalista, fundamento representado na separação violenta dos trabalhadores e dos meios de produção. A construção da dualidade de poder a partir das fábricas está intimamente ligada à necessidade dos trabalhadores reconquistarem a propriedade daquilo que lhes foi roubado, os meios de produção. Por isso, abandonar a construção da dualidade de poder a partir das fábricas significaria abstrair a violência originária como o fundamento da exploração da classe trabalhadora, significaria abstrair a violência como aquilo que funda a contradição de classes essencial no modo de produção capitalista.

Nesse sentido, considerar a guerra de posição como o eixo de um programa revolucionário representa um grave erro teórico, tático e estratégico. A guerra de posição pode ser utilizada na luta do proletariado, mas deve ser aplicada de maneira subordinada à estratégia geral da construção de organismos duais de poder, aquela estratégia nascida nas fábricas.

Ao priorizar os fenômenos superestruturais,⁵²⁰ ao privilegiar as instâncias externas aos meios de produção, Gramsci acaba se alinhando aos economistas políticos

⁵²⁰ Segundo Staccone, Gramsci privilegia a análise das esferas superestruturais, em conexão coerente com a descoberta teórica da natureza centáurica do Estado burguês. STACCONE, Op. cit., p. 73. Nessa mesma direção, Beired afirma que Gramsci considerava essas esferas como dimensões fundamentais no processo histórico, e justamente por isso ele teria dedicado a elas a maior parte de sua obra. BEIRED, “A função social dos intelectuais. In: AGGIO (Org.), Op. cit., p. 122. Simionatto também concorda com essa opinião, ao dizer que “a centralidade da obra gramsciana é marcada pelo estudo dos fenômenos superestruturais, da esfera da política e da cultura e suas expressões no âmbito da ordem capitalista”. SIMIONATTO, Op. cit., p. 39.

burgueses criticados por Marx no final do capítulo IV do Livro I de *O capital*.⁵²¹ Afinal, seria possível privilegiar a esfera superestrutural sem abandonar as noções mais elementares da teoria clássica de Marx e Engels? Como ignorar que Engels, no final da vida, cinco anos após a morte de Marx, ainda reafirmava a supremacia da instância econômica sobre os antagonismos de classe?⁵²² Para os “fundadores da filosofia de práxis”, os antagonismos de classe fundamentais são aqueles ligados diretamente ao processo de auto-valorização do valor, o processo que aparece como algo infinito, manifestando, como diz Benoit, “uma espécie de má infinitude – no sentido hegeliano, ou seja, uma infinitude que é sempre retorno infinito e sempre ampliado do contraditório sem superação, eterno retorno de uma barbárie ampliada sem *Aufhebung*”.⁵²³ O processo de auto-valorização do valor busca ampliar-se incessantemente, de maneira infinita, e provoca, em consequência de sua ânsia por mais-valia, todas as contradições de classe do modo de produção capitalista.

Diante do exposto aqui, poderíamos dizer que a essencialização de uma suposta ampliação do Estado realizada por Gramsci serve como um desvio do processo fundamental, o processo de luta entre as classes pela apropriação do tempo de vida dos trabalhadores, assim como pela apropriação das forças produtivas do planeta. Essencializar a esfera superestrutural representa um retrocesso, um recuo à superfície, depois de já termos, por meio da teoria revolucionária contida em *O capital* de Marx, alcançado as

⁵²¹ Para Marx, os economistas políticos burgueses extraem “da esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias [isto é, de fora da instância fundamental da produção] suas concepções, conceitos e critérios para o seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado”. MARX, *O capital*, Op. cit., vol. 1, p. 145.

⁵²² Ao comentar a história da formação da Liga dos Comunistas, Engels afirma que “enquanto vivia em Manchester, [na juventude] defrontei-me com o fato de que os fenômenos econômicos, a que até então os historiadores não haviam dado qualquer importância ou apenas uma importância muito secundária, são uma força histórica decisiva, pelo menos no mundo moderno; constatei que esses fenômenos são a base sobre a qual surgem os atuais antagonismos de classe e que esses antagonismos de classe, nos países que graças à grande indústria se acham plenamente desenvolvidos, como na Inglaterra, constituem por sua vez a base necessária para a formação dos partidos políticos, para a luta entre os partidos e, em consequência, para toda a história política”. ENGELS, “Contribuição à história de Liga dos Comunistas”. In: MARX & ENGELS, *Obras escolhidas*. Op. cit., p. 157.

⁵²³ Conforme palestra proferida no dia 04 de agosto de 2008 durante o Curso *Leitura dos Três Livros de O capital de Karl Marx*, com o apoio do Deptº de Filosofia da Unicamp, do Cemarx, do Desformas e do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. O termo *Aufhebung* significa abolição, supressão, ou mais precisamente, superação, ou seja, negar incorporando parte do negado.

profundezas dos segredos mais ocultos do modo de produção capitalista e a estratégia geral de um programa da revolução socialista mundial.

Diante do exposto até aqui, ao comparar as posições político-programáticas do jovem Gramsci do *L'Ordine Nuovo*, o Gramsci da chamada “fase conselhistas”, com as posições do Gramsci dos *Cadernos do cárcere*, propomos enfrentar mais uma polêmica em torno da obra do marxista sardo: haveria, afinal, uma ruptura entre as posições do Gramsci dos conselhos e o Gramsci dos *Cadernos*?

Capítulo VII

A ruptura entre o jovem Gramsci e o Gramsci da maturidade

Há uma polêmica em torno da existência ou não de uma ruptura política entre a obra pré-carcerária de Gramsci e aquela escrita no cárcere. Vimos que Buci-Glucksmann, por exemplo, apesar de considerar que no cárcere Gramsci elabora uma nova via para o socialismo no Ocidente,⁵²⁴ afirma também que essa nova estratégia baseada na noção de um Estado ampliado não significa uma reviravolta nas suas concepções. Ao contrário, segundo a autora, essa estratégia baseada na guerra de posição representaria um retorno, sob nova forma, à tática de frente única proletária já defendida por Gramsci antes da prisão, em completa sintonia com a política da Internacional Comunista do início dos anos 20. Vimos anteriormente⁵²⁵ que essa idéia de uma identidade entre a frente única defendida na Internacional Comunista e a guerra de posição defendida por Gramsci é bastante questionável.

Coutinho, por sua vez, apesar de admitir uma transição de Gramsci para a maturidade,⁵²⁶ considera que existiu um fio condutor que perpassou toda a sua obra, sobretudo a partir de 1919. Esse eixo seria representado pela ligação permanente do

⁵²⁴ Cfe. nota nº 305.

⁵²⁵ Vide capítulo V, item 3: “a noção de frente única proletária”.

⁵²⁶ COUTINHO, *Gramsci: um estudo de seu pensamento político*. Op. cit., p. 63.

marxista italiano ao que Coutinho denomina, entre aspas, de “‘comunismo histórico’, ou seja, o movimento que se iniciou com a vitória dos bolcheviques na Rússia em 1917[...]”.

⁵²⁷ Essa posição também é questionável, pois, como vimos, Gramsci é o principal formulador de uma nova estratégia da revolução socialista mundial, diferente daquela realizada pelos bolcheviques, se afastando assim das deliberações do III e do IV Congressos da Internacional Comunista.

Alguns autores criticam, com razão, o confronto entre um Gramsci militante da juventude e um Gramsci teórico do período carcerário, ou de um Gramsci comunista e de um Gramsci “marxista liberal”, um reformista. ⁵²⁸ Segundo Nogueira, Gramsci “jamais rejeitaria sua condição de político, de dirigente partidário, de comunista militante”. ⁵²⁹ De fato, desde o seu ingresso no Partido Socialista, passando pela fundação e posterior direção do Partido Comunista até a elaboração dos *Cadernos*, Gramsci nunca deixou de ser um militante preocupado com as questões relacionadas à luta de classes e da ação do partido. No cárcere, Gramsci não se tornou um mero teórico desvinculado da luta política.

Nesse sentido, Dias argumenta que Gramsci permaneceu um militante revolucionário até o final da vida, tendo mantido a temática central de suas preocupações. Dias concorda com a existência de um fio norteador que perpassa toda a obra gramsciana, que seria, segundo ele, a “capacidade orgânica das classes trabalhadoras construir uma nova *civiltà*” ⁵³⁰.

É certo que o que guiou Gramsci desde seu ingresso no Partido Socialista Italiano até sua morte foi a luta pelo socialismo. No entanto, é preciso determinar mais essa “luta pelo socialismo” que, no interior do marxismo, é algo extremamente amplo, genérico e abstrato. A questão que nos interessa aqui é se houve ou não uma ruptura na linha político-programática defendida por Gramsci no decorrer de sua atividade revolucionária.

⁵²⁷ Coutinho admite que a expressão “comunismo histórico” é um pouco inapropriada. Idem, *ibidem*, p. 258.

⁵²⁸ Críticas feitas, respectivamente, por Coutinho, Liguori, Nogueira e Simionatto. Coutinho comenta que Joseph V. Femia insiste numa ruptura radical entre “o jovem Gramsci, agitador e ativista”, e o “erudito maduro” do cárcere. FEMIA, *Gramsci's political thought*, Oxford, Clarendon, 1981. Citado por Idem, *ibidem*, p. 81. Essas interpretações são caracterizadas por Liguori como “leituras liberal-democráticas e liberal-socialistas”. LIGUORI, *Gramsci conteso. Storia de um dibattito. 1922-1996*. Roma: Riuniti, 1996, p. X-XI. Citado por NOGUEIRA, Op. cit., p. 67; ver também SIMIONATTO, Op. cit., p. 37, e NOGUEIRA, Op. cit., p. 66.

⁵²⁹ NOGUEIRA, Op. cit., p. 69.

⁵³⁰ DIAS, Op. cit., p. 107.

1. As diferenças programáticas entre o jovem Gramsci e o Gramsci da maturidade

Para Coutinho, a “transição de Gramsci para a maturidade” teria iniciado em 1921. Como vimos, esse foi o ano da derrota da chamada Ação de Março na Alemanha e da realização do III Congresso da Internacional Comunista,⁵³¹ no qual se levantou a preocupação em relação à maior dificuldade de realizar a revolução no Ocidente quando comparada à Revolução Russa, preocupação, aliás, que serviu como fundamento para o programa gramsciano baseado na guerra de posição. Essa é a provável razão que faz com que Coutinho indique esse ano como o início da transição do jovem Gramsci dos Conselhos para o Gramsci da maturidade. Segundo Coutinho, apesar de ter iniciado em 1921, essa transição de Gramsci para a maturidade somente mostrou seus primeiros sinais numa carta escrita em fevereiro de 1924, portanto, cerca de dois anos antes de sua prisão, na qual ele afirmava:

A determinação, que na Rússia era direta e lançava as massas às ruas para o assalto revolucionário, complica-se na Europa Central e Ocidental por causa de todas essas superestruturas políticas (a aristocracia operária, com seus anexos de burocracia sindical e de grupos social-democratas) criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo; torna-se mais lenta e mais prudente a ação das massas e, portanto, requer do partido revolucionário toda uma *estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo alcance* do que aquelas que foram necessárias aos bolcheviques no período entre março e novembro de 1917.⁵³²

Coutinho observa, com razão, que nessa “estratégia e tática mais complexas e de longo alcance” já se insinuava a idéia da guerra de posição.⁵³³ O autor comenta que num texto escrito um ano depois, em julho de 1925, é também possível perceber sinais da nova teoria que seria desenvolvida posteriormente nos *Cadernos*, no qual Gramsci dizia:

⁵³¹ Outro importante acontecimento ocorrido em 1921 foi a ruptura com o PSI e a fundação do PCI.

⁵³² GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 2, pp. 183-184. (grifo nosso) Citado por COUTINHO, *Gramsci: um estudo de seu pensamento político*. Op. cit., p. 64.

⁵³³ Idem, *ibidem*.

O companheiro Lênin nos ensinou que, para vencer nosso inimigo de classe - que é poderoso, que tem muitos meios e reservas à sua disposição - temos não só de aproveitar todas as fissuras apresentadas pelo seu bloco, mas também de utilizar todo aliado possível, ainda que incerto, oscilante e provisório. Ensinou-nos que, na guerra dos exércitos, não se pode atingir o objetivo estratégico, que é a destruição do inimigo e a ocupação do seu território, sem ter antes atingido uma série de objetivos táticos, visando a desagregar o inimigo antes de enfrentá-lo em campo aberto.⁵³⁴

Em todos esses textos escritos antes da prisão, já estaria, segundo Coutinho, um embrião do que viria a ser a noção de guerra de posição.⁵³⁵ Buci-Glucksmann segue nessa mesma direção, ao afirmar que o conceito de hegemonia já aparece na obra de Gramsci desde 1924. Com base nisso, a autora considera insustentável a idéia de um corte arbitrário entre os escritos e a prática do período militante (até 1926) e os *Cadernos do cárcere*.⁵³⁶ Dias também considera que “a propalada descontinuidade entre o Gramsci dos Conselhos de Fábrica e o dos *Cadernos do Cárcere* é uma falsa questão”.⁵³⁷

No entanto, há autores que discordam dessa opinião, considerando que, do ponto de vista programático, há um corte entre o jovem Gramsci e o Gramsci da prisão. Staccone faz uma observação que contraria totalmente a idéia da ausência completa de uma ruptura nas concepções programáticas de Gramsci. O autor comenta que em 1º de março de 1924, Gramsci afirmou que “todo Estado é uma ditadura”,⁵³⁸ expressando ele próprio aquilo que ele denominaria anos depois, nos *Cadernos*, como uma concepção restrita do Estado. Para Staccone, “apesar das reflexões ligadas à ‘derrota da classe operária’, Gramsci definia, em 1924, o Estado como ‘ditadura’ de classe, isto é, mera instituição política”.⁵³⁹

Outro texto que reforça a hipótese de uma ruptura programática no pensamento de Gramsci é aquele escrito em 11 de agosto de 1926, apenas 3 meses antes de sua prisão, nas notas preliminares do informe apresentado ao Comitê Central do PCI, onde Gramsci

⁵³⁴ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 2, p. 312. Citado por idem, ibidem, pp. 56-57.

⁵³⁵ Coutinho afirma que Gramsci revelara nesse texto que já havia assimilado “algumas intuições que mais tarde, nos *Cadernos*, irão levá-lo a colocar a ‘guerra de posição’ como o método próprio para a conquista da hegemonia e do poder nas sociedades ocidentais mais complexas”. Idem, ibidem, p. 57.

⁵³⁶ BUCI-GLUCKSMANN, *Gramsci e o Estado*. Op. cit., p. 21.

⁵³⁷ DIAS, Op. cit., p. 107.

⁵³⁸ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 2, p. 235. *Scritti Politici*, Op. cit., p. 540. Citado por STACCONI, Op. cit., p. 69.

⁵³⁹ Idem, ibidem.

reafirmou o caráter universal da luta pela construção de uma dualidade de poder que nascia nas fábricas.

um dos mais importantes problemas que se colocam hoje, sobretudo nos grandes países capitalistas, é o dos conselhos de fábrica e do controle operário, como base para um novo reagrupamento da classe proletária, capaz de permitir não só uma luta mais eficiente contra a burocracia sindical, mas também o enquadramento das enormes massas que estão desorganizadas não só na França, mas também na Alemanha e na Inglaterra.⁵⁴⁰

Portanto, se há, por um lado, nos textos escritos por Gramsci antes da prisão, indicações, de forma embrionária, a respeito do que viria a ser a noção de guerra de posição, por outro, há indicações claras de uma luta proletária baseada na dualidade de poder. Mas, acima de tudo, se compararmos as inúmeras defesas dos comitês de fábrica como órgãos do futuro Estado proletário feitas por Gramsci no *L'Ordine Nuovo* com as críticas feitas nos *Cadernos* à guerra de movimento, tática baseada na dualidade de poder ou no “ataque frontal ao poder”, parece indiscutível que houve uma mudança profunda em suas concepções programáticas.

Até 1926, Gramsci defendia um programa baseado na construção de uma dualidade de poder alicerçada em organismos independentes, como comissões de fábrica, comissões de bairros e de camponeses, organismos de controle operário da produção e soviets. Estas formas de organização seriam, segundo o Gramsci do *L'Ordine Nuovo*, indispensáveis para a construção da revolução. Coutinho observa corretamente que esse programa contém uma identidade muito grande com o programa baseado na noção de revolução permanente.⁵⁴¹ É justamente esse programa que Gramsci irá combater duramente nos *Cadernos*, contrapondo a sua tese da conquista da hegemonia nos organismos da sociedade civil.

⁵⁴⁰ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 2, p. 381.

⁵⁴¹ Referindo-se ao texto *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, Coutinho observa que a noção de Revolução Permanente de Marx e Engels está diretamente relacionada à proposta da construção da dualidade de poder. COUTINHO, *Marxismo e política...* Op. cit., p. 25.

Nos *Cadernos* Gramsci não se refere aos comitês de fábrica uma única vez.⁵⁴² Com base nisso, Coutinho levanta a seguinte questão: “a nova teoria processual da revolução socialista, formulada por Gramsci, é compatível com a idéia da dualidade de poderes, ainda que sob nova forma, ou há uma relação de exclusão recíproca entre aquela teoria e essa idéia?”⁵⁴³

Se Gramsci critica duramente, por diversas vezes nos *Cadernos*, a teoria da revolução permanente, teoria que está ligada à noção de dualidade de poderes, parece evidente que Gramsci combate, nos *Cadernos*, esta noção. Ao combater a teoria da revolução permanente, Gramsci estava combatendo, indiretamente, mesmo sem se referir explicitamente, a construção de comitês de fábrica e de sovietes como organismos duais de poder. Basta citar a conhecida passagem dos *Cadernos* na qual Gramsci afirma que “a fórmula da revolução permanente foi superada pela fórmula da hegemonia civil”. Se a fórmula da revolução permanente teria sido superada e ela estava associada à construção da dualidade de poder, então a dualidade de poder e, conseqüentemente, a construção de comitês de fábrica e de sovietes, também necessariamente teriam sido superadas.

Nesse sentido, Massari afirma que Gramsci arrasa a noção da revolução permanente nos *Cadernos* como sendo “jacobinismo de 48”.⁵⁴⁴ Massari observa, se opondo aos autores supracitados, que a ausência de uma distinção entre os vários períodos da

⁵⁴² Essa observação foi feita em idem, ibidem, p. 60.

⁵⁴³ Há nessa pergunta de Coutinho um evidente juízo de valor, enquanto a guerra de posição ganha um status de “teoria”, a dualidade de poder não passa de uma idéia.

⁵⁴⁴ MASSARI, Op. cit., p. 151. Massari salienta, aliás, que no começo dos *Cadernos* Gramsci ainda defendia a noção de revolução permanente. O trecho dos *Cadernos* no qual Massari se baseia é o seguinte: “pode-se dizer que a mediação dialética entre os dois princípios indicados no início destas notas é o conceito da revolução permanente”. GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 40. *Quaderni*, p. 1582. Citado por MASSARI, Op. cit., p. 151. Pensamos que nessa afirmação Massari se equivocou, pois no trecho citado, Gramsci está tratando da revolução permanente durante a Revolução Francesa e não da aplicabilidade da revolução permanente em sua própria época. Basta reler o início do parágrafo: “as contradições internas da estrutura francesa, que se desenvolvem depois de 1789, só encontram uma relativa composição com a Terceira República, e a França tem sessenta anos de vida política equilibrada depois de oitenta anos de transformações em ondas cada vez mais longas: 1789, 1794, 1799, 1815, 1830, 1848, 1870”. Idem, ibidem, pp. 39-40. Na verdade, Gramsci não está defendendo a aplicação da revolução permanente em sua época, como não o fez uma única vez em todos os *Cadernos*.

atividade de Gramsci, particularmente o período antes de Lyon e aquele após a prisão, tende a conduzir para um quadro notavelmente arbitrário.⁵⁴⁵

Outro sinal que indica a mudança de posição de Gramsci após a prisão é a sua opinião a respeito de Trotsky. Vejamos mais de perto esta questão.

2.As posições de Gramsci em relação à Trotsky

Para Massari, além das posições a respeito da revolução permanente, Gramsci modificou completamente sua opinião em relação a Trotsky. De fato, meses antes da prisão, Gramsci se referiu a Trotsky como um de nossos mestres. Afirmou que “os companheiros Zinoviev, Trotsky e Kamenev contribuíram poderosamente para nos educar para a revolução; algumas vezes nos corrigiram com muita energia e severidade. Foram nossos mestres”.⁵⁴⁶ Já nos *Cadernos* Trotsky é considerado por Gramsci como o “teórico político do ataque frontal num período em que este é apenas causa de derrotas”.⁵⁴⁷ Massari observa que nos *Cadernos* encontram-se as mais absurdas caricaturas que já se fizeram da posição de Trotsky. O autor comenta que entre 1930 e 1932 Gramsci acusa Trotsky de ser defensor do “ataque frontal” numa época em que Trotsky havia justamente combatido duramente as posições ultra-esquerdistas da direção stalinista da Internacional Comunista durante o chamado “terceiro período”, especialmente em relação ao risco da ascensão do nazismo na Alemanha.⁵⁴⁸

Há ainda outro caso onde fica flagrante a diferença da posição de Gramsci em relação à Trotsky antes e depois da prisão. No dia 9 de fevereiro de 1924, numa carta escrita em Viena a Togliatti, Scoccimarro e outros, Gramsci apoiava a defesa feita por Trotsky desde 1905 em relação à possibilidade de uma revolução socialista na Rússia, e

⁵⁴⁵ MASSARI, Op. cit., p. 164. Massari afirma isso ao atacar Perlini, que considerava que Gramsci *sempre* teria sido hostil à teoria da revolução permanente. Idem, ibidem, p. 163.

⁵⁴⁶ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 2, p. 392.

⁵⁴⁷ Idem, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 255. *Quaderni*, pp. 801-802.

⁵⁴⁸ MASSARI, Op. cit., pp. 150-151. Sobre esse tema, ver TROTSKY, *Revolução e contra-revolução*, Op. cit. Essa observação é feita também por ANDERSON, *Las antinomias de Gramsci*. Barcelona: Fontamara, 1978, p. 117. Citado por DE PRAT, Op. cit., p. 101.

afirmava ainda que Lênin teria se aproximado dessa posição em novembro de 1917. Citemos essa importante passagem:

Sabe-se que, já em 1905, Trotsky considerava que poderia ter lugar na Rússia uma revolução socialista e operária, enquanto os bolcheviques pretendiam apenas estabelecer uma ditadura política do proletariado aliado aos camponeses, que servisse de invólucro ao desenvolvimento do capitalismo, que não devia ser atacado em sua estrutura econômica. Sabe-se também que, em novembro de 1917, enquanto Lênin e a maioria do Partido aderiram à concepção de Trotsky e passaram a ter como objetivo assumir o controle não só do governo político, mas também do governo industrial, Zinoviev e Kamenev continuaram a reivindicar a opinião tradicional do Partido, defendendo o governo de coalizão revolucionária com os mencheviques e com os socialistas-revolucionários.⁵⁴⁹

Entre 1930 e 1931, em sentido totalmente contrário a essa afirmação acima, feita em 1924, Gramsci ironiza a defesa da revolução permanente feita por Trotsky em 1905, igualando-a a alguém que dissesse ter adivinhado ao prever que uma menina de quatro anos seria mãe anos mais tarde.⁵⁵⁰ Ao comparar estas duas afirmações, uma antes da prisão e outra já no cárcere, não resta dúvida da mudança da posição de Gramsci em relação à Trotsky e ao programa por ele defendido. O mais importante, do ponto de vista programático, é que antes da prisão, Gramsci se identificava com a noção de revolução permanente. Já nos *Cadernos*, o tom irônico expressava uma completa recusa dessa proposta, o que demonstra uma ruptura programática entre as posições defendidas por Gramsci no *L'Ordine Nuovo* com aquelas defendidas nos *Cadernos*.

Considerando a existência de uma ruptura nas concepções programáticas de Gramsci após ter sido preso pelo fascismo, passemos agora a analisar quais as conseqüências políticas desta ruptura.

⁵⁴⁹ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 2, p. 173. Citado por MASSARI, Op. cit., p. 132. Sobre as posições de Lênin e Trotsky, ver LÊNIN, “Cartas sobre tática”. In: *Obras completas*, Op. cit., tomo XXIV, p. 460; e TROTSKY, L. *A revolução permanente*. Op. cit., citados por LÖWY, M. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2. ed., 1978, p. 139.

⁵⁵⁰ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, pp. 261-262. *Quaderni*, p. 866.

SEÇÃO III

CONSEQÜÊNCIAS POLÍTICAS DO NOVO PROGRAMA

Capítulo VIII

A relação do Gramsci dos *Cadernos* com as posições Stalin

Alguns autores, como Femia, por exemplo, defendem que as posições de Gramsci “estão muito distantes do stalinismo no que diz respeito à participação popular e à liberdade de discussão”.⁵⁵¹ No entanto, a relação de Gramsci com o stalinismo não é algo simples, mas, ao contrário, trata-se de algo extremamente contraditório.

Há, de fato, algumas passagens e mesmo alguns conceitos expostos nos *Cadernos* que servem como uma crítica à estrutura do Estado soviético e às posições da III Internacional da época de Stalin. Um desses trechos é comentado por Ferri, que considera a diferenciação feita por Gramsci entre a noção de “centralismo democrático” e “centralismo orgânico” (ou burocrático) como uma forma, ainda que disfarçada, para criticar o autoritarismo e a relação entre o partido e o Estado soviético da época de Stalin.⁵⁵²

Zangheri, por sua vez, observa que Gramsci teria feito, também de forma velada, outra crítica ao stalinismo, ao afirmar que a relação entre a teoria e a prática tinha assumido um resíduo de mecanicismo, pelo fato da teoria ter passado a ser considerada, na década de 30, como um complemento ou um acessório da prática. Zangheri se refere à passagem na qual Gramsci afirma, entre 1932 e 1933, que

nos mais recentes desenvolvimentos da filosofia da práxis, o aprofundamento do conceito de unidade entre a teoria e a prática permanece ainda numa fase inicial: subsistem ainda resíduos de mecanicismo, já que se fala da teoria como “complemento” e “acessório” da prática, da teoria como serva da prática.⁵⁵³

⁵⁵¹ FEMIA, Op. cit., p. 190.

⁵⁵² FERRI, “Centralismo”. In: CHIAROMONTE (Org.), Op. cit., pp. 78-79.

⁵⁵³ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 1, p. 104. *Quaderni*, p. 1386.

Zangheri comenta que Gramsci estaria assim criticando o economicismo e o pragmatismo presente na interpretação do marxismo feita pela II e pela III Internacional.⁵⁵⁴ De acordo com Zangheri, Gramsci considerava que o caminho correto seria formar na URSS um bloco histórico,⁵⁵⁵ cuja forma é o consenso, a unidade entre a estrutura (trabalhadores) e a superestrutura (Estado operário), entre a prática (trabalhadores) e a teoria (dirigentes do Estado operário e do partido), entre a força material (trabalhadores) e a ideologia (Estado operário).⁵⁵⁶

Já Tortorella considera que Gramsci se diferencia do stalinismo justamente por ter uma concepção de “ditadura do proletariado” oposta ao tipo tirânico, a uma ditadura do partido, marca registrada de Stalin. Para Tortorella, Gramsci se distinguiu de forma radical da interpretação feita pela III Internacional stalinista a respeito das obras de Marx e de Lênin.⁵⁵⁷

Coutinho observa, nessa mesma direção, que a crítica ao que Gramsci chama de “estatolatria” estava endereçada claramente ao regime stalinista.⁵⁵⁸ De fato, Gramsci distingue o autogoverno - que seria um governo próprio da sociedade civil – daquele governo dos funcionários – próprio de uma estrita sociedade política, distanciada da sociedade civil.⁵⁵⁹ Assim, a “estatolatria” criticada por Gramsci estaria ligada ao “governo dos funcionários”.⁵⁶⁰ Segundo Gramsci, seria um erro transformar o governo dos funcionários em fonte de fanatismo teórico ou concebê-lo como algo perpétuo. Ao contrário, Gramsci considera que esse governo deveria ser criticado, deveria ser feito de tudo para que a vida estatal viesse a se tornar “espontânea”.⁵⁶¹ De fato, esse trecho pode

⁵⁵⁴ ZANGHERI, “Bloco histórico”. In: CHIAROMONTE (Org.). Op. cit., p. 69.

⁵⁵⁵ Idem, ibidem. p. 68. Zangheri comenta que é comum a noção de “bloco histórico” ser confundida com a de “bloco social”, isto é, um bloco de alianças.

⁵⁵⁶ Diferentemente de Gramsci, Trotsky considerava, nessa época, que não havia a menor possibilidade de consenso entre as massas trabalhadoras russas e a burocracia que dominava o Estado soviético. Para o dirigente bolchevique, a situação somente poderia ser resolvida em prol dos trabalhadores caso estes fizessem uma revolução política na URSS, ou seja, caso derrubassem a direção política do país e a substituíssem por um legítimo governo operário e camponês, um governo dos soviets, aproveitando as bases sociais já conquistadas pela Revolução de Outubro.

⁵⁵⁷ TORTORELLA, “Egemonia”. In: CHIAROMONTE (Org.), Op. cit., p. 93.

⁵⁵⁸ COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Op. cit., p. 264.

⁵⁵⁹ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 279. *Quaderni*, p. 1020.

⁵⁶⁰ Idem, ibidem.

⁵⁶¹ Idem, ibidem, p. 280. *Quaderni*, pp. 1020-1021. (As aspas foram usadas pelo próprio Gramsci)

ser considerado como uma crítica, ainda que indireta, ao regime stalinista da URSS e uma defesa do governo dos Sovietes contra o domínio da burocracia.

A crítica ao regime ditatorial de governo da URSS pode também ser encontrado em um trecho do Caderno 7, escrito entre 1930 e 1931, no qual Gramsci levanta os problemas gerados pela constituição de um partido único. Gramsci defende uma forma mais democrática, na qual a hegemonia seria necessariamente conquistada pelo partido mais forte. Ao invés de uma luta de facção, que representa, segundo ele, uma “força armada que segue as leis militares exclusivistas [...] e procura destruir fisicamente o adversário”,⁵⁶² Gramsci defendia um equilíbrio entre partidos num todo orgânico com a hegemonia do partido mais forte.⁵⁶³ Apesar de Gramsci não se referir diretamente ao regime dirigido por Stalin, parece clara a semelhança entre aquele regime e a caracterização de “facção” feita pelo marxista sardo como sendo uma força militar preparada para combater os adversários, tanto internos quanto externos ao partido.

Outro trecho dos *Cadernos* no qual Gramsci parece criticar a forma da ditadura assumida na URSS na era Stalin é aquele onde ele defende um “sistema hegemônico”:

no sistema hegemônico existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento, favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente.⁵⁶⁴

Numa sociedade socialista o “sistema hegemônico” significaria a mais ampla democracia entre todas as classes que se opõem à burguesia e, sobretudo, entre o proletariado. Seguindo essas posições de Gramsci, Del Roio avança na crítica ao stalinismo, considerando-o como uma das formas de revolução passiva, ao lado do americanismo e do fascismo. A revolução socialista defendida por Gramsci significaria, para o autor, desorganizar e derrotar todas essas formas de revolução passiva, inclusive o stalinismo.⁵⁶⁵

⁵⁶² Idem, ibidem, p. 269. *Quaderni*, p. 926.

⁵⁶³ Idem, ibidem.

⁵⁶⁴ Idem, ibidem, p. 287. *Quaderni*, p. 1056.

⁵⁶⁵ DEL ROIO, Op. cit., p. 114.

No entanto, como afirmamos no início deste capítulo, as relações de Gramsci com o stalinismo estão longe de ser simples. Vários autores consideram que Gramsci ficou do lado de Stalin nas questões essenciais, como na discussão que contrapõe a noção de socialismo em um só país à teoria da revolução permanente.⁵⁶⁶

Losurdo observa que Gramsci considerava que havia uma dose de mecanicismo na crítica feita por Trotsky à idéia de que seria possível construir o socialismo em um só país.⁵⁶⁷ Losurdo concorda e afirma ainda que criticar o socialismo em um só país significa “partir do pressuposto que a maturidade econômica determina imediatamente a maturidade política do processo revolucionário”.⁵⁶⁸

Pensamos, ao contrário de Gramsci e de Losurdo, que a crítica à idéia de que é possível construir o socialismo em um só país parte do pressuposto de que a revolução mundial é um processo único, embora seja um processo desigual e combinado. Isso significa dizer que, apesar da maturidade política desigual de cada país para revolução socialista, as condições econômicas já estão maduras para a revolução desde meados do século XIX, de acordo com Marx e Engels.⁵⁶⁹ Nesse sentido, Trotsky, que foi o principal crítico da idéia do socialismo em um só país, afirmou, no III Congresso da Internacional Comunista, que não havia uma relação automática entre crise econômica e movimento revolucionário da classe operária, mas somente uma dialética recíproca,⁵⁷⁰ pois é evidente que mesmo que ocorra uma crise econômica, se as condições subjetivas (existência de um partido revolucionário e de uma classe operária experientes) não estiverem maduras, essa crise não desencadeará numa revolução. No entanto, esse descompasso entre as condições

⁵⁶⁶ FIORI, *Vita di Antonio Gramsci*. Roma: Laterza, 1976, p. 248. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Op. cit., p. 136. Vide GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, pp. 314-315. *Quaderni*, pp. 1728-1730.

⁵⁶⁷ LOSURDO, *Antonio Gramsci: dal liberalismo al “comunismo critico”*. Roma: Gamberetti, 1997, p. 144.

⁵⁶⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁶⁹ Se até o primeiro quarto do século XIX o capitalismo tinha sido responsável por desenvolver as forças produtivas, a partir das primeiras crises econômicas ocorridas na década de 30 daquele século o modo de produção capitalista havia passado a bloquear esse desenvolvimento. Isso colocava a possibilidade e a necessidade objetivas da superação do capitalismo, possibilidade e necessidade que se mantêm até hoje. Cfe. MARX & ENGELS, *Manifesto comunista*. Op. cit., pp. 44-45.

⁵⁷⁰ Cfe. PAGGI, Op. cit., p. 7. Assim como Trotsky, Gramsci também considerava a inexistência de uma correlação direta entre uma crise econômica e o processo revolucionário. Ele diz: “pode-se excluir que as crises econômicas, por si sós, produzam eventos fundamentais; apenas podem criar um terreno mais favorável à difusão de certos modos de pensar, de propor e resolver as questões que dizem respeito a todo o ulterior desenvolvimento da vida estatal”. *Quaderni*, p. 1587.

econômicas e as condições políticas não obriga-nos, como pensa Losurdo, a defender a idéia do socialismo em um só país, pois a revolução mundial não é um processo exatamente simultâneo em todos os países, mas *desigual*, um processo que pode acontecer no decorrer de toda uma época histórica. Essa desigualdade das condições políticas para a revolução em cada país, que determina seus diferentes momentos históricos, não implica numa independência da revolução em cada um deles, ou melhor, não significa que seja possível consolidar o socialismo em um só país. Assim como, do ponto de vista econômico, há, para Marx e Engels, uma “interdependência universal das nações”,⁵⁷¹ poderíamos dizer que, do ponto de vista político, do ponto de vista da revolução socialista, há também uma interdependência universal. Isso significa dizer que a manutenção da revolução em cada país, depois da vitória, depende, mesmo que em graus variados, da revolução nos outros países. Aliás, é a interdependência econômica que produz a interdependência política. Assim, segundo Marx e Engels, a revolução socialista só podia ser concebida como um processo combinado a escala mundial. É nesse sentido que eles afirmam:

Embora os operários alemães não possam alcançar o poder nem ver realizados os seus interesses de classe sem terem passado integralmente por um prolongado período de desenvolvimento revolucionário, podem pelo menos ter a certeza de que, desta vez, o primeiro ato do drama revolucionário que se avizinha coincidirá com o triunfo direto da sua própria classe na França, o qual contribuirá para acelerá-lo consideravelmente [...] Seu grito de guerra há de ser: a revolução permanente.⁵⁷²

Portanto, não há, como afirma Losurdo, qualquer sinal de mecanicismo na crítica à idéia de construir o socialismo em um só país, mas, ao contrário, o que há é uma retomada da dialética marxista contida na noção de revolução permanente.

Há ainda outra posição de Gramsci que demonstra uma proximidade com o stalinismo. Gramsci afirma que um período de “estatolatria” seria necessário e até oportuno, numa situação na qual não havia sido possível criar previamente uma sociedade

⁵⁷¹ MARX & ENGELS, *Manifesto comunista*. Op. cit., p. 43.

⁵⁷² MARX & ENGELS, “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”. Op. cit., p. 92.

civil e uma vida estatal independente.⁵⁷³ A existência da burocracia soviética era justificada por Gramsci como uma conseqüência do atraso da sociedade russa.

Trotsky, que vivenciou por dentro todo o processo de constituição do Estado soviético, caracterizou de forma mais determinada as causas do surgimento e desenvolvimento da burocracia soviética. Para o dirigente bolchevique, durante as duras condições enfrentadas durante a guerra civil, o Estado soviético era atacado tanto da direita, representada pelas principais forças do capitalismo mundial, quanto da ultra-esquerda, representada pela sublevação dos marinheiros na base naval da cidade Kronstadt, no Golfo da Finlândia, que exigiam soviets livres e a realização de uma assembléia constituinte. Com o fim de manter o poder, o X Congresso do PC(b)R se viu obrigado a recorrer à proibição de facções. Segundo Trotsky, nesse momento, devido à força das circunstâncias, o regime político do Estado passou a se confundir com a vida interna do partido dirigente, o Partido Bolchevique. Trotsky adverte, no entanto, que “a interdição de facções era concebida [por Lênin] como medida excepcional, a cair em desuso logo após as primeiras melhorias da situação”.⁵⁷⁴ Trotsky observa que o Comitê Central mostrava-se extremamente preocupado com a aplicação da nova lei e, sobretudo, desejoso de não abafar a vida interna do partido. Trotsky comenta também que “em 1922, quando Lênin teve a sua saúde momentaneamente melhorada, assustou-se com o crescimento ameaçador da burocracia e preparou uma ofensiva contra a fração de Stalin”.⁵⁷⁵

Como se vê, a burocracia soviética não era, para Lênin, somente uma conseqüência do atraso do povo russo. Já em 1922, portanto, numa época em que a burocracia estava, por assim dizer, num estado germinal, Lênin atacava-a afirmando que

a cultura dos nossos dirigentes comunistas responsáveis é mais baixa do que aquela dos vencidos, aquela da antiga camarilha do czar. Não nos falta poder. O Partido Comunista tem suficiente poder. O que falta é cultura na camada de comunistas que cumprem funções de direção. Eles não sabem

⁵⁷³ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 280. *Quaderni*, p. 1020. Nesse trecho, as referências à sociedade medieval e aos governos absolutistas podem ter sido utilizadas por Gramsci como um recurso para driblar a censura. Suas considerações parecem ter como meta o apoio ao governo soviético.

⁵⁷⁴ TROTSKY, *A revolução traída*. São Paulo: Global, 1980, p. 70.

⁵⁷⁵ Idem, *ibidem*.

dirigir. Para aprender é necessário estudar com afinco, o que nossa gente não faz.⁵⁷⁶

E conclui Lênin: “É uma observação muito desagradável, ou pelo menos não muito agradável, mas que considero necessária, pois atualmente este é o nó do problema. Considero que esta é a lição política do ano passado, e em torno disto será a luta em 1922”.⁵⁷⁷ Lênin nunca mais pôde tomar a palavra nos congressos do partido. Um segundo ataque, e depois a morte, não lhe deram a possibilidade de lançar as suas forças contra as da burocracia.⁵⁷⁸

Depois dessa descrição das preocupações de Lênin e de Trotsky em torno do processo de constituição da burocracia no Estado soviético, cabe questionar se é correto afirmar, como faz Gramsci, que a burocracia era necessária e até oportuna na URSS, se é correto afirmar que a burocracia era realmente uma consequência inevitável do atraso do povo russo, uma “iniciação [...] à vida social autônoma e à criação de uma sociedade civil que não foi possível historicamente criar antes da elevação à vida estatal independente”.⁵⁷⁹ Essa afirmação de Gramsci equivale a dizer que a revolução socialista nos países atrasados deveria passar necessariamente por uma etapa burocrática, mesmo que transitória. Seria o mesmo que admitir que as conquistas das revoluções nos países atrasados fossem necessariamente apropriadas, ainda que temporariamente, por uma casta burocrática.

Mais do que uma decorrência do atraso russo, o domínio da burocracia foi, segundo Lênin, consequência do atraso cultural, da mentalidade tacanha e pequeno-burguesa da direção do partido e que, por isso, não correspondia à enorme responsabilidade de conduzir a transição ao socialismo. É evidente que Gramsci não tinha acesso as informações a respeito da situação do Partido Bolchevique com a mesma facilidade de Lênin e de Trotsky, mas é também inegável que as suas posições serviram como uma certa blindagem da burocracia stalinista. Considerando o grande respeito internacional

⁵⁷⁶ LÊNIN, “XI Congreso del PC(b)R”. In: *Obras completas*. Op. cit., tomo XXXVI, p. 257. Citado por TROTSKY, *A revolução traída*. Op. cit., pp. 72-73.

⁵⁷⁷ Idem, *ibidem*.

⁵⁷⁸ TROTSKY, *A revolução traída*. Op. cit., p. 70.

⁵⁷⁹ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, p. 280. *Quaderni*, p. 1020.

conquistado por Gramsci, suas posições adquiriram e adquirem até hoje uma importância que não pode ser negligenciada.

Anderson identifica essa dubiedade das posições de Gramsci em relação ao stalinismo como um dos traços característicos daquilo que ficou conhecido como marxismo ocidental. Para o autor, “o stalinismo nunca foi totalmente aceito pelos teóricos do marxismo ocidental, mas tampouco foi por eles combatido ativamente”.⁵⁸⁰ De fato, vimos que para Gramsci o trotskismo não era uma opção. Nesse sentido, afirma Anderson:

quaisquer que fossem as atitudes dos diferentes pensadores [do marxismo ocidental] em relação ao comunismo oficial, todos se igualavam na opinião de que não havia fora da esfera deste outra realidade ou meio para uma ação socialista efetiva. Foi isso que interpôs um universo político entre o marxismo ocidental e o trabalho de Trotsky.⁵⁸¹

Gramsci se situaria, assim, num espaço político ocupado por aqueles que, como Lukács e outros, levantaram críticas ao regime stalinista sem, no entanto, romper com ele.⁵⁸² Na disputa fundamental entre Stalin e Trotsky, na disputa entre construir o socialismo em um só país ou realizar uma revolução permanente mundial, Gramsci ficou ao lado de Stalin.

Mas como afirma Buey, não é possível caracterizar Gramsci como um stalinista, nem como um trotskista, nem como um bukharinista.⁵⁸³ O gramscismo representaria, acima de tudo, uma alternativa ao trotskismo. Nesse sentido, Dias observa que no interior de uma batalha anti-dogmática, a utilização de Gramsci, Lukács e Sartre como instrumentos privilegiados nos campos da filosofia, da estética e da sociologia da cultura, permitiu, em

⁵⁸⁰ ANDERSON, *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Op. cit., p. 127.

⁵⁸¹ Idem, *ibidem*, pp. 136-137. Segundo Anderson, o que diferenciava Gramsci dos demais autores incluídos nessa tradição é que “ele entendia a autonomia e a eficácia das superestruturas culturais como um problema *político* que deveria ser explicitamente teorizado como tal, ou seja, no que diz respeito ao papel que tinha na manutenção ou subversão da ordem social”. Idem, *ibidem*, p. 111.

⁵⁸² Uma discussão sobre a contraditória relação de Lukács com o stalinismo pode ser encontrada nas seguintes obras: MÉSZÁROS, *Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 477; NETTO, Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: LESSA, & PINASSI, *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 81; SLAUGHTER, *Marxismo, ideologia e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 108. Todos citados em DILLENBURG, Op. cit., pp. 92-93.

⁵⁸³ BUEY, Op. cit., p. 116.

última instância, legitimar o stalinismo.⁵⁸⁴ Gramsci seria assim uma alternativa intermediária a todos aqueles que não se identificam com o trotskismo e possuem críticas pontuais ao stalinismo.

⁵⁸⁴ DIAS, “Gramsci no Brasil: o rabo do diabo”. In: DIAS et. al. *O outro Gramsci*. Op. cit., p. 184.

Capítulo IX

A interpretação de Gramsci a respeito da América

Desde 1917, Gramsci já considerava a América do Norte mais evoluída do que a Inglaterra. Uma das razões dessa vantagem comparativa estava ligada ao fato de que na América “os anglo-saxões começaram a partir do estágio a que chegara a Inglaterra depois de uma longa evolução”.⁵⁸⁵ Meses depois, em julho de 1918, Gramsci reafirma a superioridade dos Estados Unidos: “os Estados Unidos [...] são a grande força da história moderna do mundo”.⁵⁸⁶

À primeira vista, Gramsci parece ter compreendido o caráter atrasado da Rússia e mesmo da Europa em relação à América. Ao mesmo tempo em que falava da inércia e da passividade do povo russo, tratava a América como um solo virgem, que contém “forças implícitas em sua natureza”.⁵⁸⁷ Gramsci compara a América com a “velha Europa, onde existe toda uma série de freios (morais, intelectuais, políticos, econômicos, incorporados em determinados grupos da população, relíquias dos regimes passados que não querem

⁵⁸⁵ GRAMSCI, *Escritos políticos*, Op. cit., vol. 1, p. 129.

⁵⁸⁶ GRAMSCI, “Le opere e i giorni”. In: CAPRIOGLIO et alii, *Scritti (1915-1921)*, 1976, p. 73. Citado por CARACCILO, “Gramsci e la storia del suo tempo”. In: *Politica e storia in Gramsci*. Op. cit., p. 58.

⁵⁸⁷ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 2, p. 27. *Quaderni*, p. 1525. Benoit comenta que a noção de atraso está ligada à potencialidade de desenvolver as forças produtivas, o que, evidentemente, confere à escassez ou à abundância dos recursos naturais um papel determinante na caracterização de cada país. Benoit cita um trecho escrito por Trotsky no qual o dirigente bolchevique relaciona o atraso da Rússia com suas inóspitas condições naturais: “a população da gigantesca planície com seu clima rigoroso, exposta ao vento leste e às migrações asiáticas, estava destinada, *pela própria natureza* a uma prolongada estagnação”. TROTSKY, *A história da revolução russa*. São Paulo: Paz e Terra, vol. I, p. 23. Citado por BENOIT, “O Programa de Transição de Trotsky e a América”, Op. cit., p. 55.

desaparecer)”.⁵⁸⁸ O autor dos *Cadernos* comentava que o ritmo das transformações ocorridas na América era “incomparavelmente mais rápido do que na velha Europa”,⁵⁸⁹ devido justamente à ausência daqueles bloqueios existentes na Europa.

Ao tratar, em outro trecho dos *Cadernos*, do que ele chama de americanismo, Gramsci criticava a existência na Europa de uma “velha camada plutocrática [...] um exército de parasitas que, ao devorar enormes quantidades de mais-valia, agrava os custos iniciais e debilita o poder de concorrência no mercado internacional”.⁵⁹⁰ Assim, Gramsci considerava inconciliável “a velha e anacrônica estrutura social-demográfica européia com uma forma moderníssima de produção e de modo de trabalhar [...] oferecida pelo tipo americano mais aperfeiçoado, a indústria de Henry Ford”.⁵⁹¹ Segundo Gramsci, um aspecto progressista da América estava no fato de não existir nesse continente “classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, isto é, classes absolutamente parasitárias”.⁵⁹² Na Europa, compara Gramsci, “a ‘tradição’ e a ‘civilização’ caracterizam-se pela existência de tais classes, criadas pela ‘riqueza’ e pela ‘complexidade’ da história passada [...]”.⁵⁹³ Gramsci conclui então que “quanto mais antiga é a história de um país, tanto mais numerosas e gravosas são estas sedimentações de massas ociosas e inúteis que vivem do ‘patrimônio’ dos ‘avós’, destes pensionistas da história econômica”.⁵⁹⁴ Além disso, um dos indícios mais significativos do atraso europeu em relação à América era, para Gramsci, “o número relevante de grandes e médios (e também pequenos) aglomerados de tipo urbano sem indústria (fábricas)”.⁵⁹⁵

Apesar de não utilizar os termos usados por Marx, como, por exemplo, a noção de modo de produção asiático, Gramsci dava boas indicações das relações entre o caráter atrasado e avançado de um país. Ele observava que na Índia e na China o atraso verificado na Europa existia de modo ainda mais profundo, “o que explica a estagnação da história

⁵⁸⁸ Idem, ibidem, p. 28. *Quaderni*, pp. 1525-1526.

⁵⁸⁹ Idem, ibidem, p. 27. *Quaderni*, p. 1525.

⁵⁹⁰ Idem, ibidem, vol. 4, pp. 242-243. *Quaderni*, pp. 2140-2141.

⁵⁹¹ Idem, ibidem, p. 242. *Quaderni*, p. 2140.

⁵⁹² Idem, ibidem, p. 243. *Quaderni*, p. 2141.

⁵⁹³ Idem, ibidem.

⁵⁹⁴ Idem, ibidem.

⁵⁹⁵ Idem, ibidem. *Quaderni*, pp. 2141-2142.

nestes países e sua impotência político-militar”.⁵⁹⁶ Afirma também que “a Índia atravessa uma crise espiritual. O novo (espírito crítico) não está ainda suficientemente difundido para formar uma ‘opinião pública’ que se contraponha ao velho”.⁵⁹⁷ E conclui Gramsci:

é evidente que na Índia, dados o secular entorpecimento social e as estratificações ossificadas da sociedade, e dada também, como ocorre nos grandes países agrários, a grande quantidade de intelectuais médios, especialmente eclesiásticos, a crise durará por um longo tempo e será necessária uma grande revolução para que se tenha o início de uma solução.⁵⁹⁸

Gramsci diferenciava a América dos países asiáticos, compreendendo, mesmo que intuitivamente, a potencialidade da América em comparação com aqueles países.⁵⁹⁹

Nesse sentido ele disse que

a América não tem grandes ‘tradições históricas e culturais’, mas tampouco está sufocada por esta camada de chumbo: é esta uma das principais razões – certamente mais importante do que a chamada riqueza natural – de sua formidável acumulação de capitais, malgrado o nível de vida de suas classes populares ser superior ao europeu.⁶⁰⁰

Para Gramsci, a base da indústria americana foi muito beneficiada pela inexistência dessas sedimentações viscosamente parasitárias existentes na Europa e nos

⁵⁹⁶ Idem, ibidem, p. 247. *Quaderni*, p. 2145. Del Roio comenta essa observação de Gramsci, afirmando que “Oriente significa [para Gramsci] também os grandes países asiáticos como a China e a Índia, submetidos que estavam ao núcleo do Ocidente, em função do parasitismo de vastas camadas sociais”. DEL ROIO, Op. cit., p. 110.

⁵⁹⁷ Idem, ibidem, vol. 4, p. 97. *Quaderni*, p. 244.

⁵⁹⁸ Idem, ibidem. Gramsci comenta algumas características da Índia que podem ser consideradas sinais de seu atraso: “uma infinidade de seitas, 150 línguas e dialetos, castas, analfabetismo dominante, 80% da população é camponesa, escravidão da mulher, pauperismo, carestias endêmicas”. Idem, ibidem, p. 102. *Quaderni*, p. 621. Referindo-se, como Gramsci, a países atrasados como a China e a Índia, Trotsky observa que o proletariado desses países “é obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial. Nessa luta, as palavras-de-ordem democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas decorrem umas das outras”. TROTSKY, *O programa de transição*, Op. cit., p. 62.

⁵⁹⁹ Afirmamos que a análise de Gramsci sobre a América foi intuitiva por ele não ter tido acesso aos *Gründrisse*, onde Marx desenvolveu mais detalhadamente a noção de modo de produção asiático. Uma edição limitada dos manuscritos de Marx foi publicada sob a direção do Instituto Marx-Engels-Lenin de Moscou, em dois volumes, somente em 1939 e 1941, respectivamente, portanto, após a morte de Gramsci.

⁶⁰⁰ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 4, p. 247. *Quaderni*, p. 2145.

países asiáticos, legadas pelas fases históricas passadas.⁶⁰¹ Gramsci comenta que para o europeu médio, a América é “materialista [pois] nos termos do senso comum, chama-se de materialismo tudo o que tende a encontrar nesta terra, e não no paraíso, a finalidade da vida”.⁶⁰² Assim, continua Gramsci, “qualquer atividade econômica que saísse dos limites da produção medieval era ‘materialismo’, porque parecia um ‘fim em si mesma’, a economia pela economia, a atividade pela atividade”.⁶⁰³ Portanto, a América é materialista para o europeu médio porque “o emprego das máquinas e o volume das empresas e dos negócios excedem um certo limite que o europeu médio considera como ‘justo’, ou seja, um limite dentro do qual as exigências ‘espirituais’ não sejam destruídas”.⁶⁰⁴ É justamente a inexistência na América desses preconceitos em relação à expansão ilimitada do capital que facilitaram o desenvolvimento capitalista nesse continente.

Para Gramsci, a América construiu uma sociedade muito mais racionalizada do que as outras regiões do planeta, racionalidade que se expressa no fato de toda a vida do país estar centrada na produção.⁶⁰⁵ Nesse sentido, Gramsci afirmava que na América “a hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”.⁶⁰⁶ Na América, “a ‘estrutura’ domina mais imediatamente as superestruturas e estas são ‘racionalizadas’ (simplificadas e reduzidas em número)”.⁶⁰⁷

Vale destacar que tudo indica que ao falar da “América”, Gramsci está se referindo especificamente aos Estados Unidos. Isso fica evidente na passagem citada abaixo, na qual Gramsci compara a América Central e do Sul com os Estados Unidos. Ele diz: “As raças brancas que dominam na América Central e do Sul não podem se vincular a pátrias européias que tenham uma grande função econômica e histórica – Portugal, Espanha (Itália) -, comparável àquela dos Estados Unidos”.⁶⁰⁸ Para Gramsci, os países centro e sul americanos viviam “uma fase semifeudal e jesuítica [e teriam que] atravessar a fase da

⁶⁰¹ Idem, *ibidem*.

⁶⁰² Idem, *ibidem*, vol. 1, p. 127.

⁶⁰³ Idem, *ibidem*.

⁶⁰⁴ Idem, *ibidem*.

⁶⁰⁵ Idem, *ibidem*, vol. 4, p. 247. *Quaderni*, p. 2145.

⁶⁰⁶ Idem, *ibidem*, pp. 247-248. *Quaderni*, p. 2146.

⁶⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 248. *Quaderni*, p. 2146.

⁶⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 292. *Quaderni*, p. 290.

Kulturkampf e do advento do Estado laico moderno”.⁶⁰⁹ Gramsci cita a luta do México contra o clericalismo como um exemplo dessa fase semi-feudal e jesuítica.⁶¹⁰ Segundo o autor dos *Cadernos*, “as nações americanas que surgiram em oposição à Espanha e Portugal tendem a criar um nacionalismo e uma cultura próprios”.⁶¹¹ O bloqueio existente nesses países, segundo Gramsci, era o fato do elemento laico e burguês não ter ainda alcançado o estágio no qual a política laica do Estado moderno subordinaria os interesses do clero e dos militares. Gramsci considerava que “o *Kulturkampf* de Calles, no México e as insurreições militar-populares na Argentina, no Brasil, no Peru, no Chile e na Bolívia ocorridas entre as décadas de 1920 e 1930 bastariam para demonstrar a exatidão de suas observações.”⁶¹²

Desse modo, Gramsci identifica a luta do povo brasileiro com a dos povos de todos os demais países da América Central e do Sul, luta que teria como eixo o anti-clericalismo e o nacionalismo, o que demonstra um profundo desconhecimento em relação às diferenças históricas existentes entre esses países e o Brasil. Conforme observa Benoit, enquanto na região que ficou conhecida como Brasil inexistia qualquer forma de Estado anterior à invasão dos europeus, em diversas regiões latino-americanas havia formações econômicas caracterizadas por Marx como asiáticas, com Estados e castas, como aquelas onde viviam as civilizações Inca, Maia e Asteca.⁶¹³ Benoit comenta que enquanto nesses países o capital foi obrigado a enfrentar uma série de bloqueios determinados pela existência de relações de produção pré-capitalistas, no Brasil, assim como na Argentina, no Uruguai e parte do Chile, o capital encontrou um espaço livre para explorar, livre de qualquer organização estatal anterior, características que, do ponto de vista programático, aproximam esses países mais dos Estados Unidos do que do restante dos países latino-

⁶⁰⁹ Idem, ibidem. A referência à *Kulturkampf* é feita provavelmente em relação ao movimento anti-clerical e nacionalista na Alemanha dirigido pelo Chanceler do Império Alemão, Otto von Bismarck, entre 1872 e 1875. Idem, ibidem, vol. 2, p. 292 (Nota dos Editores)

⁶¹⁰ Idem, ibidem, vol. 4, p. 292. *Quaderni*, p. 290.

⁶¹¹ Idem, ibidem, pp. 292-293. *Quaderni*, p. 291. A única exceção feita por Gramsci a essa fase semi-feudal e jesuítica vivida pelos países centro e sul americanos é a Argentina. Idem, ibidem, p. 292. *Quaderni*, p. 290.

⁶¹² Idem, ibidem, vol. 2, p. 31. *Quaderni*, p. 1529.

⁶¹³ Ao igualar todos os países da América Latina diante da inexistência de um Estado feudal, Aggio parece desconhecer a caracterização feita por Marx das civilizações Inca, Maia e Asteca. AGGIO, “A revolução passiva como hipótese interpretativa da história política latino-americana”. In: AGGIO (Org.), Op. cit., p. 162.

americanos.⁶¹⁴ Nesse mesmo sentido, Coutinho considera, corretamente, a história do Brasil como uma continuidade do capitalismo europeu, ao afirmar que

nossa pré-história como nação – os pressupostos dos quais somos resultado – não reside na vida das tribos indígenas que habitavam o território brasileiro antes da chegada de Cabral: situam-se no contraditório processo de acumulação primitiva do capital, que tinha seu centro dinâmico na Europa ocidental”.⁶¹⁵

Como se vê, considerar a questão nacional genericamente, abstraindo as diferenças das origens dos diversos países, como faz Gramsci, é bastante duvidoso. Pinzani, assim como vários outros comentadores da obra de Gramsci, não percebe estes problemas na obra do marxista sardo. No que diz respeito ao tratamento dado por Gramsci à América, Pinzani apenas elogia a intuição de Gramsci em relação à enorme força do capitalismo dos Estados Unidos, considerando-a como um sinal de sua originalidade.⁶¹⁶ No entanto, por diversas vezes Marx já havia tratado da supremacia econômica estadunidense em relação às demais regiões do planeta. Na *Introdução* ao texto intitulado *Para a crítica da economia política*, Marx aponta os Estados Unidos como “a forma de existência mais moderna da sociedade burguesa [onde] o trabalho se converteu não só como categoria, mas na realidade mesma, em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade”.⁶¹⁷ E conclui Marx: “Aí, pois, a abstração da categoria ‘trabalho’, ‘trabalho em geral’, trabalho *sans phrase* (sem rodeios), ponto de partida da Economia moderna, torna-se pela primeira vez praticamente verdadeira”.⁶¹⁸

Em *O capital* Marx vai ainda mais longe em relação à caracterização do avanço dos Estados Unidos. Ele chega a prever, com quase um século de antecedência, que os

⁶¹⁴ Cfe. BENOIT, “O Programa de transição de Trotsky e a América”, Op. cit.

⁶¹⁵ COUTINHO, *Cultura e sociedade no Brasil. Ensaios sobre idéias e formas*, Rio de Janeiro: DP&A, 2000, pp. 41 e 45. Citado por BARATA, “Antonio Gramsci entre a Itália e o Brasil”, In: COUTINHO & TEIXEIRA (Orgs.), Op. cit., p. 16. No entanto, veremos ainda nesse capítulo que em outra obra, Coutinho abandona essa análise estrutural, mais profunda, para descrever o que ele denomina processo de “ocidentalização” da sociedade brasileira.

⁶¹⁶ PINZANI, “Americanismo e fordismo”. In: CHIAROMONTE (Org.), Op. cit., pp. 67-68.

⁶¹⁷ MARX, “Para a crítica da economia política (Introdução)”. Op. cit., p. 17. Citado por BENOIT, “O programa de transição de Trotsky e a América”, Op. cit., p. 62.

⁶¹⁸ Idem, *ibidem*.

Estados Unidos cumpririam um papel central na economia mundial. Ele observou que já no século XIX estava ocorrendo entre a Inglaterra e os Estados Unidos uma extraordinária transferência de capitais, realizada por meio de vultosos empréstimos, de forma muito similar àquela ocorrida entre a Holanda e a Inglaterra e, anteriormente, no século XVIII, entre Veneza e a Holanda. Se o domínio do mercado mundial tinha passado de Veneza para Holanda e desta para a Inglaterra, na época na qual Marx escrevia *O capital* ocorria, segundo ele, uma relação análoga: O capital migrava em massa da Inglaterra para os Estados Unidos, o que provavelmente faria deste país o centro do capitalismo mundial. “Muito capital – diz Marx – que aparece hoje nos Estado Unidos, sem certidão de nascimento, é sangue infantil ainda ontem capitalizado na Inglaterra”.⁶¹⁹

Mesmo antes de Marx, Adam Smith já tinha observado a potencialidade dos Estados Unidos:

Não é – afirma Smith - nos países mais ricos, mas nos países mais progressistas, ou seja, naqueles que estão se tornando ricos com maior rapidez, que os salários do trabalho são os mais altos. A Inglaterra é certamente, no momento, um país muito mais rico do que qualquer outra região da América do Norte. No entanto os salários do trabalho são mais altos na América do Norte do que em qualquer parte da Inglaterra.⁶²⁰

Portanto, considerar, como faz Pinzani, a intuição de Gramsci a respeito da futura supremacia norte-americana como algo original serve apenas para demonstrar seu desconhecimento das obras clássicas.

De qualquer maneira, até esse momento da exposição do presente trabalho, há uma identidade entre as posições de Gramsci e a noção de história universal exposta por Marx, segundo a qual o atraso de um país em relação a outro é determinado pela conservação de relações pré-capitalistas. Até aqui, tudo indica que Gramsci considerava a América como uma região mais avançada em relação às demais regiões, mais avançada no sentido marxista, isto é, uma região na qual as relações capitalistas se desenvolviam livremente e, com o desenvolvimento dessas relações, desenvolviam-se também livremente as contradições

⁶¹⁹ MARX, *O capital*. Op. cit., vol. I, tomo 2, p. 289.

⁶²⁰ SMITH, *A riqueza das nações. Investigações sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, Livro I, p. 120.

entre suas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado, o que possibilitaria o acirramento da luta de classes sem os bloqueios próprios de situações onde persistem relações pré-capitalistas, como em países atrasados (Índia e China, por exemplo).⁶²¹

No entanto, veremos que o que ocorre é o contrário. Para Gramsci, o fato de que, na América, a hegemonia nascia na fábrica, significava que nesse continente, ao contrário da Europa, a sociedade civil ainda não tinha se desenvolvido suficientemente para colocar a questão da hegemonia na ordem do dia. Nesse sentido Gramsci afirmava que na América, “ainda não se verificou (antes da crise de 1929), salvo talvez de modo esporádico, nenhum florescimento ‘superestrutural’, ou seja, ainda não foi posta a questão fundamental da hegemonia”.⁶²² Para Gramsci, enquanto na instância das relações de produção, a América era mais avançada que a Europa, na instância da superestrutura, a América estava aquém da Europa. Portanto, o que parecia uma vantagem comparativa da América em relação à Europa do ponto de vista revolucionário transformou-se num bloqueio, num insuficiente desenvolvimento superestrutural e, conseqüentemente, numa imaturidade para o exercício normal da hegemonia. Nesse sentido, continuava Gramsci: na América, “a luta se dá com armas tomadas do velho arsenal europeu e ainda abastardadas, que são, portanto, ‘anacrônicas’ em relação ao desenvolvimento das ‘coisas’”.⁶²³

De acordo com Gramsci, a luta na América estaria restrita a questões relacionadas à instância sindical, limitada por reivindicações meramente econômicas: “a luta que se desenvolve na América [...] é ainda pelos direitos profissionais, contra a ‘liberdade industrial’, isto é, uma luta semelhante àquela que se travou na Europa no século XVIII”.⁶²⁴ Segundo Gramsci,

a América ainda não superou a fase econômico-corporativa atravessada pelos europeus na Idade Média, isto é, ainda não criou uma concepção do mundo e um grupo de grandes intelectuais que dirijam o povo no âmbito da sociedade civil: neste sentido, é verdade que a América está sob a influência européia, da história européia.⁶²⁵

⁶²¹ Ver comentário de BENOIT, “O programa de transição de Trotsky e a América”. Op. cit.

⁶²² GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 4, p. 248. *Quaderni*, p. 2146.

⁶²³ Idem, *ibidem*.

⁶²⁴ Idem, *ibidem*.

⁶²⁵ Idem, *ibidem*, vol. 1, p. 437. *Quaderni*, p. 692.

Gramsci despreza aqui, mais uma vez, o momento das lutas econômicas, separando-o com uma barreira do momento da luta política. Como vimos, no programa revolucionário contido em *O capital* de Marx, as lutas políticas devem brotar de forma imanente do interior das lutas econômicas, não havendo qualquer separação arbitrária entre elas. Essa distinção mecânica entre o econômico e o político, assim como a superestimação da esfera superestrutural, conduz Gramsci a considerar que a América não estaria além da Europa, como seria possível supor, considerando a sua crítica ao atraso europeu representado pela existência de classes parasitárias. A América, segundo Gramsci, estaria aquém da Europa.

Uma das razões do atraso americano em relação à Europa estaria no fato de não ter ocorrido aqui uma revolução burguesa. Assim afirma Gramsci: “a ausência da fase histórica europeia assinalada, também no campo econômico, pela Revolução Francesa, deixou as massas populares americanas em estado bruto.”⁶²⁶

Seria necessário então, segundo Gramsci, realizar revoluções burguesas na América? Estaria o atraso do continente americano baseado no insuficiente desenvolvimento de nações burguesas? O trecho dos *Cadernos* citado a seguir parece indicar que sim. De acordo com Gramsci, o atraso super-estrutural da América estava relacionado à “ausência de homogeneidade nacional, à mistura das culturas-raças [...]”.⁶²⁷

Quando Gramsci coloca o deficiente desenvolvimento da sociedade civil na América como consequência da ausência de uma revolução burguesa, ele está se afastando dos aspectos mais fundamentais da teoria da história de Marx, pois, para Marx, a América está além da nação burguesa europeia, sobretudo, como vimos, naquelas regiões onde inexistiam civilizações pré-capitalistas.⁶²⁸ De acordo com Marx, essa parte da América já nasceu capitalista, não precisando, por isso, passar por todos os modos de produção anteriores, não tendo a necessidade de passar por uma revolução burguesa. Segundo Marx,

⁶²⁶ Idem, *ibidem*. *Quaderni*, pp. 2146-2147.

⁶²⁷ Idem, *ibidem*. *Quaderni*, p. 2147.

⁶²⁸ Exceção feita às civilizações Inca, Maia e Asteca, consideradas por Marx como formações sociais com características próprias do modo de produção asiático. Cfe. comentário de BENOIT, “O Programa de Transição de Trotsky e a América”. Op. cit., pp. 59-60.

a América é o resultado da expansão do capitalismo europeu, ou, mais do que mero resultado, a descoberta da América pelos europeus teria sido um dos pressupostos históricos da origem do modo de produção capitalista:

a descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses momentos idílicos são momentos fundamentais da acumulação originária [do capital].⁶²⁹

Nessa direção comenta Benoit, para quem os europeus arrancaram do comunismo primitivo aquelas regiões da América que não possuíam uma civilização anterior e as impulsionaram diretamente ao capitalismo:

no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Chile, nos Estados Unidos, e em todos os países onde a violência da expansão capitalista eliminou fisicamente as populações nativas, (por ignorância dos europeus) chamadas “indígenas”, com elas eliminou e varreu as relações pré-capitalistas nestas regiões da América.⁶³⁰

A afirmação de Gramsci de que o atraso do desenvolvimento da sociedade civil na América é consequência da ausência de uma revolução burguesa aproxima-o da dogmática stalinista baseada na teoria da revolução por etapas, na idéia de uma América feudal, que é inseparável da dogmática do socialismo em um só país.⁶³¹ Gramsci está, assim, juntamente com Stalin, aquém da noção de história universal de Marx, segundo a qual há uma única história contínua, porém, dialeticamente simultânea.⁶³² Para Marx, os diferentes modos de produção não precisariam ocorrer internamente em cada país. Nas regiões mais atrasadas poderiam ocorrer saltos que as conduziram de um modo de produção pré-capitalista diretamente ao socialismo. Isto foi, aliás, o que ocorreu na Rússia através da Revolução de Outubro de 1917. A Rússia saltou de uma formação social semi-

⁶²⁹ MARX, *O capital*. Op. cit., vol. I, tomo 2, p. 285.

⁶³⁰ BENOIT, “O Programa de Transição de Trotsky e a América”. Op. cit., p. 59.

⁶³¹ Benoit analisa o desenvolvimento do dogma stalinista da revolução por etapas e da noção de um Brasil semi-colonial e feudal. Idem, *ibidem*, p. 43.

⁶³² BENOIT, “O Programa de Transição de Trotsky e a América”. Op. cit., p. 51.

asiática diretamente a um regime socialista, sem ser obrigada a passar por um período de desenvolvimento capitalista. É claro que o atraso histórico impôs à URSS uma enorme dependência em relação às revoluções proletárias nos países avançados, mas isso não é um tema que deve ser desenvolvido em outro momento.

Voltemos a analisar as posições de Gramsci. Apesar de desconhecer as diferenças entre os países da América baseadas na existência ou na ausência de heranças de modos de produção pré-capitalistas, Gramsci subordina essa análise mais profunda, baseada na relação entre diferentes formações econômicas e, conseqüentemente, nas relação entre as classes, à análise baseada na relação entre o Estado e a sociedade civil, isto é, uma análise sustentada na instância superestrutural. Assim, apesar de Gramsci observar o caráter mais avançado da América em relação à Europa com respeito às relações de produção, o fundamental para ele era o fato dos países americanos possuírem uma sociedade civil ainda incipiente, “primitiva e gelatinosa”.

Mais uma vez aparece aqui o distanciamento das posições de Gramsci em relação às posições de Marx. Para Marx, o fundamental na análise de um país no que diz respeito à construção das condições subjetivas da revolução socialista é a relação entre as classes na luta pela apropriação das forças produtivas. Para Marx, ao analisarmos um determinado país, o importante é observarmos a maior ou menor pureza com que se dá a luta entre as duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado, o grau de interferência exercido nessa luta por questões estranhas aos interesses de cada uma destas classes, por questões muitas vezes externas à própria luta de classes, como é o caso da existência de castas na Índia ou disputas étnico-religiosas no Oriente Médio. Do ponto de vista de Marx, estas influências pré-capitalistas bloqueiam o próprio desenvolvimento da luta de classes, dificultando, assim, a luta do proletariado pelo socialismo.

Ao supervalorizar o atraso superestrutural da América em relação à Europa, Gramsci demonstra que as preocupações de Marx não fazem parte de suas próprias preocupações. Os limites da análise de Gramsci a respeito da América é uma conseqüência inevitável da prioridade dada por ele à instância superestrutural.

Trotsky, ao contrário de Gramsci, observa que as diferentes origens dos países implicam em diferentes programas revolucionários. Nos países atrasados, onde existem

heranças pré-capitalistas, a questão da independência nacional ainda não foi resolvida, obrigando o povo a enfrentar todas as nefastas conseqüências da intervenção estrangeira. Essa situação obriga o partido revolucionário a agitar palavras-de-ordem democráticas, que servem como mediação às palavras-de-ordem transitórias.⁶³³ Nos países avançados, aqueles que não possuem resquícios de modos de produção pré-capitalistas, que estão além das questões nacionais, assim como os Estados Unidos, o Brasil, a Argentina e o Uruguai e, em parte, o Chile, as palavras-de-ordem socialistas podem ser agitadas sem exigir, obrigatoriamente, mediações democráticas.⁶³⁴

Em sentido contrário, Del Roio, no rastro de Gramsci, generaliza um programa nacional-popular para todos os países, indiscriminadamente. O nacional-popular, afirma Del Roio, “é uma forma tática de grande profundidade para arrancar as massas populares da sua letargia, tendo em vista seu envolvimento na revolução socialista internacional”.⁶³⁵ Propor um programa nacional-popular, democrático, para todos os países é desconhecer as particularidades de cada país, o caráter avançado de alguns deles em relação a outros, significa supervalorizar questões nacionais ligadas à superestrutura.

Seguindo as análises gramscianas, Coutinho contraria uma afirmação sua feita em outro artigo, baseada nas questões mais fundamentais da estrutura econômica. Como vimos,⁶³⁶ naquele artigo o autor considera que a pré-história do Brasil estaria relacionada à acumulação primitiva do capital, ou seja, que o Brasil já teria nascido sob relações capitalistas. Em outro artigo, no entanto, Coutinho refere-se a um “caminho brasileiro para o capitalismo”, a um processo de transição para o capitalismo no Brasil, que teria ocorrido desde a independência política ao golpe de 1964, passando pela Proclamação da República e pela Revolução de 1930.⁶³⁷ Os fatos tomados como critério por Coutinho (independência política, Proclamação da República e Revolução de 1930), indicam que o equívoco de sua análise é conseqüência da matriz superestrutural gramsciana.

⁶³³ TROTSKY, *O programa de transição*. Op. cit., pp. 62-63. Cfe. interpretação de BENOIT, “Sobre o desenvolvimento (dialético) do programa. Op. cit.

⁶³⁴ Cfe. BENOIT, “O Programa de transição de Trotsky e a América”, Op. cit.

⁶³⁵ DEL ROIO, Op. cit., pp. 115-116.

⁶³⁶ Cfe. nota nº 606.

⁶³⁷ COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Op. cit., p. 196.

Ainda no rastro de Gramsci, Coutinho considera que o Brasil foi, durante um determinado período da história, um país com características “orientais”. Nesse sentido, o autor afirma que “houve um longo período, que compreende toda a fase imperial e uma parte da época republicana, no qual a sociedade brasileira apresentava fortes traços típicos do modelo ‘oriental’ no que se refere à relação entre Estado e sociedade civil”.⁶³⁸ O que determinava essa “orientalidade” do Brasil era, segundo Coutinho, o caráter “primitivo e gelatinoso” da sociedade civil, o exíguo papel do Parlamento, comprimido pelo Executivo com seu vasto aparelho burocrático, além da presença do instituto da escravidão.⁶³⁹ Para Coutinho, “basta a existência da escravidão [...] para tornar ainda mais plausível a afirmação de que a sociedade brasileira da época imperial era predominantemente ‘oriental’”.⁶⁴⁰ Segundo o autor, o processo de ocidentalização do Brasil ganhou impulso com a abolição da escravidão e a industrialização que ocorreu a partir dos anos 20 do século passado. Com isso, afirma o autor, “o capitalismo se torna o modo de produção predominante no Brasil. A estrutura social do país se torna mais complexa, mais moderna, ainda que o ‘moderno’ permaneça estreitamente vinculado com o atraso pré-capitalista, sobretudo no campo”.⁶⁴¹ O golpe de Estado de 1964 contribuiu, segundo Coutinho, para “desequilibrar a relação entre Estado e sociedade civil, tornando-a aparentemente pouco ‘ocidental’”, com um enxugamento arbitrário da sociedade civil.⁶⁴² Coutinho observa, no entanto, que em meados dos anos 70 a sociedade civil cresceu e se diversificou, “quando um forte movimento no sentido de auto-organização envolveu os operários, os camponeses, as mulheres, os jovens, as camadas médias, os intelectuais e até mesmo setores da burguesia”.⁶⁴³ Mas, segundo Coutinho, foi o movimento em defesa das eleições diretas para a Presidência da República ocorrido em 1984 que representou “a culminação desse processo de fortalecimento da sociedade civil, que assumiu dimensões até então inéditas na história do Brasil”.⁶⁴⁴

⁶³⁸ COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Op. cit., p. 211.

⁶³⁹ Idem, *ibidem*, p. 213.

⁶⁴⁰ Idem, *ibidem*.

⁶⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 214.

⁶⁴² Idem, *ibidem*, p. 215.

⁶⁴³ Idem, *ibidem*.

⁶⁴⁴ Idem, *ibidem*.

Dias se opõe à Coutinho e a todos “autores que pensam a formação social brasileira como sendo uma sociedade ocidental, depois de ter tido uma longa orientalidade”.⁶⁴⁵ Ele questiona para que serve, afinal, a aplicação ao Brasil da noção de sociedade ocidental? Pergunta Dias se essa aplicação efetivamente nos informa sobre a natureza classista da formação social brasileira.⁶⁴⁶ Dias suspeita de que a aplicação da noção de sociedade ocidental ao Brasil sirva “apenas para determinar, por exemplo, o predomínio da guerra de posição e assim negar (ou melhor, afugentar?) a chamada guerra de movimento”.⁶⁴⁷

O texto de Coutinho parece dar razão a suspeita de Dias. Depois de afirmar que o Brasil tornou-se uma sociedade “ocidental”, Coutinho passa a atacar a aplicação da guerra de movimento no Brasil, ou aquilo que ele chama de “modelos interpretativos terceiro-internacionalistas próprios da velha esquerda”.⁶⁴⁸ Coutinho observa que

se o Brasil é hoje uma sociedade ‘ocidental’, então não mais se podem imaginar formas de transição ao socialismo centradas na ‘guerra de movimento’, no choque frontal com os aparelhos coercitivos de Estado, em rupturas revolucionárias entendidas como explosões violentas e concentradas num breve lapso de tempo.⁶⁴⁹

Como se vê, a suspeita de Dias parece se confirmar, ou seja, a caracterização do Brasil como um país “Ocidental” pode servir, muitas vezes, para negar a aplicação da guerra de movimento. Para Dias, “falar de ocidentalidade e orientalidade esclarece muito pouco se não se demonstra como e porque se constituiu essa ocidentalidade”.⁶⁵⁰ Dias afirma que, apesar de “moderno”, o Brasil mantém um dos mais baixos salários mínimos do mundo. O mérito de Dias é o fato de ele abordar os problemas relacionados à apropriação privada da mais-valia, dos salários, isto é, às questões diretamente ligadas à vida dos

⁶⁴⁵ DIAS, “Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos”, Op. cit., p. 118.

⁶⁴⁶ Idem, ibidem, p. 119.

⁶⁴⁷ Idem, ibidem.

⁶⁴⁸ Esta expressão é uma referência, como afirma o próprio autor, ao PCB, que “continuava a propor a imagem de um Brasil atrasado, semifeudal e semicolonial, que carecia ainda de uma revolução ‘democrático-burguesa’ ou de ‘libertação nacional’ como condição necessária para encontrar o caminho do progresso”. COUTINHO, “*Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*”. Op. cit., pp. 287-288. Apesar do acerto da crítica feita por Coutinho ao PCB, ele também não escapou, como vimos, de uma duvidosa interpretação superestrutural do Brasil como um país que foi, no passado, supostamente “Oriental”.

⁶⁴⁹ Idem, ibidem, p. 218.

⁶⁵⁰ DIAS, “Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos”, Op. cit., p. 119.

trabalhadores. Essa postura o diferencia de outros intérpretes da obra gramsciana que priorizam a instância superestrutural, e demonstra a maior proximidade das preocupações de Dias em relação às de Marx, às questões ligadas à produção da vida da classe operária.⁶⁵¹ Há autores, como Nogueira, por exemplo, que, paradoxalmente, apesar de considerarem-se marxistas, chegam a admitir o seu distanciamento dos problemas relacionados à vida dos trabalhadores.⁶⁵²

Com base no exposto até aqui, poderíamos afirmar que a nova teoria programática exposta por Gramsci nos *Cadernos* serviu para que muitos intérpretes de sua obra se afastassem, ainda mais do que o próprio Gramsci, das concepções fundamentais de Marx, e conseqüentemente, desviassem, por meio de sua influência, muitos jovens que estão iniciando seus estudos a respeito da teoria marxista.

Abordemos agora mais detidamente outra conseqüência do novo programa proposto por Gramsci. Trata-se da definição de qual será o sujeito da revolução socialista mundial.

⁶⁵¹ Marx também sempre se preocupou com as condições de vida dos trabalhadores. Uma indicação disso é a forma como ele inicia o manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores, divulgado em 28 de setembro de 1864, em Londres: “é um fato incontestável que a miséria das massas trabalhadoras não diminuiu entre 1848 e 1864 e, não obstante, esse período não tem paralelo no que diz respeito ao desenvolvimento da indústria e à expansão do comércio”. MARX, “Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores”. In: *Obras escolhidas*, Op. cit., vol. 1, p. 313.

⁶⁵² Afirma Nogueira: “de certa forma, Gramsci nos ajudou a entender o Brasil moderno, industrial e de massas – mas também excludente e miserável – que tínhamos diante dos olhos e nem sempre percebíamos”. NOGUEIRA, “Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil”. In: COUTINHO & NOGUEIRA (eds.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 135.

Capítulo X

O papel do proletariado na revolução socialista mundial

Vimos que no período anterior à prisão, Gramsci defendia insistentemente, por repetidas vezes, o caráter central do proletariado como a classe dirigente da revolução socialista. Nas condições da Itália, a noção de hegemonia estava vinculada à direção exercida pelo proletariado do norte do país sobre os camponeses do sul.

Nos *Cadernos*, a noção de hegemonia não corresponde propriamente à hegemonia da classe operária, mas a um processo de conquista de espaços no interior dos organismos da sociedade civil por aquilo que Gramsci denomina “classes subalternas”. Há, nos *Cadernos*, portanto, uma ampliação do sujeito revolucionário. Enquanto nos artigos de *L’Ordine Nuovo* o sujeito era o proletariado e, particularmente, o operariado industrial, que deveria arrastar atrás de si os camponeses e os pequeno-burgueses, nos *Cadernos* são todas as classes subalternas, isto é, todas as classes exploradas pelo capitalismo, incluindo-se nessa categoria tanto o proletariado quanto os camponeses e pequeno-burgueses.

Enquanto em *L’ordine Nuovo* Gramsci fazia referências claras à superioridade objetiva do proletariado, resultante da sua posição no processo produtivo, nos *Cadernos* não há menção a esse aspecto. No cárcere, Gramsci comenta apenas a fragilidade da classe camponesa e da pequena e média burguesia rural. Numa dessas passagens, Gramsci afirma que “os limites deste grupo social [camponeses] e as razões de sua fraqueza íntima situam-se em sua dispersão territorial e na ‘não homogeneidade’ intimamente ligada a esta dispersão”.⁶⁵³ Gramsci observa também que “é quase impossível criar partidos camponeses

⁶⁵³ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, pp. 63-64.

no sentido estrito da palavra: o partido camponês só se realiza, em geral, como forte corrente de opinião, não sob formas esquemáticas de enquadramento burocrático”.⁶⁵⁴

Assim como apontamos um corte entre o Gramsci dos conselhos de fábrica e o Gramsci dos *Cadernos* em relação às questões programáticas, consideramos que neste aspecto, isto é, no que diz respeito à centralidade da classe operária como a classe dirigente da revolução, há no período carcerário um surpreendente silêncio da parte do autor dos *Cadernos*. O silêncio do Gramsci dos *Cadernos* a respeito desse tema tão importante não poderia deixar de causar sérias conseqüências.

Campione, por exemplo, defende a necessidade de repensar a idéia de centralidade histórica do “proletariado”, escrito não por acaso entre aspas, utilizadas aqui com a intenção de levantar dúvidas a respeito da existência de um proletariado clássico, assim como Engels o caracterizava.⁶⁵⁵ Para Campione, é preciso levar em conta a heterogeneidade existente na nova categoria gramsciana de subalternos.⁶⁵⁶

Nessa mesma direção se inclina Monal, que considera que a categoria gramsciana de ‘subalterno’ teria suprido uma lacuna na teoria clássica de Marx e Engels: “não temos, nos dois fundadores, uma categoria que tente dar conta de movimentos e de ações de grupos sociais que não são classes sociais e que não funcionam como tais”,⁶⁵⁷ afirma a autora, para quem a categoria de subalterno “poderia desempenhar esta função, que a realidade social do mundo de hoje parece exigir de modo bastante intenso”.⁶⁵⁸ Gramsci teria, de acordo com Monal, conservado “a tese sobre a importância e a centralidade das classes sociais, mas também buscou elaborar um conceito que desse conta de todos esses movimentos, que, enquanto tais, não se enquadram ou não se esgotam nas classes sociais”.⁶⁵⁹

⁶⁵⁴ Idem, *ibidem*, vol. 5, p. 76.

⁶⁵⁵ Numa nota à edição inglesa 1888 do *Manifesto comunista*, portanto, cinco anos após a morte de Marx, Engels afirma que “por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”. MARX & ENGELS, *Manifesto comunista*. Op. cit., p. 40.

⁶⁵⁶ CAMPIONE, “Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina”, In: COUTINHO & TEIXEIRA, Op. cit., p. 60.

⁶⁵⁷ MONAL, “Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos”. In: Idem, *ibidem*, pp. 194 e 197.

⁶⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 194.

⁶⁵⁹ Idem, *ibidem*.

Nesse mesmo sentido, Kebir afirma que “depois da II Guerra Mundial, a maior deficiência teórica da esquerda (com grandes repercussões políticas) foi manter-se presa ao velho conceito do proletariado como ‘sujeito da revolução’”.⁶⁶⁰

Tanto para Campione quanto para Lester, as manifestações contra o capital financeiro, de Seattle a Gênova, além daquelas ocorridas na América, como a marcha dos zapatistas sobre a cidade do México, dentre outros exemplos possíveis, mostram um quadro social e cultural certamente variado, uma mudança de comportamento para melhor e o recente fervilhar de um movimento global anticapitalista.⁶⁶¹ Monal acrescentaria a estes movimentos anti-imperialistas e anti-globalização a luta contra a ALCA na América Latina,⁶⁶² assim como aqueles das chamadas minorias, que lutam pelos direitos dos indígenas e das mulheres, movimentos que estão, segundo a autora, unidos aos chamados movimentos da sociedade civil.⁶⁶³

Para Campione, estes exemplos “revelam também que não existem pretensões de que um setor se erga como um ‘comando único’”.⁶⁶⁴ Nessa mesma direção, Nogueira afirma que “o sujeito hegemônico [segundo Gramsci] seria aquele que viesse a se mostrar mais vocacionado para agregar e unificar do que para se diferenciar. Seria nessa condição, aliás, que ele [esse sujeito hegemônico] poderia se afirmar como dirigente ou como fundador de Estados”.⁶⁶⁵

As observações de Buci-Glucksmann são muito significativas no sentido de estabelecer a correlação entre as posições do Gramsci dos *Cadernos* e as interpretações da realidade feita pelos autores supracitados. Para a autora, do *L'Ordine Nuovo* para os *Cadernos* Gramsci opera uma mudança em relação a sua concepção sobre a capacidade do proletariado exercer sua hegemonia sobre as outras classes. O papel dirigente do proletariado sobre as outras classes teria passado do estado prático em *L'Ordine Nuovo*

⁶⁶⁰ KEBIR, “‘Revolução-restauração’ e ‘revolução passiva’: conceitos de história universal”, In: idem, ibidem, p. 154.

⁶⁶¹ CAMPIONE, Op. cit., p. 62; LESTER, “Alinhando a inteligência com a vontade”, In: Idem, ibidem, p. 157.

⁶⁶² MONAL, Op. cit., p. 199.

⁶⁶³ Idem, ibidem, p. 193.

⁶⁶⁴ CAMPIONE, Op. cit., p. 62.

⁶⁶⁵ NOGUEIRA, “As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização”, In: COUTINHO & TEIXEIRA, Op. cit., p. 222.

para o estado teórico nos *Cadernos*.⁶⁶⁶ A autora comenta que a tese gramsciana da ampliação do Estado está ligada a uma recusa “a conceber o conflito de classes como simples conflito entre duas forças fundamentais (burguesia e proletariado), mas pela consideração de camadas e forças auxiliares e apoios”.⁶⁶⁷

Nem todos estudiosos de Gramsci concordam com esta análise. Secco, por exemplo, discorda desses autores quando afirma que em Gramsci o proletariado nunca apareceu como apêndice das outras classes. Segundo Secco, tanto Marx quanto Gramsci admitiam a realização de alianças entre o proletariado e as outras classes, mas sempre com a hegemonia do proletariado.⁶⁶⁸

Qual seria, afinal, o fundamento da identificação do proletariado enquanto classe dirigente da revolução na concepção de Marx? Para Marx, essa questão está relacionada ao fato do proletariado ter sido a única classe social no capitalismo que foi totalmente expropriada, isto é, separada dos meios de produção, a única classe que não tem mais nada a perder a não ser os seus grilhões.⁶⁶⁹ Além de não ter mais nada a perder, o proletariado foi unido e organizado pelo próprio processo de produção capitalista. Em outras palavras, a reuniões de milhares de operários numa mesma fábrica, sob semelhantes condições de trabalho, gera objetivamente uma potencialidade organizativa extraordinária. É esse o sentido da seguinte afirmação feita por Marx no final do capítulo XXIV de *O capital*:

com a diminuição constante do número dos magnatas do capital [...], aumenta a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista.⁶⁷⁰

Afinal de contas, para sobreviver, todo e qualquer proletário, independente da nacionalidade, raça, sexo, religião, enfim, independente de qualquer característica

⁶⁶⁶ BUCI-GLUCKSMANN, *Gramsci e o Estado*. Op. cit., p. 225.

⁶⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 150.

⁶⁶⁸ SECCO, Op.cit., p. 90.

⁶⁶⁹ Afirmação feita em MARX & ENGELS, *Manifesto comunista*. Op. cit., p. 69.

⁶⁷⁰ MARX, *O capital*, Op. cit., vol. I, tomo 2, pp. 293-294.

particular, todo e qualquer proletário é obrigado a entrar em contato com os meios de produção dos quais foi historicamente e é permanentemente, enquanto classe, separado violentamente. Ao entrar na fábrica, o proletariado é, como diz Marx, por um lado, explorado e oprimido, mas, por outro, unido e organizado pelo próprio processo de produção. A reunião de operários numa mesma fábrica é um processo contraditório que acaba educando, unindo, organizando e aumentando a revolta da classe operária.

Para estabelecer essa relação com os meios de produção e conseguir produzir sua própria vida, o proletariado é obrigado a passar antes pelo mercado a fim de tentar vender sua força de trabalho. Essa obrigatoriedade de vender sua força de trabalho para sobreviver, condição indispensável para produzir sua própria vida, produz inevitavelmente, de maneira objetiva, interesses comuns entre o proletariado mundial, interesses relacionados, como vimos, à manutenção do seu emprego e do seu salário.

Do ponto de vista de Marx, essa condição comum a todo o proletariado mundial submete todas as outras contradições, sejam contradições entre nacionalidades, entre raças, entre sexos, entre gerações, entre religiões, etc. Essas mais variadas contradições não passam de formas aparentes de manifestação daquela contradição fundamental, a contradição relacionada à apropriação privada do tempo de vida do proletariado realizada pela burguesia. Aquelas contradições (entre raças, sexo, religião, etc.) não devem ser negligenciadas, mas, ao mesmo tempo, seria um erro considerá-las como autônomas em relação à contradição de classes fundamental, devendo ser elevadas a essa contradição, a contradição que está ligada a privação, ou a negação da propriedade dos meios de produção à imensa maioria da população mundial e, conseqüentemente, ao direito legal reservado a uma ínfima minoria privilegiada de explorar a força de trabalho em todo o mundo e se apropriar privadamente da mais-valia produzida pelo proletariado mundial.

É nesse sentido que Marx e Engels falam da “simplificação dos antagonismos de classe”.⁶⁷¹ Para eles, todos os antagonismos, todos aqueles que são produzidos pelos mais diversos fenômenos aparentes, todos podem ser sintetizados no antagonismo fundamental, aquele produzido pela separação violenta da maioria da humanidade em relação à natureza, aos recursos naturais, aos objetos de trabalho e aos instrumentos de trabalho, em suma, aos

⁶⁷¹ MARX & ENGELS, *Manifesto comunista*. Op. cit., p. 40.

meios indispensáveis para produzir a vida humana. Afastados violentamente das condições objetivas necessárias à produção de sua própria existência, a maioria da humanidade se degrada a cada dia. Aí se expressa toda a irracionalidade do capital, no fato de que a única força criadora, aquela que, como diz Marx, “é a maior força produtiva de todas”,⁶⁷² a única força capaz de produzir, por si mesma, um valor novo antes inexistente, a única força que, unida à natureza, é capaz de produzir e reproduzir a vida humana, é permanentemente destruída e degradada pelo capital, apesar de sua importância decisiva na preservação da espécie humana. Os proprietários dessa única força criadora são cada vez mais desprezados, alijados do processo produtivo ou, então, desgastados prematuramente para depois serem substituídos e jogados para fora do processo.

O proletariado é a única classe proprietária de uma mercadoria especial, a força de trabalho, essa mercadoria responsável por alimentar o capital. A propriedade desta mercadoria especial dá ao proletariado a capacidade única, dentre todas as outras classes que se defrontam com a burguesia, de colocar em risco a sobrevivência do capital. Portanto, se o projeto é emancipar o proletariado e toda a humanidade do jugo do capital, se o projeto é superar o capitalismo, não há como não considerar extremamente atual a máxima de Marx e Engels: “de todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária”.⁶⁷³

Nesse sentido, opondo-se aos autores supra-citados, Benoit considera as análises que privilegiam os novos fatos e que vêem em toda parte novas vanguardas substitutivas da classe operária e da teoria marxista-leninista como análises empiristas, alheias ao método dialético.⁶⁷⁴

Como se vê, o silêncio de Gramsci nos *Cadernos* a respeito do papel do proletariado na revolução socialista suscitou graves desvios na concepção de muitos de seus seguidores. A centralidade que a noção de hegemonia tem nos *Cadernos* indica que ela cumpre um papel chave nas mudanças de concepção do programa e do papel a ser desempenhado pelo proletariado na revolução socialista.

Vejamos mais de perto essa questão.

⁶⁷² MARX, *Miséria da filosofia*, Op. cit., p. 151.

⁶⁷³ MARX & ENGELS, *Manifesto comunista*. Op. cit., p. 49.

⁶⁷⁴ Conforme palestra proferida no curso *Leitura dos Três Livros de O capital de Marx*.

Capítulo XI

A mudança do significado da noção de hegemonia

Segundo Gruppi, o termo *hegemonia* deriva do grego *eghestai*, que significa “conduzir”, “ser guia”, ser líder”, ou também do verbo *eghemoneuo*. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Hegemônico era o chefe militar grego, o guia e também o comandante do exército.⁶⁷⁵ Gruppi comenta que “trata-se, portanto, de um termo militar,⁶⁷⁶ o que, aliás, é comum no aparato conceitual de Gramsci.⁶⁷⁷

Anderson observa que entre os marxistas russos, a expressão “hegemonia” foi utilizada primeiramente por Plekhanov e Axelrod, quando discutiam a futura liderança da classe operária na Revolução Russa.⁶⁷⁸ Lênin usou essa expressão pela primeira vez em janeiro de 1905, no início da revolução.⁶⁷⁹ Em 1906, Trotsky também se referiu à hegemonia do proletariado sobre o campesinato.⁶⁸⁰

No entanto, é comum atribuir à Lênin a introdução do termo hegemonia no interior do marxismo. O próprio Gramsci procurou dar à Lênin a iniciativa de ter

⁶⁷⁵ GRUPPI, Op. cit., p. 1.

⁶⁷⁶ Idem, ibidem.

⁶⁷⁷ Sabe-se que os termos “guerra de posição” e “guerra de movimento” são também de origem militar.

⁶⁷⁸ ANDERSON, *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Op. cit., p. 112.

⁶⁷⁹ Lênin afirmou que “segundo o ponto de vista proletário, a hegemonia pertence a quem luta com maior energia, a quem se aproveita de toda ocasião para golpear o inimigo; pertence àquele a cujas palavras correspondem os fatos e que, portanto, é o líder ideológico da democracia, criticando-lhe qualquer inseqüência”. Citado por GRUPPI, Op. cit., p. 11.

⁶⁸⁰ Trotsky disse que “a burguesia russa cede todas as posições revolucionárias ao proletariado. Terá que ceder também a hegemonia revolucionária sobre o campesinato”. TROTSKY, “Resultados y perspectivas”. In: TROTSKY, *La teoría de la revolución permanente*, Buenos Aires: CEIP, 2ª ed., 2005, p. 94.

“construído a doutrina da hegemonia como complemento da teoria do Estado-força e como forma atual da doutrina da ‘revolução permanente’ criada em 1848”.⁶⁸¹

Há autores que consideram que essa superação da noção da revolução permanente pela noção de hegemonia civil pode ser compreendida como uma *tradução* que procuraria resgatar o uso leninista do termo “hegemonia”.⁶⁸² Esse uso leninista do termo hegemonia corresponderia, segundo diversos autores e o próprio Gramsci, a uma superação dialética da velha fórmula da revolução permanente, superação que Trotsky não teria conseguido realizar. Nesse sentido, Gerratana lembra que Gramsci afirmou que enquanto Lênin soube empregar de fato essa fórmula “de uma forma renovada, adaptada ao tempo e ao lugar, mediante uma re-elaboração sistemática”, a maneira que Trotsky a agitava era abstrata, algo típico de gabinete.⁶⁸³

Como vimos,⁶⁸⁴ de fato, Gramsci criticou a agitação da revolução permanente feita por Trotsky em 1905, afirmando, ironicamente, que isso equivaleria a alguém que dissesse ter previsto que uma menina de quatro anos iria se tornar mãe e, quando isto ocorresse, vinte anos depois, essa pessoa se vangloriasse, dizendo: “adivinhei”. Seguindo essa analogia, Gramsci observa que não adiantaria estuprar a menina com quatro anos de idade tentando torná-la mãe prematuramente.⁶⁸⁵ Ou seja, para Gramsci, em 1905 ainda não havia condições para o proletariado conquistar o poder na Rússia.

Não é aqui o lugar para se aprofundar sobre a análise da Revolução Russa de 1905, mas se Gramsci estiver correto, teria sido realmente um erro tático de Trotsky defender a revolução socialista em um momento no qual ainda não era possível realizá-la. Nesse sentido, o aprendizado geral que se pode extrair da crítica irônica feita por Gramsci a Trotsky, independente de ela ser correta ou não, é que o uso indevido das palavras-de-ordem em momentos inadequados acaba servindo somente para desmoralizar as

⁶⁸¹ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 1, p. 306. *Quaderni*, p. 1235. Gramsci considera que em Maquiavel já estava “contido também *in nuce* o aspecto ético-político da política ou a teoria da hegemonia e do consenso, além do aspecto da força e da economia”. Idem, *ibidem*, p. 384. *Quaderni*, p. 1315. Ver também em idem, *ibidem*, vol. 3, p. 22. *Quaderni*, p. 1564.

⁶⁸² COSPITO, “Egemonia”, In: *Le parole di Gramsci: per un lessico dei “Quaderni del carcere”*. Roma: Carocci, 2004, p. 89.

⁶⁸³ GERRATANA, “Gramsci come pensatore rivoluzionario”. In: *Politica e storia in Gramsci*. Op. cit., p. 95.

⁶⁸⁴ Cfe. nota nº 550.

⁶⁸⁵ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 3, pp. 261-262.

reivindicações que se pretende por em prática, serve apenas para desgastá-las prematuramente diante das massas trabalhadoras.

Nesse sentido, considerando que Gramsci esteja certo, é possível supor que a razão que fez Lênin defender, na revolução de 1905, a noção do caráter burguês da revolução russa e da conseqüente necessidade de um período de desenvolvimento capitalista na Rússia não tenha sido uma incompreensão teórica, ou “a construção estreita de um marxismo supostamente ‘ortodoxo’ [...] pré-dialético”, influenciado por Kautsky e Plekhanov e herdado do jovem Marx, como afirma Löwy.⁶⁸⁶ Se a posição de Gramsci estiver correta, o provável é que Lênin tivesse percebido os limites da situação de forma mais clara do que Trotsky e isso possa explicar, mais do que uma suposta incompreensão teórica, a escolha tática feita por Lênin. O próprio Trotsky admitiu mais tarde que essa posição de Lênin tinha um caráter meramente algébrico,⁶⁸⁷ indeterminado, ou seja, uma posição não definitiva de Lênin. Há um trecho de *Dois táticas da social-democracia na revolução democrática*, obra escrita por Lênin em junho e julho de 1905, no qual fica evidente que Lênin defendeu o caráter democrático-burguês da revolução porque percebeu que o proletariado e sua direção revolucionária ainda não estavam maduros para a conquista do poder e que defender, naquelas condições, a revolução socialista significaria se afastar demasiadamente das massas trabalhadoras por defender algo que ainda não poderia ser compreendido plenamente por elas. Disse Lênin que “o grau de desenvolvimento econômico da Rússia (condição objetiva) e o grau de consciência e organização das grandes massas do proletariado (condição subjetiva, indissolivelmente ligada à anterior), tornam impossível a imediata e absoluta libertação da classe operária”.⁶⁸⁸ E conclui Lênin, sem deixar dúvidas sobre sua posição: “só os otimistas mais ingênuos podem esquecer quão pouco as massas operárias conhecem ainda a respeito dos objetivos do socialismo e os métodos para alcançá-los”.⁶⁸⁹ O fato de a vanguarda compreender a necessidade da revolução socialista não significa que a conquista abrupta do poder deva ser

⁶⁸⁶ Cfe. LÖWY, *Método dialético e teoria política*. Op. cit., pp. 127-128.

⁶⁸⁷ TROTSKY, *A revolução permanente (teses)*. São Paulo: Kairós, 2ª ed., 1985, p. 138.

⁶⁸⁸ LÊNIN, “Das táticas de la socialdemocracia en la revolución democrática”. In: *Obras completas*. Op. cit., tomo IX, p. 24.

⁶⁸⁹ Idem, *ibidem*.

agitada a qualquer momento, independente do nível de organização e de consciência das massas trabalhadoras. Agitar a qualquer momento a revolução socialista é, como diz Lênin, uma atitude de “otimistas ingênuos”, não de marxistas.

Mais tarde, em 1920, Lênin confirma a idéia de que o proletariado não estava suficientemente preparado para a conquista do poder quinze anos antes. Na obra *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, Lênin diz que a vitória em outubro de 1917 somente foi possível pelo fato do proletariado russo ter passado pela experiência da Revolução de 1905, que representou o “ensaio geral” da revolução vitoriosa de outubro. Ou seja, em 1905, o proletariado e sua direção estavam ainda imaturos para a conquista do poder.⁶⁹⁰ Se Lênin estiver certo, teria sido mesmo um erro de Trotsky ter agitado, em 1905, a tese da revolução permanente, ignorando a falta de experiência do proletariado e de sua direção. Em 1905, Trotsky teria assumido uma posição otimista e ingênuo, e a crítica irônica feita por Gramsci teria fundamento.

A mesma discussão pode ser feita em relação à situação da Itália no início da década de 20. Nesse caso, cabe perguntar: em que medida o proletariado italiano e sua direção revolucionária estavam suficientemente preparados para a conquista do poder? Teria aquela direção a experiência necessária para tamanha empreitada? As observações feitas por Lênin a respeito do precário nível de organização dos comunistas nas fábricas, já citadas, são uma indicação de que a imaturidade da direção revolucionária italiana tenha tido um peso nada desprezível na derrota do proletariado daquele país no início da década de 20. Isso trás à tona novamente a questão de que a principal causa das derrotas do proletariado de vários países europeus no início da década de 1920 não tenha sido o programa baseado na dualidade de poder, mas a insuficiente experiência das direções do proletariado.

⁶⁹⁰ LÊNIN, “El ‘izquierdismo’, enfermedad infantil del comunismo”. Op. cit., p. 131. Broué comenta que na passagem do século, dos 129 milhões de habitantes da Rússia czarista, somente 1 milhão era operário, sendo que a maioria era filho de camponeses ou tinha parentes que viviam no campo aos quais deviam ajudar ou dos quais recebiam alguma ajuda. Outros três milhões oscilavam permanentemente entre o trabalho industrial e alguma atividade agrícola. BROUÉ, Op. cit., pp. 37-39. Broué comenta também que nessa época o Partido Operário Social-Democrata Russo era extremamente jovem, tendo sido fundado em 1898, em Minsk. Idem, ibidem, p. 49.

Voltando à análise da noção de hegemonia, há algo que é preciso examinar mais de perto. Trata-se da afirmação de Gramsci de que a doutrina da hegemonia de Lênin teria significado uma atualização da doutrina da revolução permanente baseada na teoria do Estado-força. Gramsci quer dizer que Lênin teria modificado o conteúdo da noção de revolução permanente defendida por Marx e Engels. No entanto, esta interpretação não parece estar apoiada nos textos do dirigente bolchevique. Como vimos anteriormente,⁶⁹¹ no III e no IV Congressos da Internacional Comunista foi aprovado o programa baseado na dualidade de poder, proposta que é indissociável da teoria da revolução permanente na sua forma clássica defendida por Marx e Engels em 1850, sem qualquer tipo de atualização. Ou seja, a “forma atual” da revolução permanente defendida por Lênin possui o mesmo conteúdo da “antiga forma” de 1848. Numa obra escrita em 1920, Lênin defendia para o mundo inteiro, da mesma maneira que nos dois Congressos da Internacional Comunista, o programa baseado na dualidade de poder, o programa clássico ligado à noção de revolução permanente:

agora, no *mundo inteiro*, surgiu a idéia do poder dos Sovietes, que se espalha com uma rapidez prodigiosa entre o proletariado de todos os países, enquanto os velhos heróis da II Internacional fracassam *por toda a parte* por não terem sabido compreender, exatamente como nossos mencheviques, o papel e o significado dos Sovietes.⁶⁹²

E conclui Lênin: “A experiência demonstrou que, em certas questões fundamentais da revolução proletária, *todos* os países passarão inevitavelmente por onde passou a Rússia”.⁶⁹³ Como se vê, não há qualquer recusa por parte de Lênin em relação ao programa baseado na construção de um poder dual em relação ao Estado burguês. Lênin não faz, como pensa Gramsci, qualquer atualização da noção de revolução permanente proposta por Marx e Engels.

⁶⁹¹ Vide capítulo V, item 3.

⁶⁹² LÊNIN, “El ‘izquierdismo’, enfermedad infantil del comunismo”. Op. cit., p. 135.

⁶⁹³ Idem, *ibidem*. É possível observar nessa passagem o equívoco cometido por Coutinho quando afirmou que em *O esquerdismo...* Lênin teria advertido sobre os riscos de generalizar a estratégia baseada na construção da dualidade de poder para todo o mundo. COUTINHO, *Marxismo e política...* Op. cit., pp. 36-37.

A opção de Gramsci de atribuir à Lênin a originalidade da utilização da noção de hegemonia pode ser uma tentativa de buscar uma relação de continuidade entre o seu programa baseado na conquista da hegemonia no interior dos organismos da sociedade civil com aquele programa proposto por Lênin, e utilizar, assim, a autoridade do dirigente bolchevique. No entanto, há diversos autores que ressaltam as diferenças entre os dois programas. Piccone, por exemplo, observa que “embora o conceito gramsciano de hegemonia tenha sido associado ao conceito leninista e identificado com a ditadura do proletariado, a ênfase dada por Gramsci é na direção, enquanto que a de Lênin é na dominação”.⁶⁹⁴ Esta diferença é fundamental, pois representa a ênfase dada por cada autor à violência, isto é, em que medida cada um dos autores considera a violência como um fenômeno originário. Parece que ao enfatizar a direção e o consenso, Gramsci releva a importância da violência, enquanto Lênin confere a ela um papel determinante. Vimos que a violência originária representa a base da fundamentação da teoria programática revolucionária de Marx.

Será que, ao propor um novo programa que substituiria no Ocidente o programa de Marx, Engels e dos bolcheviques, baseado na construção de organismos duais de poder, ao defender uma nova via para o socialismo, Gramsci e seus seguidores não estariam se afastando dos “fundadores da filosofia da práxis” e de Lênin? Vejamos então, mais de perto, o desenvolvimento dado por diversos autores a essa nova via para o socialismo proposta por Gramsci.

⁶⁹⁴ PICCONE, *Italian marxism*. London: University of California Press, 1983, p. 190.

Capítulo XII

A difusão das idéias de Gramsci no Brasil e a nova via para o socialismo

A influência das posições de Gramsci no Brasil recebeu um impulso com a crise de vários PCs em todo o mundo, causada pela publicação dos relatórios de Krutchev sobre os crimes de Stalin durante o XX Congresso do PCUS, realizado em 1956. No Brasil, o PCB não ficou imune à crise. Segundo vários autores,⁶⁹⁵ a desestalinização do PCB passou a ser feita muito mais por pressão da base do partido do que por uma ação deliberada a partir da direção. O processo de abertura era apenas tolerado pela direção, que foi, por essa razão, um processo realizado sem qualquer autocrítica, o que não poderia deixar de ter sérias conseqüências.

Nesse sentido, Segatto considera que, embora o PCB tenha incorporado, em grande parte, as categorias, as noções, as análises e as concepções presentes na obra de Gramsci, o fez com muitas impropriedades. Segundo o autor, há de certa forma, nos documentos do PCB, “uma aproximação, ainda que um tanto quanto tosca, com a estratégia da ‘guerra de posição’ de Gramsci (indevidamente denominada pelo PCB de ‘acumulação de forças’).”⁶⁹⁶

Dias é mais radical na crítica da aproximação do PCB às teses gramscianas. O autor considera que ao invés de uma identidade tosca, não havia qualquer semelhança entre a tática adotada pelo PCB e a “guerra de posição” proposta por Gramsci. Para Dias, a proposta do PCB significava uma subordinação efetiva das classes trabalhadoras à

⁶⁹⁵ A esse respeito, ver discussão feita em DIAS, “Gramsci no Brasil: o rabo do diabo”. Op. cit., pp. 183-184.

⁶⁹⁶ SEGATTO, “A presença de Gramsci na política brasileira”. In: AGGIO (Org.), Op. cit., p. 182.

burguesia, ou seja, significava a hegemonia da burguesia sobre as classes trabalhadoras,⁶⁹⁷ o que contraria totalmente as posições de Gramsci.

Vianna, por sua vez, observa que a *Declaração de Março* do PCB, elaborada em 1958, representou a identificação inédita na história da esquerda do país com uma proposta de ruptura que não incluía como necessário um “momento explosivo de tipo francês”.⁶⁹⁸ Segundo o autor, a *Declaração* defendia um caminho pacífico da revolução brasileira, que se tornara possível “em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país”.⁶⁹⁹

Já na década de 1980, as idéias de Gramsci se expandiram por vários partidos. Coutinho caracteriza esse fenômeno como “a diáspora dos ‘gramscianos’ egressos do PCB”.⁷⁰⁰ Dias considera isso uma simplificação, uma vez que havia muitos gramscianos fora do PCB. Para Dias, um dos erros de Coutinho foi confundir sempre o “marxismo brasileiro” com o PCB.⁷⁰¹ Além disso, Dias considera que a noção de “diáspora dos gramscianos egressos do PCB” oculta a derrota sofrida pelos gramscianos naquele partido, uma vez que eles “saem [do PCB] e Gramsci permanece apenas uma referência de bom tom, um culto, sem influência real na linha política do partido”.⁷⁰² Para Dias, Gramsci continuava sendo usado.⁷⁰³

De qualquer forma, com a fundação do PT no início da década de 1980, foi possível registrar nesse partido com uma enorme intensidade a presença de formulações gramscianas.⁷⁰⁴ Foi no PT que a proposta da guerra de posição, considerada como “a consolidação da democracia pluralista, bem como seu ulterior aprofundamento numa

⁶⁹⁷ DIAS, “Gramsci no Brasil: o rabo do diabo”, Op. cit., p. 185.

⁶⁹⁸ VIANNA, “Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira”. In: AGGIO (Org.), Op. cit., p. 195.

⁶⁹⁹ SEGATTO, Op. cit., p. 182; VIANNA, Op. cit., p. 195.

⁷⁰⁰ COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Op. cit., p. 296.

⁷⁰¹ DIAS, “Gramsci no Brasil: o rabo do diabo”, Op. cit., p. 183.

⁷⁰² Idem, *ibidem*, p. 190.

⁷⁰³ Idem, *ibidem*.

⁷⁰⁴ COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Op. cit., p. 298. Coutinho observa que “das oito teses apresentadas no VII Encontro Nacional do PT (1990) por suas diferentes tendências, pelo menos seis utilizavam explicitamente conceitos e problemáticas gramscianos. Isso se repetiu nos sucessivos Congressos e Encontros desse partido (1991, 1993, 1994, 1996)”. Idem, *ibidem*.

‘democracia de massas’”,⁷⁰⁵ encontrou um amplo espaço para se desenvolver. É nesse sentido que Secco faz a seguinte observação:

o Gramsci procurado pelos brasileiros, com exceções, evidentemente, é o teórico da revolução derrotada, aquele que busca pacientemente organizar não as demandas de uma revolução proletária imediata, mas de todo um conjunto de tarefas históricas processuais que envolvem num primeiro instante a redemocratização do país.⁷⁰⁶

O PT nascia numa época de redemocratização do país, mas nascia também numa época de um extraordinário ascenso da classe operária, com as greves dos metalúrgicos do ABC paulista, que representam um dos principais setores da vanguarda do proletariado brasileiro. Estas mobilizações operárias do final da década de 1970 poderiam ter desencadeado uma situação revolucionária, caso fossem dirigidos por uma direção que tivesse como programa a construção de uma dualidade de poder a partir das fábricas. Mas isso não ocorreu. Aqueles que se tornaram, anos depois, os dirigentes do PT, conseguiram bloquear o espírito de luta da classe operária. Gramsci foi, nesse caso, mais uma vez usado. Como afirmou Secco, as ambíguas categorias gramscianas de hegemonia, bloco histórico, etc. foram apropriadas de maneira reformista.⁷⁰⁷

Nogueira concorda que houve essa difusão das idéias de Gramsci no interior do PT na década de 1980, e confirma, em certa medida, a afirmação de Secco a respeito da apropriação reformista das idéias de Gramsci. Segundo Nogueira, quando o PT conquistou a vitória eleitoral nas primeiras prefeituras de capitais de Estados brasileiros, o partido começou a colocar em prática o programa gramsciano da guerra de posição, aquilo que o autor chamou de “sociedade civil democrático-radical”, caracterizada como “o campo por excelência do ‘bom governo’ (do governo socialmente vinculado) e da contestação política”.⁷⁰⁸ De acordo com Nogueira, a prefeitura que mais avançou nesse sentido foi a de

⁷⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 218.

⁷⁰⁶ SECCO, *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 146. Há nessa obra, particularmente no capítulo VII, um interessante levantamento da influência de Gramsci nas diversas correntes que ingressaram no PT.

⁷⁰⁷ Idem, *ibidem*.

⁷⁰⁸ NOGUEIRA, “As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização”. Op. cit., p. 228.

Porto Alegre (RS) por meio daquilo que ficou conhecido como “orçamento participativo”, política que passou a ser a marca registrada e principal bandeira dos governos do PT.⁷⁰⁹

A expectativa dos gramscianos que defendiam a exclusividade da aplicação da guerra de posição no Ocidente e ajudavam a formular a política do PT era de que quando o partido chegasse a Presidência da República seria possível aplicar o programa de Gramsci em âmbito nacional. De fato, seguindo a lógica da guerra de posição como a única via para o socialismo no Ocidente, era de se supor que com a chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República, tendo o apoio (mesmo que comprado com dinheiro público) da maioria do Congresso Nacional, tendo, portanto, conquistado no mais alto grau não apenas a hegemonia nas instituições da sociedade civil, mas também a hegemonia na sociedade política (Estado em sentido restrito), haveria chegado o momento da catarse, ou seja, teria finalmente chegado o momento da realização no Brasil do programa gramsciano, a realização da nova via para o socialismo.

No entanto, o que ocorreu com a chegada do PT à Presidência da República no Brasil? Seria possível finalmente realizar a “catarse” gramsciana? Ao contrário das falsas expectativas dos gramscianos petistas, (pelo menos daqueles honestos que não haviam se comprometido com esquemas pouco lícitos), o que aconteceu foi a incorporação absoluta do PT à lógica do capital, processo que, aliás, já havia iniciado antes mesmo da vitória eleitoral de Lula em 2002,⁷¹⁰ mas que se expressou na sua máxima dimensão somente nos primeiros anos do Governo Lula. A decepção com a corrupção do governo Lula causou

⁷⁰⁹ O apoio de Nogueira ao orçamento participativo fica claro quando ele afirma que “a participação é uma forma democrática de controle. Quando se chama o cidadão para participar, ele está sendo responsabilizado pelo que se faz com os recursos da sociedade [...] Era esta a expectativa quando se inventou o orçamento participativo no Brasil [...] Hoje, o orçamento participativo é praticamente uma palavra de ordem da gestão municipal no Brasil todo, não é mais bandeira exclusiva do PT. Trata-se de um experimento que já ultrapassou a fase da euforia e saiu de moda. Ingressou em uma etapa de avaliação crítica, até mesmo com o propósito de ser aperfeiçoado”. NOGUEIRA, “A gestão em sintonia com a vida”. In: *Serviço social em revista*. Londrina: Deptº Serviço Social (UEL), vol. 10, nº 2, jan-jul/2008. www.ssrevista.uel.br Nesse texto de Nogueira fica evidente o rebaixamento do programa marxista. Do “controle operário da produção”, por meio do qual os trabalhadores controlam a produção de todo o país e podem se educar para governar de maneira independente, passou-se, com algumas interpretações da obra de Gramsci, ao “controle do orçamento do Estado”, que, evidentemente, manuseia apenas uma ínfima parcela de toda a riqueza produzida.

⁷¹⁰ Apenas para citar um exemplo, dentre muitos, a denúncia de corrupção no serviço de coleta de lixo durante o mandato de Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto, processo, como muitos outros, não julgado até o momento.

uma nova diáspora dos gramscianos, agora egressos do PT, muitos deles indo para o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).⁷¹¹

Outra via para o socialismo considerada por diversos estudiosos da obra de Gramsci, além da catastrófica trajetória do PT, é aquela representada por uma multiplicidade de movimentos anti-capitalistas não proletários como, por exemplo, o levante zapatista no México em janeiro de 1994, assim como a manifestação contra a OMC (Organização Mundial do Comércio) em Seattle, em 1999 e os movimentos de protesto em Nice, Gênova, Montreal e Porto Alegre. Segundo vários autores, estas manifestações estariam unidas, tanto prática quanto teoricamente, aos chamados movimentos da sociedade civil. Entre esses movimentos estariam também a luta pelos direitos dos indígenas e das mulheres, a luta contra a globalização neoliberal e contra o novo intervencionismo imperialista.⁷¹²

Estas lutas não representariam outros caminhos repletos de ilusões e frustrações, assim como foi aquele do PT? Por maior que seja a radicalidade expressada em determinados confrontos com a polícia, estas lutas poderiam, afinal, abrir um caminho para a conquista do poder pelo proletariado?

Considerando o programa proposto por Marx em *O capital*, fica claro que estas lutas não ultrapassam a instância da circulação de mercadorias, a instância na qual, ao contrário da ditadura existente no interior das fábricas, não interfere na produção da mais-valia. A experiência tem mostrado que, por maiores que sejam estas manifestações, elas nem sequer interferem de maneira determinante na realização da mais-valia. Elas são legítimas manifestações de revolta contra a ordem mundial existente, mas sua inconsistência objetiva está relacionada à instância na qual elas atuam.

⁷¹¹ Coutinho foi um dos que participou dessas duas “diásporas”. Coutinho saiu do PCB em 1982, entrando no PT no final da década de 80, onde ficou até o governo Lula, quando saiu e participou da fundação do PSOL. Sua relação com esses três partidos é sintomática, conforme ele próprio indica: “eu tinha um casamento monogâmico com o PCB, com o PT já me permitia traições e no PSOL é uma amizade colorida”. www.socialismo.org.br. Do ponto de vista organizativo, Coutinho se distanciou bastante de seu mestre, pois, como vimos, Gramsci rompeu com o PSI devido a sua frouxidão organizativa e buscou no PCI uma organização mais centralizada, em total sintonia com as concepções leninistas de partido.

⁷¹² NOGUEIRA, “As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização”, Op. cit., p. 232. LESTER, Op. cit., p. 157 e 170; MONAL, Op. cit., p. 193 e 199. Monal se refere à luta contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

As lutas das chamadas “minorias” (mulheres, negros, GLBT, indígenas, etc.), por sua vez, correm o risco de cumprir um papel oposto ao que os seguidores de Gramsci esperam delas. O problema é que no interior das “minorias”, as diferenças de classe ficam encobertas. As mulheres (burguesas e proletárias) lutam contra os homens (burgueses e proletários), ocorrendo o mesmo com o movimento negro e com o movimento GLBT (gays, lésbicas e transgêneros). Algumas chamadas conquistas destes movimentos são totalmente apropriadas pelo capital. Basta ver a conquista da ascensão da mulher no mercado de trabalho. Ora, geralmente o capital paga um salário menor para as mulheres em relação ao salário pago aos homens no desempenho da mesma função. Além disso, ao representarem uma massa de novas forças de trabalho disponíveis no mercado, passam a competir com os homens na busca pelo emprego, rebaixando os salários destes.⁷¹³ O que para as mulheres representa a conquista de empregos, para o capital representa a diminuição da massa salarial paga e conseqüentemente o aumento da mais-valia extraída da classe trabalhadora como um todo. Muitas vezes, portanto, estas lutas das minorias podem representar um bloqueio das lutas do proletariado contra o capital, um bloqueio daquelas lutas de caráter fundamentalmente classista.

Assim, ao apoiarem estes movimentos, ao invés de buscarem um programa que se baseie nos interesses imediatos, aparentemente econômicos, interesses comuns a todo o proletariado mundial, muitos seguidores de Gramsci acabam se afastando da classe operária, pois estas ações são ações de vanguarda estudantis e pequeno-burguesas, e nunca atrairão operários, que são motivados, com razão, por objetivos mais realizáveis. Como confirma Campione, essas interpretações propõem um “novo projeto revolucionário que parta da diversidade para atacar por múltiplas vias a mercantilização e o egoísmo universal”.⁷¹⁴

⁷¹³ Marx observa, nesse sentido, que antes da introdução da maquinaria na grande indústria capitalista “o valor da força de trabalho era determinado pelo tempo de trabalho não só necessário para a manutenção do trabalhador adulto, mas para a manutenção da família do trabalhador. A maquinaria, ao lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho do homem por toda sua família. A maquinaria desvaloriza, portanto, sua força de trabalho”. MARX, *O capital*. Op. cit., vol. I, tomo 2, p. 28.

⁷¹⁴ CAMPIONE, Op. cit., p. 63.

No rastro de Gramsci, Campione defende um novo programa para a América Latina, um programa diferente daquele proposto por Marx e aplicado pelos bolcheviques na Rússia. “É preciso – afirma Campione – recriar um enfoque revolucionário latino-americano, que seja articulador de realidades sociais e culturais afins, porém diversas, com trajetórias históricas similares, mas não isentas de diferenças importantes entre si”.⁷¹⁵ Como se vê, essa proposta tende a superestimar as diferenças, isto é, superestimar aquilo que divide a classe. Nessa mesma direção se inclina Nogueira, que pergunta:

Como lidar (teórica e politicamente) com a fragmentação que parece ter-se entranhado no coração das sociedades contemporâneas? Como unificar interesses, ações e movimentos sem diminuir a diferenciação e as grandes margens de liberdade e individualidade conquistadas nas últimas décadas?⁷¹⁶

Uma boa pista seria buscar o fio unificador de um programa internacional, como aquele exposto em *O capital* de Marx. Aliás, buscar a unidade, buscar o que é comum foi um princípio do método aplicado por Marx na sua obra madura. Esse princípio foi utilizado inúmeras vezes por Marx em *O capital*. Assim, depois de expor, no capítulo I, os dois componentes contraditórios da mercadoria, valor-de-uso e valor-de-troca, Marx passou justamente a buscar *o que era comum* entre duas mercadorias com corpos e funções tão diferentes como trigo e ferro.⁷¹⁷ Para encontrar o que era comum entre mercadorias aparentemente tão diferentes, era necessário um terceiro elemento, o valor. Para chegar à noção de valor Marx precisou abstrair as diferenças aparentes entre os corpos das mercadorias, as diferenças fenomênicas, que somente confundem e enevoam o elemento comum capaz de desvelar os segredos ocultos da forma mercadoria dos produtos do trabalho. Marx propõe claramente deixar de lado, abstrair, fazer desaparecer as multiplicidades de valores-de-uso, de corpos das mercadorias, como mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Marx propõe, sobretudo, deixar de lado o caráter útil do “trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo

⁷¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 60.

⁷¹⁶ NOGUEIRA, “As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização”. Op. cit., p. 220.

⁷¹⁷ Marx afirmou que “algo em comum da mesma grandeza existe em duas coisas diferentes, em 1 *quarter* de trigo e igualmente em *a* quintais de ferro”. MARX, *O capital*, Op. cit., vol. I, p. 46.

determinado” que produziu esses valores-de-uso.⁷¹⁸ Do ponto de vista político, Marx propunha aqui abstrair as diferenças entre as inúmeras categorias de trabalhadores que produzem as mais diversas mercadorias, para uni-las numa categoria comum de trabalhadores, aqueles que produzem valor (mais do que valor, mais-valia). Marx propunha superar a instância da mera aparência, onde todos aparecem como executores de diferentes trabalhos concretos, todos ocupados em processos de trabalho diferentes entre si, produzindo diferentes mercadorias. Marx propunha superar essa instância ilusória para mergulhar na instância da produção do valor e mais-valia. Portanto, buscar o que é comum com o objetivo de alcançar a unidade daqueles que produzem mais-valia foi uma meta política revolucionária perseguida por Marx em toda a sua obra madura.

Um segundo momento, ainda no capítulo I de *O capital*, o recurso metodológico da abstração para superar as diferenças e encontrar o que é comum entre os trabalhadores pode ser encontrado quando Marx compara o trabalho potenciado e o trabalho simples. Novamente Marx propõe abstrair as diferenças, reduzindo todos os trabalhos a trabalho simples.

Trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de maneira que um pequeno quantum de trabalho complexo é igual a um grande quantum de trabalho simples. Que essa redução ocorre constantemente, mostra-o a experiência.⁷¹⁹

Tudo indica que mais uma vez Marx estava propondo, do ponto de vista político, encontrar o que é comum a todo o proletariado mundial. Seria o mesmo que propor, por exemplo, igualar um engenheiro civil a um peão de obra. Afinal, apesar das diferenças concretas em seus respectivos trabalhos, apesar das diferenças na hierarquia do processo de trabalho, apesar das diferenças salariais, tanto o engenheiro quanto o peão são, ambos, em última instância, diante do capital, trabalhadores assalariados. Todos estão igualmente expostos aos riscos do desemprego e do rebaixamento dos salários.

Trotsky também buscava unir o proletariado em torno de reivindicações comuns, quando afirmava que

⁷¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 47.

⁷¹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 51-52. Cfe. comentário em BENOIT, “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*, Op. cit., p. 32.

Não é possível nem necessário enumerar aqui as diversas reivindicações específicas que surgem, a cada momento, de circunstâncias concretas, nacionais, locais e profissionais. Mas duas catástrofes econômicas fundamentais, nas quais se resume o absurdo crescente do sistema capitalista – o desemprego e a carestia de vida -, exigem palavras de ordem e métodos de luta generalizados.⁷²⁰

Seguindo seus mestres, Benoit questiona as propostas que se baseiam na diversidade fenomênica, afirmando que

a crítica empirista contemporânea, evidentemente, só é capaz de ver e ressaltar as *diferenças*. Marx as conhecia muito bem, mas isto não o impedia de apontar *também* (ao mesmo tempo e na mesma relação) a *universalidade* da contradição fundamental da sociedade de classes: os detentores dos meios de produção (classe dominante) extraindo um trabalho excedente dos produtores diretos (classe dominada).⁷²¹

E conclui Benoit, de maneira precisa: “as diferenças múltiplas podem e devem ser compreendidas, mas, *a partir* dessa universalidade”.⁷²² No debate em torno do programa gramsciano, isso significa que a guerra de posição, seja em uma ou em outra organização da sociedade civil, seja contra a ALCA ou contra a OMC, seja no interior das organizações das chamadas “minorias”, somente pode ser concebida, do ponto de vista de Marx, de Lênin e de Trotsky, como um apoio à luta fundamental em torno da propriedade social dos meios de produção, que nos remete, como já dissemos, ao problema fundamental da continuidade de um processo já existente, o processo histórico da luta de classes, o processo da expropriação, expropriação essa que, como diz Marx no final do Livro I de *O capital*, deverá agora ser realizada sob nova forma: “O que está agora para ser expropriado não é mais o trabalhador economicamente autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores”.⁷²³

⁷²⁰ TROTSKY, *O programa de transição*. Op. cit., p. 34. As reivindicações propostas por Trotsky para superar estes males eram a escala móvel de salários e a escala móvel de horas de trabalho. Idem, *ibidem*, p. 35.

⁷²¹ BENOIT, “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”, Op. cit., p. 32.

⁷²² Idem, *ibidem*.

⁷²³ MARX, *O capital*, Op. cit., vol. II, p. 293.

Conclusão

No presente trabalho procuramos explorar as potencialidades e os limites da obra do marxista sardo Antonio Gramsci no que diz respeito à teoria programática e organizativa. Quanto às questões relacionadas à forma de organização partidária, consideramos que Gramsci manteve, durante todo o seu percurso político, uma proximidade enorme em relação às posições defendidas por Marx, Engels e Lênin.

No entanto, não podemos afirmar o mesmo em relação às questões de ordem programática. Nesse sentido, consideramos que o principal problema contido na obra carcerária de Gramsci é a definição do eixo central, da estratégia geral da revolução socialista mundial, sobretudo naqueles países denominados por ele “Ocidentais”, nos quais o Estado já teria sofrido um processo de ampliação, conquistando espaços da sociedade civil, como sindicatos, escolas, etc.. Vimos que a estratégia central proposta por Gramsci é a guerra de posição, ou seja, a conquista da hegemonia nos organismos da sociedade civil, submetendo (segundo alguns autores) ou até mesmo eliminando (de acordo com outros autores) a guerra de movimento ou o ataque frontal ao poder. Nenhuma das duas interpretações elimina as profundas diferenças entre a proposta de Gramsci e aquela de Marx, Engels, Lênin e Trotsky, pois mesmo a interpretação que admite a combinação da guerra de posição com a guerra de movimento inverte a hierarquia entre as duas formas de luta, o que contraria o programa socialista transitório baseado na supremacia da estratégia da dualidade de poder sobre as outras táticas.

Para Gramsci, tanto os fundadores da filosofia da práxis, Marx e Engels, quanto Lênin, não desenvolveram a noção de Estado ampliado, assim como uma teoria do Estado propriamente dita, porque em sua época o Estado ainda conservava um caráter restrito. Vimos que essa afirmação não se confirma em alguns importantes textos de Marx, como a *Crítica ao Programa de Gotha*, o *18 Brumário de Luís Bonaparte* e nem mesmo em sua obra da maturidade, *O capital*, assim como não se confirma também nas afirmações de Lênin na década de 1920. O que levou Marx e Lênin a não elaborarem uma teoria do Estado foi a compreensão da falta de consistência da esfera estatal, seu papel sobre-determinado e não determinante. Para Marx e Lênin, o programa revolucionário deve enfrentar as contradições fundamentais do modo de produção capitalista, aquelas ligadas à origem do capitalismo, ou seja, à expropriação da grande massa do povo de sua base fundiária, à separação dos produtores diretos das condições objetivas de trabalho, ou, em outras palavras, aquelas contradições ligadas à existência da propriedade privada dos meios de produção.

Essa separação violenta dos trabalhadores em relação aos objetos e aos instrumentos de trabalho necessários à produção de suas vidas é o que obriga o proletariado a vender permanentemente a única mercadoria que lhe restou: a sua força de trabalho. É, portanto, na relação de compra e venda da força de trabalho entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, relação esta que é resultado da acumulação originária do capital, que está a chave para negar aquela separação, negar aquilo que nega o acesso da maioria da população mundial aos meios de produção, negar a negação originária. As contradições ligadas à relação de compra e venda da força de trabalho são conseqüências diretas do princípio fundamental do modo de produção capitalista, o princípio que criou as condições para a existência desse modo de produção, o princípio da negação da propriedade dos meios de produção à maioria da população mundial. A questão a ser enfrentada no programa revolucionário, para Marx, Lênin e Trotsky é, como afirma Benoit, expor o princípio fundamental do modo de produção capitalista, o princípio que estava apenas pressuposto, e ao expô-lo, negá-lo como princípio, negar a negação da propriedade

socializada e, assim “caminhar de maneira *programática* para um novo princípio, isto é, um novo modo de produção”.⁷²⁴

Isso significa dizer que para Marx a luta em torno da compra e venda de força de trabalho carrega em si, de maneira imanente, contradições ligadas à questão da propriedade dos meios de produção, ligadas à acumulação originária do capital, ligadas à separação violenta dos trabalhadores dos meios de produção, e por carregarem de maneira imanente estas contradições originárias, carrega também de maneira imanente a questão do poder. O papel da vanguarda, para Marx, Lênin e Trotsky, é saber explorar estas contradições de maneira que elas conduzam a contradições cada vez mais profundas, contradições que possam levar à construção da dualidade do poder, isto é, possam conduzir à luta pela propriedade dos meios de produção.

Nesse sentido, o *Programa de transição* de Trotsky representa a continuidade do programa de Marx e de Lênin, enquanto o programa de Gramsci representa um afastamento daquele programa clássico. Gramsci e alguns de seus seguidores teriam, assim, se equivocado ao criticarem como sendo anacrônico o fato de Trotsky ter generalizado para todos os países o programa baseado na noção de Revolução Permanente e na dualidade de poder.

Da mesma forma, admitir a possibilidade de uma via pacífica para o socialismo, como fazem alguns intérpretes de Gramsci, equivaleria a abstrair o princípio que fundou o modo de produção capitalista, o princípio da violência da luta de classes. Para Marx, Lênin e Trotsky, o capitalismo é, desde a sua origem, *violência organizada* de uma classe contra outra. Não se trata, portanto, de defender a violência pela violência. Trata-se de analisar o capitalismo como ele é, em sua essência originária mais profunda, em sua essência oculta nas manifestações mais superficiais. A violência originária é o que rege, é o que está por trás dos fenômenos cotidianos mais elementares da vida dos trabalhadores. O simples fato de ir trabalhar para outro em troca de um salário aparece como algo próprio à igualitária e democrática troca de mercadorias, aparece como um mero ato pacífico de troca amparado na lei. No entanto, conforme Marx demonstra no Livro I de *O capital*, esse ato de compra e venda aparentemente pacífico não pode ser compreendido senão como o resultado de toda

⁷²⁴ BENOIT, “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*. Op. cit., pp. 39-40.

uma longa história profundamente violenta, a história da luta de classes, a história da separação violenta dos trabalhadores e dos meios de produção. Mesmo que o ato de ir trabalhar como assalariado todos os dias não apareça como algo violento, esse simples ato cotidiano é a expressão mistificada da maior das violências que se pode fazer contra os trabalhadores. Afinal, para sobreviver, os trabalhadores são forçados a vender grande parte do tempo de suas próprias vidas para outros, que enriquecerão às suas custas. Por trás da esfera ilusória da democracia burguesa, por trás do chamado “mercado”, esse ser inanimado que a rigor deveria ser chamado de “capital”, o proletariado é forçado, como diz Marx, a ser “esfolado no curtume”⁷²⁵ do processo de trabalho capitalista.

As direções revolucionárias parecem não dar a devida importância à violência oculta decorrente da simples troca entre estas duas mercadorias (a força de trabalho do proletário e o dinheiro do capitalista). Consideram esta troca como uma relação “meramente econômica”, para usar as palavras de Gramsci, uma relação que se limita meramente à instância sindical. Devido a essa incompreensão, diversas direções passam a buscar relações consideradas por eles como “políticas”. As direções revolucionárias não conseguem, assim, estabelecer as mediações necessárias entre estas contradições mais cotidianas, mais aparentes - as contradições ligadas à compra e venda de força de trabalho - com aquelas contradições mais profundas, ligadas à propriedade privada dos meios de produção. As direções revolucionárias acabam estabelecendo, assim, mesmo que inconscientemente, uma barreira entre as contradições mais simples e aparentes e as contradições ligadas à conquista do poder, barreira essa que representa um retorno à antiga polêmica levantada na II Internacional entre um programa mínimo, econômico, e um programa máximo, político e revolucionário.⁷²⁶ Ao invés de construir esta barreira, trata-se, como diz Trotsky, de estabelecer uma ponte entre o econômico e o político, trata-se de contribuir para que o proletariado realize a *transição* entre as suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista.⁷²⁷

Mas como, afinal, será possível fazer a transição das lutas imediatas, de cunho econômico, para a luta política, a luta revolucionária? Como construir as condições para a

⁷²⁵ MARX, *O capital*. Op. cit., vol. I, p. 145.

⁷²⁶ Cfe. BENOIT, “Sobre o desenvolvimento (dialético) do programa”. Op. cit.

⁷²⁷ TROTSKY, *O programa de transição...* Op. cit., pp. 32-33.

conquista do poder, para a expropriação dos expropriadores? Para Marx, Lênin e Trotsky, o eixo central desse caminho é a construção de uma dualidade de poder a partir das fábricas. Como dizia Trotsky, se a greve com ocupação de fábrica suscita a questão de saber quem é o dono da fábrica - se o capitalista ou os operários - os comitês de fábrica conferem a essa mesma questão uma expressão organizada. “Eleito por todos os operários e empregados da empresa, o comitê de fábrica cria de uma vez um contrapeso à vontade da administração”.

⁷²⁸ Se os operários mais avançados, organizados em partidos revolucionários, forem capazes de se organizar clandestinamente no interior das fábricas e, no momento de um acirramento geral das lutas, construírem comitês ou conselhos de fábrica independentes dos sindicatos e dos patrões, estarão estabelecendo assim o início de um processo de dualidade de poder, ainda localizado, processo que poderá desencadear o controle operário da produção e a dualidade de poder em escala nacional, por meio de conselhos (ou soviets).

No entanto, muitas vezes os comitês de fábrica se transformam em meras extensões dos sindicatos e das direções das empresas. É o que ocorre com os comitês de fábrica em muitas montadoras no ABC paulista. Vimos que nos artigos escritos antes de sua prisão, Gramsci já advertia para a necessidade de garantir a independência dos conselhos de fábrica. Há, sem dúvida, enormes dificuldades de enfrentar a ditadura existente no interior das fábricas. De fato, estes comitês de fábrica subordinados aos sindicatos e aos patrões não cumprem sequer os requisitos básicos estabelecidos por Gramsci de uma teoria revolucionária, que são o de representar um “vértice inacessível ao campo adversário [burguesia]”, separar e distinguir de maneira consciente em dois campos a luta de classes.⁷²⁹

Mas, afinal, será que o programa proposto por Gramsci no cárcere, o programa baseado na conquista da hegemonia nos organismos da sociedade civil, cumpre estes requisitos estabelecidos pelo autor dos *Cadernos*? Estes organismos do Estado burguês, quando estiverem sob a hegemonia das classes subalternas, representarão de fato um “vértice inacessível” à burguesia? Estes organismos poderão separar claramente “a luta de classes em dois campos distintos”? Assim como nos comitês de fábrica, também aqui as

⁷²⁸ Idem, *ibidem*, pp. 38-39.

⁷²⁹ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Op. cit., vol. 1, p. 152. *Quaderni*, p. 1434.

dificuldades são enormes. A burguesia encontra enormes facilidades para controlar estes organismos de seu próprio Estado.

No entanto, a questão fundamental parece ser a seguinte: será que seguindo o programa gramsciano o proletariado conseguirá trilhar o caminho rumo à conquista do poder econômico, será que por meio do programa proposto nos *Cadernos* o proletariado será capaz de tomar novamente o que violentamente lhe arrancaram? Será possível, por meio do programa proposto por Gramsci, recompor a unidade originária entre os trabalhadores e as condições objetivas de trabalho? Com base no exposto neste trabalho, parece que propor que as classes subalternas controlem o Estado burguês mesmo antes de conquistar o poder econômico, propor que estas classes dirijam os organismos do Estado burguês antes de dominar economicamente toda a sociedade, parece ser uma proposta bastante ilusória, uma proposta que coloca estas classes como reféns do domínio por parte da burguesia.

Nesse sentido, é elucidativa uma polêmica travada entre Lênin e Kamenev, ocorrida em maio de 1917. Quando Kamenev propôs que os soviets controlassem o governo provisório, Lênin afirmou que “para controlar é preciso ter o poder. Nada garante o controle quando são os controlados que possuem os canhões”.⁷³⁰ Diversos governos latino-americanos comprovaram e continuam comprovando esta tese de Lênin. Basta ver o governo de Salvador Allende, no Chile, de 1970 a 1973. Com o intuito de não derramar o sangue do povo chileno numa guerra civil, o governo Allende acabou servindo para bloquear a organização operária que poderia ser capaz, se devidamente armada e preparada, resistir à reação capitalista. O governo Allende abriu assim o caminho para o golpe de Estado organizado por seu próprio ministro, Augusto Pinochet. Basta ver também algumas experiências recentes, como a de Hugo Chaves na Venezuela, de Evo Morales na Bolívia, de Rafael Correa no Equador, e de Lula no Brasil.

Com matizes diferentes, todos estes governos representaram ou ainda representam a esperança de milhões de trabalhadores na conquista da hegemonia do Estado burguês, mas, apesar disso, não passam ou passaram de meras ilusões. Considerando de um

⁷³⁰ LÊNIN, Citado por BROUE, Op. cit., p. 121.

ponto de vista marxista, a incapacidade desses governos de construir uma via ao socialismo já era previsto. A incapacidade destes governos de solucionar a carestia imposta à maioria da população é uma demonstração de que a conquista da hegemonia do Estado burguês, mesmo em seu mais alto grau, mesmo quando conquista-se a presidência da república e a maioria do Congresso Nacional, esta conquista não representa propriamente uma via para o socialismo, pois o Estado será, enquanto existir, ou seja, enquanto existirem classes sociais, um instrumento à serviço da classe economicamente dominante. Enquanto a burguesia for a classe dominante, o Estado será um instrumento para oprimir a classe expropriada dos meios de produção. Quando o proletariado conquistar o poder econômico, o Estado será um instrumento para oprimir a burguesia. A diferença é que a repressão aplicada nos últimos séculos para expropriar o proletariado é muito mais violenta do que a necessária para expropriar a burguesia. Como disse Marx, aquela foi a expropriação da massa do povo por poucos usurpadores. Esta é a expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo.⁷³¹

Assim, tudo indica que o programa gramsciano contribuiu muito pouco para a definição de uma estratégia para a revolução socialista mundial, assim como para a compreensão do papel da América e do Brasil nesse processo. Os motivos dessa insuficiência podem estar relacionados ao fato de que, ao contrário do programa revolucionário de Marx, que está fundamentado na noção de história universal, que carrega em si, de maneira imanente, toda a história da luta de classes, o programa de Gramsci, por sua vez, está baseado em um fenômeno superestrutural denominado “ampliação do Estado” nos países de capitalismo avançado do Ocidente, um fenômeno superestrutural cuja consistência é, como vimos, muito duvidosa.

Mesmo considerando que o Estado tivesse realmente se ampliado, restaria ainda a seguinte pergunta: qual a importância desse fenômeno diante da história da violenta separação entre os trabalhadores e os meios de produção? Qual a importância de uma suposta ampliação do Estado diante da histórica violência da luta de classes? Diante da longa e penosa história da luta de classes, que iniciou há mais de 2000 anos com os gregos

⁷³¹ MARX, *O capital*. Op. cit., vol. I, tomo 2, p. 294.

e se aprofundou de maneira extraordinária com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo, que elevou a separação entre os trabalhadores e os meios de produção ao extremo e vem conduzindo toda a humanidade por um caminho cego em direção à barbárie, diante desse processo histórico avassalador, qual a real importância do fenômeno da “ampliação do Estado” essencializado por Gramsci?

Ao invés de elaborar uma nova ciência da história e da política, elaboração que alguns estudiosos da obra de Gramsci consideram que exista nos *Cadernos do cárcere*,⁷³² o desafio colocado aos revolucionários no século XXI não seria muito mais a aplicação prática da “ciência” negativa contida em *O capital* de Marx, a “ciência” que conduz o proletariado à negação da negação?⁷³³ Ao invés de tranquilizar-se em sua heterodoxia,⁷³⁴ ao invés de buscar uma visão moderna do socialismo, ou uma nova teoria do socialismo,⁷³⁵ ou ainda um suposto caminho brasileiro para o socialismo,⁷³⁶ ao invés de buscar a “refundação da práxis socialista”,⁷³⁷ o desafio dos revolucionários não seria muito mais o de retornar, estudar e conhecer a fundo para aplicar na prática o “velho” programa do século XIX, aquele programa contido em *O capital* de Marx?

Se, como afirma Coutinho, a “‘Grande Recusa’ de Marcuse e a supostamente radical ‘revolução epistemológica’ de Althusser” podem ter servido de obstáculo à expansão das idéias de Gramsci no Brasil até meados da década de 1970,⁷³⁸ poderíamos perguntar, com base no exposto neste trabalho, se o novo programa elaborado por Gramsci não estaria servindo de obstáculo à aplicação do programa clássico de Marx, Lênin e Trotsky, o programa baseado na dualidade de poder?

⁷³² MISURACA & MIGLIARO, “Razionalità teórico-scientifica e razionalità storico-politica”. In: *Politica e storia in Gramsci*. Op. cit., p. 487.

⁷³³ Cfe. BENOIT, “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”. Op. cit..

⁷³⁴ Nogueira afirma que “foi com ele [Gramsci] que aprendemos a desmistificar o marxismo, a ser tranquilamente heterodoxos, a abandonar as ultrapassadas fórmulas ‘revolucionárias’ de pensar o Estado, o partido político e o socialismo”. NOGUEIRA, “Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil”. Op. cit., p. 135.

⁷³⁵ Idem, *ibidem*, p. 137.

⁷³⁶ Idem, *ibidem*, p. 144. Nogueira comenta que o chamado “‘caminho brasileiro para o socialismo’ é uma formulação política sensível à concreta realidade brasileira, favorável à elaboração de programas democráticos amplos e unitários, aberta aos temas institucionais e de governo, ao pluralismo e aos direitos básicos da cidadania”. Idem, *ibidem*, pp. 143-144.

⁷³⁷ DEL ROIO, Op. cit., p. 118.

⁷³⁸ COUTINHO, “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. Op. cit., p. 60.

Se o programa de Gramsci já foi, de certa forma, testado e reprovado em experiências de diversos governos na América Latina, o programa marxista baseado na dualidade de poder foi o programa capaz de conduzir a única experiência vitoriosa do proletariado mundial, a Revolução Russa de outubro de 1917. É evidente que há enormes dificuldades de colocar o programa marxista em prática. Como o próprio Gramsci advertiu corretamente, os bloqueios à organização dos operários nas fábricas são imensos. A vigilância no interior das fábricas é brutal, parte dela ficando a cargo das próprias direções sindicais. Assim, os organismos duais de poder no interior das fábricas correm imensos riscos de serem descobertos prematuramente pelas direções das empresas e seus dirigentes serem, conseqüentemente, demitidos.

Mas, apesar das dificuldades, não será essa a única forma de preparar o caminho para a conquista do poder pelo proletariado? Afinal, como superar o Estado burguês, como substituí-lo por outro Estado, o Estado operário, se as bases econômicas, políticas e militares deste novo Estado não forem construídas antes da tomada do poder? Para Marx, Lênin e Trotsky, as bases do novo Estado são os organismos duais de poder. Estes organismos representam um pressuposto à tomada do poder, representam uma forma de organizar uma força material capaz de enfrentar e posteriormente substituir a força material do Estado burguês. Nesse sentido, como ensinaram os bolcheviques, a clandestinidade associada à ação legal é uma arma chave para os operários no interior das fábricas.⁷³⁹

Para concluir, diríamos que Marx acertou ao prever o aprofundamento das contradições objetivas entre as classes no capitalismo. Nunca se viu tamanha riqueza produzida, associada, por um lado, a tamanha concentração dessa riqueza, e por outro, ao aumento incontrolável da miséria. No entanto, apesar das contradições de classe terem se aprofundado, a correlação de forças entre as classes é atualmente extremamente desfavorável ao proletariado, uma vez que a capacidade subjetiva da direção do proletariado está muito aquém do exigido pela história. Enquanto a burguesia mantém seu poder, a direção revolucionária aprofunda sua crise. Mas as contradições objetivas não apenas permanecem. Elas se aprofundam cada vez mais. A máxima de Rosa Luxemburg,

⁷³⁹ O estudo feito por Broué sobre a atuação dos bolcheviques no interior das fábricas é muito esclarecedor. BROUÉ, *El partido bolchevique*. Op. cit., p. 83.

publicada em seu folheto chamado “Junius”, é cada vez mais atual: a humanidade encontra-se numa encruzilhada. É cada vez mais urgente escolher um dos dois caminhos possíveis, o socialismo ou a barbárie. Acima de tudo, a questão fundamental a ser resolvida é a construção de uma direção que assuma e aplique o programa de *O capital* de Marx, superando assim a crise da direção do proletariado. Como afirmou Trotsky: “tudo depende do proletariado, isto é, em primeiro lugar, de sua vanguarda revolucionária”.⁷⁴⁰

⁷⁴⁰ TROTSKY, *O programa de transição*. Op. cit., p. 30.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA:

- AGUILERA DE PRAT, C. Rodríguez. *Gramsci y la vía nacional al socialismo*. Madrid: Akal, 1984.
- BOBBIO, Norberto. “Gramsci y la concepción de la sociedade civil”. In: *Gramsci y las ciencias sociales*. Córdoba: Pasado y Presente, n. 19, 1972.
- BROUE, Pierre. *El partido bolchevique*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, S/D.
- CAFAGNA, Luciano. “La ‘debolezza storica della borghesia italiana’ e le Tesi de Lione”. In: *Le Tesi di Lione. Riflessioni su Gramsci e la storia d’Italia*. Milano: Franco Angeli, 1990.
- CAMMETT, John M. *Antonio Gramsci and origins of italian communism*. Stanford (California): Stanford University Press, 1967.
- CARACCILO, Alberto. “Gramsci e la storia del suo tempo”. In: FERRI, Franco (Coord.). *Politica e storia in Gramsci: Atti del convegno Internazionale di studi gramsciani*. Firenze: Riuniti, 1977.
- CERRONI, Umberto. “Consenso”. In: CHIAROMONTE, Gerardo (Org.). *GRAMSCI: Lesue idee nel nostro tempo*. Roma: l’Unità, 1987.
- CLARK, Martin. *Antonio Gramsci and the revolution that failed*. 2ª ed., Great Britain: Yale University Press, 1978.
- COSPITO, Giuseppe. “Egemonia”. In: *Le parole di Gramsci: per un lessico dei “Quaderni del carcere”*. Roma: Carocci, 2004.
- FEMIA, Joseph. *Gramsci’s political thought: hegemony, consciousness, and the revolutionary process*. Oxford: Clarendon, 1981.
- FERNANDEZ BUEY, Francisco. *Leyendo a Gramsci*, Espanha: El Viejo Topo, 2001.
- FERRI, Franco. “Centralismo”. In: CHIAROMONTE, Gerardo (Org.). *GRAMSCI: Lesue idee nel nostro tempo*. Roma: L’Unità, 1987.
- FIORI, Giuseppe. *Vita di Antonio Gramsci*. Roma: Laterza, 1976.

- GERRATANA, Valentino. "Gramsci come pesatore rivoluzionario". In: FERRI, Franco (Coord.). *Politica e storia in Gramsci: Atti del convegno Internazionale di studi gramsciani*. Firenze: Riuniti, 1977.
- ____ "I Quaderni, un cantiere che continua a produrre". (intervista) In: CHIAROMONTE, Gerardo (Org.). *GRAMSCI: Lesue idee nel nostro tempo*. Roma: L'Unità, 1987.
- GIOVANNI, Biagio di. "Economico-corporativo". In: CHIAROMONTE, Gerardo (Org.). *GRAMSCI: Lesue idee nel nostro tempo*. Roma: L'Unità, 1987.
- GOLDING, Sue. *Gramsci's democratic theory: contributions to a post-liberal democracy*. Toronto: University of Toronto Press, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. *Scritti politici*. Roma: Riuniti, 1969.
- ____ *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1977, vols. 1 a 4.
- GRANESE, Alberto. "I *Quaderni del carcere*: dalla 'convertibilità' come principio ermeneutico all' 'egemonia' come educazione recíproca all' autogoverno". In: FERRI, Franco (Coord.). *Politica e storia in Gramsci: Atti del convegno Internazionale di studi gramsciani*. Firenze: Riuniti, 1977.
- HOBBSAWM, Eric. "Gramsci e la teoria politica marxista". In: FERRI, Franco (Coord.). *Politica e storia in Gramsci: Atti del convegno Internazionale di studi gramsciani*. Firenze: Riuniti, 1977.
- LEVY, Carl. *Gramsci and the anarchists*. Oxford: Berg, 1999.
- Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista*. 2ª ed., Mexico: Pasado y presente, 2ª parte, 1977.
- LOSURDO, Domenico. *Antonio Gramsci: dal liberalismo al "comunismo critico"*. Roma: Gamberetti, 1997.
- MACCIOCCHI, Maria Antonietta. *Gramsci y la revolución de Occidente*. 4ª ed., Mexico: Siglo XXI, 1980.
- MANACORDA, Gastone. "Scuola e principio educativo". In: CHIAROMONTE, Gerardo (Org.). *GRAMSCI: Lesue idee nel nostro tempo*. Roma: L'Unità, 1987.
- MELE, Giannarita. "Orizzonte teórico dela transizione al socialismo nei 'Quaderni'". In: FERRI, Franco (Coord.). *Politica e storia in Gramsci: Atti del convegno*

- Internazionale di studi gramsciani*. Firenze: Riuniti, 1977.
- MISURACA, Pasquale & MIGLIARO, Razeto. “Razionalità teorico-scientifica e razionalità storico-politica”. In: FERRI, Franco (Coord.). *Politica e storia in Gramsci. Atti del convegno Internazionale di studi gramsciani*. Firenze: Riuniti, 1977.
- MORERA, Esteve. *Gramsci's historicism: a realist interpretation*. London: Routledge, 1990.
- NATOLI, Claudio. “Gramsci e la bolscevizzazione del movimento comunista: il confronto sulle differenze tra Oriente e Occidente”. In: *Le Tesi di Lione. Riflessioni su Gramsci e la storia d'Italia*. Milano: Franco Angeli, 1990.
- PAGGI, Leonardo. *Le strategie del potere in Gramsci*. Roma: Riuniti, 1984.
- PELLICANI, Luciano. *Gramsci, Togliatti e il PCI: dal modern principe al post-comunismo*. Roma: Armando, 1990.
- PICCONI, Paul. *Italian marxism*. London: University of California Press, 1983.
- PINZANI, Carlo. “Americanismo e fordismo”. In: CHIAROMONTE, Gerardo (Org.). *GRAMSCI: Lesue idee nel nostro tempo*. Roma: L'Unità, 1987.
- PRESTIPINO, Giuseppe. “Il ‘sistema’ statuale e i suoi ‘elementi’ plurali”. In: FERRI, Franco (Coord.). *Politica e storia in Gramsci: Atti del convegno Internazionale di studi gramsciani*. Firenze: Riuniti, 1977.
- _____. *Tre voci nel deserto: Vico, Leopardi, Gramsci, per una nuova logica storica*. Roma: Carocci, 2006.
- SANGUINETI, Federico. *Gramsci e Machiavelli*. Roma: Laterza, 1982.
- SASSOON, Anne Showstack. “Gramsci, il partito e la democrazia”. In: FERRI, Franco. *Politica e storia in Gramsci: Atti del convegno Internazionale di studi gramsciani*. . Firenze: Riuniti, 1977.
- SPRIANO, Paolo. *Gramsci e Gobetti: introduzione alla vita e alle opere*. Torino: Einaudi, 1977.
- TORTORELLA, Aldo. “Egemonia”. In: CHIAROMONTE, Gerardo (Org.). *GRAMSCI: Lesue idee nel nostro tempo*. Roma: L'Unità, 1987.
- VACCA, Giuseppe. “Guerra di posizione e guerra di movimento”. In: CHIAROMONTE, Gerardo (Org.). *GRAMSCI: Lesue idee nel nostro tempo*. Roma: L'Unità, 1987.

ZANGHERI, Renato. “Bloco histórico”. In: CHIAROMONTE, Gerardo (Org.). *GRAMSCI: Lesue idee nel nostro tempo*. Roma: L’Unità, 1987.

BIBLIOGRAFIA EM LÍNGUA PORTUGUESA

- AGGIO, Alberto. “A revolução passiva como hipótese interpretativa da história política latino-americana”. In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ANDERSON, Perry. “Antinomias de Gramsci”. In: ANDERSON, Perry et. al. *Estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo: Joruês, 1986.
- _____. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- BARATA, Giorgio. “Antonio Gramsci entre a Itália e o Brasil”, In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BEIRED, José Luis B. “A função social dos intelectuais. In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- BENOIT, Hector. “A luta de classes como fundamento da história”, In: TOLEDO (Org.) *Ensaio sobre o Manifesto Comunista*”, São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. *A odisséia dialógica de Platão*. Campinas: Unicamp, Tese de Livre-Docência.
- _____. “O Programa de Transição de Trotsky e a América”, In: *Crítica Marxista*, nº 18, Rio de Janeiro: Revan, maio/2004.
- _____. “Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de *O capital*”. In: *Crítica marxista*, nº 8, São Paulo: Xamã, junho/1999.
- _____. “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”. In: *Revista Crítica Marxista*, nº 3, São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. “Sobre o desenvolvimento (dialético) do programa”. In: *Revista Crítica Marxista*, nº 4, São Paulo: Xamã, 1997.
- _____. “Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista”. In: *Revista*

- Outubro*, n. 2, São Paulo: IES, 1998.
- BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*, São Paulo: Alameda, 2008.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980
- ____ “Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva”, In: FERRI, Franco (Cord.). *Política e História em Gramsci*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CAMPIONE, Daniel. “Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina”. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula. (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”, In: BALADONI, Nicola et. al. *Gramsci e a América Latina*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ____ *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ____ *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2008.
- DEL ROIO, Marcos. “Gramsci contra o Ocidente”. In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.
- DIAS, Edmundo Fernandes. “Gramsci no Brasil: o rabo do diabo”. In: DIAS, Edmundo Fernandes et. al. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- ____ “Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos”. In: DIAS, Edmundo Fernandes et. al. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DILLENBURG, Fernando Frota. *Método dialético e política em Lukács*. Campinas: Unicamp, Dissertação de mestrado, 2006.
- FONTANA, Benedetto. “Hegemonia e nova ordem mundial”. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula. (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FREDERICO, Celso. *Lukács: um clássico do século XX*. São Paulo: Moderna, 1997.
- GERMINO, Dante. “Interpretando Gramsci”, In: COUTINHO, Carlos Nelson &

- TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, vols.1 a 6.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, vols. 1 e 2.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*, Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- JOLL, James. *As idéias de Gramsci*, São Paulo: Cultrix, 1977.
- KEBIR, Sabine. “‘Revolução-restauração’ e ‘revolução passiva’: conceitos de história universal”, In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LAHUERTA, Milton. “Gramsci e os intelectuais: entre clérigos, populistas e revolucionários (modernização e anticapitalismo)”. In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. *Obras completas*, Madrid: Akal, 1978, tomos I a XL.
- LESTER, Jeremy. “Alinhando a inteligência com a vontade”, In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MAQUIAVEL, Nicolau. “O príncipe”. In: *Escritos políticos*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- MARSDEN, Chris. “Stalin, Trotsky e a greve geral britânica de 1926”. In: *Maisvalia*. São Paulo: Týkhe, nº 8, abril-julho/2010
- MARX, Karl. *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847)*. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2ª ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, vols. I a V.

- ____ “Para a crítica da economia política”. In: *MARX*. 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural (Os economistas), 1986.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- ____ *Manifesto comunista*, São Paulo: Boitempo, 1998.
- ____ *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, volumes 1 a 3.
- MASSARI, Roberto. “Trotsky e Gramsci”. In: *O outro Gramsci*, São Paulo: Xamã, 1996.
- MONAL, Isabel. “Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos, In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. “A gestão em sintonia com a vida”. In: *Serviço social em revista*. Londrina: Deptº Serviço Social (UEL), vol. 10, nº 2, jan-jul/2008.
- ____ “As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização”. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ____ “Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil”. In: COUTINHO, Carlos Nelson & NOGUEIRA, Marco Aurélio (Eds.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ____ “Gramsci e os desafios de uma política democrática de esquerda”. In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- OLIVEIRA BENOIT, Lelita. *Sociologia comteana: gênese e devir*. São Paulo: Discurso, 1999.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.
- SCHWARZ, Peter. “O outubro alemão: a revolução perdida de 1923. In: *Maisvalia*, nº 5, São Paulo: Týkhe, abril-julho/2009.
- SECCO, Lincoln Ferreira. “Crise e estratégia em Gramsci”. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. *O outro Gramsci*, São Paulo: Xamã, 1996.
- ____ *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.
- SEGATTO, José Antonio. “A presença de Gramsci na política brasileira”. In: AGGIO,

- Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- SEMERARO, Giovanni. “Tornar-se ‘dirigente’. O projeto de Gramsci”, In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SIMIONATTO, Ivete. “O social e o político no pensamento de Gramsci”, In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações. Investigações sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- STACCONI, Giuseppe. *Gramsci - 100 anos: revolução e política*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1993.
- TROTSKY, Leon. *A história da revolução russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, 3 vls.
- ____ *A revolução permanente*. 2ª ed., São Paulo: Kairós, 1985.
- ____ *A revolução traída*. São Paulo: Global, 1980.
- ____ *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Proposta, S/D.
- ____ *Escritos*, Bogotá: Pluma, 1979, 26 volumes.
- ____ *Escritos sobre sindicato*. São Paulo: Kairós, 1978.
- ____ *O programa de transição: a agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional*. São Paulo: Týkhe, 2009.
- ____ “Resultados y perspectivas”. In: TROTSKY, *La teoría de la revolución Permanente*. 2ª ed., Buenos Aires: CEIP, 2005.
- ____ *Revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Laemert, 1968.
- VIANNA, Luiz Werneck. “Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira”. In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.